

Leonardo Barci Castriota

PATRIMÔNIO CULTURAL

CONCEITOS, POLÍTICAS, INSTRUMENTOS



Logo Editora

PATRIMÔNIO CULTURAL

Conceitos, políticas, instrumentos

Leonardo Barci Castriota

PATRIMÔNIO CULTURAL
Conceitos, políticas, instrumentos

Annablume / IEDS

Copyright © 2009 by, Leonardo Barci Castriota

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida, por quaisquer processos, especialmente gráficos, microfilmicos, fotográficos e videográficos sem a permissão por escrito dos autores.

Projeto gráfico:

Alexis Azevedo

Diagramação:

Rodrigo Denúbila

Revisão:

Simone Santos

Foto capa:

Leonardo Castriota

Impressão:

IEDS – Instituto de Estudos de Desenvolvimento Sustentável

Rua Bom Despacho, 197 – Santa Tereza – Belo Horizonte
ieds@forumpatrimonio.com.br

Conselho Editorial:

Eneida Maria de Souza (UFMG)

Jorge Ramírez Nieto (Universidad Nacional de Colombia)

José Geraldo Simões Junior (Mackenzie)

Lutz Katzschner (Universität Kassel)

Margareth de Castro Afeche Pimenta (UFSC)

Maria Cecília Loschiavo (USP)

Maria de Lourdes Dolabela Pereira (UFMG)

Mário Mendonça (UFBA)

Ramón Gutierrez (CEDODAL / Universidad de Sevilla)

Sylvia Fisher (UNB)

C355 CASTRIOTA, Leonardo Barci.

Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas instrumentos / Leonardo Barci

Castriota – São Paulo: Belo Horizonte: Anablume: IEDS, 2009.

379 p.; il.

ISBN

1. Patrimônio cultural 2. Cultura 3. Cidade. I. Castriota, Leonardo Barci. II.
Título.

CDD: 350.85

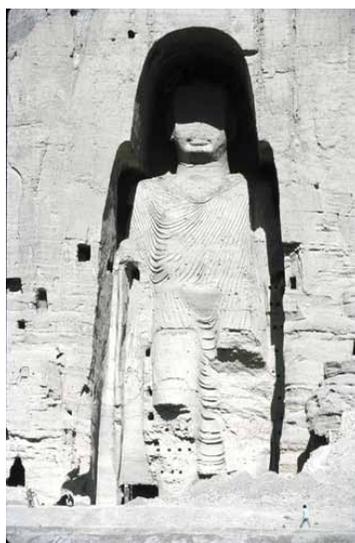
*Para Ramón Gutierrez,
nosso mestre*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
PRIMEIRA PARTE: CONCEITOS	
O fim da tradição / a reinvenção da tradição: narrar e construir num mundo em transformação	19
Tradição e modernidade: diferentes aproximações	39
História da arquitetura e preservação do patrimônio: diálogos	63
SEGUNDA PARTE: POLÍTICAS	
Alternativas contemporâneas para políticas de preservação.....	79
Conservação e valores: pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio	91
Vicissitudes de um conceito: O lugar e as políticas da memória	109
Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto (MG)	129
Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas.....	153
Democracia e participação: planos diretores e políticas do patrimônio	175
TERCEIRA PARTE: INSTRUMENTOS	
Inventários urbanos como instrumentos de conservação	193
O registro cultural e os desafios do patrimônio imaterial	213
Conservação integrada e revitalização: o Projeto Lagoinha	235
Paisagem cultural e técnicas agrícolas tradicionais: preservação e sustentabilidade no Serro (MG)	269
O desafio da preservação documental: a recuperação do acervo do Laboratório de Foto-documentação Sylvio de Vasconcellos	291
ANEXOS	307
ANEXO 1: FONTES PARA PESQUISA	309
ANEXO 2: LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	
Decreto Lei N. 25 / 1937	392
Constituição da República Federativa do Brasil / 1988 (Artigos relativos à cultura, ao patrimônio cultural e à política urbana)	401
Decreto N. 3.551 / 2000	406
Lei Complementar Nº 601 / 2008 – Porto Alegre	?
Portaria Nº 127 / 2009 – IPHAN	?
NOTAS	425
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	461
CRÉDITOS DAS ILUSTRAÇÕES	425
ÍNDICE REMISSIVO	481

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural constitui hoje um campo em rápida expansão e mudança. De fato, nunca se falou tanto sobre a preservação do patrimônio e da memória, nunca tantos estiveram envolvidos em atividades ligadas a ele, nunca se forjaram tantos instrumentos para se lidar com as preexistências culturais. Entramos no século XXI com o patrimônio ocupando um papel central na reflexão não só sobre a cultura, mas também nas abordagens que hoje se fazem do presente e do futuro das cidades, do planejamento urbano e do próprio meio-ambiente. Se pensarmos o patrimônio como um “campo”, no sentido que lhe dá Pierre Bourdieu, espaço simbólico onde representações em disputa são determinadas e validadas pelos diversos agentes, vemos o quanto este campo se tornou mais complexo nas últimas décadas, passando de uma temática de interesse restrito e limitada a algumas camadas de *experts*, para um objeto que provoca controvérsia, mobilização e comoção pública ao redor do globo. Quando os Budas de Bamiyam, duas esculturas monumentais talhadas nas montanhas da região central do Afeganistão, foram dinamitados intencionalmente pelo governo talibã, em 2001, sob a alegação de serem “ídolos” sacrílegos que violavam a *Sharia*, a lei islâmica, uma forte campanha internacional tentou impedir a destruição, mobilizando milhares de pessoas em diversos países. A campanha não atingiu os seus fins, mas contribuiu para aumentar ainda mais o isolamento do regime de Cabul, que, além das suas flagrantes violações dos direitos humanos, era objeto de repulsa também por atentar contra um patrimônio da humanidade, reconhecido internacionalmente pelo seu valor histórico e estético.



Escultura de Buda, Bamiyam, Afeganistão

Essa ampliação da abrangência do campo do patrimônio, que leva alguns a falarem até de uma “inflação patrimonial”¹, pode ser explicada, em parte, paradoxalmente, pelo avanço da globalização, que nas últimas décadas parece conduzir a certa “padronização” do mundo, com a uniformização de valores, comportamentos e estilos de vida, e a conseqüente ameaça às diferenças regionais e à própria tradição. No que se refere aos perigos da

mundialização, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível, da UNESCO, aprovada em 2003, já anunciava que, se esse processo criava “as condições propícias para um diálogo renovado entre as comunidades”, trazia consigo também “graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição” do patrimônio cultural. No entanto, o fato é que se, por um lado, a globalização, baseada nos modelos econômicos e políticos neoliberais, fortalece os meios de comunicação de massa como principal fonte de consumo da maioria da população, o que poderia significar um enfraquecimento das culturas locais, por outro lado, o que se vê, quase como um contra-movimento, é o reaparecimento e a asserção das próprias identidades culturais locais. Assim, nas últimas décadas tem se assistido, em todos os rincões do planeta, ao ressurgimento de tradições culturais aparentemente desaparecidas, como línguas nativas, costumes e festas, bem como a revalorização de formas tradicionais de se viver e produzir, como, por exemplo, a recuperação na Bolívia e Peru, depois de longo esquecimento, dos *chacras*, formas engenhosas ancestrais de se cultivar o solo². Na esteira da globalização avassaladora, surpreendentemente a tradição reaparece, renovada, e se reafirma como uma força viva.

Por outro lado, no entanto, é importante percebermos que essa asserção sem precedentes do patrimônio só se faz possível pela expansão do seu campo, que foi notável nas últimas décadas. Assim, de um discurso patrimonial baseado na idéia consolidada do “monumento histórico e artístico”, que se referia aos grandes monumentos do passado, passou-se em nossa era para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos “bens culturais”, referente às diversas identidades coletivas. A própria Constituição Federal de 1988 já incorpora essa expansão, ao definir como “patrimônio cultural brasileiro” os “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, incluindo-se neles “as formas de expressão”, “os modos de criar, fazer e viver”; “as criações científicas, artísticas e tecnológicas”, “as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais” e “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (Art. 216). Deste modo, não apenas os monumentos já consagrados, mas diversas paisagens, tradições, expressões de arte, saberes populares e documentos passaram a ser reconhecidos como patrimônio nacional, acompanhando a tendência mundial de expansão do conceito.

Grande importância nessa expansão parece-nos desempenhar também a idéia do patrimônio imaterial ou intangível, que, de certa forma, recolocou as bases da nossa área. Enraizado na compreensão oriental – principalmente japonesa – do patrimônio cultural, o conceito do patrimônio intangível emergiu a nível internacional nos anos 1990, dentro da UNESCO, como um conceito alternativo e complementar à compreensão eurocêntrica do patrimônio cultural, dominada até então pelas idéias de monumentalidade e autenticidade. Ao invés de, reificadamente, colocar a ênfase nas características técnicas ou estéticas dos artefatos em si, como expressão do patrimônio cultural, o conceito de patrimônio intangível visa os artefatos e espaços como expressões das práticas, processos e representações que as comunidades e indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural. Com isso, valoriza-se justamente a dimensão viva da cultura, o trabalho do qual resultam, em última instância, as obras da cultura.

Mas, a nosso ver, vivemos não apenas uma mera expansão, uma agregação quantitativa de bens culturais, mas um profundo deslocamento no campo do patrimônio, que nos últimos anos também se vê colocado em diálogo com outros campos e múltiplas disciplinas, para, no entrelaçamento de suas perspectivas, procurar responder a uma realidade de crescente complexidade. Assim, por exemplo, é que vão surgir, no final do século XX, idéias como a de “patrimônio ambiental urbano”, na qual se aproximam três campos – o da preservação do patrimônio, o do planejamento do território e o da preservação ambiental –, que até então pouco se comunicavam. Isso só vai ser possível pelas alterações internas que cada uma dessas áreas vem sofrendo: por um lado, o conceito de patrimônio – ao se afastar da noção reificada de monumento – incorpora a idéia da dinâmica da cultura e do ambiente construído; por outro, percebe-se – através da mediação de idéias como a de sustentabilidade e de qualidade ambiental – a necessidade de se pensar conjuntamente as chamadas “áreas históricas” e o restante do tecido urbano e do território. E, finalmente, entende-se que a idéia de meio-ambiente inclui o ambiente urbano, no qual vive a maior parte da humanidade. Como ressalta Ignacio González-Varas, a emergência dessas categorias novas – como as idéias de “patrimônio ambiental urbano” e de “bens ambientais” considerados como parte importante dos bens culturais – seria uma das conquistas conceituais de maior relevância no campo do patrimônio cultural. “A extensão da tutela e proteção do ‘monumento’, como objeto individual e singular, até os ‘centros históricos’ e, daí, até o ‘território’ culturalmente significativo, é, com efeito, uma das facetas mais sugestivas do pensamento internacional sobre os bens cultu-

rais”, escreve³. Se como vimos, as dimensões materiais e imateriais do patrimônio se aproximaram, podemos identificar também nesse início de século uma relativização cada vez mais profunda da separação radical que a modernidade estabeleceu entre natureza e cultura, entre “bens ambientais” e “bens culturais”.

É frente a esse quadro, amplo e cada vez mais complexo, que se coloca esta obra, que pretende traçar uma visão de síntese da área do patrimônio, articulando-se os seus textos em torno de três eixos: “conceitos”, “políticas” e “instrumentos”, que são abordados a partir da perspectiva contemporânea e dos desafios trazidos por ela para as políticas do patrimônio. Para situar a questão, o livro abre com a apresentação, ainda que sucinta, do campo conceitual no qual se articula a idéia de patrimônio, mostrando como ela se relaciona ali com outras idéias como as de cultura, tradição, modernidade, memória, história, entre outros. Tradição e modernidade vão ser, de fato, os pólos em torno dos quais vamos situar o fenômeno do patrimônio, tentando mostrar, em vários momentos, a relação complexa e ambígua que eles estabelecem entre si. Para isso, antes de mais nada, vai ser feito um esforço para se definir a própria tradição e entender o seu funcionamento, mostrando que ela já tem – em si mesma – uma dimensão dinâmica, que lhe fornece certa plasticidade e lhe permite sobreviver frente à modernidade, na qual a lógica da cultura passa a ser a da mudança, da substituição incessante de valores e modelos. Vamos mostrar como nessa nova configuração da cultura – a modernidade – muda profundamente a própria maneira de se pensar o tempo, passando as suas três dimensões – passado, presente e futuro – a se relacionar entre si de forma singular e diferente das etapas anteriores. A nossa tese central na primeira sessão do livro – “Conceitos” – vai ser, então, que a idéia do patrimônio só pode aparecer na modernidade, a partir da relação muito peculiar que esta estabelece com as três dimensões temporais: apenas no momento em que os passados exemplares são abandonados e a lógica da cultura passa a ser a da substituição sistemática de todas as referências é que se coloca a necessidade de se pensar também sistematicamente a preservação da tradição, forjando-se as políticas institucionais de patrimônio.

A segunda sessão – “Políticas” – vai mostrar justamente como a idéia de patrimônio se corporificou em ações públicas e, em muitos casos, institucionais que, através de distintas configurações, procuraram responder ao desafio colocado pela modernidade. Ao proceder a essa análise, adotamos desde o início uma perspectiva “crítica”, não tomando essas

políticas como algo dado, derivadas do reconhecimento de valores objetivos e universais incorporados nos bens culturais, mas, reversamente, procuramos investigá-las sempre como construções sociais, examinando as suas condições de possibilidade, o seu enraizamento temporal e social. Ao perscrutar os diversos valores envolvidos em cada escolha patrimonial, a teoria contemporânea em nossa área realiza, a nosso ver, uma “virada copernicana” de moldes kantianos: assim como Kant colocou a razão no centro de suas investigações, para que primeiramente fosse examinado como se processa e se fundamenta o conhecimento, a teoria atual do patrimônio coloca o próprio patrimônio – enquanto campo e atividade social – no centro de suas investigações, examinando primeiramente como se processam e se fundamentam as escolhas que conformam o corpus desse campo.

O fato é que as decisões sobre a conservação do patrimônio sempre lançaram mão, explícita ou implicitamente, de uma articulação de valores como ponto de referência: em última instância vai ser a atribuição de valor pela comunidade ou pelos órgãos oficiais que leva à decisão de se conservar (ou não) um bem cultural. Assim, as políticas de preservação trabalham sempre com a dialética lembrar-esquecer: para se criar uma memória, privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos aspectos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade. Como sabemos, no campo da conservação do patrimônio, os valores vão ser sempre centrais para se decidir o que conservar – que bens materiais e imateriais representarão a nós e a nosso passado – bem como para determinar como conservar – que tipo de intervenção esses bens devem sofrer para serem transmitidos para as gerações futuras. No entanto, por muito tempo não parecia importante investigar com maior profundidade esses valores, uma vez que havia certo consenso sobre o que preservar, passando os critérios de escolha aqui sempre pelas instâncias estéticas e históricas. Nas últimas décadas, no entanto, com a notável ampliação do campo e com a incorporação de novos atores, esta reflexão mostra toda sua importância para a formulação de qualquer política mais abrangente para o patrimônio. Como sabemos hoje, só uma compreensão acurada dos valores percebidos pelos diversos “agentes” – valores esses que definem seus objetivos e motivam suas ações – pode nos fornecer uma perspectiva crítica para a gestão estratégica sustentável e de longo prazo para os bens culturais⁴.

Finalmente, a terceira sessão do livro – “Instrumentos” – vai discutir as diversas perspectivas colocadas em nossos dias para as políticas de patrimônio e os novos instrumentos forjados para responder à enorme expansão do seu conceito. Como já observamos, a expansão e o deslocamento

vivididos no campo do patrimônio nas últimas décadas terminam por se refletir nos próprios instrumentos utilizados, na medida em que se percebe que os mecanismos tradicionais construídos ao longo de séculos de preservação monumental no Ocidente já não bastam para documentar, proteger e conservar esse campo – muito mais vasto e com um arranjo distinto. Nesta perspectiva, mesmo os instrumentos tradicionais precisam ser revistos e re-explorados metodologicamente, para se adaptarem à nova conformação do campo. Este vai ser o caso, por exemplo, do instrumento do inventário, que, como mostramos nessa sessão, pode ultrapassar a sua função original – a de produzir um registro de bens culturais a serem protegidos – passando a constituir um tipo de diagnóstico interdisciplinar, com capacidade de fornecer bases mais seguras para o planejamento urbano sustentável de áreas da cidade. Também apresentaremos alguns instrumentos novos, notadamente o “registro cultural”, tentativa de se tratar o patrimônio imaterial e a “paisagem cultural”, instrumento que aproxima os campos da natureza e da cultura, e cuja possibilidade de chancela foi regulamentada no Brasil em 2009 pelo IPHAN. Nesta sessão vamos tratar ainda regiões específicas do campo do patrimônio – a conservação urbana e a preservação do patrimônio documental, cujos desafios são ilustrados com exemplos reais de projetos dos quais participamos.

Este entrelaçamento entre discussão teórica e análise de casos concretos, em que estivemos envolvidos, vai ser uma perspectiva sempre presente neste livro, que também pode ser lido como uma espécie de reflexão sobre um percurso de vinte anos de atuação profissional na área do patrimônio. Neste sentido, grande parte dos ensaios foi desenvolvida ao longo do tempo como tentativas de problematizar e sistematizar as questões que nos apareciam na elaboração e execução de projetos de inventariamento, reabilitação urbana, restauro, preservação documental, tratamento da paisagem cultural, entre outros. Esta perspectiva parece-nos duplamente rica: se na elaboração desses projetos dialogávamos com a teoria e as metodologias contemporâneas da área, a prática, num processo de retroalimentação, também nos fornecia continuamente substrato empírico para uma reflexão capaz de iluminar e aprofundar as metodologias e as reflexões teóricas que desenvolvíamos.

Esta abordagem nos parece adequada também para os objetivos desta obra, que pretende ter um caráter expositivo e de síntese, apresentando um panorama do campo do patrimônio. Nesta perspectiva, ela se dirige a um público amplo: não apenas a pesquisadores e ativistas da área,

mas também aos interessados na problemática e, especialmente, a estudantes dos diversos cursos universitários que hoje abordam a questão do patrimônio sem dispor de um material abrangente de referência, afinado com as perspectivas contemporâneas. Este propósito levou a que também incluíssemos neste livro uma coletânea de fontes para a pesquisa (Anexo I), que remete a sítios na internet atualizados e de grande abrangência, bem como uma coletânea das principais peças da legislação brasileira concernentes ao patrimônio (Anexo II), que vai do Decreto-Lei 25 de 1937, que institui o instrumento do tombamento, à recente Portaria Nº. 127 do IPHAN de 2009, que cria a chancela da paisagem cultural brasileira. Além disso, preocupamo-nos ainda em reunir nas Referências bibliográficas um panorama abrangente de artigos e obras, principalmente em português, inglês e espanhol, que fornecesse possibilidade de aprofundamento posterior nos diversos tópicos abordados.

Finalmente, cabe-nos agradecer as diversas contribuições que tornaram possível a existência deste livro. Inicialmente, o Departamento de Minas Gerais do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-MG), que generosamente acolheu nosso projeto “Educadores e Conselheiros: Agentes do patrimônio”, conseguindo financiamento junto ao Programa MONUMENTA, viabilizando esta edição. Em seguida, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), que têm nos apoiado não apenas através de bolsa de produtividade e do Programa Pesquisador Mineiro, mas com o financiamento a diversos projetos de pesquisa, dos quais derivaram grande parte dos textos e reflexões aqui reunidos. Também merecem agradecimentos a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por nos possibilitar o exercício conjunto do ensino, pesquisa e extensão, essência da vida universitária, e sua Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), pelo eficiente e zeloso gerenciamento dos recursos públicos a nós destinados. Por último, mas não menos importante, cabe agradecer aos diversos profissionais e estudantes com os quais trabalhamos ao longo desses anos, e com os quais pudemos compartilhar nossas indagações, dúvidas e reflexões.

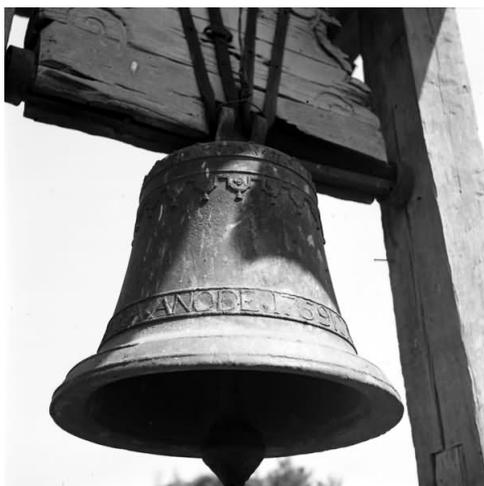
Primeira Parte:
Conceitos

O FIM DA TRADIÇÃO / A REINVENÇÃO DA TRADIÇÃO: NARRAR E CONSTRUIR NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

O que vem a ser, realmente, tradição? Qual é a sua relação com a cultura e como funciona o processo de transmissão pressuposto nesta idéia? Qual o papel da tradição no mundo contemporâneo, marcado pela globalização e pela extrema volatilidade de todas as referências? Se a tradição está, de fato, como apontam muitos autores, desaparecendo – ou se transformando profundamente – frente ao avanço inexorável do processo de modernização, parece-nos que cabe um esforço no sentido de definir a tradição e entender o seu funcionamento.

Paul Oliver, no verbete “Tradição e transmissão” da *Encyclopedia of vernacular architecture*, enuncia que se consideram tradicionais “aqueles aspectos do comportamento, dos costumes, do ritual ou do uso de artefatos que foram herdados das gerações anteriores”. Assim, poderíamos denominar como *traditum* os exemplos mais distintos dentro uma tradição, de um “soneto” a uma “insígnia”; nesse raciocínio, o campo da arquitetura seria marcado intrinsecamente pela tradição, na medida em que todas as tipologias, tecnologias e ofícios edilícios do passado que persistem até o presente poderiam ser considerados como *tradita*. A tradição teria, então, uma dimensão necessariamente conservadora: o presente repetiria o passado através daquilo que dele herdou. Neste sentido, a tradição foi comumente entendida como um segmento relativamente inerte de uma estrutura social, uma “sobrevivência do passado”, não sendo de se estranhar, portanto, que ela seja vista, muitas vezes, como uma dimensão cristalizada, imóvel, da cultura.

No entanto, a ligação que a tradição estabelece entre o passado e o presente é mais complexa do que poderia parecer à primeira vista: se as *tradita* são permanências do passado, elas existem *no presente*, onde desempenham normalmente a função de emprestar sua chancela de autoridade a atos do presente. Para cumprir tal função, a tradição será, como aponta Raymond Williams, sempre



Sino da Igreja em Arraial Velho, Sabará, Minas Gerais.

seletiva, “uma versão intencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado, que se torna poderosamente operativa no processo de definição e identificação social e cultural”.¹ É neste sentido que Oliver denomina tradicional uma sociedade “que depende da autoridade de suas tradições para afirmar pensamentos e ações do presente”.² Desta forma, a despeito de seu viés eminentemente conservador, poderíamos ver sempre se manifestando na tradição uma “força ativamente modeladora”, uma dimensão que em última instância, vai lhe garantir uma certa plasticidade.

Tradição e mudanças culturais

A antropologia reforça essa perspectiva ao apontar para o fato de que todos os sistemas culturais, mesmo aqueles tradicionais, estão em contínuo processo de modificação. Não haveria, assim, uma cultura estática, e o próprio processo de transmissão incorporaria possibilidades de mudanças, através das quais as culturas se mantêm flexíveis e podem absorver as inevitáveis variações trazidas pelo tempo. Neste aspecto, cabe distinguir, no entanto, entre dois tipos de transformações da cultura: aquelas mudanças internas, que resultam da própria dinâmica do grupo, e aquelas mudanças, usualmente bruscas e rápidas, trazidas pelo contato de um sistema cultural com outro.³ O primeiro tipo de transformação é o resultado de um desenvolvimento interno do grupo, quando, por exemplo, se consegue resolver um problema colocado, ou se atinge um novo estado cultural. O grande motor aqui vai ser, como aponta Ronald Lewcock, “o desejo de novidade e o instinto humano fundamental ligado à curiosidade”.⁴ No que concerne à arquitetura vernacular, o autor observa que “dentro de uma tradição, o desenvolvimento e a aceitação de uma mudança física pode acontecer através da resolução de um problema que é inerente à ordem existente”.

Já o segundo tipo de transformação – através de contato intercultural – será, de fato, como demonstra Claude Lévi-Strauss, o grande motor do avanço das culturas, que, em diálogo, conseguiriam incorporar elementos trazidos da outra cultura. A própria diversidade das culturas seria, assim, muitas vezes, um impulso para avanços internos: “Muitos costumes nasceram, não de qualquer necessidade interna ou acidente favorável, mas apenas da vontade de não permanecer atrasados em relação a um grupo vizinho que submetia a um uso preciso um domínio em que nem sequer se havia sonhado estabelecer leis”.⁵ Para o antropólogo francês, o grande mecanismo que permitiria o avanço das culturas residiria justamente na colaboração entre elas: “A possibi-

lidade que uma cultura tem de totalizar este conjunto complexo de invenções de todas as ordens a que nós chamamos civilização é função do número e da diversidade das culturas com as quais participa na elaboração – a maior parte das vezes involuntária – de uma estratégia comum.”(6) Assim, as “formas da história mais cumulativas” nunca seriam resultado de culturas isoladas, “mas sim de culturas que combinam, voluntária ou involuntariamente, os seus jogos respectivos e realizam por meios variados (migrações, empréstimos, trocas comerciais, guerras) estas coligações (...)”.

No entanto, este processo, denominado “colaboração entre culturas” por Claude Lévi-Strauss – que o considerava como levando a avanços civilizatórios –, pode, às vezes, se mostrar catastrófico, com a destruição e o apagamento de uma cultura pela outra. Neste ponto, parece-nos necessário considerar a distinção, proposta por Ronald Lewcock, que separa as transformações trazidas pelas influências externas em duas espécies, distinguíveis uma da outra pela extensão pela qual são assimiláveis pela cultura existente: segundo ele, poderíamos falar de “influências trans-culturais” “se as influências são relativamente assimiláveis com facilidade”, e de uma “cultura externa impactante” se elas não o são.⁷ Alain Gheerbrant vai nos fornecer um exemplo elucidativo desta diferença ao comparar o encontro dos índios yanomamis, do Norte do Brasil e Venezuela, com a tribo Yekuna e com a civilização branca:

De qualquer forma, sabemos com certeza que o povo ianomâmi ainda estava florescendo até há alguns anos atrás. Mas eles não estavam vivendo em isolamento total. Na Venezuela, a cultura material dos ianomamis estava evoluindo – sem, no entanto, tomar nada emprestado do “mundo dos brancos”. No último quarto de século, eles vêm adotando alguns avanços – canoas, redes de algodão fiado, plantação de pequenas bananas e mandioca – provavelmente como resultado da interação com os Yekuana, uma tribo de agricultores sedentários. Cansado de guerras, eles têm estado trocando mais que tradições; são dos brancos, em busca de ouro e diamante.⁸

Enquanto conseguiam assimilar traços de uma outra cultura indígena, o encontro dos yanomamis com os brancos vai ser devastador. Nas palavras do antropólogo Darcy Ribeiro:

Quando a civilização chegou, foi como a praga. Os indígenas pensaram que estavam lidando com uma tribo que estava no mesmo nível deles, mas logo descobriram que eles eram infinitos em número. Um dia, um índio, que queria visitar uma cidade comigo, disse: ‘É assustador; eles parecem formigas’. A chegada dos brancos pôs seus valores de

ponta-cabeça. Elas se viam como uma tribo amada pelos seus deuses, e, então, subitamente, apareceu essa tribo muito maior, muito mais poderosa. Isto resultou em disputa com seus deuses, com os seus pajés. Eles não sabiam mais em que pé estavam. O mesmo se deu em relação aos aviões. Assim que se deram conta de que seus inimigos eram os senhores desses pássaros com asas rígidas, eles ficaram completamente atônitos. Com a chegada do branco, os índios tiveram que se colocar uma série de questões sérias sobre o seu lugar num esquema mutável de coisas.⁹

No caso dos indígenas brasileiros, e seu contato com a cultura branca, cabe enfatizar que se trata de um caso extremo: o desaparecimento cultural é seguido aqui pelo extermínio físico, com as terras indígenas sendo ocupadas pelos fazendeiros, mineradores, estradas, usinas hidrelétricas e cidades. O contato brusco entre duas culturas com perspectivas e visões de mundo completamente diferentes poucas vezes mantém algum lugar para influências transculturais: ao verem seu mundo desaparecer com extrema rapidez, aos indígenas resta somente a luta pela sobrevivência, pelo não desaparecimento. No entanto, é interessante perceber também a força da tradição: mesmo submetida a um impacto brutal de uma outra cultura, a tradição indígena vai conseguir desenvolver, como mostraremos adiante, estratégias de sobrevivência, podendo renascer, absorvendo mecanismos da cultura dominante.

Narrar: para não esquecer demais...

A Noroeste do Brasil, nos atuais estados de Mato Grosso e Rondônia, concentram-se já há milhares de anos, como têm mostrado pesquisas arqueológicas recentes, povos de matriz essencialmente Tupi, que se dividem hoje em cinco famílias lingüísticas – Mondé, Rama-Rama, Kawahib, Arikén e



Tupari, que se tornaram mutuamente incompreensíveis.¹⁰ Neste vasto território, nos vales do Aripuanã e Roosevelt, vivem os índios Cintas-largas, do grupo Tupi-Mondé¹¹, até pouco tempo de forma intocada e desconhecida pela sociedade nacional. Esta situação, que se explica pela dificuldade de acesso à região e pela estratégica ocupação indígena nas cabeceiras dos grandes rios, de onde hostilizavam os invasores em defesa de

suas terras, possibilitou a sobrevivência dessas sociedades que ocupavam com imensa sabedoria seu território. Somente neste século, aconteceram os primeiros contatos com os brancos, com a passagem por lá da rota do marechal Rondon na Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas e da expedição Roosevelt/Rondon.¹²

A partir de meados da década de 1960, no entanto, este contato se fez mais intenso, com o deslocamento para a Amazônia de atividades agropecuárias e mineradoras. Com esta ocupação, assistiram-se a verdadeiros massacres promovidos pelos grupos econômicos, que fulminaram aldeias inteiras com bombas, venenos e armas. (Aqui cabe destacar o bárbaro massacre sofrido pelos cintas-largas que se localizavam nas cabeceiras do rio Juína, em 1963, promovido pela firma Arruda e Junqueira.) Em 1970, levantamento aerofotogramétrico revelou grandes jazidas de minérios em áreas ocupadas por grupos tribais na Amazônia, o que acelerou esse processo. Numa década em que a ditadura militar priorizava a questão da “segurança nacional”, colocando como meta ocupar os “vazios” do território brasileiro, abateram-se sobre a região grandes projetos de desenvolvimento e planos de integração nacional, com a abertura de rodovias como a BR-364. A ação do Governo sempre foi ambígua: embora tenham se produzido leis em defesa dos indígenas, sua ação real foi no sentido de se contatar e “amansar” os índios para facilitar a instalação das atividades econômicas em suas cobiçadas terras, tarefa empreendida, em parte, pelos próprios órgãos governamentais (SPI/FUNAI), financiados por grupos econômicos, interessados nas terras indígenas, para exploração de madeira, agropecuária ou extração mineral.¹³

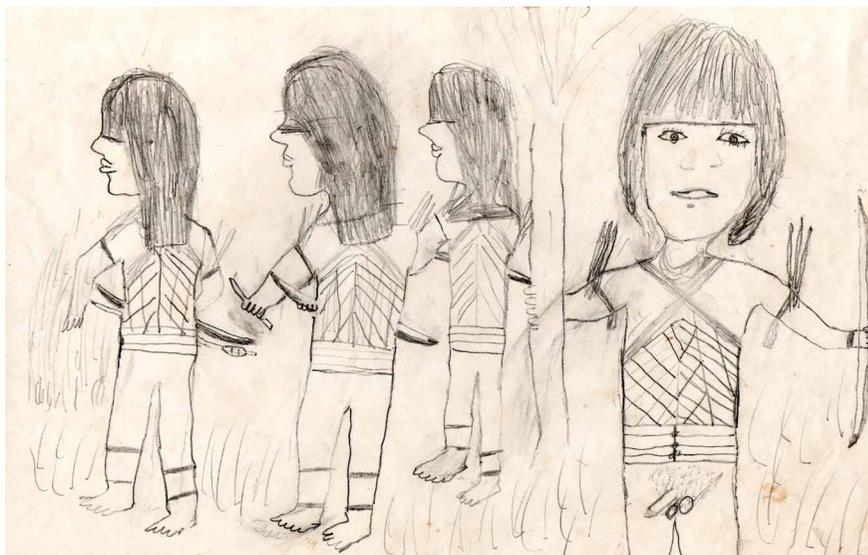
Em meio a tal processo, cabe relatar um episódio emblemático, que



*Desenho
Cinta-Larga.*

retrata bem o encontro entre essas duas culturas: em 1974, um grupo Cinta-Larga, numa tentativa de reverter o curso dos acontecimentos, dirigiu-se para Humboldt/Aripuanã, numa “missão de paz”, em que ofereciam aos brancos o que tinham de melhor – colares, flechas e enfeites. Essa expedição, à qual Mário Chimanoitz referiu-se como uma tentativa do índio de pacificar o branco, foi mal-sucedida: dos 69 cintas-largas que dela participaram, 38 morreram de gripe, só retornando 31 para a aldeia.¹⁴ O resultado do contato com os brancos, ilustrado por este episódio, vai ser catastrófico em todos os sentidos para os povos indígenas em geral e para os Cintas-largas em particular: se no início dos anos 1970, a população Cinta-Larga era estimada em 30.000 habitantes, hoje não chega a 1.000, tendo sido dizimada por doenças ou pela ação direta do homem branco, através de madeiras e garimpeiros.

No início dos anos 1980, numa tentativa de aprender com esse mundo que desaparecia, a arquiteta Leda Leonel dirige-se para a região ocupada pelos indígenas em Rondônia, onde entra em contato com a aldeia Cinta-Larga do Posto Indígena Roosevelt. Ali, convivendo com uma aldeia que até então tivera muito pouco contato com os brancos, ela inicia uma pesquisa sobre aquele universo cultural, tendo como foco a questão da habitação dos Cintas-largas. Embora seu objetivo primário fosse documentar a construção de uma grande maloca, a sua perspectiva era mais ampla: entender a habitação indígena era entender as suas determinantes sociais e, particularmente, a estratégia de ocupação e exploração da Floresta Tropical. Impressionava-lhe, desde o início, como os indígenas vinham ocupando há milênios o seu meio-ambiente natural, sem destruí-lo, mantendo-se em equilíbrio com o universo que os



Desenho
Cinta-Larga.

cercavam.¹⁵ Desde 1983, sua primeira estada entre eles, Leda Leonel volta várias vezes à aldeia Cinta-Larga, presenciando e participando de atividades tradicionais – festas, caçadas, pescarias, plantios e colheitas, e a construção de uma casa tradicional. No entanto, ela vai participar também do outro lado do processo, testemunhando a destruição sistemática daquele universo cultural: “Partilhei também de suas angústias diárias”, relata a arquiteta, “doenças e mortes, precário atendimento médico, dificuldades com a FUNAI no atendimento de suas necessidades e constante invasão de suas terras”.¹⁶

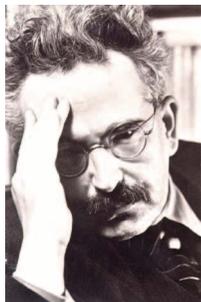
O processo de transformação dá-se num ritmo muito acelerado: quando volta à tribo em 1985, a arquiteta encontra a situação dramaticamente alterada. Com a chegada de madeireiras e garimpeiros, a tribo, que até então permanecera quase intocada, passara a ter contato intensivo com o branco. Doenças começam a dizimar grande parte da população indígena. Seus costumes são depreciados pelos invasores e começam a ser subvertidos a partir da destruição de sua própria forma de sobrevivência: com a mineração e o uso de mercúrio nos rios, a contaminação impede a pesca e mesmo a utilização da água para beber. Uma cultura, cujo enraizamento no universo natural era intenso e profundo, encontra-se em grande dificuldade para sobreviver frente à chegada avassaladora do homem branco e à destruição que ele provocava no meio-ambiente.¹⁷

Frente a esse quadro de perigo, uma decisão é tomada junto com o jovem cacique Pichuvy: gravar as histórias dos índios para registrá-las e garantir a sua permanência, mesmo que em outro suporte. “No início de 1985, começamos, Pichuvy e eu, a gravar histórias. Direta e indiretamente toda a aldeia colabo-



*Leda Leonel com
Cinta-Larga.*

rou: no mato, no posto, na maloca, sempre havia gente por perto, escutando, lembrando passagens, desenhando, participando.” Enquanto a arquiteta seguia pesquisando a habitação tradicional, Pichuvy também fazia sua pesquisa: “procurou os mais velhos, resgatou histórias, sanou dúvidas, informou-se sobre os primeiros contatos com os brancos, gravou depoimentos”. Tratava-se, para ela e para o cacique, de garantir a permanência de um universo que se esvaía, através da narração, registrada pela escrita.



Walter Benjamin

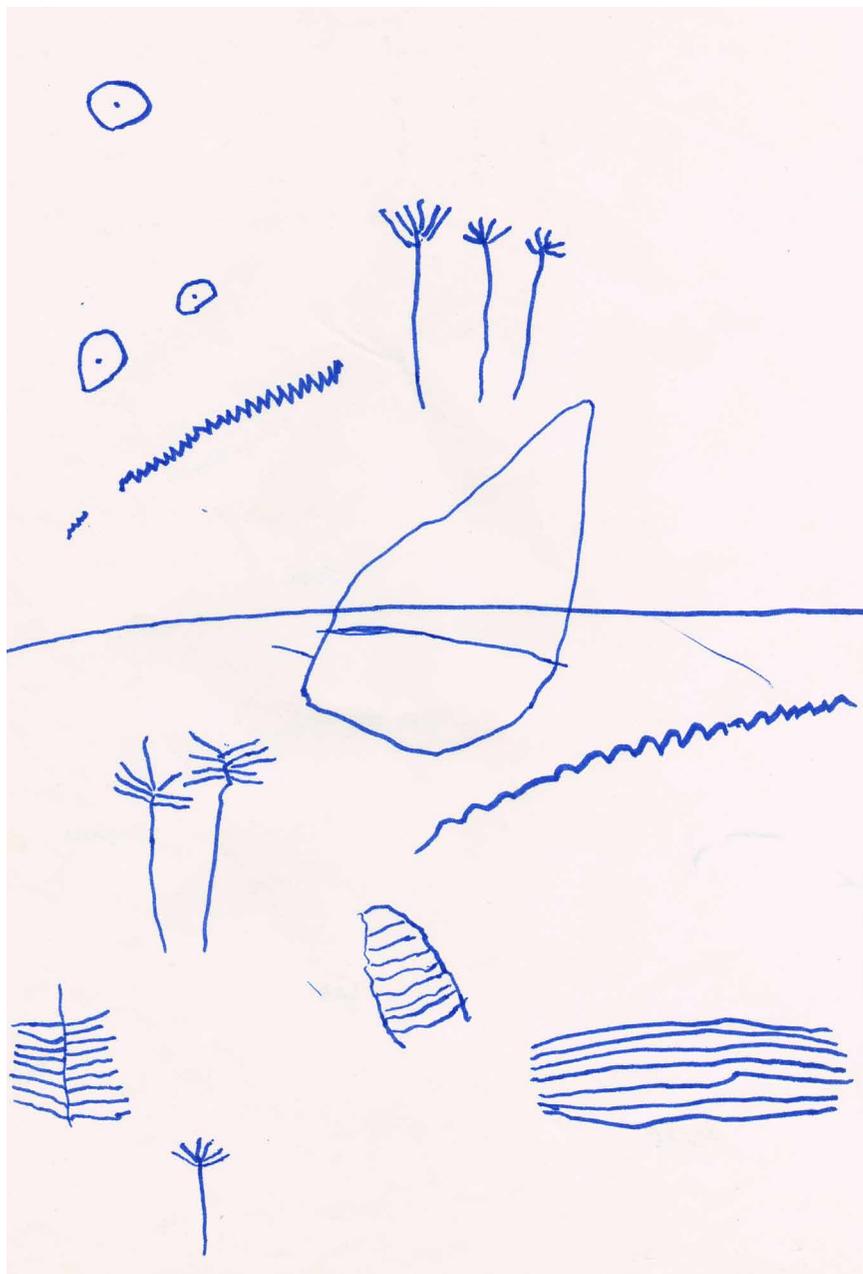
Neste sentido, esta experiência parece corroborar a tese, defendida por autores que, como Walter Benjamin, apontam a modificação e o desaparecimento da narração tradicional como concomitante com o advento da modernidade. O filósofo alemão abre seu texto “O Narrador”, escrito ainda em 1936, com uma importante referência ao tempo, apontando que, apesar da familiaridade com o nome do narrador, ele não é mais presente em termos de sua “efetividade viva”. Como explica Andrew Benjamin:

Passou o tempo do narrador. O fim do tempo da narração é descrito por Benjamin como a não mais existência da capacidade de intercambiar experiências (*Erfahrungen auszutauschen*). O narrador se alimenta da experiência e, ao narrar, transforma aquela experiência na experiência do ouvinte. A narração pertence intrinsecamente e articula a ‘comunidade de ouvintes’.¹⁸

Nessa perspectiva, poderíamos dizer que a narração florescia no contexto do que o jovem Lukács descrevia como “civilizações integradas”.¹⁹ A modernidade, no entanto, vem trazer o fim de uma visão integrada do mundo, onde se situava o narrador, que, a partir de uma base comunitária, apresentava ainda uma visão cosmológica do mundo, onde todos os tipos de criatura tinham seu lugar garantido.

Todos os grandes narradores têm em comum a liberdade com que se movem para cima e para baixo nas esferas de sua experiência, como numa escada. Uma escada que se estende para baixo, para o interior da terra, e para cima, desaparecendo em direção às nuvens, e a imagem para uma experiência coletiva (*das Bild einer Kollektiverfahrung*) para a qual o mais profundo choque da experiência individual, a morte, não constitui impedimento ou barreira.²⁰

Para Jacques Le Goff, nas sociedades sem escrita, a memória coletiva parece se ordenar em torno de três grandes interesses: “a identidade coletiva do grupo, que se funda sobre os mitos, e mais particularmente sobre os



Desenho
Cinta-Larga.

mitos de origem; o prestígio das famílias dominantes que se exprime pelas genealogias e o saber técnico, que se transmite por fórmulas práticas, fortemente penetradas de magia religiosa.”²¹ O trabalho de Pichuvy e Leda, ao organizar as histórias da tribo, também parece se ordenar em torno desses eixos, principalmente o primeiro, o de reforçar a identidade coletiva do grupo através do relato de seus mitos. O cacique retoma a narração que se esvaía movido pelo desejo de que ela se perpetuasse e, com ela, o fio da tradição:

Eu vou conversar agora pessoal. Eu quis fazer muito conversar assim de história. Quando fizemos assim, índio que tem lembrar quando eu vou morrer. Índio que tem lembrar de mim. É assim que eu conta tudo aldeia meu. Quando eu vou morrer, pessoal que tem lembrar de mim ‘Que Pichuvy contava quando era vivo é assim’.

(...) Eu tô vivo aqui, eu contar muito de história. Assim que eu faço pessoal meu, contava meu pessoal. E muita vez que eu falava que índio tem que lembrar como foi antigamente, como que velho contava prá nós, que velho conta muita história prá nós. Por isso que eu conta muita história assim.²²

O livro vai ter uma ordem bastante clara: “da harmonia mítica à desintegração histórica”, para utilizarmos as palavras da arquiteta. Assim, ele começa falando de Ngurá, o criador do mundo, situando-nos frente à cosmogonia dos cinta-



Desenho
Cinta-Larga.

larga. Em seguida, numa ordem que nada tem de fortuito, apresenta os mitos fundadores, as origens de fenômenos cósmicos e terrestres importantes, como a chuva (“Bepuixi, o dono da chuva”), o fogo (“Pokãï”, fogo), o fim do mundo (“Ngoin Mangá Werebá”), o casamento (“Assaid Nã”), a flecha (“Njap”), o “dono do mato” (“Pawo”), entidade negativa do universo Cinta-Larga. Papel decisivo nesse cosmos vão desempenhar os animais, que são contemplados com uma grande quantidade de narrativas: histórias da onça (“Neku”), besouro (“Alã”), arara (“Kasat”), anta (“Waçá”), maribondo (“Ngabey”), entre outros. Naquele universo, os espíritos, os homens, os animais e as plantas compartilhavam harmonicamente o mesmo universo da floresta tropical.

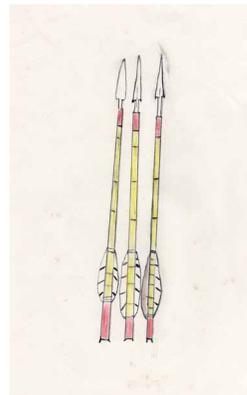
Essa harmonia vai se desintegrar, no entanto, na segunda parte do livro, que reúne as histórias relativas à chegada do branco, e que vai ser intitulada, correspondentemente, “Outras histórias”. Ela começa com um lamento pela perda da técnica tradicional no que se refere à construção da maloca. O esquecimento é profundo, atingindo até mesmo aquele instrumento necessário para a sobrevivência do índio, a flecha.

Agora eu vou contar história do maloca. História maloca, quem sabia fazer maloca. Então esses dias que nós esquecemos como faz de maloca.

Hoje eu mesmo que mandei fazer maloca pra aprender. Eu sei como é que vou fazer maloca. Porque o índio daqui esquecer como faz maloca.

Até a flecha aqui gente não sabe fazer... Então por isso que vou mandar fazer pra aprender, pra não esquecer. Festa também... artesanato também, prá não esquecer demais. Pra lembrar de história que fez maloca antigamente.²³

“Para não esquecer demais”, tal é o propósito declarado da narração, que deve ser utilizada para que os índios se lembrem de sua origem e do seu saber técnico, também em desaparecimento. “Agora que nós queremos aprender fazer maloca, artesanato e flecha”, declara o Cacique. Aquilo que parecia algo dado, uma faculdade quase natural – o saber narrar, o saber fazer maloca ou flecha, agora tem que ser reaprendido. E registrar através da escrita parecia-lhe uma forma de garantir a permanência daquele saber, que, de outra forma, seria tragado pela cultura branca, que se impunha com violência sobre a nativa.



Desenho
Cinta-Larga.

O aparecimento do branco é relacionado com a morte: uma morte que chega sorrateira, primeiro se disfarçando de amigo, depois envenenando e matando os índios com armas de fogo, granada e metralhadora.

Aí que foi começar achar branco, né? Aí que garimpeiro vai aparecer lá no rio Roosevelt. Depois que gente pensava que Suruí mesmo tava garimpando, sabe? Aí garimpeiro apareceu. Tinha muito Cinta-Larga. Muito cheio, sabe? Tinha flecha tamanho assim, bem feito mesmo, sabe?

Depois branco ficou amigo, né? Foi ficou amigo... Primeiro que o branco matava muito Cinta-Larga de tiro, de metralhadora...

A destruição que atinge a tribo fere também o seu meio-ambiente: a floresta é destruída, as árvores derrubadas, o rio contaminado. O indígena, que vivera milhares de anos em harmonia com a natureza, percebe o caráter predatório daquele novo tipo de ocupação. Para ele, tudo estaria ligado: a mata, o rio, os animais, os homens. “Bicho também tá começando acabar. Agora é difícil pra pegar bicho. Prá matar bicho, né. Agora já sumiu tudo bicho”. A causa de toda aquela destruição é bem percebida por Pichuvy, que contrapõe as necessidades do branco às do índio, numa compreensão de que são maneiras diferentes de se viver:

O branco quer é procurar terra pra ganhar dinheiro, né? O índio não precisa de ganhar dinheiro. O branco quer ganhar muito dinheiro! Índio precisa caçar., índio precisa pescar... tirar mel, né? Só isso que índio precisa. Mas não tem de derrubar árvore não.

São também duas maneiras diferentes de se relacionar com a natureza: a do branco, predatória e sem nenhuma consideração para com o meio ambiente, termina por destruí-lo.

Mas eu podia ser branco, não é? Mas não ia derrubar árvore não. Árvore não (...) Não precisa fazer roça todo ano, sabe? Isso ai índio fazer assim: Depois que capoeira vai crescer, ficar terra nova. aí gente derruba de novo. Tem muito mato mas não precisa derrubar não. índio vai andar mato. Não precisa cortar galho pra abrir caminho grande. Precisa não. Índio precisa só andar sem caminho. Por isso que mato não estraga pra índio, índio não estraga mato. Ninguém do índio mata muita coisa assim bicho não, sabe? Índio mata um bicho já vai embora, né? Depois outro dia mata outro.

A constatação, feita por Pichuvy, da maneira predatória do branco se relacionar com a natureza, que o leva a colocar em risco um ambiente de

delicado equilíbrio da floresta tropical, não é recente, tendo sido notada há muito tempo por viajantes que percorreram a Amazônia já nos séculos XVIII e XIX. Alexandre Rodrigues Ferreira, por exemplo, apontava, já em 1786, o abuso no corte de madeiras no Vale do Jaú, enquanto Spix, em 1821, alertava para o risco da extinção da tartaruga naquela região, pela “incúria” com que se praticava a colheita de seus ovos nos rios Branco e Solimões. Até hoje ecoam as palavras de João Pedro Dias Vieira, que em 1856 mostrava estar se tornando difícil o extrativismo na Amazônia, “tal tem sido até agora a nossa negligência!”.²⁴

Construir: a retomada da tradição

Em sua pesquisa, a arquiteta Leda Leonel identifica no sistema tradicional de ocupação do território, a maneira respeitosa do indígena se relacionar com a natureza, explorando suas potencialidades sem destruí-la. Nesse sistema, a própria escolha do local para se instalar a aldeia já parte de uma observação cuidadosa das potencialidades do sítio: procuram-se lugares que tenham “um rio grande, um rio pequeno, caça, peixe”. Além disso, a lógica é a do rodízio: a aldeia se estabelece ali por um tempo determinado, e quando a área apresenta sinais de esgotamento, desloca-se para outro lugar. Este novo lugar, no entanto, já fora ocupado, há muito tempo, não havendo, portanto, desmatamento da floresta, mas a reocupação de área anteriormente conhecida. Isso permite que o meio ambiente tenha tempo de se recuperar da ação do homem, e não se esgote. Segundo Leda Leonel, esse seria “um dos mistérios da conservação”, a razão que justificaria porque “eles estão morando ali há milênios e a coisa está perfeita”.²⁵



*Chegada do branco.
Desenho Cinta-
Larga.*

No entanto, o contato com os brancos inviabiliza essa forma de ocupação do território, não só pela ação direta dos garimpeiros e madeireiros, mas muitas vezes pela própria ação governamental ao demarcar as reservas indígenas. Para o observador desatento, a floresta tropical poderia parecer um todo homogêneo e indistinto, mas de fato, como observa Gheerbrant, ela está dividida em zonas para caça, coleta e migração tribal que se desenvolveram ao longo dos séculos.²⁶ O fato é que, até muito recentemente

te, a dimensão antropológica da ocupação do território era ignorada, com a demarcação sendo feita sem que se identificasse qual era o verdadeiro território ocupado pelas tribos. Assim, eram muito comuns demarcações isolarem partes vitais do território, deixando de fora, por exemplo, as áreas sagradas, ou, contrariamente, só incluindo as áreas sagradas, nas quais não se poderia exercer qualquer tipo de atividade extrativa ou agrícola.

No que se refere à habitação, o efeito da chegada da cultura branca também vai ser extenso, com a construção tradicional sendo substituída pelos padrões importados principalmente do Sul do País, de onde vem a maioria dos colonos que lá aporta. Entre os cintas-largas como documentara a arquiteta, a habitação tradicional é representada pela maloca comunal, enorme construção perfeitamente adaptada ao meio ambiente local. Com estrutura de madeira e cobertura vegetal, a habitação tradicional propicia



Desenho
Cinta-Larga.

sombra e conforto térmico num meio ambiente equatorial, muito quente e úmido. De fato, a maloca tradicional possui um isolamento térmico notável, atenuando no interior tanto o calor, quanto o efeito das perigosas e freqüentes quedas de temperatura.²⁷ Neste sentido, a palha, material utilizado para cobertura, vai se mostrar muito adequada, permitindo boa circulação de ar e tomando a casa tradicional ao mesmo tempo escura e bem ventilada. A estrutura tradicional vai ter dimensões avantajadas, medindo (em média) 60 metros por 20, tendo 18 metros de altura. Em

sua grande área interna vão se concentrar muitas famílias, que ocupam o espaço a partir de uma lógica que reflete a sua vida social: cada família tem o seu lugar dentro da casa. Não vai haver aí, no entanto, como na nossa sociedade, um espaço com nítidas separações espaciais, mas muito mais um espaço integrado.²⁸

Com a chegada do branco, esse modelo vai sendo substituído por casinhas individuais em madeira, cobertas com telhas de amianto, que se mostram duplamente impróprias. Se, por um lado, não propiciam o menor isolamento térmico, por outro, no que se refere à organização social, desfazem os laços familiares/espaciais em torno dos quais se estrutura a organização da casa comunitária tradicional. Com isso, também a feição das aldeias se altera completamente, passando o seu espaço a ser organizado a partir de unidades isoladas unifamiliares. É importante percebermos que não é

apenas a habitação que se transforma: com o seu desaparecimento toda a lógica tradicional da ocupação do espaço é subvertida. A casa comunal entre os Cintas-largas vai ser o palco social onde tudo acontece, sendo a ordem que dela deriva reproduzida para o espaço como um todo. Assim, por exemplo, quando se deslocam para acampamentos provisórios de caça, a mesma lógica espacial da grande maloca é reproduzida no meio do mato. Neste sentido, a construção em si mostra-se de menor importância, sendo essencial, no entanto, pelo que significa enquanto elemento articulador de uma visão de mundo. A casa destruída, ao revés, como observa Leonel, “destrói toda a estrutura da vida vivida que existe”. Este fato já fora percebido no século passado, quando os missionários cristãos constatarem que enquanto a casa comunal ficava de pé era impossível catequizar o índio, ou abalar a sua visão de mundo, sendo sua primeira providência para minar a resistência cultural indígena destruí-la.

A chegada do branco vai representar, nas palavras de Leda Leonel, “a ruína geral de todo sistema de entendimento do mundo”, “porque os locais escolhidos ao longo de milênios e habitados - por seres humanos, pelos espíritos, pela memória, pelas lendas, pela história -, vão sendo devassados completamente e com a chegada de tanta máquina, avião, tanta gente que eles nem sabiam que existiam”. Com isso, a própria pesquisa da arquiteta - sobre a estratégia de ocupação e exploração da floresta - deixa de ser viável, e ela se vê envolvida numa ação militante para tentar garantir de alguma forma a sobrevivência daquela cultura.

Engajando-se numa ONG - YAMÁ, mais tarde PACA -, a primeira ação desenvolvida foi significativamente ligada à questão da saúde indígena, numa tentativa de se garantir a sobrevivência física dos indígenas. Como se sabe, indefesos frente aos microorganismos desconhecidos trazidos pelos brancos, os nativos não sobrevivem mesmo a doenças como conjuntivite e gripe. Assim, concluiu-se que era vital que os índios aprendessem a lidar contra aquelas novas moléstias, para as quais a sua medicina natural não apresentava nenhuma solução. Uma primeira tentativa foi no sentido de se levar cursos de treinamento para as aldeias, o que se mostrou muito difícil, na medida em que isso envolvia o desloca-



Vista aérea do Centro de treinamento, Cacoal, Rondônia.

Centro de treinamento, Cacoal, Rondônia.



mento de uma equipe de professores, médicos, enfermeiros, entre outros, para as mais variadas aldeias. Face às dificuldades financeiras da ONG, a solução adotada foi a de se realizar próximo à cidade de Cacoal, onde lhes havia sido cedido um terreno, um centro de treinamento, que ao mesmo tempo deveria desempenhar o papel de escola e de alojamento, abrigando os indígenas que para lá se deslocassem.

Nessa construção, eles viram a oportunidade de se reconstruir a maloca tradicional, que estava desaparecendo das aldeias. Para isso, Leda Leonel preparou um projeto que recria a estrutura tradicional, suas formas e técnicas, ao mesmo tempo em que procurava enfrentar as novas condições colocadas para aquela cultura com a chegada dos brancos. Assim, a estrutura vai ser a tradicional, uma cúpula feita de madeira fina e flexível, que foi executada pelos indígenas. O material de cobertura também foi o tradicional, com palha, que é reciclável a cada oito anos. Em seu interior, no entanto, o espaço foi adaptado para os novos usos necessários na época, introduzindo-se paredes em alvenaria, que garantiam o fechamento e a segurança da Escola. As necessidades já eram outras neste mundo transformado: para se fazer uma escola precisava-se, por exemplo, de um tipo de iluminação diferente do das malocas tradicionais, explicando-se assim a introdução de janelas. Diferentemente da aldeia tradicional, onde as pessoas não possuem muitos objetos, já havia máquinas e material para se guardar.

Em relação aos materiais usados, a atitude também foi não tradicional: cabia trabalhar com a nova realidade, com as possibilidades colocadas pela situação real. Assim, além da alvenaria das paredes, numa lógica da reciclabilidade, utilizaram-se também materiais trazidos pela ocupação do branco. Um exemplo: nas pequenas janelas criadas, foi utilizado vidro de automóvel, conseguido num depósito de sucata. Como explica Leda Leonel, ao mesmo tempo em que se queria reconstruir as malocas, era também necessário dar uma utilização para o lixo, que já existia lá - vidro, garrafa, lata, plástico -, que foi utilizado, então, na construção, onde conviveu com os materiais tradicionais. Um outro exemplo nesse sentido: na construção da nova maloca utilizou-se o vidro de garrafas na alvenaria das paredes e no piso.



Interior do Centro de treinamento, Cacoal, Rondônia.

Essa postura heterodoxa e pouco purista no tratamento com a tradição marca a atitude da ONG como um todo: não há como se negar a transformação ocorrida e os novos recursos trazidos pela cultura branca. Pelo contrário, na sua concepção, deve-se lançar mão deles para se garantir a manutenção da cultura indígena. Assim, é significativo que se tenha lutado para, ao lado da maloca, se instalar um orelhão, através do qual se pode acessar o mundo inteiro. Por outro lado, não se perde de vista o enraizamento ancestral da cultura indígena no meio-ambiente, seus pressupostos e visão de mundo. Isso pode ser percebido pela própria localização da construção,



Treinamento em saúde indígena.

Estrutura da cobertura do Interior do Centro de treinamento, Cacoal, Rondônia.



na única área remanescente da floresta dentro do município de Cacoal, mata que vem sendo crescentemente ocupada pelos indígenas, que lá esculpíram figuras de cerâmica representando os entes míticos da floresta. A tradição encontra um espaço de diálogo com a nova cultura, e vai sendo re-apropriada e transformada: no interior da maloca da Paca, por exemplo, os índios vão pintar na parede um yamá, que nas aldeias é um tronco decorado, uma espécie de totem da tribo.

Desta forma, a maloca da Paca vai ser uma iniciativa bem sucedida no que se refere tanto à apropriação por parte do grupo ao qual se destinava, quanto ao efeito que provocou nas aldeias indígenas. A apropriação foi imediata: ao construírem e verem espelhado naquele espaço a sua concepção de mundo, os indígenas sentiram-se em casa. Ao se hospedarem naquela nova maloca e reconhecerem o espaço como deles, os índios começaram a ali organizar suas atividades tradicionais como festas e danças. Outro sinal da apropriação pela população indígena pode ser encontrado na sinalização por meio de símbolos deixada por cada um dos grupos que por lá passa - pinturas, yamás, marcam o espaço hoje. Até mesmo dois totens da tribo Zoró, que não eram vistos há bastante tempo, foram utilizados nesta apropriação do território.

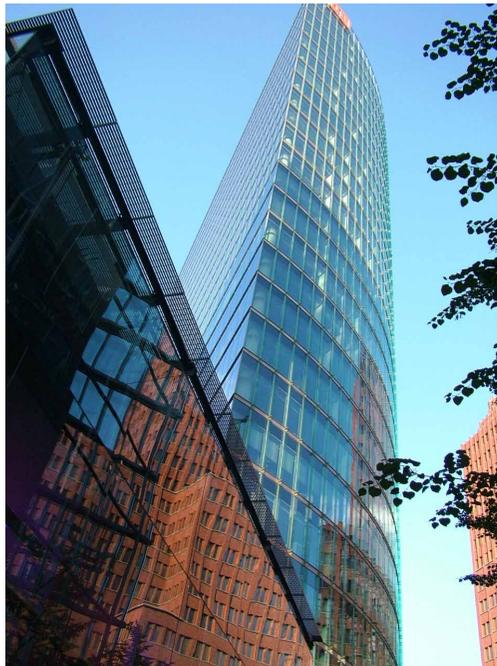
O mais importante, no entanto, parece-nos ser o papel de reafirmação da qualidade da construção tradicional desempenhado pela nova maloca: tanto os índios quanto os próprios habitantes da cidade se encantam com o resultado obtido. A partir desta experiência, começam a ressurgir em quase todas as aldeias da região, tanto de forma espontânea, quanto pela ação de órgãos governamentais, as construções tradicionais, que estavam desaparecendo. (Hoje a FUNAI adotou como modelo de posto de atendimento médico para as aldeias Tupi, uma pequena maloca desenhada pela arquiteta Leonel, que também foi apropriada pelas tribos, que passam a cuidar daquele espaço com todo esmero.) Alguns casos de ressurgimento cultural são mesmo impressionantes: a Tupari, uma tribo que não produzia maloca em suas aldeias há mais de 50 anos, retomou suas tradições. Como, no entanto, não podiam simplesmente tomar o modelo da habitação dos Cintas-largas, no qual se inspirou a maloca da Paca, eles tiveram que consultar os anciões da aldeia para aprender de novo como se fazia a sua maloca, com o que puderam reconstruir a sua habitação tradicional. Com a volta da maloca, muitos dos hábitos e costumes que, devido à catequese e à destruição generalizada, tinham deixado de existir, passam a ter de novo espaço.

TRADIÇÃO E MODERNIDADE: DIFERENTES APROXIMAÇÕES

Se a ligação que a tradição estabelece entre o passado e o presente é complexa, tendo a própria tradição, como vimos, uma dimensão dinâmica, essa dimensão vai passar a ser predominante com o advento da chamada modernidade. Se, se fato, a dinâmica já se manifestava, ainda que de forma tímida, no âmbito da tradição - com algumas mudanças se insinuando lentamente num universo cultural onde a força central vai ser a da permanência -, no mundo moderno a lógica da cultura passa a ser a da própria mudança, da substituição incessante de valores e modelos. Aqui, como aponta Marx, “tudo que era sólido desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado”.¹ Nessa nova configuração da cultura, muda também, profundamente, a própria relação com o tempo, com suas três dimensões - passado, presente e futuro - passando a se relacionar entre si, como veremos, de forma diferente das configurações anteriores. Se no capítulo anterior nos debruçamos sobre o universo da tradição, neste capítulo vamos visar a modernidade, âmbito no qual, como mostraremos, aparece a idéia do patrimônio cultural.

O fim da modernidade?

No entanto, é importante que percebamos, antes de tudo, que ao falarmos de modernidade, estamos lidando com uma idéia em si bastante controversa e que, apesar de largamente utilizada pela filosofia e pelas ciências sociais, não se deixa apreender através de uma definição conceitual simples ou uma delimitação cronológica unívoca. Aumentando essa dificuldade, a própria idéia da modernidade como um termo que designa o presente vem sendo crescentemente problematizada em nossos dias, principalmente a partir dos anos 1960, quando



*Potsdamerplatz,
Berlim.*

começa a ganhar força a idéia de uma “crise da modernidade”. Alguns pensadores, como o crítico da cultura Frederic Jameson, vêem naquela década o fim da modernidade e o início da chamada “pós-modernidade”, entendida por ele como a “lógica cultural do capitalismo tardio”, mesmo que o debate em torno do tema tenha se tornado mais inflamado e consistente apenas a partir da década de 1970.² E, de fato, naquele momento, ao lado de manifestações culturais em todos os campos que procuravam se distanciar dos modelos modernos, começa a predominar na cena intelectual do Ocidente também uma profunda suspeita da razão e da própria idéia de pretensões de validade universais alcançáveis argumentativamente, pressupostas no “projeto da modernidade”, ouvindo-se falar constantemente a partir dali de “pós-modernidade”, “pós-industrialismo”, “pós-estruturalismo”, etc. A discussão sobre a pós-modernidade – e, paralelamente sobre o esgotamento da modernidade – começa a ocupar lugar de destaque, não havendo nos anos 1980 “nenhum suplemento cultural, nenhum colóquio, nenhum contemporâneo bem informado” que possa viver sem ele, ironiza Wolfgang Iser, que acrescenta: “E, entretanto, quase nunca se sabe bem do que se fala, quando se diz ‘pós-moderno’”, acrescenta.³ E, de fato, a expressão que deveria servir para denominar o presente e futuro próximo, indicando a ruptura de nosso tempo com o que se chama de modernidade, reveste-se, entretanto, de um grau de ambigüidade e imprecisão praticamente insanável.

Explorando essas ambigüidades, Iser aponta as quatro principais controvérsias que envolvem a expressão. A primeira referir-se-ia à própria *legitimidade* do termo, já que para alguns não haveria nenhum fenômeno que justificasse a sua aplicação.

O Pós-moderno seria somente vinho antigo em garrafa nova; e todo o alvoroço em torno dele seria apenas promoção de profetas da moda em busca de lucro; ou uma tentativa de fuga, facilmente desmascarável, daqueles que, com o anúncio de uma nova era, querem se furtar às tarefas não resolvidas do presente.⁴

A segunda controvérsia estaria relacionada com o *âmbito de utilização* do conceito, que vem sendo empregado de forma crescentemente inflacionária. Inicialmente utilizado pela crítica literária, o conceito foi transplantado para o campo da Arquitetura, espalhando-se daí para outras áreas, como as artes plásticas, a Sociologia e a própria Filosofia. Seriam, entretanto, compatíveis entre si essas diversas utilizações? Um outro ponto polêmico seria o que se refere à *aplicação temporal* do termo: quando começa a ser utilizado, nos Estados Unidos, na área da literatura, o “pós-moderno” se



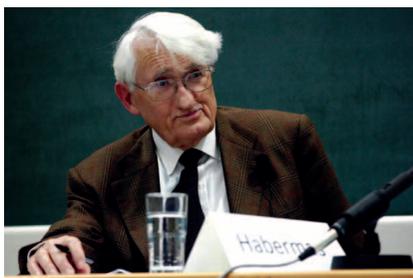
Fachada da Agência de Publicidade Chiat/Day Mojo, projeto de Frank Gehry, Santa Monica, Califórnia.

referia a fenômenos dos anos 1950. Transplantado para a Europa, a partir de 1975, passa a referir-se aos próprios anos 1970. Por outro lado, o “pós-moderno” parece vir conquistando crescentemente terreno no passado: Arnold Tonybee, por exemplo, aponta as suas origens já em 1875. Umberto Eco, no “Pós-escrito ao Nome da Rosa” manifesta, cruelmente, o temor de que a categoria “pós-moderno”, a continuar no passo atual, possa chegar até a obra de Homero. A quarta e principal controvérsia referir-se-ia ao próprio *conteúdo* do conceito, que parece apontar para direções totalmente diversas. Para alguns, o pós-moderno seria a era das novas tecnologias; para outros, pelo contrário, completar-se-ia com ele justamente a despedida de um domínio tecnocrático, sendo o pós-moderno verde, ecológico e “alternativo”. Alguns esperam do pós-moderno uma nova integração, por meios diversos (por exemplo, o mito), da sociedade dilacerada; enquanto outros afirmam ser o pós-moderno principalmente uma época de maior pluralismo e fragmentação crescente.

Frente a tais ambigüidades, seria importante nos perguntarmos mesmo pela validade de uma denominação como a de pós-moderno, excessivamente abrangente e imprecisa. Por outro lado, no entanto, não há como se usar hoje o conceito de modernidade sem uma perspectiva crítica, sem levar em conta as – inúmeras – objeções e problemas levantados por diversos autores a respeito do chamado “projeto moderno”. Assim, para apresentar a idéia de modernidade vamos lançar mão de um autor, o filósofo alemão Jürgen Habermas, que tenta fundar uma teoria da modernidade que consiga lidar conceitualmente com as patologias do nosso tempo, sem se desvincular, no entanto, da herança do racionalismo ocidental. Para isso, ele vai construir a sua teoria da modernidade dentro de um quadro sistemático mais amplo, que denomina “Teoria da Ação Comunicativa”, onde liga o tema da modernidade ao tema da razão. Para o filósofo, o conceito de ação comunicativa apontaria para três complexos temáticos interligados: primeiramente para “um conceito de racionalidade comunicativa que seja suficientemente cético em seu desenvolvimento, mas que resista à redução da razão”; em segundo lugar, para “um conceito em dois níveis de sociedade, que ligue os paradigmas do ‘mundo vivido’ e do ‘sistema’ de uma maneira não apenas retórica”; e finalmente para “uma teoria da modernidade que explique o tipo de patologias sociais que se tornam hoje cada vez mais visíveis, por meio da suposição de que os domínios da vida comunicativamente estruturados estão sendo subordinados aos imperativos dos sistemas de ação autônomos, formalmente organizados”.⁵ Só assim, acredita Habermas, é possível uma conceitualização do contexto da vida social adequada aos paradoxos da modernidade, sem que tenhamos que descartá-la como um todo.

Ao pretender desenvolver um projeto de tal abrangência — e ainda mais sob o signo do racionalismo ocidental —, Habermas tem plena consciência de estar nadando contra a corrente. “Ele propõe critérios universais de razão num tempo em que estilos relativistas de pensamento estão na moda em várias áreas do discurso intelectual — como, por exemplo, no ‘pós-estruturalismo’”, escreve Anthony Giddens, no ensaio “Reason without Revolution?”.⁶ Não se pode, entretanto, acusá-lo de ingenuidade — “Habermas is aware of the present mood”, como escreve Bernstein. Já no prefácio da *Teoria da Ação Comunicativa*, o filósofo confessa: “Uma investigação deste tipo, que usa o conceito de razão comunicativa sem corar, está hoje sob suspeita de ter caído na armadilha do fundamentalismo”.⁷ Para ele, no entanto, o quadro é claro: não há como realizar uma crítica da razão fora dos limites dela própria, ou uma crítica da modernidade, negando totalmente os pressupostos desta. E mais ainda: modernidade e razão são dois termos indissociáveis, cabendo ao filósofo mostrar a conexão íntima que os liga, e trabalhar dentro desses limites, fiel à herança do racionalismo ocidental. Trata-se para ele, que tinha como pano de fundo nos anos 1980 a ascensão do neo-conservadorismo e a crítica — ecológica — ao crescimento, duas perspectivas bastante críticas ao “projeto da modernidade”, de oferecer uma defesa do Iluminismo e da modernidade quando para muitos estes se tornaram efetivamente desacreditados.⁸

Partindo de tal perspectiva, nada mais natural, portanto, que Habermas rejeitar frontalmente todas aquelas correntes que, seja na arquitetura, na arte ou na Filosofia, procuram se distanciar da modernidade, proclamando sua ruptura com essa. No prefácio de seu livro *O discurso filosófico da modernidade*, Habermas refere-se ao discurso que proferiu em 1980, por ocasião do recebimento do Prêmio Adorno, intitulado “Modernidade, um projeto incompleto”. Neste tratara, por meio de uma cuidadosa análise da modernidade, justamente do suposto aparecimento de uma “pós-modernidade”. “Este tema, controverso e cheio de facetas, nunca mais me abandonou”, confessa em 84. O combate ao chamado “pós-moderno” passa a ser, então, um dos pólos da obra de Habermas, o que nos faz supor que, talvez, tenha sido justamente o desafio representado pelas correntes de pensamento “pós-modernas” que estimula o filósofo a elaborar sistematicamente uma teoria da modernidade que procura explicar as patologias de nosso tempo, evitando cair nos impasses em que terminou a Teoria Crítica.



Jürgen Habermas

Para apresentarmos a sua teoria da modernidade, principalmente em sua faceta estética, vamos recorrer, então, ao texto citado de Habermas, “Modernidade, um projeto incompleto”, discurso com o qual ele pretendia, por um lado, refutar as correntes que se proclamam “pós-modernas” e, por outro, defender a continuação do que chama “projeto da modernidade”. Habermas adota aí a única que parece possível num pequeno texto, que se destinava, ademais, não a especialistas, mas a um público mais amplo — tratava-se, no caso, de um discurso proferido ao receber o prêmio Adorno, em 1980: começar pontualmente, clareando um aspecto específico da questão e, a partir daí, alçar vôos mais altos. Habermas começa justamente com a questão da modernidade na arte, procurando, com a análise do próprio conceito “moderno”, delimitar claramente o terreno em que nos situamos. Após tal passo, o filósofo pode prosseguir, atacando os neoconservadores e os críticos do crescimento, e apresentando a sua versão própria do processo de modernização, que, se não pretende indicar saídas concretas para os impasses de nosso tempo, pelo menos nos aponta a possibilidade deles se resolverem sem que se tenha de abdicar da própria modernidade.

Um dos caminhos para a elucidação desse importante marco teórico parece ser acompanhar o seu desenvolvimento histórico, caminho tentado por vários autores como Kosselick e Jürgen Habermas. É o que faz Habermas nesse texto: interrompe sua marcha e tenta, com a discussão do próprio termo “moderno”, ganhar a necessária clareza para prosseguir. Ao anunciar, no início do segundo parágrafo, que o tópico seguinte “nos vem da história”, Habermas prepara-nos para o tipo de discussão que se segue: uma tentativa de se apreender *historicamente* o conceito. Como ponto central de tal delimitação histórico-conceitual o filósofo vai tomar aqui as diferentes relações com a tradição que o termo “moderno” indica ao longo de sua existência, relações essas que pressupõem tipos de “consciência do tempo” (*Zeitbewusstsein*) igualmente diferenciados.⁹

Diferentes relações com o tempo

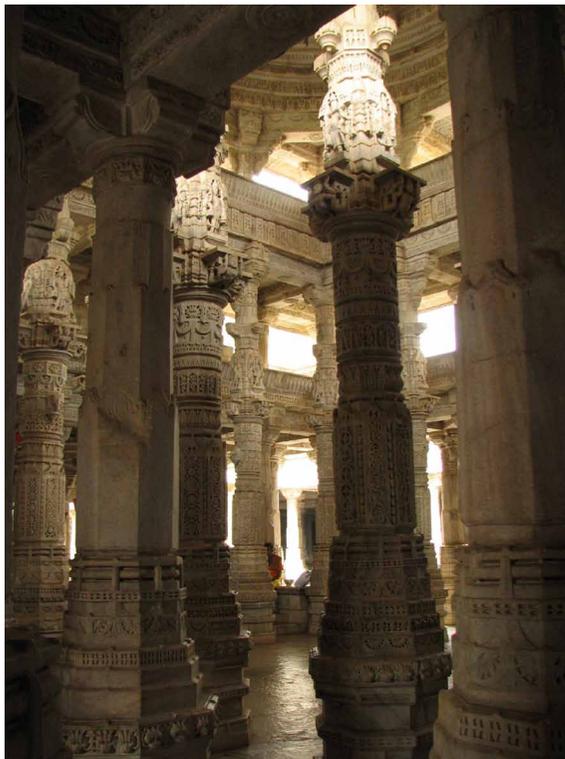
Ao escolher tal via de aproximação, Habermas nos recorda a discussão que Octávio Paz faz do fenômeno da modernidade em seu livro *Os filhos do barro*, onde também se aborda a questão sob o prisma da relação com o tempo. Neste ensaio, o poeta mexicano nos mostra como o fenômeno da modernidade só seria possível numa sociedade como a ocidental, com a peculiar relação que esta estabelece entre as três dimensões do tempo — passado, presente e futuro. E, para ele vai ser justamente esta relação entre

as dimensões do tempo que determina a relação de um povo com a tradição: “A relação entre os três tempos, passado, presente e futuro, é distinta em cada civilização”, escreve.¹⁰ Assinala, então, quatro modelos básicos em que pode se manifestar tal relação: aquele que domina das civilizações primitivas aos gregos, o indiano, o cristão e o moderno.

No primeiro modelo, que persiste até entre os gregos, o passado seria o foco, tempo-arquetípico, modelo a se imitar. Não se trata aqui, certamente, do passado recente, mas de um tempo imemorial, uma idade do ouro, que se localizaria no início, na origem. Tal ênfase sobre o passado faz com que essas civilizações vejam com horror as inevitáveis variações que o passar do tempo implica: “longe de serem consideradas benéficas, essas mudanças são nefastas: o que denominamos história é para os primitivos falta, queda”. A história seria aqui uma degradação do tempo original, “um lento e inexorável processo de decadência, que culmina com a morte”. O remédio contra a mudança e a extinção estaria no eterno retorno: o passado vai ser um tempo que reaparece ao fim de cada ciclo. “Desta forma o futuro nos oferece uma dupla imagem: é o fim dos tempos e o seu recomeço, é a degradação do passado arquetípico e é a sua ressurreição”. Está-se preso

aqui, pois, ao círculo do tempo, do qual nem os deuses escapam: como os homens, estes também devem nascer, perecer e tornar a surgir. “Quetzalcoatl desaparece no mesmo lugar no qual se perdem as divindades que Nerval invoca em vão: esse lugar, diz o poema náuatle, ‘onde a água do mar se junta com a do céu’, onde a aurora é crepúsculo”.¹¹

O modelo indiano vai se localizar, ao contrário do anterior, numa negação do próprio tempo, num mais além, que é visto como um ser



*Colunata do templo
Ranakpur Jain,
Udaipur, Índia.*

imóvel sempre igual a si mesmo (*bramane*) ou o vazio igualmente imóvel (*nirvana*). Sobre ambos nada poderia ser dito: estão além não só do tempo, mas também da própria linguagem. A civilização indiana não rompe, entretanto, com a idéia de um tempo cíclico: “sem negar sua realidade empírica, dissolve-o e converte-o em uma fantasmagoria sem substância”. Os ciclos continuam a existir, mas são literalmente os sonhos de Brama, que se dissipam sempre que o deus desperta, ao fim de cada 432 mil anos. “Este enorme sonho circular, irreal para aquele que o sonha, porém real para o sonhado, é monótono: inflexível repetição das mesmas abominações”, escreve Octávio Paz.¹²

O tempo cristão, que traz o terceiro modelo, é o primeiro a romper com a idéia de ciclo: aqui tudo só acontece uma vez e inexoravelmente. Daí poder afirmar Santo Agostinho: “Somente uma vez Cristo morreu por nossos pecados, ressuscitou entre os mortos e não morrerá mais”. Rompendo os ciclos e introduzindo a idéia de um tempo finito e irreversível, o cristianismo acentua a heterogeneidade do tempo, isto é, põe “manifestamente essa propriedade que o faz romper consigo mesmo, dividir-se, separar-se, ser outro sempre diferente”. O tempo, cindindo-se a cada instante, repete aquela ruptura original — a ruptura do paradisíaco presente eterno. “Finitude, irreversibilidade e heterogeneidade são manifestações de imperfeição: cada minuto é único e distinto porque está separado, cortado da unidade”. Daí, ser a história, aqui, também sinônimo de queda. Entretanto, todas essas contradições vão se reconciliar, no modelo cristão, na eternidade, “unidade do tempo que está depois dos tempos”. Com a idéia de eternidade regressa o eterno presente: depois da reconciliação do Juízo Final temos a “morte da mudança — a morte da morte”. “No fim dos tempos cada coisa e cada ser serão mais plenamente aquilo que são: a

plenitude do gozo no paraíso corresponde exatamente e ponto por ponto à plenitude da dor no inferno”.¹³

Todos esses modelos — passado intemporal do primitivo, tempo cíclico, anulação dos contrários no brâmane ou na eternidade cristã — podem, segundo Octávio Paz,



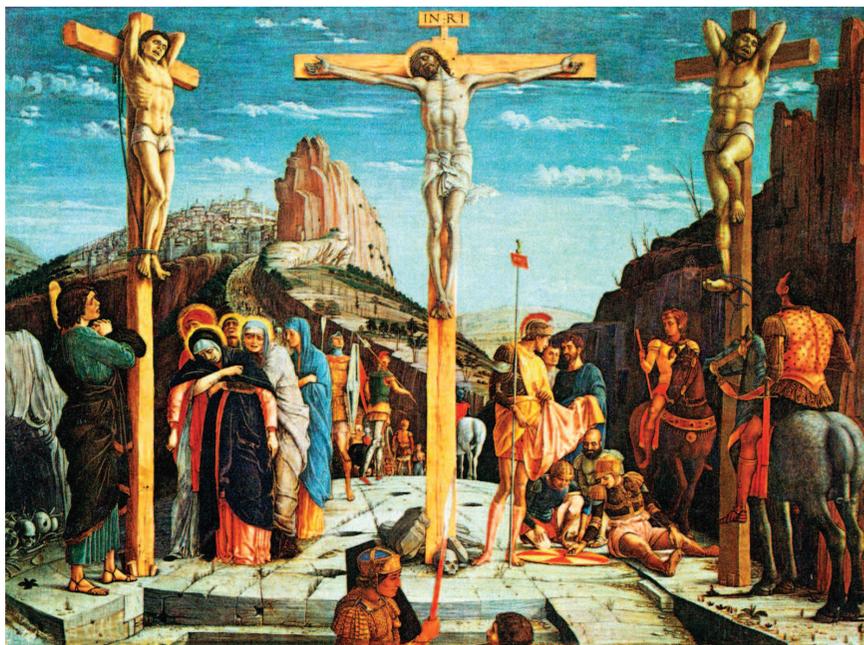
Catedral, Colônia,
Alemanha.

ser reduzidos a um princípio único: são “tentativas de anular, ou pelo menos minimizar, as mudanças”. “À pluralidade do tempo real opõe-se a unidade de um tempo ideal ou arquetípico; à heterogeneidade em que se manifesta a sucessão temporal, a identidade de um tempo mais além do tempo, sempre igual a si mesmo”. A modernidade vem romper “bruscamente com todas essas maneiras de pensar”. Se herda o tempo linear e irreversível do cristianismo, não aceitando as concepções cíclicas, a era moderna vai inaugurar o quarto modelo, ao negar radicalmente a idéia da finitude do tempo e da reconciliação na eternidade. O foco não é mais aqui o passado ou a eternidade, mas o futuro, “o tempo que ainda não é que sempre está a ponto de ser”. “Diferença, separação, heterogeneidade, pluralidade, novidade, evolução, desenvolvimento, revolução, história — todos esses nomes condensam-se em um: futuro”, escreve Octávio Paz. Se o tempo passa a ser concebido como um contínuo transcorrer, um “perpétuo andar para o futuro”, nada mais natural do que se valorize a mudança, e não se tente, como nos outros modelos, minimizá-la. “O princípio em que se fundamenta o nosso tempo não é uma verdade eterna, mas a verdade da mudança”.¹⁴ A perfeição consubstancial à eternidade converte-se em um atributo da história: os seres e as coisas não vão mais atingir sua perfeição “no outro tempo do outro mundo, mas no tempo de aqui — um tempo que não é presente eterno, mas fugaz”.¹⁵ A história se torna na modernidade, pois, como escreve Octávio Paz, o “nosso caminho da perfeição”.

Diferentes relações com a tradição: passados arquetípicos

Habermas, em “Modernidade, um projeto incompleto”, apresenta-nos também diferentes modelos de relação com o tempo, observáveis na própria história do conceito “moderno”. Tal termo teria surgido pela primeira vez no fim do século V “a fim de distinguir o presente, que oficialmente se tornara cristão, do passado romano e pagão”. “De conteúdo variável, o termo ‘moderno’ reitera a consciência de uma época que insiste em se referir ao passado da Antigüidade procurando conceber-se como resultado de uma transição do velho para o novo”, escreve.¹⁶ A forma de relação com a tradição que tal termo indica variaria, entretanto, como nos mostra o filósofo, ao longo do tempo: podemos identificar, partindo do texto de Habermas, basicamente três modelos dessa relação.

O primeiro deles seria aquele que teria vigido desde a Idade Média, onde o termo, derivado do latim “*modernus*” aparece pela primeira vez, até o Iluminismo, passando pelo Renascimento, onde tal concepção é reforçada. Ser moderno aqui não significava, como mais tarde, desligar-se da tradição, ou negá-la abstratamente, mas sim voltar a ela, renová-la. “(...) o termo ‘moderno’ surgiu e ressurgiu exatamente durante aqueles períodos em que na Europa se formava a consciência de uma época através de renovada relação com os antigos — sempre que, ademais, a Antigüidade era considerada modelo que se havia de restabelecer por alguma espécie de imitação”.¹⁷ Assim, por exemplo, ser “moderno” na Idade Média era retomar a tradição de Aristóteles, no Renascimento, a tradição artística clássica. Temos aqui resquícios daquele modelo de relação com o tempo, cujo pólo organizador é o passado, que Octávio Paz descreve: por trás dessas retomadas revela-se a crença na superioridade de um passado-arquetípico, a se imitar.



A Crucificação,
Andrea Mantegna.

Um bom exemplo disso encontramos numa história usada por John Summerson em *A linguagem clássica da Arquitetura* para retratar a veneração e adesão acrítica que, ao tempo do Renascimento, despertava tudo o que se ligava à Roma antiga:

(...) se quisermos compreender o pensamento do século XV e XVI, precisamos ser simples. Buckhardt conta-nos uma história muito bonita, que pode nos auxiliar. Em uma certa ocasião, em 1485, foi anunciada a descoberta, em um sarcófago, do corpo de uma mulher romana, com a boca e os olhos ainda entreabertos e com as faces ainda rosadas; segundo um informante da época, era 'mais linda do que se pode contar ou descrever e, mesmo que se contasse ou se descrevesse sua beleza, aqueles que não a viram não acreditariam'. Claro que tudo não passou de uma falsificação. Mas a emoção que o fato suscitou não foi falsa. Tratando-se de uma mulher romana, as pessoas estavam seguras de que deveria ser belíssima, algo nunca visto.¹⁸

Tal fé na superioridade romana pode ser encontrada também em algumas pinturas de Mantegna, onde se retratam "senadores, cônsules, lictores e centuriões prontos para desempenhar seus papéis em um cenário de monumentos soberbos e resplandecentes", representações magníficas de uma Roma antiga idealizada, elevada a modelo normativo incontestado.

Embora alguns críticos como Manfredo Tafuri localizem já no próprio Renascimento uma relação crítica e racional com a tradição¹⁹, este primeiro modelo vai se caracterizar basicamente por uma relação acrítica com conteúdos normativos tomados do passado. Tal relação vai se tornando, no entanto, crescentemente reflexiva, como veremos a seguir.

Historicismo e retomada crítica do passado

Tal fascínio por modelos retirados de passados exemplares da Antiguidade vai se dissolvendo aos poucos, com a entrada em cena da razão crítica moderna. Octávio Paz: "A modernidade é sinônimo de crítica e se identifica com a mudança; não é a afirmação de um princípio intemporal, mas o desdobrar da razão crítica que, sem cessar, se interroga, se examina e se destrói para renascer novamente".²⁰ A dissolução da autoridade de modelos normativos tomados do passado pode ser bem exemplificada com o caso da Arquitetura neo-clássica, onde a crença cega na superioridade dos clássicos é colocada, pela primeira vez, em questão. "Por que Roma seria a fonte de tudo aquilo que é bom na Arquitetura?", interroga-se John Summerson. "Na verdade", escreve, "essa questão do 'porquê' não preocupava muito as pessoas, até o século XVII. E a controvérsia surgiu na França, e não na Itália. Parece-me natural que tal espírito crítico emergisse não na terra natal da arquitetura clássica, a Itália, mas em um país onde ela fora absorvida e adaptada e onde viera substituir a mais intelectual de todas as

tradições medievais”.²¹ Habermas vai apontar também o Iluminismo francês, com seus ideais, como o primeiro a abolir a autoridade incontestada dos modelos do passado. A idéia de que ser “moderno” implicava voltar aos antigos muda neste momento, segundo o filósofo, ao se confrontar com a crença — inspirada na ciência moderna — “no progresso infinito do conhecimento e no avanço infinito em direção ao aperfeiçoamento social e moral”.²²



David, escultura de Michelangelo Buonarroti, Florença.

Em *O Discurso Filosófico da Modernidade*, Habermas discute mais profundamente tal questão, tomando a célebre *Querelle des Anciens et des Modernes* do início do século XVIII. O partido dos “modernos” vai aí se rebelar contra a “auto-compreensão do classicismo francês”, não aceitando mais a imitação acrítica dos modelos antigos ou a existência de “normas de uma beleza absoluta e aparentemente subtraída do tempo”.²³ Assimilando o conceito aristotélico de perfeição àquele do progresso, que era sugerido pelas ciências modernas da natureza, elaboram critérios de um belo condicionado ao tempo ou relativo. Com isso, ao se separar, ainda que parcialmente, do modelo da arte antiga, vão ser os primeiros a se deparar com a questão da necessidade da auto-fundamentação, que marca a modernidade como um todo.

Esse processo não se dá, entretanto, abruptamente, acontecendo de forma gradual e progressiva. Assim, a dissolução dos modelos normativos do passado não significa, no campo da arte, de imediato, uma negação da tradição enquanto tal: os românticos modernistas, por exemplo, vão buscar numa Idade Média redescoberta um modelo alternativo, que contrapõem aos antigos ideais classicistas. “A era da Ilustração romperá definitivamente o continuum do presente com o mundo das tradições imediatamente vividas, dos legados tanto grego quanto cristão”, escreve Habermas em “Arquitetura moderna e pós-moderna”.²⁴ Entretanto a Ilustração, tornada

histórica, não se contentava com a simples quebra da continuidade: “queriam antes, através de uma apropriação refletida da história, encontrar o seu próprio caminho”.

Tal processo se mostra de forma bastante nítida na Arquitetura, onde a apropriação da história se torna cada vez mais “refletida”. Se observarmos com cuidado o período que vai do aparecimento do Neoclássico até a vitória do Ecletismo, podemos identificar uma clara tendência à “des-sacralização” e racionalização no trato com a tradição. O Neoclassicismo vai ser realmente como indica John Summerson numa expressão feliz o primeiro estilo a tratar a Arquitetura “à luz da Razão e da Arqueologia”.²⁵ De fato, aqui se multiplicam os tratados teóricos que analisam racionalmente grande parte dos princípios de projeção clássica, e estudos arqueológicos precisos, que “revisitam” os estilos do passado de forma cada vez mais objetiva. Tudo aquilo que até então fora aceito sem discussão passa a ser submetido ao crivo rigoroso da análise racional. É como assinala Leonardo Benevolo:

O pensamento da Ilustração discute a validade de todas as instituições tradicionais e, abordando o debate arquitetônico, é capaz de esclarecer, de uma vez por todas, o alcance exato e o valor das regras formais do classicismo, analisando objetivamente os componentes da linguagem clássica e explorando suas origens históricas, quer dizer, as arquiteturas antigas (...).²⁶

Ao mesmo tempo, outros modelos, não-clássicos, começam a ser utilizados, substituindo os cânones usuais, e mesmo estilos “exóticos” não-europeus são gradualmente aceitos.

Este processo evolutivo de uma historiografia crescentemente racional culmina, nos fins do século XIX, com o Ecletismo, onde todos os estilos estavam disponíveis e, igualmente bons e belos, podiam ser intercambiavelmente usados. “Não há estilo que não tenha uma beleza peculiar (...) hoje não há nenhum estilo concreto que prevaleça em sentido absoluto. Estamos vagando num labirinto de experimentos e tratando, através de um amálgama de certos elementos deste ou daquele estilo, deste ou daquele país, de constituir um conjunto homogêneo com alguma característica distintiva a fim de levá-la a seu pleno desenvolvimento e, portanto, à criação de um estilo novo e peculiar”, escreve Thomas Leverton Donaldson, em 1842.²⁷ Se, em meados do século XIX, ainda se buscava, como vemos, um estilo de construção novo e sintético, que expressasse o espírito do novo tempo, a partir da metade do século a consciência historicista triunfa totalmente, e aceita-se, efetivamente, o pluralismo dos estilos como o próprio

estilo do tempo. “Só na segunda metade do século XIX o pluralismo dos estilos, objetivados e apresentados pela historiografia da arte, seria efetivamente adotado”, anota Habermas.²⁸

O historicismo apresenta, porém, uma dupla face, como reconhece Nietzsche no final do século: se, por um lado, continuando e radicalizando a ilustração, define as condições para a formação das identidades modernas “de maneira ainda mais estrita e inexorável”, por outro, ao tornar as tradições históricas “disponíveis na forma de uma contemporaneidade ideal”, “possibilita a um presente inconstante, para si mesmo fugaz, um disfarce na forma de identidades emprestadas”.²⁹ O Ecletismo pode, assim, por um lado, ser considerado como realmente moderno, na medida em que completa e leva à sua culminação o processo de dessacralização da tradição, terminando de dissolver o resto de idealidade que ainda cerca os diversos estilos. Por outro lado, entretanto, ao fornecer a um “presente inconstante” “identidades emprestadas” tomadas do passado, o Ecletismo se presta a uma função dissimuladora, de disfarce.

Tal ambigüidade presente na modernidade historicista do século XIX parece-nos muito bem captada por uma metáfora que Walter Benjamin utiliza em “Paris, Capital do século XIX” — “imagens de sonho”. “Essas imagens são imagens do desejo e, nelas, a coletividade procura tanto superar quanto transfigurar as carências do produto social, bem como as deficiências da ordem social de produção”³⁰, explica o filósofo. Essas “imagens de sonho” seriam, assim, uma espécie de “sonho coletivo”, imagens por meio das quais os homens, ao mesmo tempo, escamoteariam e enfrentariam a realidade que se lhes apresentava — aquela da Europa da segunda Revolução Industrial, nos fins do século XIX, marcada por uma violenta industrialização e urbanização. Nessas imagens de sonho, o novo se interpenetra com o antigo: nega-se o passado recente e até mesmo o presente perturbador, voltando-se para um passado remoto. A “enfática aspiração de se distinguir do antiquado” faz “retroagir até o passado remoto a fantasia imagética impulsionada pelo novo”, escreve Benjamin. As imagens de sonho se manifestam, no século XIX, por toda parte: no interior burguês, nos cassinos, nos museus de cera, na cidade e, principalmente, na arquitetura: aqui, juntamente a um progresso da técnica de construção dum ritmo inédito na história, domina o Ecletismo, esse “baile de máscaras” estilístico.

Os novos tempos colocavam uma série de problemas inéditos para os arquitetos: as cidades cresciam espantosamente, trazendo à baila a questão da construção em grande escala para as massas; o desenvolvimento social com o domínio crescente da burguesia exigia uma ampliação em número

de certos tipos arquitetônicos existentes (bibliotecas e escolas, casas de ópera e teatro) e mesmo a criação de novos (as grandes estações de trem, os magazines gigantescos, os halls das grandes exposições universais); os novos materiais de construção, como o vidro e o ferro, o aço e o cimento, e os novos métodos de produção exigiam uma forma de expressão arquitetônica distinta da até então vigente.³¹ Os arquitetos, porém, negavam o próprio desenvolvimento industrial e se concentravam quase que exclusivamente no trabalho puramente estilístico dos edifícios, com especial ênfase para as fachadas desses. Viviam num reino do “estilo”, numa cisão neurótica entre os reclamos funcionais dos novos tempos (que, muitas vezes, acabam se manifestando nas plantas dos edifícios) e o trabalho estilístico propriamente dito. Nikolaus Pevsner, sobre o Ecletismo na Inglaterra vitoriana:



Vitrine, Paris, 1988

Essa falta de autoconfiança é a última coisa que se esperaria de uma época tão independente quanto ao comércio, indústria e engenharia. Para as coisas do espírito é que faltou vigor e coragem ao período vitoriano. Os padrões em arquitetura foram os primeiros a desaparecer; pois, enquanto um poeta e um pintor podem esquecer a sua época e ser grandes na solidão de seus estúdios, um arquiteto não pode existir em oposição à sociedade. Aqueles dotados de sensibilidade visual viram tanta beleza destruída à sua volta pelo crescimento súbito, expansivo e incontrolado das cidades e fábricas que se divorciaram de seu século e voltaram-se para um passado mais inspirador.³²

Um bom exemplo do funcionamento de tais imagens de sonho pode ser encontrado na questão da própria técnica. “(...) a produção técnica em seus primórdios estava prisioneira do sonho (traumbefangene). Também a técnica, e não somente a arquitetura, é em certos estágios testemunha de um sonho coletivo”, anota Benjamin, em *Das Passagen-Werk*.³³ Como já apontamos, a introdução de novos materiais oferecera aos construtores possibilidades expressivas totalmente novas. O ferro, e mais tarde o aço, tornam possíveis as construções mais altas, vãos muito mais amplos e plantas-baixas mais flexíveis. O vidro, por sua vez, em combinação com o ferro e o aço, possibilitou tetos e paredes inteiramente transparentes, enquanto o concreto armado trouxe consigo possibilidades de uma plasmação arquitetônica muito mais arrojada. Os arquitetos de então, contudo, pouco se deram conta daquele vasto mundo de novas possibilidades abertas à sua frente. Pevsner: “(...) [Os arquitetos] não percebiam

que a Revolução Industrial na mesma medida em que destruiu uma ordem e um padrão de beleza estabelecidos, criava oportunidades para um novo tipo de beleza e ordem”.³⁴ Walter Benjamin, sobre a construção em ferro no século XIX: “Assim como Napoleão reconheceu bem pouco a natureza funcional do Estado enquanto instrumento de dominação da classe burguesa, tampouco os arquitetos daquela época reconheceram a natureza funcional do ferro, com o qual o princípio construtivo principia a sua dominação na arquitetura”.³⁵ Como não compreendessem a natureza do novo material (ou não a aceitassem em sua crueza moderna), os arquitetos vão usá-lo... travestido: “Nas vigas de sustentação esses construtores imitam colunas pompeianas e nas fábricas eles imitam moradias, assim como mais tarde, as primeiras estações ferroviárias tomam por modelo os chalés”, escreve Benjamin.

Temos aqui, pois, as duas faces que Nietzsche apontava no historicismo: se, por um lado, o Eclétismo continua a se apropriar de modelos normativos do passado, por outro esta apropriação faz-se cada vez mais criticamente. A relação com a tradição se dessacraliza crescentemente e esta, de fonte incontestada de normatividade, passa a mero repositório de modelos formais à disposição dos arquitetos e construtores (vide os catálogos de edifícios em diversos estilos que proliferam nos fins do século XIX). Este processo de racionalização no trato com a tradição se aprofunda e, quando levado a seu termo lógico, conduz, inevitavelmente, à própria negação da tradição como fonte de normatividade. Aparece, assim, o terceiro modelo de relação com a tradição que o termo “moderno” indica e que vai se caracterizar, como já seria de se esperar, pela negação abstrata da própria tradição. O passado, que fora, com o avanço da historiografia racional, perdendo gradativamente sua força normativa, passa a ser visto agora como uma entidade abstrata, da qual cabe tomar distância.

Moderno como novo

Este terceiro modelo corresponde, nos seus traços principais, àquele que Octávio Paz traça da relação da modernidade com o tempo: aqui, com o fim de quaisquer resquícios da idéia de um passado-arquetípico, não vai ser nem o passado nem a eternidade o ponto focal, mas sim o futuro, “o tempo que ainda não é que sempre está a ponto de ser”. Habermas descreve essa nova relação como “aquela consciência radicalizada da modernidade” que, ao longo do século XIX, “se destacou de todo laço histórico particular”.³⁶ Eliminam-se aqui, de vez, todos os passados exemplares, cabendo agora ao próprio presente, que se abre para o futuro, forjar seus modelos de normatividade. Aceitando, como indica Octávio Paz, a histori-

cidade em sua forma mais radical, onde cada momento é um momento de ruptura, separação, a modernidade valoriza, pela primeira vez, não mais a permanência, mas a própria mudança. Habermas, ao analisar esse modelo, assinala ser nele o “novo” o traço distintivo das obras que se consideram modernas. “A característica de tais obras é o ‘novo’ que se há de ultrapassar e tornar-se obsoleto pela novidade do próximo estilo”, escreve. Com tal modelo, que rejeita a autoridade normativa do passado, coloca-se, então, pela primeira vez, claramente, o problema da auto-fundamentação da modernidade, a que aludimos no início. “(...) a modernidade não pode nem quer mais tomar emprestado os próprios critérios de orientação de modelos de uma outra época; ela deve atingir a sua própria normatividade por si mesma”, escreve Habermas em *O Discurso Filosófico da Modernidade*.³⁷ “A modernidade se vê remetida a si própria, sem nenhuma possibilidade de fuga”, completa.

Tal concepção fica clara quando se observa, como faz o filósofo, a relação do próprio conceito de “clássico” com a modernidade. J.J. Pollit, ao analisar tal termo, anota que, ao lado de seu sentido histórico, este traz sempre consigo outro sentido — o qualitativo, que nos interessa aqui. Quando se chama de “clássico” ou uma “fase clássica” na evolução de uma arte ou uma ciência, usa-se tal termo qualitativamente “para expressar o reconhecimento de uma norma de perfeição dentro de um determinado gênero, uma norma pela qual se tem que julgar os objetos ou evoluções posteriores dentro desse gênero”, escreve.³⁸ É neste sentido que Habermas se refere a tal conceito ao anotar: “aquilo que é moderno preserva elos velados com o clássico”. Com tal afirmação o filósofo indica claramente, entretanto, a mudança que a modernidade opera já no próprio conceito de clássico. Até então se considerara clássico tudo que sobrevivesse ao tempo, impondo-se como um modelo normativo de perfeição, a se imitar. Porém a modernidade não vai mais tomar emprestada à autoridade de uma época passada este estatuto do clássico: vai buscá-la no próprio momento em que se dá uma obra de arte autêntica. (“... recebe-o (...) por ter configurado um momento autenticamente moderno”³⁹). Desta maneira podemos dizer que a modernidade vai criar “seus próprios e auto-referidos cânones do que considera clássico”. Com tal inflexão no conceito podemos agora permitir-nos o uso de expressões como ‘modernidade clássica’, como o faz Habermas. “A relação entre modernidade e clássico perdeu definitivamente qualquer referência fixa”, conclui.

Se na célebre *Querelle des Anciens et des Modernes* do século XVIII, e mesmo no Ecletismo, já se colocara o problema da auto-fundamentação da modernidade, o problema do belo condicionado temporalmente, vai ser na

obra de Baudelaire que “o espírito e o exercício da estética modernista” assumem, para Habermas, “nítidos contornos”. Para o poeta francês a experiência estética da modernidade se fundia com a experiência histórica: a obra de arte vai ser o ponto no qual se encontram os eixos da atualidade e da eternidade. “A modernidade é o transitório, o evanescente, o acidental; é a metade da arte, da qual a outra metade é o eterno e o invariável”, escreve. O presente não vai mais tirar a sua própria autoconsciência do passado — nem mesmo se opondo a ele: “a atualidade só pode constituir-se como ponto de encontro entre tempo e eternidade”.⁴⁰ O ponto de referência vai ser, a partir de agora, o instante fugidio do presente, que é entendido como “o autêntico passado de um presente que ainda deve vir”. Assim, o clássico vai ser, para Baudelaire, o “relâmpago” do surgir de um mundo novo, que, por sua própria natureza, não será estático. Com tal visão, Baudelaire vai traduzir a controvérsia antigo versus moderno nos termos belo absoluto e belo relativo: “O belo é constituído de um elemento eterno, imodificável (...) e de um elemento relativo, condicionado (...), que é representado pelo período, pela moda, pela vida cultural, pelas paixões”, escreve. Este



Exposição de arte,
Berlín.

elemento transitório seria indispensável à obra de arte, pois é ele que vai tornar “digerível a torta divina”: sem este elemento transitório “o primeiro elemento seria insuportável para a natureza humana”.⁴¹

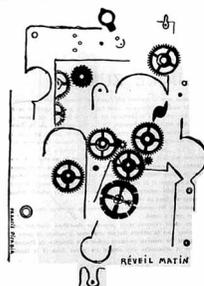
Baudelaire, como crítico de arte, vai valorizar, então, na pintura moderna, justamente aquele aspecto

— a “beleza fugaz, efêmera”, ligada ao instante que se esvai. Funda, com isso, aquela afinidade entre a arte e a moda, que marca a modernidade: na medida em que a beleza eterna só se revela sob o travestimento do traje temporal, a obra de arte moderna autêntica só pode se dar no encontro entre o efêmero e o autêntico, entre o tempo e a eternidade. Benjamin, na versão francesa de “Paris, Capital do século XIX”, ao comentar o título do primeiro ciclo de *Les fleurs du mal* — “Spleen et idéal” — assinala que aí, ao apresentar ao leitor o “mais antigo” como o “mais novo”, Baudelaire dá a forma mais vigorosa ao seu conceito de moderno: “Sua teoria da arte tem toda ela por eixo a ‘beleza moderna’ e o critério da modernidade lhe parece ser aquele marcado pela fatalidade de ser um dia antigo, e que o revela aquele que é testemunho de seu nascimento.”⁴²

Baudelaire, apesar de toda a ênfase que dá ao transitório, ao fugaz, ao belo

relativo, ainda mantém um lugar em sua teoria da arte para o belo absoluto, o imutável, o impercível. A ruptura abstrata e radical com a tradição, indicada pelo terceiro modelo, fica mais clara quando analisamos o fenômeno das vanguardas artísticas, que vão atingir o seu auge, segundo Habermas, no Café Voltaire dos dadaístas e no Surrealismo.⁴³ A estética da modernidade vai se caracterizar agora “por atitudes centradas numa concepção diferente de tempo”, anota o filósofo. Tal atitude vai ser, justamente, aquela apontada por Octávio Paz: a ênfase recai sobre a mudança, a ruptura e o futuro, afastando-se definitivamente

DADA 4-5



te a idéia de um passado fornecedor de modelos normativos. Tal consciência de tempo, diferente, por exemplo, daquela do modelo historicista, vai se manifestar já no uso de metáforas como “vanguarda”, proveniente da terminologia militar e que indica a primeira linha de um exército, uma “força de choque cuja tarefa primordial consistia na destruição imediata do inimigo”.⁴⁴ A própria imagem escolhida já deixa entrever a relação com o tempo vigente neste modelo. “A vanguarda concebe a si mesma como invasora de territórios desconhecidos, expondo-se a riscos de surpresas, experiências de choque, conquistando um futuro jamais ocupado. A vanguarda precisa encontrar um caminho num território onde ninguém ainda parece ter-se aventurado”, escreve Habermas⁴⁵. O “choque estético”, preconizado pelas vanguardas como estratégia de conquista do futuro, pressupõe, por sua vez, um “elemento de ruptura convulsiva e violenta em seus aspectos aparentes e mais espetaculares em relação à tradição ou, o que vem a ser o mesmo, aos hábitos formais estabelecidos e às correspondentes expectativas”, escreve Eduardo Subirats, em *Da Vanguarda ao Pós-moderno*.

Habermas, em “Modernidade, um projeto incompleto”, segue Adorno ao utilizar os termos “vanguarda” e “modernidade” como sinônimos, observa Peter Bürger.⁴⁶ Subirats não vai tão longe a ponto de pressupor uma identidade entre os termos, mas aponta a sua afinidade. Apesar de ambos, em princípio, designarem realidades distintas, estariam unidos intrinsecamente. O moderno apontaria, para Subirats, para a direção do novo, para a idéia de uma renovação constante, de “reformulação sempre iniciada a partir do zero de valores individuais e coletivos, de objetivos comuns a uma civilização”. Na medida, porém, em que um indivíduo ou uma época histórica só poderia definir sua identidade própria com referência “a seu

passado, a sua memória histórica”, a modernidade, em sua “incessante busca do novo”, estaria condenada a não ter identidade. O característico da modernidade seria, para Subirats, justamente a “autonegação das identidades culturais objetivas e fixas, tornadas opacas”, num ato constante de ruptura e auto-superação. Tal ato seria levado a cabo pelas vanguardas. “As vanguardas artísticas do nosso século caracterizam-se pelo rigor com que assumiram essa ruptura com o passado, em um sentido que afetava o conjunto da cultura e inclusive as instituições políticas, e afirmavam o novo como exigência de uma perpétua renovação”, conclui.⁴⁷

Tal ênfase sobre a mudança, o novo acaba, para Habermas, por significar a exaltação do presente:

A nova consciência do tempo, que se introduz na Filosofia com os escritos de Bergson, vai além da expressão da experiência de mobilidade social, de aceleração da história, de descontinuidade na vida cotidiana. O novo valor conferido ao transitório, ao fugaz e ao efêmero, a própria celebração do dinamismo, manifestam o anseio por um presente íntegro, imaculado e estável.⁴⁸

Esta relação com o tempo ajuda-nos a entender a própria relação que a modernidade passa a manter com a tradição. “Isto explica a linguagem algo abstrata na qual o vezo modernista tem falado do ‘passado’. Apagam-se os componentes que distinguem as épocas entre si”, escreve Habermas. A memória histórica é substituída pela “afinidade heróica do presente com os extremos da história: um sentido do tempo no qual a decadência se reconhece de imediato no bárbaro, no selvagem e no primitivo”. Walter Benjamin perguntava-se, em 1933, em “Experiência e pobreza”: “(...) qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?”⁴⁹ A “horrrível mixórdia de estilos e concepções do mundo do século passado” tinha mostrado com clareza “aonde esses valores culturais podem nos conduzir”, escreve o filósofo. Assim constituía-se “prova de honradez confessar nossa pobreza” e proclamar o surgimento de uma “nova barbárie”. “Barbárie? Sim. Respondemos afirmativamente para introduzir um conceito novo e positivo de barbárie. Pois o que resulta para o bárbaro dessa pobreza de experiência? Ela o impele para a frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, sem olhar nem para a direita nem para a esquerda. Entre os grandes criadores sempre existiram homens implacáveis que operaram a partir de uma tábula rasa”. Fazer ‘tábula rasa’ do passado, começar do nada, criar seus próprios modelos — tais eram as tarefas que se colocavam para os ‘novos bárbaros’, as vanguardas do início do século. Marinetti, em 1909, no “Manifesto do Futurismo”: “Nós quere-

mos demolir os museus, as bibliotecas, combater o moralismo, o feminismo e todas as covardias oportunistas e utilitárias”. Ou ainda: “Admirar um velho quadro é verter nossa sensibilidade numa urna funerária, em vez de lançá-la adiante pelos jatos violentos de criação e ação. Você quer portanto estragar suas melhores forças numa admiração inútil do passado, do qual você sai forçosamente esgotado, diminuído, espezinhado?”⁵⁰

Esta revolta contra o passado não é gratuita, servindo a um propósito bem determinado: com ela a modernidade tenta se libertar das “funções normalizadoras da tradição”, como escreve Habermas.⁵¹ “(...) [a modernidade] vive da experiência de se revoltar contra tudo que é normativo. Esta revolta é uma maneira de neutralizar padrões tanto da moral quanto da utilidade”. A estratégia para tal: um “jogo dialético entre recato e escândalo público”, que leva à utilização de diversos elementos de provocação, de ruptura, como as metáforas beligerantes e as ações agressivas. “Basta recordar, a propósito, aqueles grupos de artistas como os dadaístas de Zurique e Berlim, os futuristas do Norte da Itália ou os cubistas franceses que, em suas ações e manifestos e, sobretudo, em suas exposições e experimentos formais, assumiram a provocação e o escândalo como finalidade artística”, escreve Eduardo Subirats, que ilustra:

São incontáveis as passagens e citações que coincidem neste ponto: a apologia da bofetada por Tzara, o canto à violência, à ação destrutiva e desapiedada dos futuristas, o quase-culto à estética do ‘espanto’ que um crítico como André Salmon celebra, o prazer ambíguo pelo chocante e monstruoso, confessado por Charles Morris, ou a satisfação pelo caráter estupefaciente que o pintor Gleizes assinala em suas conferências sobre o cubismo.⁵²

As vanguardas e a retomada pós-historicista do passado

Fechando a primeira parte de “Modernidade, um projeto incompleto”, Habermas tenta mostrar como a relação da modernidade com a história — que denomina “pós-historicista” — ultrapassa a simples negação abstrata: “O espírito moderno, de vanguarda, tem procurado em vez disso [da negação abstrata, do a-historicismo] utilizar o passado de modo diverso, servindo-se daqueles passados que se tornaram disponíveis pela erudição objetivante do historicismo, muito embora simultaneamente se oponha à história neutralizada que se encontra encerrada no museu do historicismo”.⁵³ Para isso utiliza-se do conceito benjaminiano de *Jetztzeit* (tempo de agora), onde temos uma proposta de re-apropriação da tradição semelhan-

te àquela que Habermas detecta nas vanguardas. Benjamin desenvolve tal conceito em 1940, ainda sob o impacto do acordo entre Stalin e Hitler, tentando, com ele, contrapor-se aos modelos de relação com a história que lhe pareciam vedar qualquer possibilidade de ação humana transformadora. “Benjamin não se rebela apenas contra a normatividade tomada emprestada de uma compreensão da história caracterizada pela imitação de modelos”, escreve Habermas em *“Der philosophische Diskurs der Moderne”*, “ele também combate aquelas duas concepções que, já no terreno da concepção moderna de história, interceptam e neutralizam a provocação do novo e do absolutamente inesperado”.⁵⁴ Com tal conceito Benjamin combateria aquela “degeneração da consciência moderna do tempo, aberta ao futuro”, representada pelo evolucionismo, onde “o progresso se coagula em norma histórica” e, ao mesmo tempo, pelo historicismo, que, com sua série de passados tornados disponíveis, cria uma “imagem eterna do passado”. Habermas explica:

Por um lado ele se volta contra a idéia de um tempo homogêneo e vazio, que é preenchido pela obtusa fé no progresso, própria do evolucionismo e da filosofia da história; mas, por outro, também contra aquela neutralização de todos os critérios praticada pelo historicismo, quando confina a história no museu e deixa a sucessão de fatos escorrer entre os dedos como um rosário.⁵⁵

Em lugar dessas duas concepções imobilistas, caberia ao historiador materialista, segundo Benjamin, estabelecer uma “experiência” com o passado, se re-apropriando de seus conteúdos não-realizados e, com isso, “salvando-o”, “redimindo-o”. O modelo de tal re-apropriação Benjamin acha, por exemplo, em Robespierre, que, encontrando um passado “correspondente” na Roma Antiga, toma posse dele e, redimindo suas expectativas não realizadas, subtrai-o ao continuum inerte da história. Benjamin, Tese XIV:

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’. Assim, a Roma Antiga era para Robespierre um passado carregado de ‘agoras’, que ele fez explodir do continuum da história. A Revolução Francesa se via como uma Roma ressurreta. Ela citava a Roma Antiga como a moda cita um vestuário antigo. A moda tem um faro para o atual, onde quer que esteja na folhagem do antigamente. Ela é um salto de tigre em direção ao passado. Somente, ele se dá numa arena comandada pelas classes dominantes. O mesmo salto, sob o livre céu da história, é o salto dialético da Revolução, como o concebeu Marx.⁵⁶

Habermas esclarece esse conceito: “Tal é o conceito benjaminiano de *Jetztzeit*, do presente como momento de revelação; um tempo em que as farpas de uma presença messiânica se enredam. Neste sentido, para Robespierre, a Roma Antiga foi um passado prenhe de revelações oportunas”.⁵⁷

É neste sentido que Habermas pode estabelecer um paralelo entre essa re-apropriação da história — messiânica e baseada no próprio presente — proposta pelo conceito de *Jetztzeit* e a relação que as vanguardas mantêm com a tradição: “Como ele

[Benjamin] tenta paralisar, com um choque produzido surrealisticamente o continuum indolente da história, também uma modernidade volatizada na atualidade, assim que atinge a autenticidade de um *Jetztzeit*, deve criar a sua normatividade de imagens especulares re-evocadas do passado”, escreve.⁵⁸ Estamos, porém, a milhas de distância do modelo historicista, como a observação de Habermas que se segue, deixa perceber: “Estas [imagens especulares re-evocadas do passado] não são mais percebidas como passados exemplares por natureza”.



Museu Kolomba, Colônia, Alemanha, projeto de Peter Zumthor, construído parcialmente sobre as ruínas de uma igreja.

Modernidade e monumento histórico

Vai ser, então, apenas no âmbito da modernidade, com a peculiar relação que esta estabelece com o tempo, que vai poder aparecer uma idéia como a de “patrimônio cultural”, que pressupõe, como veremos, uma relação reflexiva com o passado e com a tradição. Françoise Choay, numa obra já clássica, *A Alegoria do Patrimônio*, também identifica a emergência do patrimônio com a emergência da modernidade, apresentando a noção e a trajetória do pensamento e das políticas de patrimônio desenvolvidas desde o século XVIII no Ocidente, com base numa distinção fundamental entre “monumento” e “monumento histórico”, sendo este último justamente uma “invenção” moderna e européia. Ao propor esse caminho, a

autora francesa recupera uma intuição fundante de Alois Riegl, que, no início do século XX, já fazia claramente essa distinção no *Der moderne Denkmalkultus*, texto com o qual apresentava a nova legislação de proteção do patrimônio para o Império Austro-húngaro.

A criação e a conservação de tais monumentos “intencionais”, dos quais se encontram traços até nas épocas mais antigas da cultura humana, não cessaram até os nossos dias; não obstante, quando falamos do culto e da proteção moderna dos monumentos, não pensamos nos monumentos “intencionais”, mas nos “monumentos históricos e artísticos”, como reza a denominação oficial até hoje, pelo menos na Áustria. Esta denominação, plenamente justificada de acordo com as concepções vigentes do século XVI ao XIX, poderia hoje, frente à concepção da essência da obra de arte que se impôs recentemente, induzir a mal entendidos, em razão do que vamos começar por interrogar, antes de mais nada, o que se quis dizer até agora por “monumentos históricos e artísticos”. (RIEGL, 1995, p.56, tradução do autor)

Assim, como observam Riegl e Choay, o “monumento” em seu sentido original, antropológico, vai ser uma espécie de “universal cultural”, existindo em praticamente todas as culturas: originado do latim *monere* (“advertir”, “lembrar”), o *monumentum* não pretende apresentar de forma neutra uma informação, mas, muito mais, “trazer à lembrança alguma coisa”, “tocar pela emoção, uma memória viva”. Como consequência, seria possível chamar de monumento, “tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, p. 18). Com isso, o monumento seria sempre “intencionado” (*gewollte*) e sempre pensado sob a égide do “tempo cíclico”, no qual, como nos lembra Octavio Paz, o passado pode ser re-vivido, reaparecendo ao ser invocado pela memória coletiva.

No entanto, na modernidade vamos ter justamente a extinção progressiva da função memorial do monumento e sua substituição pela idéia – europeia – de “monumento histórico”, que, contrariamente ao monumento, vai estar ligado à idéia do tempo histórico, linear e irreversível. Para Françoise Choay, esse fenômeno poderia ser explicado por uma conjunção de causas de várias ordens, entre as se destacam a asserção cada vez mais vigorosa do valor estético ou de prestígio, “a importância crescente atribuída ao conceito de arte nas sociedades ocidentais, a partir do Renascimento”, e o “desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão das memórias artificiais, entre as quais a fotografia e o cinema.” (CHOAY, p. 19-23) Desta maneira,

a seu ver, ao fim de um processo, o monumento histórico se relacionaria de forma diferente com a memória viva e a duração, sendo construído muito mais como um objeto de saber e não mais como um artefato intencionado destinado a evocar uma memória passada.

Com o “monumento histórico e artístico” estaríamos, então, no âmbito do conceito moderno de tempo, linear e irreversível, quando o passado não pode mais ser re-vivido, mas apenas conhecido através da erudição histórica ou fruído pela sensibilidade artística. O aparecimento de tal atitude em relação ao passado é localizado por Choay no Renascimento europeu, quando o passado greco-romano começa a ser escrutinado pelos humanistas, que o buscam nos textos clássicos, e, um pouco mais tarde, também pelos “antiquários”, que se debruçam sobre a cultura material pregressa, tratando-a como um reliquário. No entanto, o encanto intelectual de tais redescobertas seria marcado ainda por um distanciamento insuficiente em relação a esse passado, que era visto como passível de reutilização, não se pensando, com raras exceções, na conservação dos monumentos herdados: ao mesmo tempo em que alguns papas emitiam bulas pontificiais preconizando a proteção dos monumentos da Antiguidade, os monumentos antigos nunca deixaram de ser utilizados como pedreiras para alimentar a sua política de construções novas. (CHOAY, p. 56)

Ser moderno, no Renascimento, ainda era, de fato, como mostramos, retomar criativamente a tradição artística clássica, aparecendo aqui ainda resquícios daquele modelo de relação com o tempo, cujo pólo organizador seria um passado-arquetípico, a se imitar. O distanciamento mais radical em relação ao passado vai se dar, de fato, apenas com o Iluminismo e a Revolução Francesa, quando a conservação iconográfica dos antiquários cede o lugar a uma conservação real. Como já anotamos, seguindo Habermas, a idéia de que ser “moderno” implicava voltar aos antigos muda neste momento, ao se confrontar com a crença “no progresso infinito do conhecimento e no avanço infinito em direção ao aperfeiçoamento social e moral”. Com o Iluminismo, toda a tradição passa a ser escrutinada e submetida a uma clara tendência à “dessacralização”, atitude que coincide com a aproximação cada vez mais “racional” à história pressuposta pela idéia de “monumento histórico”, que se constitui como um objeto de saber, devendo, como tal, ser estudado e registrado e, uma vez reconhecido seu valor, também preservado.

No caso da França, primeiro país europeu a implantar uma estrutura institucional de defesa do patrimônio, é interessante percebermos, como nos mostram J.-P. Babelon e André Chastel (1994), a longa trajetória do termo

“patrimônio” e sua expansão até se atingir a idéia de um “patrimônio da nação”, fenômeno que poderia ser explicado pela junção de dois fenômenos: pela “transferência dos bens do clero, da Coroa e dos emigrados para a nação”, e, negativamente, pela “destruição ideológica de que foi objeto uma parte desses bens, a partir de 1792, particularmente sob o Terror e o governo do Comitê de Salvação Pública” (CHOAY, p. 97). Assim, segundo Choay, na “arrancada de 1789”, todos os elementos necessários a uma autêntica política de conservação do patrimônio monumental, que não visaria apenas à conservação das igrejas medievais, mas “em sua riqueza e diversidade, à totalidade do patrimônio cultural”, já estariam reunidos na França: a criação do termo “patrimônio histórico”, o levantamento do corpus patrimonial em andamento e a existência de instrumentos jurídicos e técnicos ao dispor da administração encarregada da conservação. (CHOAY, p. 120). Com isso, se articulariam, ainda no final do Século XVIII, os elementos essenciais – teóricos, metodológicos e institucionais – para a instituição das políticas de patrimônio, que se espalhariam pela Europa e pelo restante do mundo nos dois séculos subsequentes, como veremos nos próximos capítulos.



Louvre, Paris

*

HISTÓRIA DA ARQUITETURA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO: DIÁLOGOS

A preservação do patrimônio é um campo que tem ganhado proeminência na cena atual. É interessante perceber, no entanto, como esse campo se articula de forma diferente nos diversos contextos nacionais. Implementadas tradicionalmente pelos estados, as políticas de preservação trabalham com a dialética lembrar-esquecer: para se criar uma memória nacional privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos momentos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade. É neste sentido que este capítulo acompanha, numa perspectiva comparativa, a relação entre o discurso da preservação do patrimônio e da história da arquitetura no Brasil e nos Estados Unidos. É interessante perceber as diferentes aproximações ao fenômeno da arquitetura, que, juntamente com uma prática social diferenciada da preservação em cada um dos países, justificam os diferentes tipos de diálogo que se estabelecem entre os dois campos nos dois exemplos estudados.

Sociedade civil e valor evocativo do patrimônio: a preservação do patrimônio nos Estados Unidos

A preservação do patrimônio nos Estados Unidos pode ser vista como um campo complexo e multifacetado, que reflete, por um lado, a história daquele País e o tipo particular de Governo federal estabelecido pela Constituição Americana, onde os estados mantêm uma grande autonomia real de ação, e, por outro, uma concepção bastante própria da ação cabível ao Estado e aos diversos agentes da sociedade civil. Diferentemente dos países latino-americanos, onde o Estado vai ter um papel preponderante, nos Estados Unidos, e nos países anglo-saxônicos em geral, vamos encontrar o protagonismo, desde os primórdios, da sociedade civil organizada.

Como em vários países das Américas, nos Estados Unidos, o início do movimento preservacionista esteve vinculado, ainda no século XIX, à busca de uma identidade nacional unificadora, direcionando-se grande parte do interesse dos agentes envolvidos para os sítios históricos relacionados com os primeiros assentamentos europeus ao longo da costa atlântica ou ligados ao processo da independência em relação à Grã-Bretanha, em especial aqueles lugares associados à vida de George Washington, e, em menor grau, aos outros próceres daquela época. Porém diferentemente de outros países, o desejo de conservar e monumentalizar esses sítios não emanou, como anotamos, nem do Governo central, nem dos governos municipais,



George Washington.

mas sim de indivíduos que, organizados em grupos cívicos, identificavam os sítios de valor cultural – histórico ou patriótico - que se encontravam próximos à sua comunidade imediata.

Por muitas décadas, o Governo manifestou pouco ou nenhum interesse e não aportou nenhum apoio nem reconhecimento oficial a esses sítios. Assim, desde sua gênese o movimento de preservação do patrimônio nos Estados Unidos se caracterizou por ser basicamente um esforço comunitário cuja força motriz reside em nível local, o que fez com que sua evolução se desse isolada de toda influência externa, respondendo somente às necessidades imediatas do momento e do lugar.¹ Como um exemplo dessa postura, podemos citar uma das mais influentes organizações privadas dedicadas ao patrimônio, que surge nos finais do século XIX e ainda se mantém ativa com grande renome, a *Society for the Preservation of New England Antiquities* (SPNEA), fundada por Appleton.² O fato é que, até meados do século XX, continuou muito escassa a comunicação com movimentos de preservação estrangeiros mesmo com o desenvolvimento das teorias de conservação que, refinadas na Europa desde o século XIX, não foram conhecidas nos Estados Unidos até a década de 1960.

Essa ênfase exclusiva sobre os valores históricos relacionados ao movimento da Independência e os valores associativos relacionados com aquela moralidade tão particular da era colonial ganha importância e mesmo uma certa urgência com a grande leva de imigração de finais do século XIX e princípios do século XX, quando a ética protestante e anglo-saxônica prevalente se viu ameaçada pela primeira vez pelo afluxo massivo de católicos, judeus e ortodoxos provenientes da Europa Central e Oriental, quer dizer, quando aporta aos Estados Unidos uma nova gama de culturas e cores até então desconhecidas. Durante esses anos, se selecionaram sítios patrimoniais em relação direta com seu potencial didático, com o objetivo de inculcar nos recém-chegados os valores da cultura dominante (anglo-saxônica e protestante), cujos portadores viam sua maioria demográfica se reduzir de maneira perigosa.

Tal uso do patrimônio – baseado sobremaneira no valor “evocativo” dessa herança – veio a significar uma crescente dependência na prática da reconstrução e numa museografia que permitisse de maneira simples inter-



Casa de George Washington, Mount Vernon, Virginia, Estados Unidos.

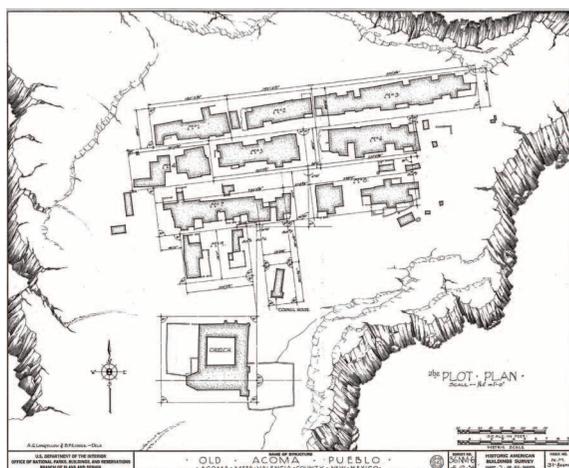
pretar e comunicar a esse novo público, não educado, os valores sociais e éticos que originalmente deram lugar à construção tanto do sítio como da Nação que agora o acolhia. O fato é que, naquele momento, depois de cem anos, muitos daqueles sítios já tinham sido alterados de maneira considerável pelos seus usuários: as casas que George Washington tinha visitado um século antes, por exemplo, já tinham mudado drasticamente, e não podiam comunicar ao visitante a realidade completa daquele momento efêmero do passado. Não obstante, a necessidade pedagógica que se atribuiu ao patrimônio naquele momento exigia que o sítio se apresentasse em sua condição original, e foi assim que a reconstrução foi adquirindo um prestígio cada vez maior como o tratamento preferido para a conservação do patrimônio nos Estados Unidos. (Não é de se estranhar, portanto, que naquele país, o termo “restauração” seja sinônimo de um tipo de “reconstrução parcial” empreendida para recuperar o que se perdeu daquele momento significativo.)

À medida que o movimento da conservação foi se refinando, a precisão das reconstruções históricas foi adquirindo um papel cada vez mais importante, e é por isso que o campo profissional chegou a ser dominado pelos historiadores e não pelos arquitetos, como foi o caso de muitos países. O trabalho iniciado nos anos 1920, em Colonial Williamsburg sob o patrocínio do filantropo John D. Rockefeller, é o pináculo desse processo, e o exemplo principal da reconstrução exata e do uso do patrimônio a serviço de uma mensagem altamente política. Isso fica bastante claro, por exemplo, nos textos oficiais da localidade, como aqueles da página web oficial de Williamsburg, onde se lê, “mais que há 200 anos, a busca de igualdade, liberdade e independência começaram uma revolução que continua a moldar o mundo. Bem vindos à Colonial Williamsburg. América Capítulo 1”.³

O mesmo tom é usado por outra página, que anuncia: “Pense na área de Williamsburg (...) e as imagens que virão à sua cabeça são as de uma vida colonial numa cidade pequena (...) e a busca pela independência americana (...) o modelo de democracia usado ao redor do mundo.”⁴ Em todos esses casos, um papel decisivo é representado pelas associações formadas por indivíduos idealistas e com militância comunitária, que davam grande ênfase ao valor evocativo do passado nacional. Assim, por exemplo, a *Historic New England*, a “mais antiga, maior e mais abrangente organização regional de preservação no país”, anuncia, em sua página web, que eles “oferecem a oportunidade única de experimentar as vidas e histórias dos habitantes da Nova Inglaterra, através de suas residências e propriedades”.⁵

Não há dúvida de que, paralelamente a isso, vamos ter nos Estados Unidos um certo trabalho de conservação no nível governamental, com algumas medidas como o estabelecimento do *National Park Service* (órgão de preservação

pertencente ao Departamento do Interior), a declaração monumental de alguns sítios arqueológicos por decreto presidencial, e a adoção de algumas legislações para a proteção do patrimônio. É importante perceber ainda que, mesmo que essas medidas, quando avaliadas em relação a trajetórias de outros pa-



Old Acoma Pueblo,
Novo México,
Estados Unidos,
levantamento do
Historic American
Building Survey.

ises, nos pareçam débeis, elas assentaram de fato uma base firme para o trabalho que se lhes seguiria.

Durante os anos 1930, começam a ser implementadas outras ações, que vão ter um efeito mais profundo sobre o movimento de conservação. Aqui se destacam, em nível federal, os programas inovadores adotados durante a Grande Depressão para a recuperação econômica por Franklin Delano Roosevelt, que engajaram centenas de arquitetos desempregados na documentação de edifícios de valor patrimonial por todo o País, uma iniciativa que conscientizou a muitos do valor da arquitetura tradicional, e que, com o tempo, se transformou na coleção nacional do *Historic American Building Survey* (HABS). A partir de 1934, o HABS se tornou um programa permanente do *National Park Service*, e recebeu autorização legislativa do Congresso Americano, através do *Historic Sites Act* de 1935.⁶

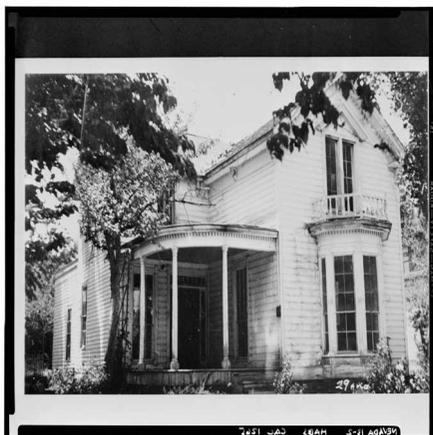
Finalmente, cabe chamar a atenção para o *National Historic Preservation Act* de 1966 (alterado em 2000), que traça, pela primeira vez, uma verdadeira política do Governo federal, que, segundo seus termos, deve sempre trabalhar “em parceria com os estados, os governos locais, as tribos indígenas e as organizações privadas e indivíduos”.⁷ Essa lei cria o *National Register of Historic Places*, onde serão registrados “distritos, sítios, edificações, estruturas e objetos significativos para a história, arquitetura, arqueologia engenharia e cultura da América”, além da possibilidade de declaração de bens culturais, que são listados como *National Historic Landmark*. Cabe ainda anotar que apesar do precedente representado por Williamsburg, transformada numa espécie de museu a céu aberto a partir da doação de milhões de dólares por John Rockefeller, vai ser também o *National Historic Preservation Act* que introduz nos Estados Unidos a noção contemporânea dos “distritos de preservação histórica”, bastante difundidos hoje em dia.⁸

Apesar desses avanços, é interessante perceber como a preservação do patrimônio nos Estados Unidos vai se basear sobremaneira nos chamados valores “evocativos”, ligando-se os bens protegidos, inicialmente, a uma



Golden Bridge, San Francisco, California, Estados Unidos, foto do Historic American Building Survey.

idéia clara de nação, que deveria ser pedagogicamente transmitida para o público em geral. Com isso, surgiram, como vimos, tanto uma prática de reconstrução quanto um tipo de museografia que permitiam, de maneira simples, interpretar e comunicar a esse novo público, não educado, os valores sociais e éticos que originalmente deram lugar à construção da nação que agora os acolhia. Nesta perspectiva, não é de se estranhar que a preservação do patrimônio nos Estados Unidos lance mão freqüentemente de recursos pedagógicos e interpretativos, como a prática do *reenactment*, representação teatralizada de eventos históricos.⁹



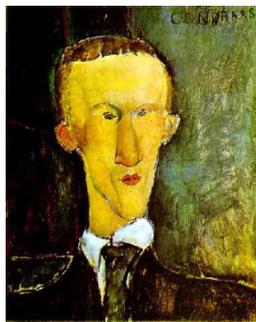
Casa de Mark Twain, Connecticut, foto do Historic American Building Survey.

Essa perspectiva tem sido recebida com muita desconfiança pela academia, que aponta o caráter de consumo a que a prática da preservação submete a história, que normalmente é “descontextualizada” e “direcionada”, sem grandes preocupações com a autenticidade, a verdade ou com o apuro das informações apresentadas. É como aponta Hewison,

analisando o caso britânico (1987): nessas operações, “trechos” da informação são tirados do seu contexto e apresentados ao público com o propósito de “eduteração” (*edutainment*, um neologismo que combina “education”, educação, e “entertainment”, diversão). Com isso, a abordagem do movimento preservacionista americano, carregado de alta carga evocativa e ideológica, se distancia da abordagem dada à história da arquitetura nas universidades e centros de pesquisa, onde vai prevalecer uma perspectiva notadamente estética, baseada, via de regra, nos cânones da história da arte. Assim, fica clara, no caso norte-americano, uma nítida *disjunção* entre a história da arquitetura, que é vista como uma tarefa acadêmica, e a preservação do patrimônio, até recentemente vista como uma atividade “menor” por parte dos pesquisadores universitários, que questionam sua perspectiva engajada e sua falta de critérios.¹⁰

Estado, valor estético e a busca da identidade nacional: a preservação do patrimônio no Brasil

Um caso bastante diferente vai ser aquele do movimento preservacionista brasileiro, que não só nasce de intelectuais progressistas em busca da identidade nacional, como também forja a própria tradição da história da arquitetura que se produz no País. Assim, vai ser na década de 1920 que a temática da preservação do patrimônio - expressa como preocupação com a salvação dos vestígios do passado da nação, e, mais especificamente, com a proteção dos monumentos e objetos de valor histórico e artístico, começa a ser considerada politicamente relevante no Brasil, implicando o envolvimento do Estado.¹¹ Se, neste momento que cerca as comemorações do centenário da independência nacional, já temos os grandes museus federais em funcionamento, multiplicam-se na imprensa denúncias sobre o abandono das cidades históricas e a destruição irremediável dos “tesouros da Nação”.



Amedeo Modigliani, Retrato de Blaise Cendrars.

No caso brasileiro, cabe notar uma peculiaridade: não vão ser os setores conservadores, mas alguns intelectuais modernistas que elaboram e implementam as políticas de preservação do patrimônio. Neste sentido, é importante lembrar que o modernismo, movimento renovador da cultura no Brasil, teve como característica geral, ao lado de uma crítica exacerbada à arte acadêmica, tradicional, a busca de raízes, colocando como parte de sua agenda a questão da identidade nacional. Assim, ao mesmo tempo em que mantém estreito contato com as vanguardas européias, os modernistas brasileiros desenvolvem uma peculiar relação com a tradição, recusando a idéia do rompimento radical com o passado.

Neste quadro não é de se estranhar, portanto, que os modernistas tenham “redescoberto” Minas Gerais, e, em especial, Ouro Preto: na busca de uma identidade nacional “profunda”, de raízes genuínas, identificam-se naquele conjunto setecentista as manifestações de uma possível civilização brasileira. O barroco local, que durante muito tempo fora considerado excêntrico e sem importância, é revalorizado pelos modernistas, que o vêem como uma síntese cultural própria, esboçada por uma sociedade no interior do País, que, isolada, retrabalhara à sua maneira as diversas influências culturais. Assim, vai ser apenas aparentemente paradoxal que, em 1924, ao receberem a visita do poeta vanguardista suíço Blaise Cendrars, um grupo de poetas e artistas brasileiros - identificados também com a idéia da modernização social e cultural do País - o tenha levado justamen-

Alunos da Escola de Arquitetura da UFMG realizando levantamentos em Pirenópolis, Goiás, década de 1960.



te às velhas cidades de Minas Gerais, onde tudo parecia evocar o passado e a tradição. É interessante perceber aqui como a aproximação de nossos modernistas ao passado do século XVIII assemelha-se à aproximação que as vanguardas européias faziam do primitivo e do arcaico, com a particularidade de o primitivo, aqui, apontar para as nossas raízes nacionais. A redescoberta das culturas primitivas

pelos vanguardistas corresponde, então, no Brasil à redescoberta de uma outra cultura nacional, não oficial –, presente, mas ignorada, na medida em que se mantivera à margem da cultura hegemônica.

No caso da arquitetura, essa leitura particular do passado nacional também vai desempenhar um papel muito importante na formulação tanto de uma política de preservação, quanto de nossa própria arquitetura moderna. Essa postura, que combina a busca do novo com a revalorização da tradição, pode ser bem exemplificada na trajetória de Lucio Costa, o criador de Brasília, que, nos anos 1930, vai ser o líder intelectual da renovação arquitetônica brasileira. Segundo seu depoimento, nos primeiros contatos com o movimento moderno em arquitetura, chocava-lhe “o seu caráter absolutista, intransigente e o aparente desprezo pelo passado”, que, também a partir de uma viagem a Minas e de contatos com a “genuína arquitetura brasileira”, aprendera a respeitar. Sua busca, a partir de então, vai ser sempre a de integrar modernidade e tradição, a partir de uma reflexão sobre a especificidade de seu campo profissional, a arquitetura, e de sua relação com a realidade brasileira.¹²



Lucio Costa.

Neste sentido, os arquitetos modernos brasileiros viam-se, na esteira das formulações de Lucio Costa, muito mais como continuadores da boa tradição construtiva forjada ainda na época da Colônia do que como agitadores vanguardistas. O gesto futurista parece estar ausente de suas proposições, predominando entre eles um discurso de apelo à “lição do passado” – não aquele imediato, da linguagem clássica relida pelo ecletismo, mas aquele da arquitetura colonial e bar-

roca do século XVIII, onde identificavam formulações apropriadas e significativas para um projeto nacional. É interessante perceber como há um interesse explícito em recuperar o nosso passado colonial, a nossa arquitetura tradicional, a partir de uma perspectiva pragmática: afinal naquele período haveria uma série de lições a serem aprendidas pelos arquitetos modernos. Assim, é muito comum na época identificar-se uma



*São João Del Rey,
Minas Gerais,
década de 1960.*

espécie de correspondência entre essa arquitetura colonial e a arquitetura moderna, ressaltando-se os seus traços comuns: simplicidade, austeridade, pureza, bom uso dos materiais. Nesta linha, chega-se mesmo a se apontar semelhanças entre a estrutura da nossa arquitetura tradicional – o pau-a-pique – e o concreto armado.¹³ A nosso ver, essa espécie de leitura da tradição proposta pelos modernistas brasileiros encaixa-se perfeitamente naquilo que Antoine Compagnon denomina “narrativas ortodoxas” da modernidade, que, seriam sempre escritas em função do desfecho ao qual elas querem chegar – no que são teleológicas – e servem para legitimar uma arte contemporânea que, no entanto, quer estar em ruptura com a tradição – no que são apologéticas.¹⁴

Diante dessa leitura do passado, que se impõe no quadro cultural brasileiro do período, coloca-se com força a questão da preservação do rico acervo representado pelas cidades e arquitetura do período colonial, que passa a ser vista como imprescindível ao processo de construção da identidade nacional. Aqui é importante lembrar que com a chamada “Revolução de 30” a questão da identidade nacional torna-se também um dos focos principais do novo grupo dominante, que tenta estabelecer uma política cultural a partir do Estado. Para este propósito, engajam-se um número considerável de intelectuais progressistas que tinham tomado parte no Movimento Moderno nos anos 1920. É interessante perceber como tanto essa proteção quanto as primeiras ações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão federal de preservação criado em 1937, derivam diretamente daquela “narrativa ortodoxa” da história a que nos referimos,

que estabelecia uma espécie de afinidade eletiva entre nosso passado barroco e colonial e a arquitetura moderna que então se fazia.

Segundo esse ponto de vista, a arquitetura efetivamente brasileira teria começado no ciclo mineiro, no século XVIII, sendo as obras anteriormente realizadas interpretadas como uma transplantação direta para o País da arquitetura de Portugal – uma espécie de “pré-história” da verdadeira



Ouro Preto.

arquitetura brasileira. Corolário de tal tese, teríamos o mito de que somente a arquitetura barroca – além da modernista, naturalmente – tinha dignidade, sendo o século e meio entre os dois períodos considerados totalmente estéreis e dignos de esquecimento. Assim, não é de se estranhar que o próprio ato do tombamento de núcleos históricos em Minas Gerais, em 1938, entre os quais

Ouro Preto já aponte como valor decisivo o “valor artístico” e não o “valor histórico” do conjunto, que é visado, antes de mais nada, sob o ponto de vista estético. Considerada como expressão estética privilegiada, a cidade é abordada segundo critérios puramente estilísticos, ignorando-se completamente “sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural de um todo socialmente construído”.¹⁵ Com isso, instaura-se ali, como de resto em todo o Brasil, uma prática de conservação orientada para a manutenção dos conjuntos tombados como objetos idealizados, desconsiderando-se, muitas vezes, a sua história real. Lia Motta sintetiza de forma cáustica a prática de preservação imposta então a Ouro Preto: “Esvaziada economicamente, a cidade foi usada como matéria-prima para um laboratório de nacionalidade de inspiração modernista, deixando as populações que lá moravam subordinadas a esta visão idealizada, não sendo elas sequer motivo de referência.”

Em seu livro *The Past is a Foreign Country*, David Lowenthal lembra que todo ato de reconhecimento “altera o que sobrevive do passado.”¹⁶ Este parece-nos exatamente o caso de Ouro Preto: na busca de um símbolo na-

cional, o SPHAN passa a executar uma ação de homogeneização da imagem da cidade, eliminando grande parte das transformações urbanas e arquitetônicas mais recentes e, com elas, importantes referências da história local. Assim, inicia-se uma ação sistemática de apagamento do século XIX, com a exigência, na aprovação de projetos de reforma, da retirada de elementos da arquitetura neoclássica ou eclética, como frontões e platibandas. A partir da compreensão da cidade como expressão estética, aqueles elementos são vistos como perturbadores da unidade desejável do conjunto, devendo, portanto, ser removidos. Os exemplos dessa ação “corretiva” multiplicam-se então pela cidade, podendo-se citar o conhecido caso da reforma do Cine Vila Rica, que, em 1957, ganha uma fachada colonial, eliminando-se os estilemas arquitetônicos oitocentistas.

Também no que se refere à aprovação de novas construções seguiram-se critérios estilísticos, que procuravam garantir uma homogeneidade ao conjunto. Nos primeiros anos, ainda se admitiam algumas edificações modernas, desde que “de boa qualidade arquitetônica” de acordo com a avaliação dos técnicos do SPHAN. Com isso, acompanhavam-se as posições de Lucio Costa, que, coerentemente com suas convicções modernistas, defendia que mais cedo ou mais tarde o SPHAN teria que proibir em Ouro Preto “os fingimentos coloniais”. Para ele, nada pior do que a tendência, que identificava majoritariamente nos Estados Unidos e Inglaterra, a se reproduzir tudo “em estilo apropriado”, “até mesmo os interruptores de luz elétrica”. Assim, nesse primeiro momento, aprova-se, por exemplo, o conhecido Grande Hotel, projeto de Oscar Niemeyer, cuja inserção no conjunto tombado causa polêmica tanto nos meios intelectuais quanto na população em geral, que questiona os critérios de avaliação do órgão oficial. Frente às dificuldades de se analisar projetos caso a caso, o SPHAN caminha, então, cada vez mais para um enrijecimento das normas, passando a exigir uma série de traços estilísticos nas novas edificações – detalhes típicos das construções e acabamento de telhados, cornijas, bem como esquemas cromáticos bastante rígidos.

Com a exigência de se seguir uma série de design guidelines para as novas edificações, aparece por toda Ouro Preto o chamado “estilo patrimônio”, representado por construções contemporâneas que emulam velhas casas do século XVIII. Como se acreditava que a cidade não iria crescer muito, a atenção do SPHAN voltava-se primordialmente para as fachadas, não considerando outros aspectos tais como dimensão dos lotes, implantação da casa no lote e seu volume, que logo iriam se mostrar muito importantes.¹⁷ E, como de fato a cidade desenvolveu-se com muita rapidez, especialmente a partir da década de 1960, a consequência mais danosa desse tipo de

ação terminou sendo a falsificação do conjunto, com o surgimento de uma arquitetura híbrida, onde as edificações do “estilo patrimônio” fundem-se com os exemplares originais. Aqui se confirma a colocação de Lowenthal segundo a qual “a passagem do tempo dissolve a distinção entre os originais e as emulações, e aumenta a sua confluência”, o que termina, mesmo sob o ponto de vista do reconhecimento estético, representando um problema.¹⁸

É interessante percebermos como essa abordagem – que se utiliza da história para a construção de um projeto nacional – vai marcar fortemente a historiografia da arquitetura brasileira, com a constituição inclusive do que alguns autores chamam de “Academia SPHAN”.⁽¹⁹⁾ No caso brasileiro, diferentemente do norte-americano, fica visível a aproximação entre a história da arquitetura e a preservação do patrimônio: a versão produzida pelos modernistas vai ser a hegemônica em nosso País, em seus focos, e, principalmente, em seus silêncios.

*

Segunda Parte:
Políticas

ALTERNATIVAS CONTEMPORÂNEAS PARA POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO

Já em 1933, o filósofo Walter Benjamin alertava para a crise da tradição, com a perda de sua transmissibilidade. A experiência, matéria-prima da cultura tradicional, e que sempre fora comunicada aos jovens “de forma concisa com a autoridade da velhice, em provérbios”; “de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias”; ou mesmo “como narrativas de países longínquos, diante da lareira, contada a pais e netos”, emudecera. “Que foi feito de tudo isso?”, perguntava-se o filósofo, lançando seu olhar mais uma vez para um mundo que desaparecia.

Quem encontra ainda pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas? Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração em geração? Quem é ajudado, hoje, por um provérbio oportuno? Quem tentará, sequer, lidar com a juventude invocando a experiência?¹

Tudo isso parecia irremediavelmente perdido para Benjamin, que reconhecia: “Ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo de seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do ‘atual’ ”.²

Essa ruptura com a tradição, a existência de uma lacuna quase intransponível entre o passado e o futuro, vivida pela geração do período entre guerras europeu e refletida com muita agudeza na obra de artistas e pensadores como Musil, Kafka, Brecht e Hannah Arendt, é hoje uma experiência compartilhada por grande parte da humanidade. A sociedade industrial moderna, com sua lógica da obsolescência programada, destrói sistematicamente qualquer quadro estável de referências, num processo de renovação incessante de usos e costumes, imagens e valores. Nela, nada pode durar mais do que o tempo necessário para ser consumido pelo mercado, e mesmo o mais novo deve se tornar rapidamente antiquado. Nesse quadro, a arquitetura e a própria cidade, que em princípio constituiriam estruturas du-



Vitrine, Berlim.

ráveis, passam, também, a fazer parte daquela “via das cinzas” apontada por Paolo Portoghesi.³ Assim, a cidade, agora regida quase que exclusivamente por uma concepção militarista, destrói memórias individuais e coletivas, eliminando os recantos em que estas se aninhavam: “na sua preocupação contra os espaços inúteis”, constata Ecléa Bosi, “eliminam-se de vez “as reenâncias onde os párias se escondem dos tentos noturnos, os batentes profundos das janelas dos ministérios, onde os mendigos dormem”.⁴



Claude Lévi
Strauss.

No final da década de 1930, ao visitar o Brasil, o antropólogo Claude Lévi-Strauss se espantou com a rapidez da transformação das cidades nas Américas, que, para ele, jamais incitam “a essas férias fora do tempo” nem conhecem “essa vida sem idade que caracteriza as mais belas cidades, transformadas em objeto de contemplação e de reflexão, e não mais em simples instrumentos da função urbana”. Nas cidades do Novo Mundo, impressiona-lhe a “falta de vestígios”, que reconhece como um elemento de sua signifi-

cação: a sua obsolescência é rápida demais, significando o passar dos anos para elas não “uma promoção”, como na Europa, mas “uma decadência”.

Pois não são apenas construídas recentemente; são construídas para se renovarem com a mesma rapidez com que foram erguidas, quer dizer, mal. No momento em que surgem, os novos bairros nem sequer são elementos urbanos: são brilhantes demais, novos demais, alegres demais para tanto. Mais se pensaria numa feira, numa exposição internacional construída para poucos meses. Após esse prazo, a festa termina e esses bibelôs fenecem: as fachadas descascam, a chuva e a fuligem traçam seus sulcos, o estilo sai de moda, o ordenamento primitivo desaparece sob as demolições exigidas, ao lado, por outra impaciência.⁵

“Não são cidades novas contrastando com cidades velhas”, conclui, “mas cidades com ciclo de evolução curtíssimo, comparadas com cidades de ciclo lento”. Lévi-Strauss registra com precisão, a nosso ver, a dinâmica desse nosso cenário sem muita espessura, em que os sentidos do vivido mal conseguem se fixar e são logo engolfados pela lógica da destruição modernizadora. E é bastante interessante e significativo que mesmo hoje, quase 50 anos depois, quando se olha com profunda desconfiança para o projeto moderno, e uma suspeita ampla abrange dos ideais do Iluminismo à fe-

licidade prometida pelo desenvolvimento tecnológico, idéias como as de modernidade e progresso continuem a dominar, incontestes, a cena latino-americana. Em nosso continente, onde coexistem múltiplas lógicas de desenvolvimento, a economia e a política seguem perseguindo, de forma atabalhoada, objetivos modernizadores, sem submeter esses ideais à necessária crítica. Nesse sentido insistem as campanhas



Avenida Afonso
Pena, Belo
Horizonte, década
de 1960.

eleitorais mais recentes, bem como as mensagens políticas que acompanham os frequentes planos de ajuste e reconversão, que prescrevem, entre outras medidas, a incorporação dos avanços tecnológicos, a modernização e internacionalização da economia, a superação, nas estruturas de poder, de alianças informais e de outros “desvios pré-modernos”. Domina em nosso continente, sem dúvida, aquilo que o pensador ítalo-argentino Roberto Segre, ao analisar a revolução cubana, chama de “mito do novo”, aquela idéia de que a grande tarefa consiste em projetar para o futuro, “fazer realidade a distante utopia”, mito reforçado pelo fato de que para a população do mundo subdesenvolvido quase tudo está por fazer e “as expectativas e as esperanças contam mais que as reminiscências do passado”.⁶ Frente a esse quadro, aparece-nos como duplamente desafiadora a tarefa de se formularem políticas de preservação em nosso continente: se por um lado se lida com um quadro volátil e marcado pela ideologia da modernidade, por outro não se pode escamotear o grande deslocamento que a própria idéia de patrimônio tem sofrido nos últimos tempos.

Patrimônio, a ampliação do conceito

Originalmente “herança do pai” no direito romano antigo, entendia-se como patrimônio de um particular o complexo de bens que tinham algum valor econômico, que podiam ser objeto de apropriação privada. (Assim, negativamente, definiam-se como coisas extra-patrimonium aquelas que, sagradas ou pertencentes ao Estado, não se prestavam a esse tipo de relação: o ar, a água, os estádios, os teatros, as praças, as vias públicas.⁷) Com o

tempo, porém, o uso desse termo sofre uma ampliação e um deslocamento, sendo hoje utilizado em uma série de expressões como “patrimônio arquitetônico”, “patrimônio histórico e artístico”, “patrimônio cultural”, e mesmo “patrimônio natural”, que abrangem uma gama de fenômenos muito mais ampla que a inicial.

Essa ampliação estende-se também às próprias expressões específicas que apontamos: idéias como as de “patrimônio cultural” e “patrimônio arquitetônico” tendem a se tornar muito mais abrangentes que de início, o que, por não se tratar de mera expansão quantitativa, coloca-nos frente a uma série de questões totalmente novas. Assim, no que se refere ao patrimônio arquitetônico, vemos uma verdadeira “explosão” do conceito, que passa de uma formulação restrita e delimitada para uma concepção contemporânea tão ampla que tende a abranger a gestão do espaço como um todo. De fato, inicialmente, concebia-se o patrimônio arquitetônico como uma espécie de “coleção de objetos”, identificados e catalogados por peritos como representantes significativos da arquitetura do passado e, como tal, dignos de preservação, passando os critérios adotados aqui normalmente pelo caráter de excepcional idade da edificação, à qual se atribuía valor histórico e/ou estético. (Pertencer ao patrimônio tinha ao lado de um significado cultural, um significado jurídico: preservar se identificava, quase que automaticamente, com “tombar”). No entanto, tal concepção, muito presa



Monumento
a Hermann,
Detmold,
Alemanha.

ainda à idéia tradicional de monumento único, vai sendo ampliada: tanto o conceito de arquitetura quanto o próprio campo de estilos e espécies de edifícios considerados dignos de preservação expandem-se paulatinamente. Assim, ao longo do século XX, vão penetrando no campo do patrimônio conjuntos arquitetônicos inteiros, a arquitetura rural, a arquitetura vernacular, bem como etapas anteriormente desprezadas (o ecletismo, o *Art Nouveau*), e mesmo a produção contemporânea. Aqui, aos critérios estilísticos e históricos vão se juntando outros, como a preocupação com o entorno, a ambiência e o significado.⁸

Também a noção de “patrimônio cultural” vai sofrer uma ampliação, graças, principalmente, à contribuição decisiva da Antropologia, que, com sua perspectiva relativizadora, nele integra os aportes de grupos e segmentos sociais que se encontravam à margem da história e da cultura dominante. Nesse processo, a noção de cultura deixa de se relacionar exclusivamente com a chamada cultura erudita, passando a englobar também as manifestações populares e a moderna cultura de massa. Ao mesmo tempo, passa-se a considerar com atenção os elementos materiais, técnicos da cultura, rejeitando-se aquela contraposição idealista, longamente cultivada, entre *Zivilization* e *Kultur*.⁹ Ao lado dos bens móveis e imóveis, e daqueles de criação individual, componentes do acervo artístico, agora se considera também como parte do patrimônio cultural de um povo, como nos mostram, por exemplo, os escritos de Mário de Andrade e Aloísio Magalhães, uma outra espécie de bens, os utensílios, procedentes, sobretudo, do “fazer popular”, “inseridos na dinâmica viva do cotidiano”.¹⁰ Além disso, superando a visão retificada da cultura como um “conjunto de coisas”, tende-se cada vez mais a trabalhá-la como um processo, focalizando-se a questão – imaterial – da formação do significado.¹¹



Marujada, Serro, Minas Gerais.



Vitrine, Berlim.

Aqui é importante perceber que não se trata simplesmente de uma mudança quantitativa: a expansão do conceito faz com que se modifique o seu próprio caráter, o que, por sua vez, faz com que também a postura em relação ao que se entende por patrimônio deva sofrer alterações. Trata-se, de

fato, como podemos perceber, de campos de amplitudes e articulações bastante diferentes, que solicitam respostas distintas. Assim, num primeiro momento, que corresponde a uma visão mais restrita do patrimônio, lidava-se com um campo estreito e, ainda que pudessem aparecer divergências quanto aos critérios, essencialmente delimitável: afinal, tratava-se de identificar um elenco limitado de excepcionalidades. Aqui não parecia haver dúvida também quanto ao papel (decisivo) que cabia aos peritos: além da incumbência da própria delimitação do campo, eles tratariam de fiscalizar, restaurar e conservar os bens identificados. Quando, porém, estende-se de maneira tão significativa o campo de abrangência do chamado patrimônio, as coisas mudam de figura: não é mais possível exercer esse tipo de “controle esclarecido” sobre tão imenso domínio. Assim, instrumentos como o tombamento, que se mostraram importantes (decisivos mesmo, em alguns casos), num primeiro momento, passam agora a expor, de uma maneira cruel, suas limitações e têm, a nosso ver, que ser revistos à luz de novos condicionantes e critérios.¹² Coloca-se no horizonte, claramente, um novo e grande desafio: forjar mecanismos que reflitam a concepção ampliada e processual do patrimônio cultural.

Com isso, parece-nos que, para se pensar hoje em preservação do patrimônio, faz-se importante considerar, antes de mais nada, a amplitude do patrimônio cultural, que deve ser contemplado em todas as suas variantes: devem-se trabalhar todos os diversos suportes da memória – as edificações e os espaços, mas também os documentos, as imagens e as palavras. Nesse sentido, a questão do patrimônio deve deixar de ser exclusividade de alguns profissionais que tradicionalmente se ocupam com ela, passando a exigir a composição de equipes interdisciplinares amplas e a ativa participação da sociedade. Na medida em que se amplia o próprio conceito de

patrimônio, torna-se necessária a ampliação dos instrumentos de conhecimento e análise, com a incorporação das perspectivas dos mais diversos profissionais e os da própria população, enquanto usuária e produtora do patrimônio.¹³ Por outro lado, não se pode também esquecer a dinâmica própria do patrimônio cultural, que não pode ser percebido como uma coleção de objetos afastados da vida, devendo ser visto como um suporte para um processo contínuo de produção da própria vida. Trata-se de perceber o potencial transformador de nosso patrimônio, que deverá ser continuamente relido e utilizado de forma libertadora. É como escreve Marilena Chauí:

Numa perspectiva socialista, História se diz em muitos sentidos e particularmente naquele que teve nas origens: compreender o passado como pressuposto do presente que o presente repõe e repete enquanto o ignorar como seu passado e que ultrapassará quando dessa compreensão nascer a prática de emancipação, em que o futuro é o novo como realização das promessas não realizadas no passado nem no presente.¹⁴

Nesse sentido, a questão do patrimônio, como diz a “Carta de Ouro Preto” de 1992, “deve superar a abordagem histórico-estilística e ser trabalhada dentro de uma concepção que integre as questões sócio-econômicas, técnicas, estéticas e ambientais”, devendo-se considerar qualquer intervenção sobre o patrimônio como uma ação sobre o presente e uma proposta para o futuro.¹⁵

A cidade como patrimônio ambiental urbano

Considerando a amplitude do patrimônio cultural, é muito importante, antes de mais nada, que se façam alguns recortes setoriais para que se possam pensar estratégias específicas para cada uma de suas regiões. É fundamental tratar de forma diferenciada os diversos suportes da memória: não podemos querer aplicar à cidade, por exemplo, os mesmos critérios de preservação que se aplicariam a um quadro ou a um documento. Nesse sentido, analisemos rapidamente a posição específica da cidade, avaliando, a partir da ampliação do conceito de patrimônio, a questão de sua preservação.

Se podemos classificar a cidade como um “artefato” humano, como um bem tangível imóvel, é importante percebermos, no entanto, que se trata de um artefato *sui generis*, de origem coletiva e em processo de constante transformação, que se dá por substituição de camadas. Se, como diz Carlos



Centro histórico,
Detmold,
Alemanha.

Nelson Ferreira dos Santos, as cidades são constituídas por um processo contínuo de “agregação de trabalho humano a um suporte natural”, é importante que percebamos que elas vivem se refazendo e se transformando”.¹⁶ Por outro lado, se esse processo de transformação acompanha a história das cidades, com cada geração intervindo sucessivamente no tecido preexistente que recebe como herança, com a vitória do capitalismo, e principalmente com o seu desenvolvimento mais recente, passa a predominar na ocupação urbana quase que unicamente o valor econômico-especulativo, em detrimento de todos os outros valores humanos, simbólicos, políticos, etc. A terra passa a ser vista agora como mais um bem especulativo, o que provoca resultados desastrosos em termos de qualidade de vida das cidades.



Linienstraße,
Berlim, vendo-se
a Igreja Saint
Adalbert, projeto
de Clemens
Holzmeister.

No que se refere à preservação do meio ambiente urbano, temos, então, um duplo condicionamento: por um lado, sendo este um organismo vivo, não há que se impedir o processo de renovação, intrínseco a ele, e que acompanha o próprio desenvolvimento da vida humana. Por outro

lado, no entanto, cabe à sociedade e ao Governo orientar essa renovação e transformação, para que a paisagem urbana evolua de maneira equilibrada e não predominem apenas os interesses econômicos imediatos de um determinado segmento. Não se trata, portanto, de congelar a vida, ou de transformar as cidades em museus, mas em pensar na preservação e na melhoria de sua qualidade de vida, o que abrange tanto as áreas consideradas “históricas” quanto às áreas mais novas. É nesse sentido que nos parece fundamental o conceito contemporâneo de “patrimônio ambiental urbano”, matriz a partir da qual podemos pensar a preservação do patrimônio, sem cair nas limitações da visão tradicional. Pensar na cidade como um “patrimônio ambiental” é pensar, antes de mais nada, no sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, valorizando o processo vital que informa a cidade e não apenas monumentos “excepcionais” isolados.¹⁷



Encenação de Molière, Berlim, 2008.

Assim, não há, de fato, que se pensar apenas na edificação, no monumento isolado, testemunho de um momento singular do passado, mas é preciso, antes de mais nada, perceber as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si, e como o meio ambiente urbano é fruto dessas relações. Aqui a ênfase muda: não interessa mais, pura e simplesmente, o valor arquitetônico, histórico ou estético de uma dada edificação ou conjunto, mas em pensar como os “artefatos”, os objetos se relacionam na cidade para permitir um bom desempenho do gregarismo próprio ao ambiente urbano. Em outras palavras: é importante perceber como eles se articulam em termos de qualidade ambiental. Preservar o patrimônio ambiental urbano é, como se pode perceber, muito mais que simplesmente tomar determinadas edificações ou conjuntos: é, antes, preservar o equilíbrio da paisagem, pensando sempre como inter-relacionados a infra-estrutura, o lote, a edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a própria paisagem natural. Não se trata mais, portanto, de uma simples questão estética ou artística controversa, mas, antes, da qualidade de vida e das possibilidades de desenvolvimento do homem. Com isso, desloca-se o eixo da discussão, recolocando-se a questão do patrimônio frente a balizamentos capazes de enquadrá-la em sua extensão contemporânea. Mais uma vez, frisamos como hoje fica clara a fraqueza dos critérios na seleção do que, tradicionalmente, considera-se “significativo”: a leitura histórico-estética



Amsterdam,
Holanda, 2008.

sempre será intencional e marcada por visões particulares de época, classe, etc. Assim, é muito comum lamentar-se tempos depois a demolição de edificações ou conjuntos considerados “não-significativos”.

Partindo, portanto, dessas considerações preliminares, parece-nos possível vislumbrar algumas estratégias gerais para se intervir sobre o patrimônio ambiental urbano que herdamos das gerações precedentes e que devemos transmitir às próximas:

1. Priorizar sempre o contexto urbanístico, percebendo a cidade como um organismo vivo e complexo, onde os bens naturais e culturais se relacionam entre si. Nesse sentido, devem-se privilegiar conjuntos e ambiências em lugar de edificações isoladas.

2. Adotar um procedimento unitário, visando à melhoria do meio ambiente urbano como um todo, não tratando desigualmente as chamadas áreas históricas e os outros espaços que compõem a cidade. Assim, é importante pensar conjuntamente, e a partir dos mesmos critérios de qualidade, os espaços moldados pela história, a serem protegidos, e os espaços novos ou os espaços recuperáveis, a serem ainda estruturados. Em ambos os casos, devem-se considerar sempre a infra-estrutura, o lote, a edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a paisagem natural.

3. Nesse sentido, é fundamental a integração absoluta entre a política específica de preservação do meio ambiente urbano e a política urbana de um modo geral. Ao se pensar em termos de preservação ambiental, deve-se

tentar harmonizar sítios e edificações preexistentes com as novas, utilizando-se para isso os instrumentos urbanísticos mais gerais, como o Plano Diretor para o município, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, os códigos de obras e posturas, entre outros.

4. Priorizar planos mais simples de recuperação de edifícios e conjuntos, ao invés de custosas restaurações. É importante para a preservação da memória e da identidade cultural e para a preservação da qualidade do meio ambiente urbano conservar aquilo que os conjuntos têm de essencial, como sua volumetria, traços básicos de fachada e, eventualmente, mesmo tipologias em planta.

5. Reavaliar a gestão do meio ambiente urbano. Antes de qualquer intervenção no tecido vivo da cidade, é muito importante a percepção dos mecanismos criadores de significado em jogo ali: é vital perceber, acima de tudo, como os moradores e usuários utilizam e valorizam aqueles espaços que constituem o seu dia-a-dia. É necessária, para isso, a criação de mecanismos que permitam a real e efetiva participação dos agentes envolvidos no processo, em todos os seus momentos: na elaboração, implantação e gestão dos projetos a serem eventualmente desenvolvidos.

6. Garantir a permanência da população de baixa renda nas áreas a serem urbanizadas, preservadas, etc. Qualquer política de preservação deve priorizar o bem-estar dos moradores e usuários, procurando evitar a sua expulsão em decorrência da valorização dessas áreas. Trata-se, na verdade, de um processo difícil e complexo, mas que se pode enfrentar com alguns mecanismos, como não concentrar investimentos pesados numa determinada área, pulverizando-os, de modo que não haja uma transformação radical na sua natureza; realizar pequenas intervenções urbanas, ao invés de grandes obras, e valorizar as atividades que já se desenvolvem na área, proporcionando-lhes, no entanto, um ambiente de melhor qualidade.



Feira de antiguidades, Rio de Janeiro, 2007.

CONSERVAÇÃO E VALORES: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DAS POLÍTICAS PARA O PATRIMÔNIO

A discussão sobre a questão dos valores tem se tornado central na sociedade contemporânea, ressurgindo com força no campo das ciências sociais e da filosofia, onde se problematiza de novo, por exemplo, a questão da ética normativa ou a questão da relação entre os valores e a própria atividade científica.¹ Também no campo do patrimônio, esta questão vem ganhando

proeminência, como apontam vários trabalhos recentes, entre os quais poderíamos citar aqueles derivados do projeto AGORA, do *Getty Conservation Institute*, pesquisa interdisciplinar que procurou investigar a questão dos valores no campo da conservação, tomando como estudos de casos a gestão de sítios históricos em países anglo-saxônicos.² Assim, durante alguns anos, aquele instituto internacional acompanhou políticas de preservação nos Estados Unidos, Inglaterra, Canadá e Austrália, mostrando como em cada caso estuda-



Getty Institute, Los Angeles.

do existiam diversos valores – que muitas vezes entravam em conflito – e como serão esses valores, que, de certa forma, determinarão as escolhas nas políticas adotadas.

O fato é que as decisões sobre a conservação do patrimônio sempre lançaram mão, explícita ou implicitamente, de uma articulação de valores como ponto de referência: em última instância vai ser a atribuição de valor pela comunidade ou pelos órgãos oficiais que leva à decisão de se conservar (ou não) um bem cultural. Como já vimos, as políticas de preservação trabalham sempre com a dialética lembrar-esquecer: para se criar uma memória, privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos aspectos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade. Assim, no campo da conservação do patrimônio, os valores vão ser sempre

centrais para se decidir o que conservar – que bens materiais representarão a nós e a nosso passado – bem como para determinar como conservar – que tipo de intervenção esses bens devem sofrer para serem transmitidos para as gerações futuras.

Mesmo uma rápida análise de uma típica decisão na área da conservação, numa operação de restauro, por exemplo, já nos revela muitos – e muitas vezes divergentes – valores em jogo: pensemos nos valores artísticos e estéticos



Interior do Paço Imperial, Rio de Janeiro.

de um edifício antigo, bem como nos valores históricos que podem estar associados a ele, que algumas vezes se contrapõem numa operação de restauro, isso para não mencionar outros “valores de contemporaneidade”, nos termos de Aloís Riegl³, como os valores

econômicos ligados ao uso do edifício. Um bom exemplo disso pode nos oferecer a análise do processo de restauração do Paço Imperial, no Rio de Janeiro, edifício que ao longo dos seus mais de 250 anos de história foi se transformando para se adequar aos novos usos de cada etapa, relacionando-se a importantes acontecimentos de nossa história, do período colonial à República. Ao se empreender o seu restauro, era necessário decidir o que se iria recuperar, que etapas deste longo percurso iriam se valorizar, em detrimento de outras. Assim, ao se restaurar o edifício que foi moradia de governadores e vice-reis, sede administrativa do Império no primeiro e segundo Reinados, e repartição pública no período republicano, tiveram que se fazer várias escolhas - nas quais, muitas vezes, foi necessário se optar entre uma homogeneidade estilística (que faria o edifício retroagir a um período, eliminando-se acréscimos de outros), uma veracidade histórica (que manteria as marcas das diversas épocas), ou mesmo os reclamos funcionais dos usos do presente (que poderia levar, por exemplo, a reconversões mais radicais).⁴

Se numa operação de intervenção sobre uma edificação já podemos ver se manifestar a perspectiva dos valores, e seus inevitáveis conflitos, o que não dizer, então, das decisões complexas que tomam os órgãos de patrimônio

ao deliberarem sobre medidas de proteção para áreas históricas, onde não só se protegem edificações excepcionais, mas também se regulamentam parâmetros como o uso e a ocupação, alterando-se muitas vezes profundamente o estatuto jurídico daquelas áreas urbanas? Em outras palavras: para não se cair em posturas ingênuas ou dogmáticas, é importante perceber que os valores vão ser sempre um fator decisivo nas práticas do campo do patrimônio, determinando as diversas escolhas tomadas pelas comunidades e órgãos de preservação. No entanto, se hoje percebemos essa dimensão axiológica como parte indissociável das políticas de patrimônio, se sabemos que a questão dos valores sempre esteve presente nas decisões sobre a conservação, o que se modifica neste início de século é a necessidade cada vez mais presente de se explicitar essa operação de atribuição de valores, explicitação que se torna necessária na medida em que o próprio campo do patrimônio se complexifica, tanto pela exponencial ampliação e deslocamento desse conceito, quanto pela introdução de novos atores em cena, como pretendemos mostrar a seguir.

Modificações no campo do patrimônio: deslocamentos no campo dos valores

No que se refere ao primeiro tópico, mais importante ainda que a verdadeira explosão por que passam idéias como as de “patrimônio cultural” e “patrimônio arquitetônico”, como mostramos em capítulo anterior, vai ser a série de questões totalmente novas que essa ampliação traz para o campo do patrimônio. Se antes, quando se lidava com o conceito tradicional de patrimônio, não parecia haver muita dúvida quanto aos critérios para a classificação de um bem como patrimônio cultural – sua excepcionalidade estética ou sua ligação a um fato memorável da história, hoje, com essa ampliação, toda a atribuição de valor tem que ser explicitada, já que lidamos com uma matriz muito mais complexa de valores. Subjacente a essa ampliação, encontra-se, provavelmente, o próprio relativismo epistemológico (e sua variante mais atenuada, o relativismo



Interior da Igreja de São Francisco, Salvador, Bahia, vendo-se a capela-mor, o altar da nave e o arco cruzeiro.

cultural) característico de nossa era, na qual se torna cada vez mais evidente a competição entre valores divergentes – artísticos e estéticos, históricos, econômicos, etc. – em toda operação de preservação. As certezas que pareciam existir em nosso campo, enquanto ainda estávamos sob a égide do projeto moderno, parecem se desvanecer no final do século XX e início de nosso século.

E, de fato, é interessante perceber, em primeiro lugar, como acontecem deslocamentos já dentro dos próprios campos tradicionais da avaliação do patrimônio, quais sejam, o da “excepcionalidade” do valor artístico e o da “memorabilidade” do fato histórico. No caso do valor artístico, embora já se soubesse, pelo menos desde a “Crítica do Juízo” de Kant, do caráter irredutivelmente subjetivo do juízo estético, o pensamento pós-moderno e os estudos culturais do século XX vão recolocar com força o caráter historicamente circunscrito deste tipo de valor. Analisando essa nova situação, Steven Connor da London University, em seu livro seminal *Teoria e Valor Cultural* (1992), nos mostra os desafios – e os paradoxos – colocados para o pensamento contemporâneo – no seu caso, para a teoria da literatura e os estudos culturais – quando a noção tradicional de valor artístico é deslocada e/ou substituída pela noção mais ampla, de base antropológica, do valor cultural.⁵ No campo da história, por sua vez, vemos aparecer também uma nova maneira de se interpretar os fatos históricos, estabelecendo-se um diálogo rico com outros campos das demais Ciências Humanas tais como a antropologia, a psicologia, a lingüística, a geografia, a economia e, sobretudo, a sociologia. Nesse campo, o foco afasta-se da história política e emergem novas perspectivas, que vão desde um interesse pela cultura material (alimentação, vestimenta, habitação, entre outros), até um especial interesse pela cultura e pelas mentalidades.⁶ Assim, vamos ter em ambos os campos – o da estética e o da história, deslocamentos tão fundamentais, que recolocam de forma também fundamental a avaliação do que seria estética ou historicamente significativo, o que se rebate naturalmente no campo do patrimônio, no qual se passa de uma noção restrita e bastante delimitada de “patrimônio histórico e artístico” para uma noção muito ampliada – e, às vezes, proteiforme – de “patrimônio cultural”.

O fato é que muitos dos bens hoje protegidos – e listados como patrimônio cultural – sequer seriam considerados passíveis de qualquer tipo de proteção algumas décadas atrás. Várias comprovações desse deslocamento podem ser facilmente encontradas nas ações dos órgãos de preservação nas últimas décadas, quando, por exemplo, se protegem exemplares “excêntricos” da arquitetura vernacular, obras de indivíduos como Sabato Rodia, imigrante italiano que de 1921 a 1954 construiu as Watts Towers,



Watt Towers, Los Angeles.

no distrito de Watts em Los Angeles, hoje listadas como patrimônio da cidade, do Estado da Califórnia e dos Estados Unidos, pelo *National Park Service*, desde 1990. Soberbo exemplar de arquitetura não-tradicional, essas torres, também conhecidas como *Nuestro Pueblo*, são uma coleção de 17 estruturas interconectadas, duas das quais atingem a altura de mais de 30 metros, construídas em cimento e materiais diversos, como vidro, cacos cerâmicos e ferro. Trabalhando sem equipamento apropriado e também sem um projeto predeterminado, Rodia construiu aquela estrutura de sonho (“*I had in mind to do something big, and I did it.*” – “Eu tinha em mente fazer algo grande, e consegui.”), com suas próprias mãos, utilizando principalmente restos danificados de cerâmica de Malibu, onde trabalhou por muito tempo. Na estrutura se percebe o caráter de colagem, podendo se ver, inclusive, restos de vidro verde, com marcas das garrafas de bebidas – 7Up, Squirt, Bubble Up e Canada Dry.

Explicando o processo de atribuição de valor a tal estrutura, o documento oficial que lista as torres no *National Register of Historic Places* (Registro Nacional de Lugares



Watt Towers, Los Angeles.

Históricos) preocupa-se em explicar a “significância” das Watts Towers de Simon Rodia:

As Watts Towers podem ser descritas tanto como esculturas como arquitetura. Primariamente, elas estão entre os melhores exemplares da arte naïve americana, e ganharam o reconhecimento amplo de conhecidos historiadores da arte, estudiosos da arte popular e da maior parte dos críticos internacionais sofisticados. O autodidata Simon Rodia acendeu-se à arte de uma maneira totalmente espontânea e executou essa complexa escultura por um período de 33 anos. Como uma evidência única permanente da tradição popular italiana nos Estados Unidos, um fato não reconhecido por muito tempo, as Watts Towers são uma encarnação extraordinária das memórias de sua terra natal de um imigrante e um testemunho de sua afeição por sua nação adotiva. Finalmente, as Watts Towers são de interesse como curiosidades de engenharia, pois as duas torres mais altas, muito provavelmente contêm as mais longas colunas de concreto armado construídas sem parafuso ou rebites no mundo.⁷

É interessante percebermos os motivos relacionados para a proteção: inicialmente se referenciam as torres ao campo da arte, enquadrando-as como “arte naïve”, citando-se inclusive o reconhecimento que elas teriam de “historiadores da arte” e “críticos internacionais sofisticados”. Ao lado disso, aduzem-se também razões relacionadas mais de perto à questão da memória pessoal e afetiva do imigrante Simon Ródia, e até o “testemunho de sua afeição por sua Nação adotiva”.

No Brasil, poderíamos citar a Casa da Flor, em São Pedro da Aldeia (RJ), que, nos mesmos moldes das Watts Towers, foi construída entre 1923 e 1985, com o acúmulo de restos, como búzios, conchas e outros depósitos da lagoa, detritos industriais, pedaços de azulejos e faróis de automóveis por Gabriel Joaquim dos Santos, artista negro e pobre, trabalhador das salinas da região, e também autodidata. Nada do que ali se vê lembra



*Casa da Flor,
detalhe, São Pedro
da Aldeia, Rio de
Janeiro.
Gabriel Joaquim
dos Santos.*

os exemplares tradicionalmente protegidos pelos órgãos do patrimônio: cercando a habitação, um estranho muro levantado com pedaços de telhas, tijolos e potes de barro, todo ponteadado por flores e esculturas, enquanto no seu interior, acessado por um corredor, vêem-se as pare-



*Casa da Flor,
detalhe, São Pedro
da Aldeia, Rio de
Janeiro.
Gabriel Joaquim dos
Santos.*

des, todas preenchidas de enfeites, milhares de cacos coloridos aplicados, numa decoração luxuriante. Numa demonstração cabal da ampliação do conceito do patrimônio, este produto da imaginação popular foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (INEPAC), da Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, sendo sua proteção assim justificada por Ítalo Campofiorito, **que também chama a atenção para a sua “beleza” e “caráter genuinamente popular”:**

Montada durante décadas, pelo acúmulo de restos, no dizer do autor, “coisinhas de nada” – búzios, conchas e outros depósitos da lagoa, detritos industriais, pedaços de azulejo e faróis de automóveis – a construção ainda nas palavras de Gabriel, é uma “casa feita de cacos transformados em flor”. Aparentemente insólita e bizarra, essa fabricação onírica, “eu sonho e faço”, tem efeitos visuais tão lindos e inesperados quanto os muros do Park Güel, de Antonio Gaudi, em Barcelona com que é freqüentemente comparada. Trata-se, sem dúvida, de um traço vital da vertente popular e traumatizada de nossa arte, um bem cultural de valor, curiosamente tão celebrado, mas ainda não incorporado ao patrimônio oficial.⁸

A questão da atribuição de valor – que hoje nos aparece em toda sua complexidade – não parecia ser, no entanto, até há algumas décadas, uma questão controversa, nem digna de maior investigação: como já mostramos, a conservação constituiu durante muito tempo um campo relativamente fechado, sendo a atribuição de valor feita, via de regra, por experts, que decidiam o que era (ou não era) patrimônio.¹¹ **A maior parte dos conceitos que norteavam então as escolhas e opções na constituição do corpus patrimonial derivava do campo das artes, usando-se noções como as de “obra-prima”, “valor intrínseco” e “autenticidade”, que eram incorporadas sem maiores discussões ou aprofundamento.** Nesse caso, mesmo que pudessem ser detectadas variações significativas nas diversas trajetórias nacionais das políticas do patrimônio, **o conceito dominante vai ser sempre o da “excepcionalidade”,** que termina por diluir num conceito genérico a complexa matriz de valores envolvida em cada caso. (Isso se aplica, por exemplo, à noção de “cultural significance”, na tradição norte-americana, e à classificação de bem de “excepcional valor” em nossa própria tradição). Nesse momento, a questão do patrimônio parecia, de fato, adstrita a um pequeno grupo técnico, que compartilhava, a grosso modo, um mesmo universo conceitual e os mesmos valores, o que tornava supérflua qualquer discussão mais aprofundada nesta direção. **Esse quadro vai mudar substancialmente no final do século XX, com a introdução de novos agentes no campo do patrimônio e com a crescente ênfase que se dá aos aspectos**

tos intangíveis dos bens culturais, fatores que também tornam cada vez mais necessário se explicitar a operação de atribuição de valores sempre subjacente no campo do patrimônio.

Modificações no campo do patrimônio: o patrimônio imaterial

Paralelamente a essa ampliação, hoje se percebe, muito mais que no passado, que o fim último da conservação não vai ser a manutenção dos bens materiais por si mesmos, mas muito mais a manutenção (e a promoção) dos valores incorporados pelo patrimônio, sendo as intervenções ou tratamentos físicos aplicados a esses bens apenas um entre muitos meios para se obter este fim.¹² A esse respeito, parece muito interessante acompanhar a discussão que nos últimos anos tem se dado em torno da idéia do chamado patrimônio imaterial ou intangível, que, de certa forma, recolocou as bases da nossa área. Isto, a nosso ver, se dá porque a discussão que se centrava muito mais no como conservar – restringindo-se a idéia da conservação à sua dimensão física, onde se discutem questões como o comportamento dos materiais e sistemas estruturais, as causas e mecanismos de deterioração, as intervenções possíveis, a eficácia a longo prazo dos tratamentos – teve que se deslocar necessariamente para o âmbito do que conservar e do porquê conservar, o que coloca em cena necessariamente a questão dos valores. Se até então esta questão podia passar despercebida – ou aparecer apenas secundariamente – a partir de agora, tem que se explicitar: cada escolha de bens, cujo atributo principal não pode ser encontrado na sua “matéria”, no seu “estado de substância”, mas numa rede intangível de significados, tem que demonstrar seus critérios de articulação e a sua razão de ser.

Um bom exemplo disso nos fornece o registro do Mercado de Marrakesh, da praça triangular Jemaa El-Fna, na lista das “Obras primas do patrimônio oral e intangível da humanidade”, da UNESCO, em 2001. Ali se usou a categoria de “lugar”, e não a categoria de “sítio histórico”, tradicionalmente usada para conjuntos urbanos, escolha



Leitor de sorte,
Jemaa El-Fna, Mar-
rakesh, Marrocos.

*Jemaa El-Fna,
Marrakesh,
Marrocos.*



que chama a atenção para os laços imateriais, sociais e não apenas para a dimensão física ou as construções que compõem o conjunto. Segundo o próprio registro da UNESCO, esse lugar apresentaria “uma concentração única de tradições, tais como a dos contadores de história, curandeiros e varias formas de entretenimento, tanto quanto atividades comerciais”. O texto do site da UNESCO não deixa dúvida do que está sendo valorizado pela classificação daquele lugar:

Localizada na entrada da Medina, essa praça triangular, que é cercada de restaurantes, bancas e edifícios públicos, oferece atividades comerciais e várias formas de entretenimento cotidiano. É um local de encontro tanto para a população local quanto para as pessoas de toda parte. Durante todo o dia, e noite adentro, oferece-se uma grande variedade de serviços, tais como tratamento dentário, medicina tradicional, leitura de sorte, orações, tatuagens de henna, carregadores de água, frutas e comidas tradicionais, podem ser compradas. Além disso, podem se apreciar muitas performances dos narradores, poetas, encantadores de serpentes, músicos berberes (mazighen), dançarinos gnaoua e tocadores de senthir (hajouj). As expressões orais são continuamente renovadas pelos bardos (imayazen), que costumavam viajar através dos territórios berberes. Eles continuam a combinar discurso e gesto para ensinar e encantar o público. Adequando sua arte aos contextos contemporâneos, eles agora improvisam a partir dos textos antigos, fazendo seu recital acessível a uma audiência mais ampla.¹³

No caso brasileiro, logo após a promulgação do Decreto Nº. 3.551/2000, que criou o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial em nosso País, o Conselho Consultivo recomendou ao IPHAN que empreendesse esforços para a instrução de pelo menos um processo de registro relacionado a cada uma das categorias de bens culturais estabelecidas no referido decreto. Assim, escolheu-se a Feira de Caruaru em Pernambuco, para exemplificar a categoria “lugar” na medida em que a mesma parecia concretizar com perfeição a idéia contida naquele Decreto. Assim, em 2006, essa feira foi

classificada como patrimônio nacional, registrada através do Processo nº. 01450.002945. No site do IPHAN lê-se a fundamentação dessa distinção:

A Feira de Caruaru é um lugar de memória e de continuidade de saberes, fazeres, produtos e expressões artísticas tradicionais que continuam vivos no comércio de gado e dos produtos de couro, nos brinquedos reciclados, nas figuras de barro, inventadas por Mestre Vitalino, nas redes de tear, nos utensílios de flandres, no cordel, nas gomas e farinhas de mandioca, nas ervas e raízes medicinais. Sem sua dinâmica e o mercado que a Feira proporciona, esses saberes e fazeres já teriam desaparecido.¹⁴

Essa mudança na percepção da questão parece se estender ao próprio patrimônio material: não é fortuito que o ICOMOS tenha tentado promover seu simpósio internacional em 1999 no Zimbábue em torno da temática da dimensão imaterial do patrimônio material. (O encontro acabou não acontecendo devido ao estado de guerra civil que se agravava no País no momento.) Em outubro de 2008, no entanto, a 16ª Assembléia Geral do ICOMOS e seu 16º Simpósio Científico, no Canadá, abordou tema semelhante, “O espírito do lugar: entre o tangível e o intangível”, onde se mostrou como o tema do lugar unifica justamente esses elementos tangíveis e intangíveis. No documento síntese daquele encontro, pode-se ler:

O espírito do lugar é definido como os elementos tangíveis (edificações, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.), isto é, os elementos físicos e espirituais que dão significado, valor emoção e mistério para o lugar. Mais que separar o espírito do lugar, o intangível do tangível, e considerá-los opostos entre si, o ICOMOS tem investigado as muitas maneiras pelas quais os dois interagem e constroem mutuamente um ao outro.¹⁵

Essa constatação recente de que vai ser o substrato imaterial subjacente que, de certa forma, “ancora” o próprio patrimônio material e que este se torna uma “categoria social quase vazia” quando “extirpado de seus valores culturais imateriais”¹⁶, vai representar uma verdadeira revolução no pensamento sobre o patrimônio, jogando luz sobre as matrizes de valoração sempre presentes nas operações de preservação.

Modificações no campo do patrimônio: a introdução de novos agentes

No entanto, a ampliação e o deslocamento do conceito não vão ser as únicas alterações no campo do patrimônio, que sofre outra modificação igualmente importante, com a introdução de novos grupos e agentes (stakeholders), o que também coloca em outros termos as bases das políticas públicas na área. Já em 1992, Françoise Choay apontava que ao lado da expansão tipológica, cronológica e geográfica dos bens patrimoniais, o seu público teria tido um “crescimento exponencial”, passando o patrimônio de “objeto de culto” a “indústria”.

Finalmente, o grande projeto de democratização do saber, herdado das Luzes e reanimado pela vontade moderna de erradicar as diferenças e os privilégios na fruição dos valores intelectuais e artísticos, aliado ao desenvolvimento da sociedade de lazer e de seu correlato, o turismo cultural dito de massa, está na origem da expansão talvez mais significativa, a do público dos monumentos históricos – aos grupos de iniciados, de especialistas e de eruditos, sucedeu um grupo em escala mundial, uma audiência que se conta aos milhões. (p. 210)

Para a autora, essa democratização do campo do patrimônio acontece simultaneamente à sua transformação em mercadoria, inserindo-se na lógica da indústria cultural: os bens culturais, além de propiciarem “saber e prazer”, passam agora a ser também “produtos culturais”, “empacotados



Exposição de Dali na Filadélfia.

e distribuídos para serem consumidos”. O seu “valor de uso” se metamorfosearia em “valor econômico”, graças à “engenharia cultural”, cuja tarefa, em última instância seria a de “multiplicar indefinidamente o número de visitantes”. Entre os vários autores contemporâneos que apontam para fenômenos semelhantes, poderíamos citar ainda o crítico alemão Andreas Huyssen, que desenvolve a idéia segundo a qual, numa reação à globalização (ou exatamente através dela), o mundo estaria se “musealizando”, ao trocar o conceito (iluminista) do “progresso” pela idealização das

“tradições”. Para ele, também a reciclagem e a exploração pela indústria cultural de tópicos relacionados à memória contribuiriam para a expansão das preocupações relativas à memória na esfera pública, gerando uma espécie de “cultura da memória”, que se impõe desde os anos 1980.¹⁷

No entanto, a nosso ver, este fenômeno não deveria ser visto unicamente através dessa faceta negativa, podendo-se constatar concomitantemente uma efetiva democratização no campo do patrimônio, na medida em que, em certa medida, esse novo público não vai ser apenas consumidor passivo de produtos culturais, mas atua também como cidadão em relação ao seu patrimônio. O fato é que, como tem sido recorrentemente apontado por vários autores, a partir da última década do século XX, as políticas públicas têm sofrido uma grande modificação, especialmente em resposta aos processos de globalização, descentralização e reforma do Estado.¹⁸ A socióloga Maria de Lourdes Dolabela, num interessante trabalho “As políticas públicas para a preservação do patrimônio”, discute exatamente os rebatimentos dessa mudança mais ampla no campo do patrimônio: a seu ver tanto a “adoção de novos dispositivos legais e interinstitucionais”, quanto a “multiplicação de interlocutores – dentre os quais se destaca a preponderância das comunidades” demandariam hoje “alterações nas políticas de gestão do patrimônio cultural, urbano e ambiental”.¹⁹ Assim, ao lado da verdadeira “explosão” do campo de patrimônio, que passa da noção de monumento único à ampla idéia de “bem cultural”, assistiríamos, no final do século XX, ao deslocamento dos centros de decisão, com a emergência de uma poliarquia de atores, o que não pode ser ignorado na implementação de qualquer política pública na contemporaneidade.

De fato, tais mudanças vêm impactar fortemente a própria natureza das políticas públicas na área do patrimônio, que passam a ter um novo desenho - não mais hierarquizado - e uma outra lógica - complexa - e, por isso mesmo, não mais explicável pela relação binária Estado e sociedade. A centralidade do Estado, que tinha sido incontestada desde o início da institucionalização das políticas de patrimônio, vai ser abalada e vai sendo crescentemente substituída, como aponta Pereira, “por relações contratuais entre Estado e coletividades locais”, crescendo a importância da “coordenação de atores com interesses e lógicas diferentes”. Nessa nova configuração, que se liga às “novas políticas da cidade”, passam a desempenhar papel importante os conselhos do patrimônio, as parcerias, a contratualização e as negociações urbanas envolvendo diferentes atores públicos e privados.

No caso brasileiro, cabe chamar a atenção para o importante papel desempenhado pelos conselhos do patrimônio, especialmente depois da pro-

mulgação da Constituição de 1988, que estabeleceu novas prerrogativas e competências às instâncias de poder: ganha destaque em agendas locais no Brasil a abertura de canais de participação, espaços de co-gestão entre sociedade civil e Estado. Neste sentido, a Carta Magna já estabelece em seu próprio texto, pela primeira vez na legislação brasileira, que cabe ao Poder Público, “com a colaboração com a comunidade”, promover a proteção do patrimônio cultural, abrindo, com isso, o espaço para a multiplicação dos conselhos por todo o País, que passam a ter a função de estabelecer as políticas de patrimônio. Em relação ao caráter legal destas instâncias deliberativas, Moreira (1999) chama a atenção para as suas prerrogativas, definidas pelas leis específicas que os criam:

Os conselhos constituem-se em instâncias de caráter deliberativo, porém não executivo; são órgãos com função de controle, contudo não correccional das políticas sociais, à base de anulação do poder político. O conselho não quebra o monopólio estatal da produção do Direito, mas pode obrigar o Estado a elaborar normas de Direito de forma compartilhada (...) em co-gestão com a sociedade civil. (MOREIRA, 1999, p. 65).

Segundo Maria de Lourdes Pereira, com os conselhos se rompe o “caráter hierárquico tradicional nas políticas públicas”, ampliando-se “a participação das comunidades na elaboração, discussão, fiscalização e decisão sobre a execução das políticas de planejamento e desenvolvimento social urbano, incluindo os direitos sociais e coletivos à gestão urbana democrática”. Estamos frente então a “órgãos híbridos”, os quais “constituem uma nova forma institucional que envolve a partilha de espaços de deliberação entre as representações estatais e as entidades da sociedade civil”.²⁰ Aqui está a grande inovação: apesar de se encontrarem vários tipos de conselhos – variando em relação às suas atribuições, composição, jurisdição territorial, caráter gestor, fiscalizador ou deliberativo, vai ser o compartilhamento de responsabilidades Estado-sociedade civil que representa o elemento verdadeiramente novo nesses arranjos institucionais.

Essa modificação tem um rebatimento quase imediato na própria percepção do campo do patrimônio: de uma operação que parecia simplesmente técnica, passa-se à percepção que o patrimônio vai ser, em sua essência, político e controverso. Com isso, no coração da pesquisa contemporânea, interdisciplinar e crítica, vai estar fortemente estabelecida hoje a noção de que o patrimônio cultural é uma construção social, resultado de processos sociais específicos espacial e temporalmente, como foi demonstrado magistralmente por Françoise Choay em *A Alegoria do Patrimônio* (1991). Hoje se sabe que objetos, coleções, edificações e lugares são “reconheci-

dos” como patrimônio através de decisões conscientes e/ou valores não explicitados por instituições e pessoas, e por razões que também são fortemente moldadas por contextos e processos sociais. É nessa direção que vai aparecer como premente a necessidade de se esmiuçar os valores em jogo na conservação do patrimônio cultural, o que é tentado por várias “teorias do valor”, que, a nosso ver, oferecem um marco importante na tentativa de se estabelecer fundamentos teóricos mais rigorosos para a área da conservação.

Os valores e suas múltiplas matrizes

Tal reflexão parece-nos da mais alta relevância na contemporaneidade, na medida em que ela nos permite identificar e entender os valores envolvidos na área da conservação, condição necessária para a formulação de qualquer política mais abrangente para o patrimônio. Como sabemos, só uma compreensão acurada dos valores percebidos pelos diversos “agentes” – que definem seus objetivos e motivam suas ações – pode nos fornecer uma perspectiva crítica para a gestão estratégica sustentável e de longo prazo para os bens culturais. (Na área da conservação urbana, por exemplo, o conflito de valores torna-se muito evidente quando se analisam, por exemplo, fenômenos como o “*suburban sprawl*” ou a indústria do turismo). Para se decidir, portanto, o que é patrimônio e para se manter não os bens materiais por si mesmos, mas, como anotamos, os valores neles incorporados, torna-se necessário examinar sempre porque e como o patrimônio é valorizado, e por quem. “Os governos o valorizam de uma forma, os grupos das elites nacionais de outra, diferentemente das populações locais, dos acadêmicos ou dos empresários. Para saber qual a melhor estratégia para preservar o patrimônio cultural, temos que entender o que pensa cada um desses grupos e a relação entre esses diferentes grupos.”, anota a socióloga Lourdes Arizpe.²¹

Tal fato vem sendo reconhecido por vários órgãos e instituições ao redor do mundo, registrando-se mudanças significativas no campo do patrimônio nos últimos 15 anos: através do planejamento compreensivo para a gestão da conservação, vêm se desenvolvendo perspectivas integradas e interdisciplinares para a preservação do meio ambiente construído que respondem às condições da sociedade contemporânea. É digno de registro que em alguns países têm aparecido políticas para a gestão da conservação integrada que tentam explicitamente incorporar os valores na tomada de decisões, sendo possível se citar os casos do ICOMOS da Austrália, do

National Park Service nos Estados Unidos e da *English Heritage* no Reino Unido. Desta maneira, por exemplo, o *National Park Service* coloca como sua “missão” “preservar ilesos os bens e os valores naturais e culturais do sistema de parques nacionais para a fruição, educação e inspiração desta e das próximas gerações” (grifos nossos).²²

No entanto, mesmo que o quadro venha apresentando um avanço institucional, ainda há muito que se fazer, especialmente no que concerne à pesquisa dos fundamentos teóricos da área. De fato, como mostra relatório recente do *Getty Conservation Institute* (GCI), persistiria um desequilíbrio entre a ênfase dada a cada uma das três perspectivas identificáveis no campo do patrimônio, a “conservação física”, o “contexto de gestão” e a “significância cultural e valores sociais”, com um claro predomínio das duas primeiras. No que se refere às “condições físicas”, trata-se de investigar o comportamento dos materiais e sistemas estruturais, as causas e mecanismos de deterioração, as intervenções possíveis, a eficácia a longo prazo



Pintura da Capela-
mor da Igreja de
São Francisco de
Assis, Ouro Preto,
Minas Gerais.

dos tratamentos, etc. No que tange ao “contexto de gestão”, são objetos de análise a disponibilidade e uso de recursos, incluindo financiamento, pessoal capacitado e tecnologia; a questão dos mandatos e condições políticas e legislativas; a questão do uso da terra, entre outros. Já no que se refere à “significância cultural e valores sociais”, caberia se investigar as questões centrais do porque e do para quem um objeto ou lugar é significativo, para quem eles são conservados, como se percebe o impacto das intervenções, etc. (GETTY CONSERVATION INSTITUTE, 2000). Para o GCI, cabe reconhecer que, infelizmente, a agenda da pesquisa na área da conservação ainda está centrada nos seus aspectos físicos, raramente envolvendo a discussão dos significados e valores complexos em jogo, dos agentes e das negociações possíveis. Ainda vista fortemente como uma tarefa mais técnica que social, a conservação não estaria conseguindo estabelecer uma base conceitual mais sólida, atraindo as contribuições mais significativas das ciências humanas e sociais. Daí a necessidade de um marco teórico mais sólido para se enfrentar essa questão, e a necessidade de se explorar a fundo a questão dos valores como um aspecto particular do planejamento e da gestão da conservação.

*

VICISSITUDES DE UM CONCEITO: O LUGAR E AS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO

Um olhar atento para a cena urbana contemporânea pode identificar uma tendência prevalente: a homogeneização do ambiente construído, mesmo quando, à primeira vista, parece se valorizar cada vez mais a diferença.¹ À medida em que a globalização avança, as cidades de todo o mundo tendem a se parecer, com o apagamento



Puerto Madero,
Buenos Aires.

das diferenças regionais, tendência que se manifesta ainda mais dramaticamente nas grandes metrópoles onde tradições diferentes se encontram e parecem se apagar, desaparecendo num todo pasteurizado, como é apontado pelo relatório do HABITAT, *Cities in a Globalizing World*.

O caráter histórico particular de uma cidade frequentemente desaparece na busca direta e aberta de uma imagem internacional e de negócios internacionais. De Xangai a Johannesburgo, de Buenos Aires a Melbourne, de Hanói a São Petersburgo, uma classe executiva internacional molda escritórios nos centros, hotéis de luxo, resorts e condomínios à sua própria imagem. A identidade local se torna um ornamento, um artefato de relações públicas, projetado para ajudar o marketing.²

Neste processo, a autenticidade é “paga, encapsulada, mumificada, localizada e exibida para atrair turistas muito mais que para promover continuidades da tradição ou as vidas de seus criadores históricos”. Mesmo as chamadas “cidades históricas” e os centros históricos preservados são vítimas dessa desvalorização do meio ambiente cultural, e os críticos falam de uma “disneyficação” do entretenimento e da recreação, processo que afetaria também a própria forma construída das cidades, como mostra o relatório citado.

Franquias onipresentes de cadeias de fast food com suas arquiteturas de logomarca, shoppings de escala cada vez maior, cadeias de lojas e franquias internacionais povoam a paisagem urbana, tanto nos subúrbios quanto nos centros das cidades. De fato, há uma

convergência na suburbanização das áreas centrais das cidades, que corre em paralelo com a urbanização da periferia, para transformar a forma regional de concêntrica em policêntrica e, finalmente, em algo amorfo, enquanto se permanece dependente de um único centro para as funções-chaves financeiras, governamentais e de controle.³

Neste quadro, é curioso que justamente um conceito como o de “lugar” tenha ganho proeminência nas últimas décadas, depois de sofrer uma espécie de longo “exílio” na era moderna: o interesse acadêmico pela complexa relação que se estabelece com os lugares parece-nos crescer paralelamente às agudas condições globais hodiernas, de uma crescente abstração e de uma homogeneização geral.⁴ Ao mesmo tempo, não podemos esquecer



Disneylândia,
Califórnia.

que vai ser uma série de lutas localizadas - de povos indígenas e minorias culturais por suas terras natais e seus lugares sagrados, de preservacionistas por monumentos e exemplares arquitetônicos significativos, de comunidades por sua maneira de viver - que vão trazer a questão - em última instância, política - do lugar para o foco. Como coloca Clifford Geertz, no posfácio ao livro *Senses of Place*, organizado por Steven Feld e Keith H. Basso: “A etnografia do lugar é algo mais crítico para aqueles de nós que estão aptos a imaginar que todos os lugares são semelhantes que para aqueles que, escutando as florestas ou experimentando as pedras, sabem mais.”⁵

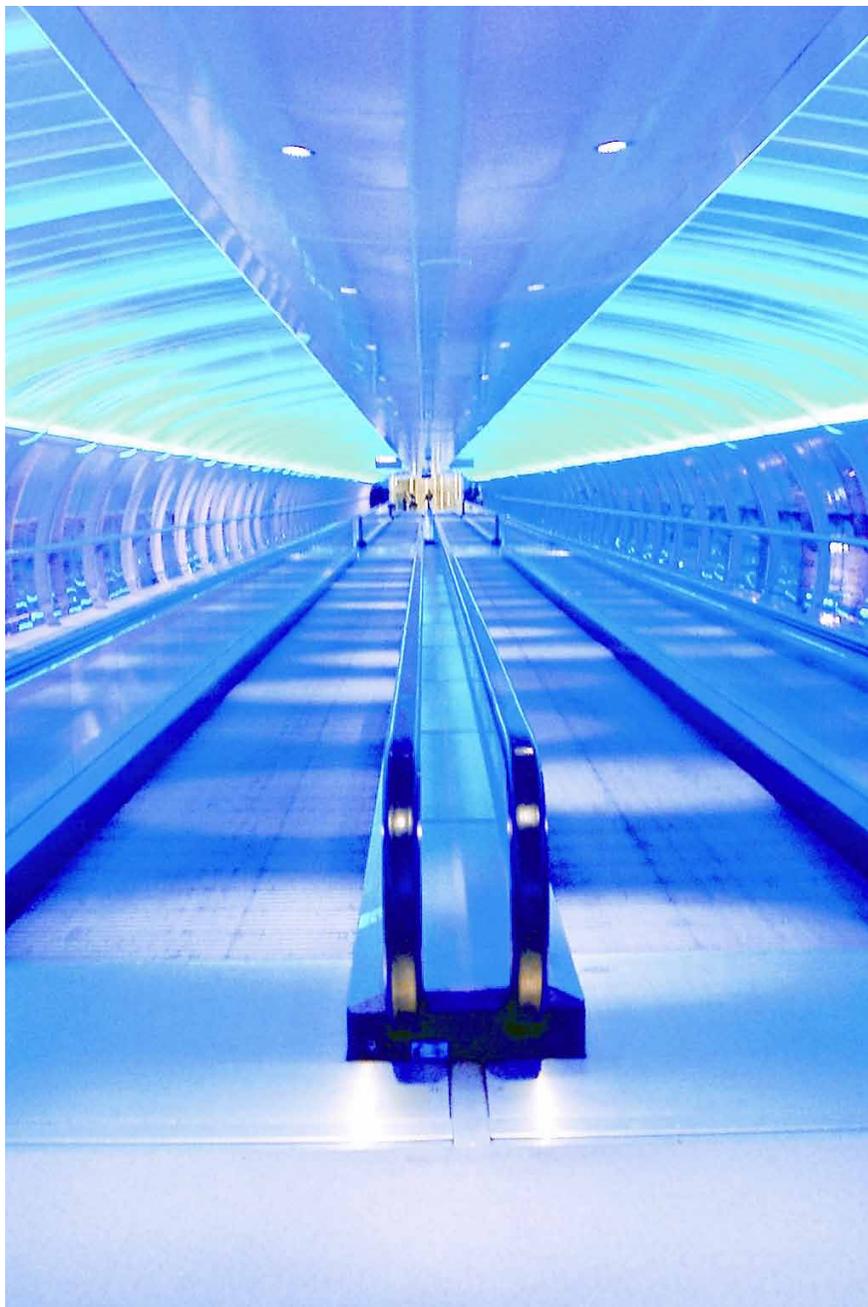
Esse capítulo pretende, assim, percorrer alguns dos paradoxos da problemática do lugar, acompanhando, ainda que brevemente, a partir da con-

tribuição decisiva do pensador norte-americano Edward S. Casey, seus desdobramentos filosóficos, e mostrando, ao mesmo tempo, algumas de suas possíveis implicações para as políticas de memória e patrimônio na contemporaneidade.

O esquecimento do lugar

Com o crescente interesse por essa problemática, cresce também a literatura especializada a seu respeito, tratando-se o tema do lugar a partir das mais diferentes perspectivas.⁶ No entanto, é preciso reconhecer, antes de tudo, uma espécie de déficit na própria definição do conceito, que decorre, como veremos, de sua própria posição ontológica fundamental. Amos Rapoport, um conhecido crítico do termo, reclama do fato de que o “lugar nunca é claramente definido, permanecendo vago; quando se acham definições, elas são ilógicas.”⁷ E, de fato, o Dicionário Webster traz 52 definições para “place”, o correspondente em língua inglesa da palavra “lugar” entre as quais se destacam uma série que se relacionam primariamente à posição que um indivíduo ocupa na sociedade ou a outros tipos de circunstâncias.⁸ (“Se eu estivesse em seu lugar”, “em primeiro lugar”, “ter lugar” usado como “acontecer”, são apenas alguns dos múltiplos significados do termo). Numa colocação mais próxima da nossa perspectiva, o *Oxford Dictionary of Geography* define lugar como “um ponto particular na superfície da terra; uma localização identificável para uma situação imbuída com valores humanos.”⁽⁹⁾ O lugar vai ser, assim, desde a sua definição mesma, não apenas uma localização, mas uma localização específica imbuída com valores humanos, distinção que vai se mostrar muito importante na abordagem filosófica do termo.

Um dos filósofos contemporâneos a tratar de forma mais extensiva a questão do lugar vai ser o norte-americano Edward Casey, que produz importante obra a respeito nos anos 1980 e 1990, cabendo-se citar os livros *Getting Back Into Place: Toward a Renewed Understanding of the Place-World*, de 1993, e *The Fate Of Place: A Philosophical History*, publicado em 1997. Num pequeno texto, intitulado significativamente “Smooth spaces and rough-edges places: the hidden history of place”, o filósofo resume o seu ponto de vista. Ali ele vai partir, como no restante de sua obra, da distinção tradicional entre “espaço” e “lugar”, mostrando a sua base filosófica. Começa o seu texto, com uma espécie de charada: “O tempo é um; o espaço é dois – pelo menos dois”, para chamar a atenção para o caráter do que denomina “auto-proliferação” do espaço.



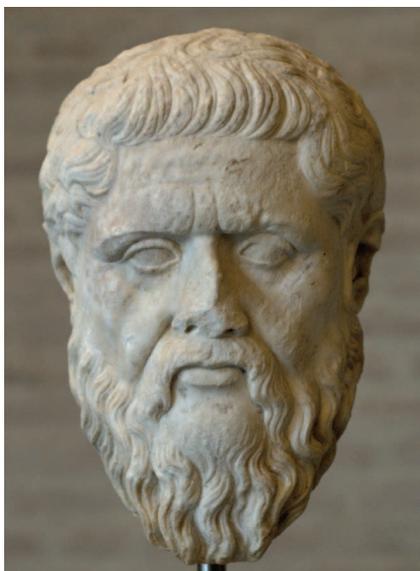
Aeroporto.

Tome por exemplo, a dimensionalidade do espaço. Uma dimensão no espaço é representada por um ponto ou uma linha, cujo formato radicalmente reduzido zomba da extensividade do espaço cósmico. Duas dimensões, como numa figura plana, também não correspondem ao nosso sentido de que o espaço se estende indefinidamente além do sujeito que percebe. Apenas com três dimensões é que começamos a nos aproximar de uma adequação entre a estrutura e o sentido do espaço. Pois então ali o sujeito está cercado de alguma coisa suficientemente espaçosa para viver e se mover... De fato, como observam tanto Aristóteles, Kant e Merleau-Ponty, a tridimensionalidade do espaço reflete diretamente nosso estado corporal, isto é, o fato de que como seres eretos os três planos perpendiculares implicitamente se encontram e se intersectam em nós.¹⁰

O espaço vai ser, assim, sempre um composto duplo, formado por si mesmo (“o que quer que ele seja”) e pelo lugar. Para marcar esta diferença muitas línguas – e certamente a maioria das línguas europeias – vão distinguir entre “espaço” e “lugar” (por exemplo, “*space*” and “*place*”, “*locus*” vs “*spatium*”; “*lieu*” ou “*endroit*” vs “*espace*”; “*Platz*” ou “*Ort*” vs “*Raum*”, etc.).

No entanto, se essa distinção parece tão importante para os filósofos, o senso comum e a própria experiência ordinária parecem, a seu ver, no mais das vezes estarem esquecidos disso. Acima de tudo na filosofia moderna, onde a própria distinção vem a ser questionada e desacreditada: uma maneira de se entender a modernidade seria, para Casey, justamente pelo próprio negligenciar desta distinção. No mundo antigo, de forma oposta, não haveria dúvidas quanto a essa diferenciação fundamental, que se retoma hoje. Neste sentido, o filósofo vê uma inusitada afinidade eletiva entre o mundo antigo – que “sabia melhor”, o “pré-moderno”, e o “pós-moderno”, que juntam suas forças no reconhecimento comum da importância do lugar como algo essencialmente diferente do espaço, algo que não podemos nos dar ao luxo de ignorar.

Para mostrar o enraizamento dessa diferença, o filósofo trabalha, então, com distinções traçadas já na Antigüidade, por Platão e por Aristóteles, que perceberiam, cada um a seu modo, o caráter dual do espaço. No primeiro, Casey aponta a distinção entre “*chora*” e “*topos*”, apresentada no “*Timeu*”: “*chora*”, convencionalmente traduzido como “terra”, “área” ou “espaço”, apontaria para o reino da necessidade, sendo uma espécie de “receptáculo, como se fosse o berço, de tudo que se transforma”. “*Chora*” vai ser o assento (“*hedra*”): “por natureza está ali como a matriz (“*exmageion*”) para tudo”. Para Casey, a “*chora*” poderia ser aproximada da noção de espaço



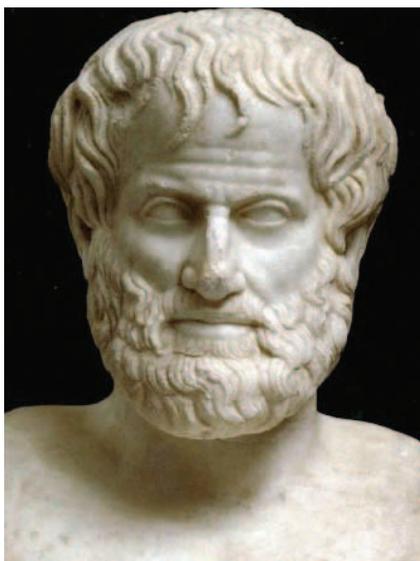
Platão.

por duas razões: em primeiro lugar, ela forneceria “espaço” (“espaço para ser ocupado”) para tudo que se transforma; em segundo lugar, ela seria homogênea ou neutra em sua constituição - “aquilo que está para receber em si todas as coisas deve ser livre de toda característica (de si mesma).” Esta última caracterização vai antecipar, de fato, como mostra Heidegger, a idéia moderna de um espaço homogêneo, como veremos mais adiante. Platão também vai introduzir a idéia de lugar em seu pensamento: para ele, a própria ação da “chora” com seu movimento de contração violento acabaria tendo o

efeito de agrupar naquele espaço inicialmente indeterminado, os quatro “tipos” ou “poderes” elementares em quatro “regiões” (“chorai”), dentro das quais apareceriam os “lugares (topoi)” particulares. “Lugar” aqui vem traduzir o termo grego “topos”, que é o lugar estabelecido onde os corpos (“somata”) vêm a residir, uma vez que foram agrupados com corpos semelhantes na mesma região.

Aristóteles, por sua vez, faz o “topos” (e não a “chora”) o seu foco primário

de atenção. No livro IV da Física, o filósofo comenta que Platão em seus ensinamentos esotéricos, teria declarado “que lugar e espaço eram a mesma coisa”. Todavia, segundo Casey, essa afirmação faria mais justiça aos intentos do Estagirita que aos de Platão, traíndo a crença aristotélica de que a “chora” não precederia nem compreenderia o “topos”. Tal afirmação parece-se com a noção caracteristicamente moderna segundo a qual “espaço” e “lugar” difeririam um do outro apenas trivialmente; mas aqui nos deparamos com uma diferença



Aristóteles.

fundamental: enquanto os modernos querem dissolver o lugar no espaço, Aristóteles tenta o outro caminho, dissolvendo o espaço (“*chora*”) no lugar (“*topos*”). Mas qual seria, então, a sua definição de lugar? É interessante vermos que Aristóteles vai definir o lugar como um “contenedor de corpos”, ou mais exatamente, como “o primeiro limite imutável daquilo que contém” (Física IV, 212 a 220-221). Para ele, o caso exemplar de um lugar seria um invólucro imóvel que conteria uma combinação de ar e água “justamente como um invólucro (vaso) é um lugar que pode ser carregado, o lugar é um vaso que não pode ser movido” (212 a 214-16). Observem que essa idéia delimitada e delimitadora do lugar traz consigo a suposição de que o lugar é primariamente localizador e que o que localiza é uma coisa física. O lugar é onde uma coisa está - no qual o advérbio locacional “onde” (“*pou*”) tem o status de uma categoria universal. Mas além de localizar (ou mais exatamente, como localizando) o lugar seria algo “que envolve”, com o resultado de que um dado lugar vai ser sempre co-extensivo com aquilo que contém: a sua superfície interior com a superfície exterior da coisa contida são estritamente contíguas: “os limites são compartilhados com aquilo que é limitado”.¹¹

Uma outra questão importante seria a da própria realidade do lugar: uma das razões que levaria Aristóteles a propor que lugar seria real é a sua insistência de que certos lugares têm uma “certa potência (*dynamis*)”, na medida em que cada um de seus elementos é “levado para o seu lugar próprio, desde que nada interfira”. (Física IV, 208b10-12). Assim, por exemplo, se a terra é levada para o centro do universo, isso mostra que o centro do universo teria uma potência, e então deve ser real. Qual seria a natureza, então, dessa potência (“*dynamis*”) que o filósofo circunscreve aos lugares? Naturalmente não nos caberia aqui uma interpretação cientificista – anacrônica – que veria no centro a causa eficiente do movimento da terra (como seria o caso da atração gravitacional, por exemplo), mas sim, aristotelicamente, ver nela um constituinte de sua causa formal. Em outras palavras: é casualmente significativa porque o centro do universo forma uma parte da definição da terra. Edward Casey interpreta assim essa última afirmação:

A explicação seria a seguinte. Suponha que a essência definidora da terra é estar no centro. Agora considere uma porção de terra que é deslocada do centro. Esta porção não está “realizada” completamente: não está no centro, como demanda a sua essência definidora. Para realizar essa essência ela necessita se mover em direção ao centro. Assim ele tem uma potência (“*dynamis*”) para se mover para o centro; esta potência é atualizada se nada impede o movimento da porção. A

atualização (ou realização) da potência é o movimento de queda da porção. Note que a tendência móvel da terra não é a última causa aqui; a última causa é muito mais o fim do movimento – e este fim é um estado de repouso. Esta confiança no fim do movimento é característica das explicações teleológicas de Aristóteles na ciência.)¹²

Para Casey, haveria duas observações importantes a serem feitas neste ponto. Em primeiro lugar, o forte compromisso de Aristóteles com o poder do lugar, que vai provocar uma das discussões mais frutíferas da história da Filosofia: se não se tivesse atribuído tal “*dynamis*” ao lugar não valeria a pena o esforço de tanta discussão a respeito de sua natureza exata. Em segundo lugar, apesar de seu considerável dinamismo e importância no debate filosófico, o “lugar” perde gradualmente importância para o “espaço” no curso dos dois milênios que se seguem.

Para o pensamento grego da Antigüidade parecia inquestionável o axioma derivado do pitagórico Árquitas: ser é ser num lugar, ou de forma inversa, ser sem lugar é não ser, que é citado em versões diferentes tanto por Platão quanto por Aristóteles. Mas, ali mesmo na Antigüidade, aparece uma outra concepção com Filoponus, que no século VI a.C. propõe a idéia do espaço como uma extensão espacial vazia, que continuando sua trajetória através da Idade Média (onde, por exemplo Hasdai Crescas e Thomas Bradwardine insistem na infinidade espacial de Deus), atinge um ponto no Renascimento onde um axioma completamente diferente cativa as mentes filosóficas (tanto quanto as científicas e as teológicas): ser é agora ser no espaço, onde “espaço” significa algo não-local e não-particular, algo que tem pouco a ver com a contenção fechada e tudo a ver com o infinito. Alexandre Koyré descreveu muito bem essa transformação radical do pensamento, esse triunfo do espaço sobre o lugar, como um movimento “de um mundo fechado para um universo infinito.” Para ele vai ser no século XVII que se substitui a concepção do mundo como um todo finito e bem ordenado, no qual a estrutura espacial incorporava uma hierarquia de perfeição e valor, por aquela de um universo indefinido e mesmo infinito, não mais unido por subordinação natural, mas unificado apenas pela identidade de seus componentes e leis básicos; e a substituição da concepção aristotélica do espaço – como uma série diferenciada de lugares dentro do mundo – pela geometria euclidiana – uma extensão essencialmente infinita e homogênea – e de agora em diante considerada como idêntica ao espaço real do mundo.¹³

Casey observa que, na realidade, essa concepção já existia na Antigüidade, tanto na idéia de “*chora*” platônica, como no modelo de Filoponus da

extensão espacial tridimensional. Para ele, o que a modernidade traz de novo vai ser o pensar tanto o espaço quanto o lugar em termos “relacionais”. Para isso, mostra como Descartes aproxima “lugar” (que identifica com “posição”) do “espaço” (que identifica com “tamanho” ou “forma” de algo), propondo a noção que Whitehead denominaria “simples localização”, que viria a constituir o esquema fundante de toda a ciência do século XVII. De acordo com esta visão, qualquer “pedaço de matéria”, isto é, qualquer corpo físico, “está onde está, numa região definida do espaço, e numa duração definida e finita de tempo, a parte de qualquer referência essencial das relações daquele pedaço de matéria com as outras regiões do espaço e as outras durações no tempo”. Colocando a questão em termos cartesianos, a “simples localização” é a visão para a qual a “posição” seria o que realmente importa em termos de lugar.

Para Casey teríamos a partir daqui a apoteose da visão relacional do espaço, que teria como conseqüência mais imediata o assimilar do lugar ao espaço: mesmo que pensadores importantes do século XVII ainda se sintam compelidos a tratar do lugar, ele vai se tornando um tema residual. Um século depois, o lugar é um tema não mais discutido “e muito menos lamentado” na filosofia e só vai ser retomado no final do século XIX, quando Bergson retoma o conceito ao discutir a noção aristotélica de lugar em sua dissertação de 1888. Para o filósofo, este desaparecimento não seria fortuito, podendo ser abordado por dois ângulos complementares: primei-



Aeroporto, Tóquio.

ramente, o “lugar” vai ser absorvido no “espaço” como o tema dominante do discurso eurocêntrico; “comparado com a extensão sem fronteiras e igualmente distribuída do espaço, o lugar vem a parecer meramente paroual, uma matéria de consideração particularmente limitada.” A crescente facilidade com que se passa a usar de forma intercambiável os termos “espaço” e “lugar” vai ser um sintoma desta “hegemonia absorvente do mundo espacial”. Um segundo nível, no entanto, poderia ser encontrada num progressivo desencantamento (e terror mesmo) com a noção da infinidade espacial, aparecendo aqui um subproduto curioso: ao mesmo tempo em que o lugar se torna uma “parte do espaço”, para usarmos a expressão de Newton, o seu “remanescente fantasmático” se transmuta em “localização”, um resíduo esvaziado da antiga idéia de lugar, desvestido de qualquer potência que lhe atribuía, por exemplo, Aristóteles. Para essa transformação, a contribuição de Leibniz vai ser decisiva, na medida em que desenvolve a noção de que o espaço é “algo meramente relativo”: se o espaço e o lugar são ambos inteiramente relacionais, uma mera ordem de pontos coexistentes, então não se retém nenhuma das propriedades inerentes atribuídas ao lugar pelos filósofos da Antigüidade ou do início da modernidade, as propriedades de conter, sustentar, suste, reunir, situar (“situação” em Leibniz não situa de fato; ela apenas posiciona num nexo de relações). Aqui estamos frente ao que Whitehead denominou “*Fallacy of Misplaced Concreteness*”, que significa, neste caso, a perda tanto da particularidade concreta do lugar quanto do absoluto abstrato do espaço infinito – e a dissolução de ambos no vazio da mera “localização”.

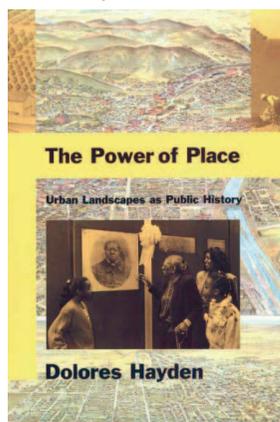
Com isso, chegamos ao argumento principal que Edward Casey vem desenvolvendo em sua obra: o esquecimento da moderna filosofia em relação ao lugar, dando-se, ao contrário, prioridade ao tempo e ao espaço geométrico.¹⁴ Para o fenomenólogo Casey, Descartes, Newton, Leibniz e Kant, entre outros, teriam contribuído para a apoteose do espaço, deixando-o desembocar na geometria analítica, cálculo matemático e “descorporificação” humano, e o lugar vai sendo, neste processo, rebaixado e assimilado ao espaço, perdendo os seus poderes tradicionais de “compreender, abarcar, sustentar, reunir e situar.” (“*encompassing, holding, sustaining, gathering and situating*”). Neste novo universo, universalidade, generalidade e homogeneidade neutra prevalecem sobre a diversidade, unicidade e conexão: qualquer localização é tão boa quanto qualquer outra, na medida em que cada uma é apenas um ponto matemático, uma posição calculável ou um sítio abstrato num plano ou num mapa.

Num livro anterior, *Getting Back into Place: Toward a Renewed Understanding of the Place-World*, de 1993, Casey já apontava a crescente dependência moderna ao tempo do relógio e a cronogramas e lamentava a subserviência da noção de lu-

gar tanto à ordem do tempo quanto ao espaço geométrico. Haveria, no entanto, “um caminho para fora desse duplo vínculo, que conseguimos nos impor de forma tão inexorável e tão destrutiva?”, se perguntava o filósofo então.¹⁵ Como um fenomenólogo, o caminho estaria, a seu ver, numa “reconstituição” justamente daquele elemento mais subestimado - a experiência vivida do lugar, a partir da qual desenvolve, então, uma espécie de “ontologia do estar-no-lugar”. Para Casey, o ponto de partida – fenomenológico – vai ser o fato de que, embora a modernidade seja marcada pelo “esquecimento” do lugar, pelo totalitarismo do pensamento quantitativo-mensurável sobre o espaço, dominante no Ocidente, seja na filosofia seja na física ou mesmo em disciplinas menos esotéricas como a arquitetura e o planejamento urbano, o mundo em que habitamos efetivamente, nosso mundo vivido, vai ser constituído de “lugares” (por exemplo, nossos lugares pessoais, sagrados, etc.), e não de um espaço absoluto ou infinito como representado na ciência moderna. A seu ver, o lugar vai justamente localizar as coisas “em regiões cuja mais completa expressão não é nem geométrica nem cartográfica”, contendo “os próprios elementos eliminados na planiformidade da ‘mera localização’”: identidade, caráter, nuance, história. Felizmente, o lugar como fenômeno qualitativo nunca teria desaparecido completamente no pensamento ocidental, e tem se reafirmado recentemente em campos como a antropologia e a geografia cultural, e entre pensadoras feministas como Luce Irigaray. O mundo permaneceria, argumenta Casey, “minimamente, e para sempre, um mundo de lugares”, sendo um mundo “sem lugares” tão “impensável quanto um eu sem corpo”.¹⁶

As políticas do lugar

Dolores Hayden abre seu importante livro *The Power of Place* (1995), relatando uma controvérsia entre o sociólogo Herbert J. Gans e a crítica de arquitetura Ada Louise Huxtable que, apesar de ter se passado nos anos 1970, continua atual no campo da preservação do patrimônio, colocando-nos questões ainda não totalmente resolvidas. A polêmica começa quando Gans ataca, no *New York Times*, a política de preservação desenvolvida pela *Landmark Preservation Commission* de Nova Iorque, apontando que já que a mesma tendia a “proteger as mansões dos ricos e edifícios projetados por arquitetos famosos”, ela preservaria “principalmente a porção de elite do passado



The Power of Place,
Dolores Hayden.



Ada Louise
Huxtable

arquitetônico”, permitindo “o desaparecimento da arquitetura popular”. “Esta política de patrimônio distorce o passado real, exagera a riqueza e denigre o presente”, conclui.¹⁷ Na ocasião, Ada Louise Huxtable, crítica de arquitetura, membro do Conselho Editorial do *Times* e ativista de preservação, defende a Comissão, alertando que “estigmatizar monumentos importantes de arquitetura como produtos dos ricos, e a atenção a eles como política cultural elitista é uma perversa distorção da história, que não serve a ninguém... Essas edificações são uma parte

primária e insubstituível da civilização. Singularidade estética é tão importante quanto expressão vernacular.” Ela também argumentava que além de edificações monumentais, a *Landmark Preservation Comis-*



*Penn Station,
projeto de McKim
Mead and White,
Nova York.*

sion também teria protegido 26 distritos históricos, incluindo neles 11.000 edificações, cuja maioria poderia ser definida como “vernacular”. Gans respondeu a Huxtable num segundo artigo, defendendo uma perspectiva mais ampla para a preservação, que encarasse as “edificações comuns” como parte de uma “história pública”. Analisando a lista de bens protegidos em Nova Iorque, ele notava um claro viés de classe: dos 113 edifícios preservados posteriores a 1875, 105 eram de arquitetos conhecidos e 25 deles de uma única firma (McKim, Mead and White); a maior parte deles não era acessível ao público, 91 eram localizados em Manhattan e 17 dos 26 distritos históricos foram construídos como bairros de ricos.

Podemos encontrar uma crítica semelhante no Brasil nas palavras de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que em 1985 apontava as limitações das políticas de preservação em curso no País, onde os técnicos do patrimônio “teriam o direito (o poder-saber) de analisar edifícios e pronunciar veredictos”, realizando uma espécie de “ação sacerdotal” com a qual “atribuíam caráter distintivo a um determinado edifício e logo tratavam de sacralizá-lo frente aos respectivos contextos profanos”. E, para isso, consagravam, via de regra, os produtos da elite.

Como ninguém é seguro o suficiente para inventar rituais a partir do nada, trataram de seguir o caminho mais fácil: impuseram as suas mãos o que, por outras razões, já estava consagrado. Não foi muito difícil declarar dignos de preservação conventos, mosteiros, igrejas, palácios, fortalezas, sedes de fazenda... De raro em raro uma pequena construção antiga justificada como “curiosa”: capelinhas, casas rurais, hesitantes exceções confirmadoras da regra cômoda. Os símbolos do poder não eram, por natureza, distintos? Não foram propostos como contrapontos desde o começo? Não explicitavam quem mandava? Para não comprometer a nobreza de boas intenções com estes aspectos menos excelsos, decidiu-se esfriá-los com a antiguidade. Quanto mais perto dos séculos XVII ou XVI melhor, porque assim as relações entre a forma e aqueles outros códigos ficavam mais amenizadas. Não é por outra razão que, ainda há bem pouco tempo, era difícil provar o valor de edificações do século XIX. No nosso próprio século, então, só o que já nascesse sob o signo da eternidade, isto é, como expressão definitiva e irrecorrível da transcendência do poder.¹⁸

Em seu livro, Hayden apresenta o debate Gans-Huxtable para sublinhar a falta de comunicação entre perspectivas profissionais diversas sobre a questão da preservação, a começar pela própria terminologia utilizada

por cada um: quando o sociólogo falava em “arquitetura”, por exemplo, referia-se ao meio ambiente construído em geral; a crítica a edificações projetadas por arquitetos com formação profissional que operavam com intenção estética; quando ele se referia à “comunidade”, queria dizer uma rede complexa de laços tanto sociais quanto espaciais, e pressupunha uma população de trabalhadores, ela, por sua vez, referia-se claramente à delimitação física de um distrito histórico. Para Hayden, teríamos aqui aparentemente dois ideais de preservação: a preservação urbana, defendida por Gans, e a preservação arquitetônica tradicional, por Huxtable. Em sua contraposição frontal, nenhum deles conseguiria ver, no entanto, o que aparecia a Dolores Hayden como a chave: a possibilidade de se identificarem oportunidades de se realizar ambos os tipos de preservação, com cada um deles reforçando o outro.

Por exemplo, mais depósitos, lojas e casas de aluguel, o tipo de edificações urbanas vernaculares que ele defendia, poderiam ser salvos para fornecer o contexto social e econômico para as casas geminadas que ela defendia. Ou os clubes privados e as mansões que ela defendia poderiam ser interpretados em termos das habilidades dos pedreiros e carpinteiros que os construíram e das habilidades das empregadas domésticas e dos jardineiros em mantê-los para fornecer o tipo de história da classe operária que ele desejava.¹⁹

Esses impasses poderiam, a seu ver, ser evitados, se se recorresse a um conceito fundamental, que bem trabalhado, poderia funcionar como uma espécie de ponte entre as perspectivas divergentes – justamente o conceito de lugar. Para isso, Dolores Hayden vai recorrer a uma contribuição decisiva do filósofo Edward S. Casey, que, alguns anos antes, ligara o conceito de “lugar” ao de “memória”, propondo em seu livro *Remembering: A Phenomenological Study*, a idéia de uma “memória do lugar (place memory)”. Se a memória social depende da narração para sua continuidade, a paisagem urbana também poderia contribuir através da “memória do lugar” que seria, para o filósofo, “a persistência estabilizadora do lugar como um contenedor de experiências que contribui tão poderosamente para a sua memorabilidade intrínseca”.²⁰ Uma memória alerta e viva se conectaria, então, a seu ver, espontaneamente com o lugar, encontrando nele traços que favorecem e se desenvolvem paralelamente às suas próprias atividades, fato que o leva afirmar que a memória seria “naturalmente orientada em relação a lugares (*place-oriented*) ou, pelo menos, suportada por lugares (*place-supported*)”.²¹

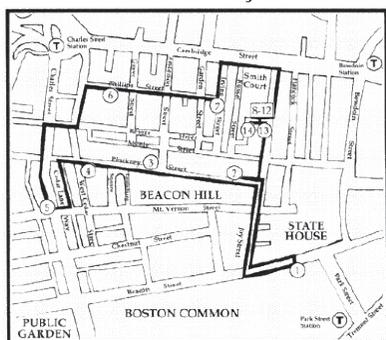
A “memória do lugar” teria a ver, assim, com a capacidade humana de se conectar tanto com o ambiente natural quanto com o construído, que estão ligados em idéias como as de “paisagem cultural (cultural landscape)” e de “patrimônio ambiental urbano”²², que hoje começam a conformar as políticas de preservação no mundo todo. Segundo Dolores Hayden, a “memória do lugar” vai ser, de fato, a chave para o poder dos lugares históricos em ajudar os cidadãos a definir o seu passado comum: é sabido que os lugares podem despertar memórias naqueles que, membros da comunidade, compartilham de um passado comum, enquanto, ao mesmo tempo, podem representar passados também para “forasteiros” que estejam interessados em conhecer sobre eles no presente. A “memória do lugar” seria um traço cultural tão forte que muitas culturas diferentes usaram mesmo os chamados “palácios da memória” – seqüências de espaços imaginários dentro de paisagens imaginárias, edificações ou séries de edificações – como ferramentas mnemônicas. Assim, uma estratégia adequada para se promover a chamada “história pública urbana” seria certamente explorar não só a “memória social”, mas também a “memória do lugar”²³, que aparece assim como uma idéia poderosa para se ligar os campos da preservação do ambiente construído, da história pública e da memória social.

Se a ação dos órgãos de preservação ainda é marcada pelo tradicionalismo, já é possível, no entanto, se citar vários projetos nessa direção, tanto no campo da história pública, quanto no da preservação do patrimônio. Assim, por exemplo, Dolores Hayden descreve alguns projetos de história da paisagem urbana desenvolvidos nos Estados Unidos, que são baseados no que denomina “história pública de base comunitária”, também conhecida como “história dialógica”, na medida em que se valorizam os diversos olhares envolvidos na narração. Um dos projetos relatados é o *Brass Workers History Project* (projeto de história dos trabalhadores da indústria de latão), um projeto de história oral que tem envolvido toda a cidade de Waterbury, Connecticut, desde 1979. Ali, uma equipe, formada por um produtor de vídeo, um agente comunitário e um educador, iniciou um trabalho que resultou, em 1982, no livro *Brass Valley: The Story of Working People's Lives and Struggles in an American Industrial Region*, que, como relata Hayden, foi apropriado pela população quase como um “álbum coletivo de família” numa comunidade onde quase todos tinham um parente ou conhecido que havia trabalhado na indústria de latão. Em 1983, foi lançado também um filme para a televisão, um portrait da história dos trabalhadores nas fábricas da cidade. O projeto levou a um processo comunitário mais amplo, que desemboca num festival de música étnica, que passou a ser organizado pelo museu local, e que expõe anualmente a diversidade étnica da comunidade,

envolvendo os diversos grupos de Waterbury. É interessante perceber que isso ocorria num contexto bastante sombrio, numa época em que a indústria entrava em colapso e as fábricas eram fechadas, de forma que o projeto constituiu também uma oportunidade para os habitantes se reunirem e refletirem sobre o processo que viviam.

Aqui se trata ainda basicamente de um projeto de memória social, com a peculiaridade, porém, de focalizar uma comunidade operária. Se, no entanto, o *Brass Workers History Project* se rebatesse no espaço e se interrogasse pelos “lugares da memória” de Waterbury, ele poderia se relacionar de uma forma bastante efetiva com as políticas de preservação do patrimônio ambiental urbano das comunidades em questão. Ali, além de passeios guiados pelos moradores locais, tanto a preservação arquitetônica quanto a preservação da paisagem ou mesmo a arte pública poderiam ajudar a focar a atenção na identidade social dessas comunidades, “mapeando” as suas visões desses lugares. Nesses casos, preservar locais de trabalho, tais como uma sede de sindicato, uma fábrica de latão ou uma lavanderia, poderia ajudar a sublinhar a importância da história espacial. E o mais importante: ao mapear os significados locais através de processos compartilhados e participativos, a história social estaria oferecendo uma contribuição metodológica significativa a campos paralelos, entre eles os da preservação arquitetônica e ambiental.

No que se refere à preservação do patrimônio arquitetônico, ela ainda se apresenta, via de regra, presa à sua concepção inicial, à idéia tradicional de monumento histórico e artístico único, que, como sabemos, vai sendo lentamente ampliada ao longo do século XX: tanto o conceito de arquitetura, quanto o próprio campo de estilos e espécies de edifícios considerados dignos de preservação expandem-se paulatinamente. Aqui, aos critérios estilísticos e históricos vão se juntando outros, como a preocupação com o entorno, a ambiência e o significado. Françoise Choay, num importante trabalho de delimitação teórica da questão, chega a identificar uma tripla



expansão desse conceito: cronológica, tipológica e geográfica. Assim, ao longo do século XX, vão penetrando no campo do patrimônio conjuntos arquitetônicos inteiros, a arquitetura rural, a arquitetura vernacular, bem como passam a se considerar também etapas anteriormente desprezadas (o ecletismo, o *Art Nouveau*), e mesmo a produção contemporânea. A sua visão, no entanto,

ainda costuma ser marcada por essa visão inicial, sendo forte muitas vezes a dicotomia entre a visão de historiadores sociais e a dos órgãos de preservação no que concerne à escolha dos objetos de proteção.

A título de exemplo, não custa lembrar que nos Estados Unidos, apenas cinco por cento do patrimônio protegido em nível nacional, estadual e local reflete uma história das mulheres e uma menor proporção ainda lida com a chamada história das minorias.²⁴ Dois projetos, no entanto, mostram essa possibilidade. Um seria o *Black Heritage Trail*, desenvolvido no *Boston African American National Historic Site* em Beacon Hill. Ali, um passeio guiado leva os interessados a visitarem marcos arquitetônicos preservados, destacando-se a sua relação com a história da comunidade negra em Boston. Assim, os visitantes são levados a ver, por exemplo, o Boston Common, área pública onde o guia vai discutir o alistamento de negros livres na Guerra Civil, podendo observar-se as suas faces no memorial ao 54o Regimento erguido pelo escultor Robert Gould Shaw, em 1897. Depois, entre outras atrações, o visitante vai ver uma série de casas geminadas, que constituía uma das comunidades negras mais vibrantes do século XIX. O *Black Heritage Trail* compreende em sua totalidade treze estruturas preservadas, entre elas duas escolas, duas casas de reunião e muitas residências. Dolores Hayden comenta:

Os visitantes saem com o sentido da presença ativa dos afro-americanos na cidade por mais de dois séculos... Os visitantes também obtêm um sentido da história urbana, mesmo que ela pudesse ser mais forte se se dirigisse a como os residentes negros interagiam com os irlandeses e outros imigrantes europeus que se aglomeravam em casas de aluguel nas proximidades desta área no final do século XIX.²⁵

O mesmo se passa no campo da preservação ambiental, onde preservacionistas da arquitetura, historiadores do paisagismo e paisagistas estão cada vez mais preocupados em encontrar métodos para definir e proteger paisagens culturais históricas, mesmo que essa preocupação frequentemente pareça focar mais paisagens projetadas e áreas rurais que paisagens urbanas.

Esta perspectiva parece mover também um projeto como o *Place Matters* desenvolvido pelas organizações *City Lore*²⁶ e *Municipal Art Society*²⁷, em Nova Iorque, desde 1998, que se propõe a “estimular a conservação dos lugares histórica e culturalmente significativos da Cidade de Nova Iorque”. Em sua própria definição, esses seriam “lugares que carregam memórias e ancoram tradições para indivíduos e comunidades, e que ajudam a contar a história da cidade como um todo”. *Place Matters*, assim, vai realizar pes-

quisas, inventários de referências culturais e programas públicos, além de manter um arquivo sobre os “lugares que importam”, produzir exposições, publicações e fornecer “testemunho, consultoria e proteção em sítios ameaçados”. Algumas de suas iniciativas compreendem o concurso de idéias “Marcando os Lugares que Importam”, onde se escolheram intervenções de interpretação de certos lugares; e o projeto “Protegendo os Lugares que Importam”, iniciativa popular que luta pela preservação de lugares significativos na cidade, pressionando os órgãos públicos a implementarem políticas “mais inclusivas”. Para essa última finalidade, realizaram, por exemplo, no Nordeste do Queens e do centro do Brooklyn, regiões não tão bem aquinhoadas nas estratégias tradicionais dos órgãos de preservação, o que chamaram de “Censo Cultural”, para o qual reuniram “cidadãos (de todas as idades e formações), historiadores locais, estudiosos das humanidades, organizações cívicas e profissionais envolvidos com a preservação e o planejamento urbano” com o objetivo de “explorar as relações entre lugar, cultura e vida cívica”. Entre os bens pelo quais se lutavam estava, também como ilustração, a edificação da antiga *Cuyler Presbyterian Church* (1892), no Brooklyn, intimamente ligada à história da comunidade dos ferreiros Mohawk e outros índios residentes no Brooklyn, que desempenharam um importante papel na construção dos arranha-céus nova-iorquinos. Para eles, a *Cuyler Church* servia como um centro comunitário, ao qual se referiam, carinhosamente, como a “igreja que faz amigos”.²⁸ Outros exemplos: a *Bohemian Hall & Park* (1910), a última “beer garden” autêntica em Nova Iorque, e que ainda é um importante centro para a comunidade tcheco-americana e a loja de discos *Casa Amadeo* (1941), a mais antiga loja de música latina na cidade e uma rara sobrevivente da vibrante cena musical daquele tipo de música, no Bronx do 2o Pós-Guerra, refletindo a força da comunidade porto-riquenha.

A questão que aparece com força em todos esses exemplos é a de como se lidar com os lugares, com os traços físicos do passado, de forma que a sua preservação seja algo mais que a preservação de “contenedores” vazios, que terminam servindo como museus ou centros culturais ou, noutra vertente, como ambientes propícios para reconversões que, via de regra, levam ao perverso fenômeno da gentrificação.²⁹ A resposta a esse tipo de desafio parece-nos estar em políticas que valorizem a “memória do lugar”, perspectiva que reúne a história social e a preservação urbana e arquitetônica, num processo que “ancora” espacialmente a memória dos diversos grupos. Essa perspectiva vai ter grande alcance, podendo mesmo contribuir para o desenvolvimento econômico das comunidades, sendo exatamente por isso, importantes para áreas deprimidas da cidade, como assinala Hayden:

Comunidades urbanas que sobrevivem – tais como o *Sweet Auburn District* de Atlanta, Georgia – podem se tornar um foco maior de auto-respeito dos trabalhadores urbanos, se cidadãos e planejadores se reunirem para elevar a consciência das realizações do passado de seus residentes em face de tempos difíceis no passado. Arquitetura vernacular – tal como uma igreja de onde se lançou uma campanha pelos direitos civis, ou o escritório de um jornal que lutou por moradia mais justa, ou a primeira escola a promover a integração racial na área, podem vir a formar um distrito histórico potencial que dê suporte à memória social e contenha as histórias que os cidadãos julgam dever ser contadas. Este é um caminho para formar estratégias de preservação urbana que alie historiadores sociais e suas estratégias de história dialógica, com os historiadores da arquitetura preocupados com o significado social.³⁰

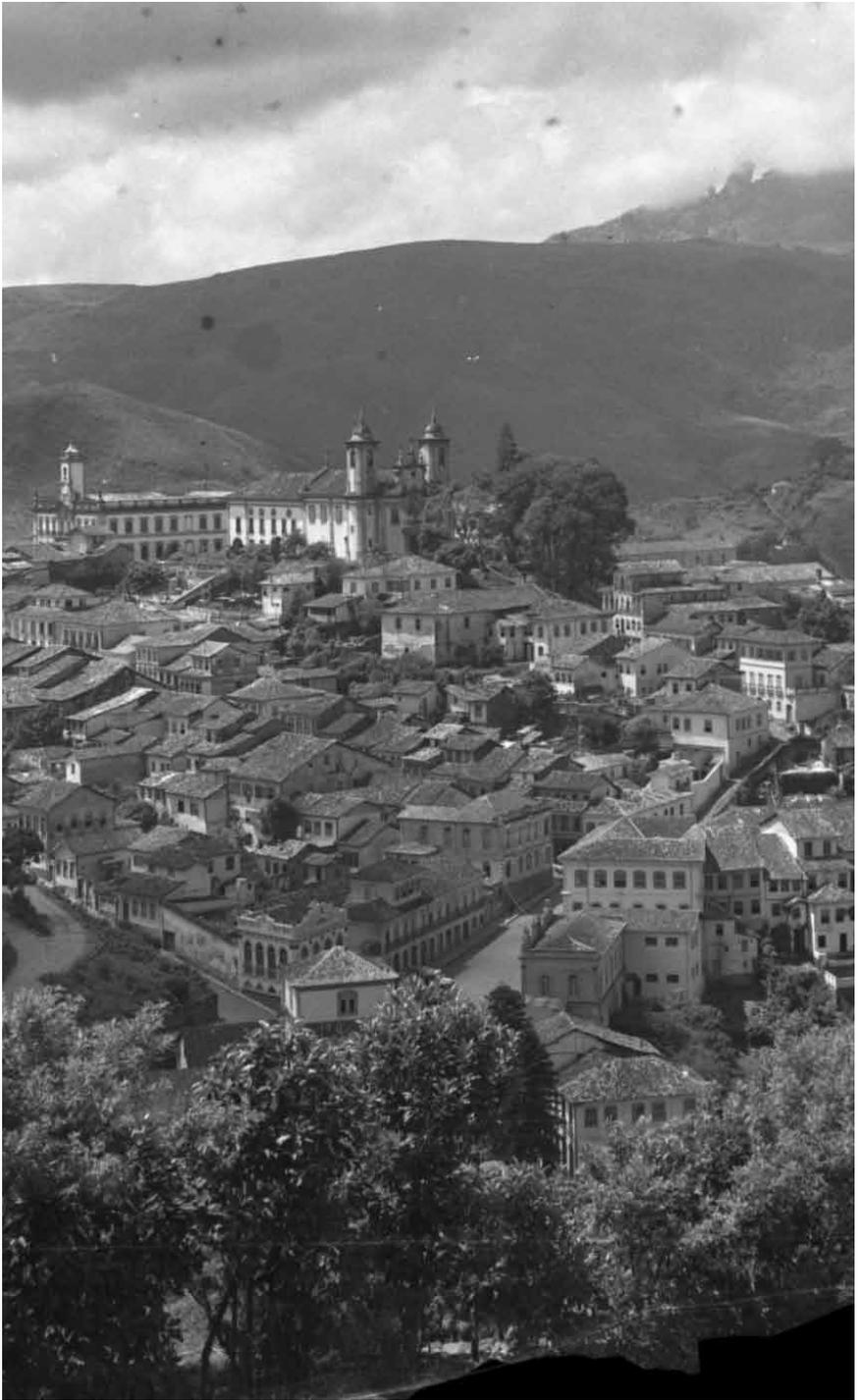
Assim, nada mais apropriado que se estimularem processos que promovam o encontro entre história social e história arquitetônica, que redescubram a “memória do lugar”, identificando junto com os residentes locais quais lugares são mais significativos e porque. Afinal, como sintetiza D. W. Meinig, “*Any landscape is composed of not only what lies before our eyes but what lies within our heads.*” (Toda paisagem é composta não somente daquilo que está à nossa vista, mas também daquilo que se encontra em nossas mentes). Ecoando seu próprio nome, a organização Place Matters escreve em seu website:

O lugar importa (*Place Matters*) porque ele é a dimensão física de nossas vidas, e lar para as nossas tradições e memórias. Todos nós nos tornamos ligados a edificações e locais que criam beleza, marcam eventos de significado histórico e cultural e servem como um locus para encontros da comunidade e identidade do bairro.

O lugar importa (*Place Matters*) porque lugares são diametralmente opostos ao mundo virtual. Livros, filmes, memórias e websites são todos virtuais e, num maior ou menor grau, nos lembram das propriedades tangíveis do lugar.

O lugar importa (*Place Matters*) porque a perda de negócios locais estimados e marcos urbanos empobrecem a cidade, especialmente quando essa perda poderia ter sido impedida.

O lugar importa (*Place Matters*) porque as nossas vidas são enriquecidas por viver numa cidade onde o meio ambiente natural e construído se articula em ricas camadas de história, memória e narrativas.³¹



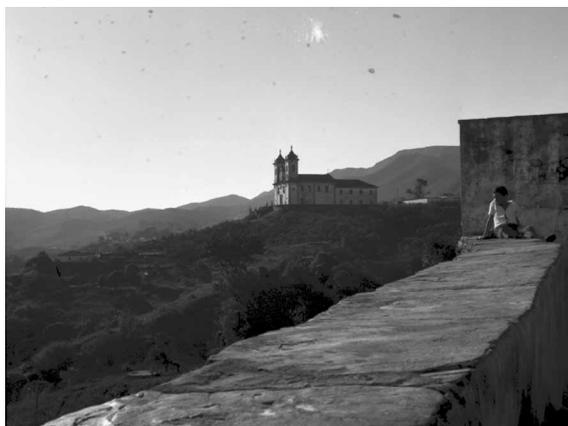
NAS ENCRUZILHADAS DO DESENVOLVIMENTO: A TRAJETÓRIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM OURO PRETO

O poder de rememoração não é algo natural, mas sim uma conquista, uma invenção difícil, através da qual os homens aprendem a se apropriar progressivamente do seu passado individual e coletivo. A memória - faculdade tão importante para a construção da cultura que ganha a forma de uma deusa entre os antigos gregos - vai ser também uma capacidade seletiva: para se lembrar é preciso esquecer. Este nos parece ser o mecanismo que rege as políticas de preservação do patrimônio, que, implementadas tradicionalmente pelos estados, visam à construção de uma identidade nacional. Também elas trabalham com a dialética lembrar-esquecer: para se criar uma memória nacional, privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos momentos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade. No que se refere às chamadas cidades históricas, estas são submetidas ao mesmo processo: muitas vezes, para se criar um símbolo nacional, apagam-se as marcas da história local, que foram se sedimentando através dos anos.

Este processo pode ser bem exemplificado, a nosso ver, pela trajetória das políticas de preservação em Ouro Preto (Minas Gerais), ao longo do século XX. Antiga capital das Minas Gerais e mais significativo centro urbano do ciclo do ouro (século XVIII), Ouro Preto é certamente o mais significativo conjunto da arquitetura colonial brasileira, tendo sido a primeira cidade no país a ser classificada como monumento nacional e patrimônio da humanidade pela UNESCO. Conservada quase intacta graças à estagnação econômica, a cidade vai ser objeto desde a década de 1930 de políticas de preservação que, se, por um lado, conseguiram manter o conjunto, por outro, criaram um objeto idealizado, desconsiderando a história local e afastando a população da cidade. Para mostrar essa trajetória, vamos acompanhar o destino de um dos seus espaços urbanos mais significativos, o Largo do Coimbra, configuração típica do urbanismo de origem portuguesa nas Américas.

A capital das minas de ouro

Nos anos 1960, Robert Smith constata, num importante estudo sobre a arquitetura civil do Brasil Colonial, que embora os descobridores portugueses fossem homens do Renascimento, como urbanistas “pertenciam ainda à Idade Média”.¹ E, de fato, é interessante perceber como o urbanismo medieval português está presente nas cidades tradicionais brasileiras, o que as

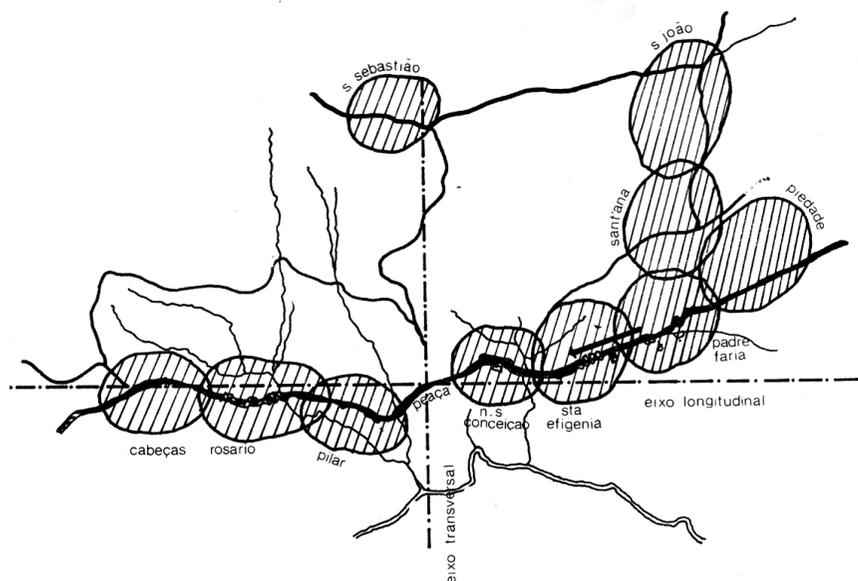


Ouro Preto, década de 1960.

faz diferentes das cidades de colonização espanhola nas Américas. Nessas últimas, o traçado regular, derivado dos tratados de arquitetura dos teóricos renascentistas, vai desempenhar um papel central, sendo, inclusive, definido por lei - as conhecidas *Leyes Generales de los Reynos de Índias*,

promulgadas por Felipe II da Espanha em 1573.² Através delas, o Império Espanhol em expansão procurava estabelecer uma regularidade e uma ordem geométrica sobre o território a se colonizar, muitas vezes se impondo sobre uma topografia pouco apropriada ao esquema abstrato do traçado. A cidade, com sua malha xadrez, diferenciava-se, assim, do espaço agrícola ao seu redor, criando uma clara delimitação cultura-natureza. Um outro traço distintivo nas cidades de colonização espanhola vai ser o importante papel desempenhado pela *Plaza Mayor* ou a *Plaza de Armas*, praça principal da aglomeração, onde se instalava, de modo geral, a catedral juntamente com os principais prédios públicos. Este espaço geométrico e central, que concentrava os poderes espirituais e temporais, passava a desempenhar o papel de centro da cidade, exercendo um poder de atração incontestável. Assim, as cidades hispano-americanas vão ser, quase sem exceção, regulares, em grelha, mono-nucleares e com limites bastante precisos.

Contrariamente, a cidade brasileira, fiel à sua origem portuguesa, vai ser irregular com uma tendência à linearidade, poli-nuclear e com contorno indefinido.³ Se esses traços estão presentes desde o início da colonização do litoral, em cidades como Salvador e Rio de Janeiro, eles vão se mostrar ainda com mais força em Ouro Preto, que se forma no início do século XVIII, com a exploração do ouro no interior do Brasil, numa região que ficaria conhecida, não sem motivo, como Minas Gerais. A topografia do local vai ser peculiar e desfavorável à ocupação: situada a 1.100 metros de altitude, a cidade se estabelece num terreno muito íngreme, onde praticamente inexistem planos naturais, dificuldade que se agrava ainda mais pela dureza do solo, que dificulta qualquer trabalho de nivelamento. A linearidade da forma da cidade que aí se estabelece explica-se pelo seu próprio processo de formação: Ouro Preto surge com a ligação de dois pequenos povoados



Esquema explicativo da evolução urbana de Ouro Preto, proposto por Sylvio de Vasconcellos em Vila Rica.

mineradores, organizados em torno de pequenas capelas, Antônio Dias e Pilar, que ficavam em cada um dos lados de uma colina. Neste caso não vamos ter, como na América Espanhola, uma cidade planejada e organizada a partir de um traçado previamente definido. Pelo contrário: aqui a nova cidade forma-se gradualmente, como várias outras na região das minas, articulando-se ao redor de um grande eixo, que correspondia inicialmente a uma estrada antiga, que ligava os dois pólos, e ao longo da qual vão se fixando o comércio e as residências. Com isso, o seu traçado também representa bem o esquema de ocupação portuguesa: ao invés de uma malha regular e ruas alinhadas, a cidade de Ouro Preto espalha-se a partir desse eixo inicial, ocupando preferencialmente as meia encostas, protegidas dos ventos mais fortes e também das enchentes comuns nas regiões mais baixas. No entanto, se não tem uma forma pré-estabelecida, a ocupação não deixa de seguir uma certa lógica, ressaltada por Livia Romanelli d'Assumpção, que aponta alguns condicionantes que informam o traçado das cidades mineiras no século XVIII: “o seguimento, se possível, de uma mesma curva de nível, o desvio de obstáculos, o acompanhamento de cursos d'água ou mesmo de cumeadas de serras, objetivando melhor orientação e economia”.⁴

O rápido crescimento urbano, incomum à época, vai caracterizar ainda o caso de Ouro Preto, que passa no curto espaço de vinte anos, de uma pequena povoação de mineiros em 1701, à capital da recém-formada província de Minas Gerais, em 1721. A rapidez de formação da cidade retrata

bem a riqueza aí encontrada: apesar da técnica de mineração do século XVIII ser de aluvião, entre 1700 e 1770, o Brasil produziu cerca da metade do ouro obtido em todo o resto do mundo durante três séculos, de 1500 a 1800. As conseqüências desta vitalidade econômica logo se fazem sentir, recebendo a região uma grande leva imigratória, constituída principalmente por portugueses, que chegavam em busca de fortuna. Também do ponto de vista urbano, as conseqüências são notáveis: o conjunto cresce rapidamente e a vida cidadina vai ser intensa, com a presença em Ouro Preto de numerosas camadas intermediárias entre os senhores e os escravos. Por um lado, a Coroa portuguesa sente a necessidade de se fazer presente, deslocando para a região das Minas um amplo aparato burocrático, encarregado de fiscalizar as rentáveis atividades mineradoras que ali se desenvolviam. Por outro, em função da concentração de riquezas, o comércio e os serviços também se desenvolvem, concentrando-se ali artífices, artesãos, mestres pedreiros, escultores, marceneiros, alfaiates, além de desocupados e prostitutas.

Neste rico e variado quadro, não é difícil imaginar o importante papel desempenhado pelos espaços públicos - ruas e praças -, palcos de grande parte das atividades econômicas e sociais do período. Se inicialmente são simples caminhos, que ligam pólos de ocupação de mineiros, à medida em que as cidades crescem, as ruas tornam-se locais de permanência, de contato e discussão. Até o seu aspecto plástico modifica-se com a sua nova importância: as casas passam a ser feitas para serem vistas, e as fachadas

que dão para elas ganham maior destaque.⁵

Consolida-se, assim, a fisionomia de nossas cidades coloniais: uma seqüência de ruas irregulares, constituídas, como num cenário, por fileiras de casas construídas sobre o alinhamento e os limites laterais dos terrenos, formando superfícies contínuas. Quanto às praças, essas vão estar indiscutivelmente ligadas ao papel desem-



Vista da Rua
Conde de Bobadela,
Ouro Preto.

penhado pelas igrejas: na falta das grandes praças cívicas, aos moldes das plazas mayores das cidades de colonização espanhola, as edificações religiosas vão desempenhar o papel de foco da vida urbana, dificilmente sobrepujadas em importância por qualquer outro edifício civil. Nesse quadro, também vão ter especial importância os adros das igrejas, que, ao congregarem os fiéis, reuniam em torno de si as casas, as vendas e quando não o Paço da Câmara.⁶



Igreja Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia, Ouro Preto.

A regra geral parece ser essa: na trama das nossas cidades, a cada igreja costumava corresponder uma praça, centro de sociabilidade da vida urbana que se formava. A Vila Rica do século XVIII não constitui exceção: ali as igrejas vão atuar como articuladoras do espaço, demarcando núcleos e regiões da cidade, sendo extremamente significativas as suas localizações no conjunto. Em seu estudo das igrejas em Ouro Preto e de seus padrões espaciais, Raquel Julião anota como esses edifícios religiosos podem ser considerados como expressões mais acabadas de múltiplos grupos sociais, tanto como marcos de sua independência. “De fato, elas não só ajudavam a organizar a sociedade local, mas também estruturavam a paisagem urbana. É o conjunto de igrejas que dá um significado à cidade, fazendo-a compreensível”.⁷

Uma única exceção é a representada pela Praça Tiradentes, espaço oficial plantado no alto do morro de Santa Quitéria, ponto mais alto que dividia os dois principais arraiais já formados. Tendo em vista a dificuldade de controle sobre a cidade, a Coroa Portuguesa desloca o Governo da antiga capital Mariana para Ouro Preto, implantando, em 1741, naquele altiplano o novo Palácio do Governador, construído segundo as características de uma verdadeira fortaleza militar. Naquela região da cidade, onde vamos ter uma ocupação levada a cabo pelo Estado, pode-se notar uma ordenação espacial já tendendo a um padrão mais regular, próximo ao xadrez, e que responde melhor à dominação mais repressiva deste período. A Praça Tiradentes vai ter, assim, um caráter eminentemente político, não sendo de se estranhar, portanto, que o espaço da vida social local naquela parte

da cidade seja representado não por essa praça, que sempre mantém seu caráter de espaço oficial, mas pelo Largo do Coimbra, alargamento das ruas em frente à Igreja de São Francisco de Assis, cujo destino acompanharemos em seguida.

Modernidade e tradição: uma narrativa ortodoxa

Num país marcado pela ideologia do novo e cuja paisagem construída é extremamente mutável, parece extraordinária a conservação de todo um conjunto urbano proveniente do século XVIII, como Ouro Preto. Como foi bem observado por Rodrigo Mello Franco de Andrade, o seu aspecto atual “caracterizado pela disposição em vários níveis numa topografia íngreme, carrega as marcas de sua história - riqueza inicial, um período de rápido desenvolvimento, um século e meio de poder administrativo e prestígio, seguidos por um declínio gradual, empobrecimento e perda de status”.⁸



*Praça Tiradentes,
Ouro Preto, década
de 1960.*

Se a cidade perde sua vitalidade econômica depois do esgotamento do ouro em inícios do século XIX, ela ainda mantém a sua função de capital do Estado por mais quase cem anos, passando a organizar sua vida econômica, social e política através das atividades administrativas, secundadas pelas comerciais e manufatureiras. Além disso, com a instalação da Escola de Minas, em 1875, Ouro Preto passa a constituir também importante centro universitário, contribuindo para a formação de uma elite técnica, que atuará de forma destacada tanto na esfera empresarial como na política brasileira.⁹ No entanto, esse novo equilíbrio vai ser rompido com o início da República, quando se decide pela mudança da capital para a cidade nova de Belo Horizonte, o que acontece em 1897. **A partir daí, a cidade sofre um rápido declínio, com sua população passando de 17.860 para menos de dez mil habitantes.**

Assim, conservada quase intacta graças principalmente à decadência da exploração do ouro no século XIX e à perda de seu papel de capital, Ouro Preto, maior conjunto preservado com tipologia urbana e arquitetônica do século XVIII no Brasil, **só vai ser redescoberta na década de 1920, quando escritores do movimento modernista brasileiro vêem nela um símbolo da identidade nacional.** É nesse período também que a temática da preservação do patrimônio - expressa como preocupação com a salvação dos vestígios do passado da Nação, e, mais especificamente, com a proteção dos monumentos e objetos de valor histórico e artístico, começa a ser considerada politicamente relevante no Brasil, implicando no envolvimento do Estado.¹⁰ Se, neste momento que cerca as comemorações do centenário da independência nacional, já temos os grandes museus federais em funcionamento, multiplicam-se na imprensa denúncias sobre o abandono das cidades históricas e a destruição irremediável dos “tesouros da Nação”. No caso brasileiro, cabe notar uma peculiaridade: não vão ser os setores conservadores, mas alguns intelectuais modernistas que elaboram e implementam as políticas de preservação do patrimônio. Neste sentido, é importante lembrar que o modernismo, movimento renovador da cultura no Brasil, teve como característica geral, ao lado de uma crítica exacerbada à arte acadêmica, tradicional, a busca de raízes, colocan-



Vista de Ouro Preto.

do como parte de sua agenda a questão da identidade nacional. Assim, não era difícil encontrarem-se, à época, formulações como a do escritor Pedro Nava, em "A Revista": "Classicismo em 1925 é doença. Doença grave". Nesta publicação do grupo modernista mineiro, o projeto é o da valorização da cultura brasileira, que, no caso, dar-se-ia pelo repúdio de toda cópia de modelos importados - e, portanto, o repúdio ao classicismo. Segundo Helena Bomeny, para esses intelectuais seriam perigosos "o cosmopolitismo, a imigração, o estrangeirismo, a imitação, as fórmulas convencionais e universalizadas do classicismo, a intemporalidade das soluções, a linguagem rebuscada."¹¹ Assim, ao mesmo tempo em que mantêm estreito contato com as vanguardas européias, os modernistas brasileiros desenvolvem uma peculiar relação com a tradição, recusando a idéia do rompimento radical com o passado. Aracy Amaral resume esta posição:

Nos anos 20, a arquitetura, a literatura e as artes plásticas eram marcadas por um desejo de renovação formal, que fez os primeiros anos deste século uma era de definições culturais, particularmente em São Paulo. As comunidades intelectuais e artísticas permaneciam atentas ao que ocorria na Europa, especialmente em Paris, mas as ligações emocionais eram com o Brasil. Apesar de educados na Europa, os artistas e escritores brasileiros que participaram do Movimento Moderno - que tem seu início histórico durante a Semana de Arte Moderna de São Paulo acontecida no Teatro Municipal de São Paulo de 11 a 18 de fevereiro de 1922 - gradualmente se deram conta de que a realidade brasileira era tão importante quanto a renovação formal.¹²

Neste quadro não é de se estranhar, portanto, que os modernistas tenham "redescoberto" Minas Gerais, e, em especial, Ouro Preto: na busca de uma identidade nacional "profunda", de raízes genuínas, identificam-se naquele conjunto oitocentista as manifestações de uma possível civilização brasileira. O barroco local, que durante muito tempo fora considerado excêntrico e sem importância, é revalorizado pelos modernistas, que o vêem como uma síntese cultural própria, esboçada por uma sociedade no interior do País, que, isolada, retrabalhara à sua maneira as diversas influências culturais. Assim, vai ser apenas aparentemente paradoxal que, em 1924, ao receberem a visita do poeta vanguardista suíço Blaise Cendrars, um grupo de poetas e artistas brasileiros - identificados também com a idéia da modernização social e cultural do País - tenha levado a ele justamente às velhas cidades de Minas Gerais, onde tudo parecia evocar o passado e a tradição. É interessante perceber aqui como a aproximação de nossos modernistas ao passado do século XVIII assemelha-se à aproximação que

as vanguardas européias faziam do primitivo e do arcaico, com a particularidade de o primitivo, aqui, apontar para as nossas raízes nacionais. A redescoberta das culturas primitivas pelas vanguardas corresponde, então, no Brasil à redescoberta de uma outra cultura nacional, não oficial, presente, mas ignorada, na medida em que se mantivera à margem da cultura hegemônica.

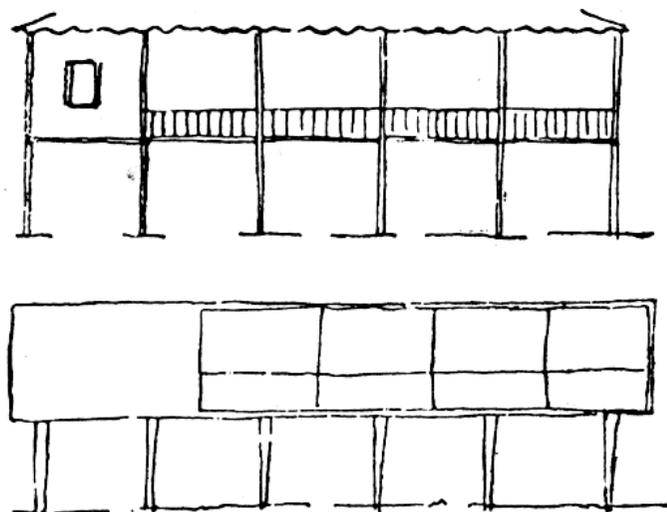
No caso da arquitetura, essa leitura particular do passado nacional também vai desempenhar um papel muito importante na formulação tanto de uma política de preservação, quanto de nossa própria arquitetura moderna. Essa postura, que combina a busca do novo e a revalorização da tradição, pode ser bem exemplificada pela trajetória de Lucio Costa, o criador de Brasília, que, nos anos 1930, vai ser o líder intelectual da renovação arquitetônica brasileira. Segundo seu depoimento, nos primeiros contatos com o movimento moderno em arquitetura, chocava-lhe “o seu caráter absolutista, intransigente e o aparente desprezo pelo passado”, que, também a partir de uma viagem a Minas e de contatos com a “genuína arquitetura brasileira”, aprendera a respeitar. Sua busca, a partir de então, vai ser sempre a de integrar modernidade e tradição, a partir de uma reflexão sobre a especificidade de seu campo profissional, a arquitetura, e de sua relação com a realidade brasileira.¹³ Neste sentido, os arquitetos modernos brasileiros viam-se, na esteira das formulações de Lucio Costa, muito mais como continuadores da boa tradição construtiva forjada ainda na época da Colônia do que como agitadores vanguardistas. O gesto futurista parece estar ausente de suas proposições, predominando entre eles um discurso de apelo à “lição do passado” - não aquele imediato, da linguagem clássica relida pelo ecletismo, mas aquele da arquitetura colonial e barroca do século XVIII, onde identificavam formulações apropriadas e significativas para um projeto nacional. É interessante perceber como há um interesse explícito em recuperar o nosso passado colonial, a nossa arquitetura tradicional, a partir de uma perspectiva pragmática: afinal naquele período haveria uma série de lições a serem aprendidas pelos arquitetos modernos. Assim, é muito comum na época identificar-se uma espécie de correspondência entre essa arquitetura colonial e a arquitetura moderna, ressaltando-se os seus traços comuns: simplicidade, austeridade, pureza, bom uso dos materiais. Nesta linha, chega-se mesmo a se apontar semelhanças entre a estrutura da nossa arquitetura tradicional - o pau-a-pique - e o concreto armado.¹⁴ A nosso ver, essa espécie de leitura da tradição proposta pelos modernistas brasileiros encaixa-se, então, perfeitamente ao que Antoine Compagnon denomina “narrativas ortodoxas” da modernidade, que seriam sempre escritas em função do desfecho ao qual elas

querem chegar - no que são teleológicas - e que servem para legitimar uma arte contemporânea que, no entanto, quer estar em ruptura com a tradição - no que são apologéticas.¹⁵

Fabricando o patrimônio: a criação de um símbolo nacional

Diante dessa leitura do passado, que se impõe no quadro cultural brasileiro do período, coloca-se com força a questão da preservação do rico acervo representado pelas cidades e arquitetura do período colonial, que passa a ser vista como imprescindível ao processo de construção da identidade nacional. Aqui é importante lembrar que com a chamada “Revolução de 30” a questão da identidade nacional torna-se também um dos focos principais do novo grupo dominante, que tenta estabelecer uma política cultural a partir do Estado. Para este propósito, engaja-se um número considerável de intelectuais progressistas que tinham tomado parte no Movimento Moderno nos anos 1920. Em julho de 1933, a primeira ação efetiva para a preservação do patrimônio é a consagração de Ouro Preto como “monumento nacional”, através do Decreto nº 22.928. Apesar disto, este foi ainda um gesto simbólico já que este decreto não trazia consigo nenhum meio legal específico para a proteção do sítio urbano ou de seus monumentos individuais. Em 1936, o ministro da Educação Gustavo Capanema, com o auxílio de Mário de Andrade, prepara a proposta de uma lei de preservação, a ser submetida ao Congresso Nacional. O primeiro passo foi então a criação do SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, parte da estrutura organizacional do Ministério da Educação e Saúde. Finalmente, em 1937, o Decreto Lei nº 25 fornece a este novo órgão os meios legais para uma política de preservação efetiva, introduzindo o instrumento central do “tombamento”, que foi quase que imediatamente aplicado a Ouro Preto. A consequência principal deste procedimento legal foi permitir ao SPHAN tanto prevenir danos ou demolições dos bens tombados quanto controlar a introdução de novas edificações no sítio protegido.

É interessante perceber como tanto essa proteção quanto as primeiras ações do SPHAN derivam diretamente daquela “narrativa ortodoxa” da história a que nos referimos, que estabelecia uma espécie de afinidade eletiva entre nosso passado barroco e colonial e a arquitetura moderna que então se fazia. Segundo esse ponto de vista, a arquitetura efetivamente brasileira teria começado no ciclo mineiro, no século XVIII, sendo as obras anteriormente realizadas interpretadas como uma transplantação direta para o País da arquitetura de Portugal - uma espécie de “pré-história” da verdadeira arquitetura brasileira. Corolário de tal tese, teríamos o mito de



Esquema, proposto por Sylvio de Vasconcellos, mostrando a semelhança de partido da arquitetura rural tradicional e da arquitetura moderna.

que somente a arquitetura barroca - além da modernista, naturalmente - tinha dignidade, sendo o século e meio entre os dois períodos considerados totalmente estéreis e dignos de esquecimento. Assim, não é de se estranhar que o próprio ato do tombamento de Ouro Preto já aponte como valor decisivo o “valor artístico” e não o “valor histórico” do conjunto, que é visado, antes de mais nada, sob o ponto de vista estético. Considerada como expressão estética privilegiada, a cidade é abordada segundo critérios puramente estilísticos, ignorando-se completamente “sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural de um todo socialmente construído”.¹⁶ Com isso, instaura-se ali, como de resto em todo o Brasil, uma prática de conservação orientada para a manutenção dos conjuntos tombados como objetos idealizados, desconsiderando-se, muitas vezes, a sua história real. Lia Motta sintetiza de forma cáustica a prática de preservação imposta então a Ouro Preto: “Esvaziada economicamente, a cidade foi usada como matéria-prima para um laboratório de nacionalidade de inspiração modernista, deixando as populações que lá moravam subordinadas a esta visão idealizada, não sendo elas sequer motivo de referência”.

Em seu livro *The Past is a Foreign Country*, David Lowenthal lembra que todo ato de reconhecimento “altera o que sobrevive do passado”.¹⁷ Este nos parece exatamente o caso de Ouro Preto: na busca de um símbolo nacional, o SPHAN passa a executar uma ação de homogeneização da imagem da cidade, eliminando grande parte das transformações urbanas e arquitetô-

nicas mais recentes e, com elas, importantes referências da história local. Assim, inicia-se uma ação sistemática de apagamento do século XIX, com a exigência, na aprovação de projetos de reforma, da retirada de elementos da arquitetura neoclássica ou eclética, como frontões e platibandas. A partir da compreensão da cidade como expressão estética, aqueles elementos são vistos como perturbadores da unidade desejável do conjunto, devendo, portanto, ser removidos. Os exemplos dessa ação “corretiva” se multiplicam então pela cidade, podendo-se citar o conhecido caso da reforma do Cine Vila Rica, que, em 1957, ganha uma fachada colonial, eliminando-se os estilemas arquitetônicos oitocentistas.

Também no que se refere à aprovação de novas construções, seguiram-se critérios estilísticos, que procuravam garantir uma homogeneidade ao conjunto. Nos primeiros anos, ainda se admitiam algumas edificações modernas, desde que “de boa qualidade arquitetônica” de acordo com a avaliação dos técnicos do SPHAN. Com isso, acompanhavam-se as posições de Lucio Costa, que, coerentemente com suas convicções modernistas, defendia que mais cedo ou mais tarde o SPHAN teria que proibir em Ouro Preto “os fingimentos coloniais”. Para ele, nada pior do que a tendência, que identificava majoritariamente nos Estados Unidos e Inglaterra, a se reproduzir tudo “em estilo apropriado”, “até mesmo os interruptores de luz elétrica”. Assim, nesse primeiro momento, aprova-se, por exemplo, o conhecido Grande Hotel, projeto de Oscar Niemeyer, cuja inserção no conjunto tombado causa polêmica tanto nos meios intelectuais quanto na população em geral, que questiona os critérios de avaliação do órgão oficial. Frente às dificuldades de se analisar projetos caso a caso, o SPHAN caminha, então, cada vez mais para um enrijecimento das normas, passando a exigir uma série de traços estilísticos nas novas edificações - detalhes típicos das construções e acabamento de telhados, cornijas, bem como esquemas cromáticos bastante rígidos.

Com a exigência de se seguir uma série de design guidelines para as novas edificações, aparece por toda Ouro Preto o chamado “estilo patrimônio”, representado por construções contemporâneas que emulam velhas casas do século XVIII. Como se acreditava que a cidade não iria crescer muito, a atenção do SPHAN voltava-se primordialmente para as fachadas, não considerando outros aspectos tais como dimensão dos lotes, implantação da casa no lote e seu volume, que logo iriam se mostrar muito importantes.¹⁸ E,



Cine Vila Rica

como de fato a cidade desenvolveu-se com muita rapidez, especialmente a partir da década de 1960, a consequência mais danosa desse tipo de ação terminou sendo a falsificação do conjunto, com o surgimento de uma arquitetura híbrida, onde as edificações do “estilo patrimônio” fundem-se com os exemplares originais. Aqui se confirma a colocação de Lowenthal segundo a qual “a passagem do tempo dissolve a distinção entre os originais e as emulações, e aumenta a sua confluência”, o que termina, mesmo sob o ponto de vista do reconhecimento estético, representando um problema.¹⁹

A supressão da história local

Um bom exemplo dessa operação de homogeneização da imagem da cidade, e as consequências daí decorrentes são as intervenções sofridas pelo Largo do Coimbra, típica configuração do urbanismo das cidades americanas de origem portuguesa. Nessas cidades, formadas de forma orgânica, a malha viária termina apresentando, ao lado das ruas e praças, uma sucessão de outros tipos de espaços públicos - largos, pátios e terreiros -, de forma geralmente irregular, muitas vezes articulados por uma edificação religiosa e que desempenham importante papel de articulação urbana e sociabilidade. Este vai ser o caso do Largo do Coimbra, espaço vazio que se estende à frente da importante Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto. Localizado ao lado da Praça Tiradentes, onde ficavam o Palácio dos Governadores e a Casa da Câmara e Cadeia, esse largo vai funcionar como uma espécie de contraponto a ela: enquanto a Praça, inserida de forma planejada no ponto mais alto do morro de Santa Quitéria, representa o espaço oficial da cidade, para o Largo do Coimbra confluem atividades da vida cotidiana, como o comércio e o convívio social.

É interessante perceber ainda que, na medida em que esses “vazios” urbanos não são produtos de um projeto rígido, seu uso e significado não são dados de uma vez por todas, formando-se, ao contrário, com os anos. Assim, com o passar do tempo, a ligação entre o edifício religioso e o vazio fronteiriço vai se aprimorando, com a inserção de casas particulares e atividades comerciais. Ao se construir a Igreja de São Francisco de Assis, na segunda metade do século XVIII, esta se ergue solitária num platô sem calçamento ou outro tipo de tratamento de seu entorno, imagem que ainda é registrada por uma pintura dos primeiros anos do século seguinte. Desde o início, porém, o local mostra uma grande vocação para o uso comercial, que é reforçado pela introdução, já no século XIX, de um rústico mercado de tropeiros, que logo se torna ponto de grande movimento comercial e



*Largo do Coimbra,
vendo-se a Igreja
de São Francisco
de Assis, década de
1960.*

social na cidade. Um jornal local, que em 1945 recapitula os traços da Ouro Preto do século passado, descreve o lugar como um “vasto barracão que ocupava o longo da Praça, repartido na parte posterior em numerosos quartos iguais para abrigo dos tropeiros e pertences, tendo na frente um largo alpendre”. Em frente ao edifício, “um pátio mal calçado e fincado de estacas para segurar os animais e no centro um grande tanque retangular de pedra, do qual se serviam os tropeiros para a lavagem do vasilhame e colheita da boa água de Ouro Preto, a qual corria continuamente de uma coluna de pedra.”²⁰ Naquela região estavam localizados os negócios mais importantes de secos e molhados e gêneros, além de fazendas e armarinhos. Com isso, o Mercado de Antônio Dias, como era conhecido, vai ser o mais freqüentado de Ouro Preto, centro de comércio e sociabilidade da cidade:

O Mercado era a reunião principal do comércio da rua do Ouvidor, o mais importante da cidade e também de outros pontos e, com as compras e transações efetuadas, discutiam-se outros assuntos, condições

financeiras, políticas, não se esquecendo também da vida alheia. Era a gazeta da cidade. Tudo via, tudo sabia e tudo contava.²¹

Como toda cidade, Ouro Preto vinha seguindo o seu ritmo de transformação, mais intenso em épocas de efervescência econômica, e mais lento em tempos de estagnação. Assim, ainda no final do século XIX, o Mercado é substituído por uma construção neoclássica, estilo que se impunha à época. Com o tombamento pelo SPHAN, em 1938, as coisas mudam: toda transformação passa a ser supervisionada pelo Estado, que também atua diretamente no conjunto. No caso da região em questão, já no ano anterior, a primeira providência vai ser a restauração da Igreja de São Francisco, onde se demole um cemitério anexo recentemente construído e se levanta um muro de canga em todo o perímetro da igreja. Nos anos de 1946 e 1947, o Largo do Coimbra vai sofrer intervenção mais radical com a supressão do mercado ali localizado, com a finalidade de ressaltar a Igreja, possibilitando-lhe uma vista mais desimpedida, além de se eliminar um testemunho arquitetônico de um estilo considerado sem importância e em desarmonia com o conjunto. É interessante que, anos depois, o presidente do SPHAN ao refletir sobre esse tipo de ação desenvolva considerações mais nuançadas:

A demolição de edificações de menor importância poderia, em certos casos, parecer justificada com o objetivo de aumentar a significação de um monumento importante, mas, ao se considerar tais possibilidades, os responsáveis pela conservação de um sítio deveriam muito apropriadamente recusar-se a autorizar tal passo se esta ação puder causar um desequilíbrio global ou se ela tender a falsear ou obscurecer a significação histórica da área.²²

Dolores Hayden, em seu livro *The Power of Place*, onde discute a relação entre a preservação do ambiente construído, a história pública e a memória social, chama a atenção para o que o filósofo Edward S. Casey denomina “memória do lugar (*place memory*)”, “a persistência estabilizadora do lugar como um suporte de experiências que contribui tão poderosamente para a sua memorabilidade intrínseca”.²³ A nosso ver, no caso do Largo do Coimbra, uma ação que visava garantir uma melhor visibilidade do monumento tombado ignora justamente a sua “memória do lugar”, a memória social aí depositada. O seu longo uso como ponto de comércio e sociabilidade é apagado, sem mais, por uma ação de inspiração puramente estética. A história local, a intrincada teia de relações sociais, econômicas e culturais, que compõem a fisionomia de um lugar e a vida de uma cidade, desaparece, assim, para dar lugar a um símbolo nacional idealizado. Não é de se estranhar, portanto, que também desapareça a “memorabilidade”

do lugar para a população local, sistematicamente excluída da formulação das políticas de preservação. No caso de Ouro Preto vamos assistir mesmo a uma curiosa inversão: o Estado assume a condição de “guardião local” e o morador passa a ser visto como um opositor da preservação e um virtual transgressor.²⁴

Consumindo a tradição: preservação e desenvolvimento

Esse conflito vai se acirrar a partir dos anos 50, quando, com o início da exploração do alumínio, a cidade de Ouro Preto ganha novo impulso econômico, sofrendo um grande crescimento populacional. Para abrigar essa população atraída por ela, a indústria (Alcan) implanta um novo bairro nos limites da cidade, que é articulado como um distrito industrial, com uma estrutura urbana funcionalista, em tudo diferente da tradicional. No entanto, como nem toda a demanda habitacional pôde ser absorvida por esse bairro, o núcleo histórico passa a sofrer uma pressão inusitada. Assim, o centro, que se mantinha praticamente inalterado desde os fins do século XVIII, sofre um processo de expansão, levando ao aproveitamento de todas as suas áreas periféricas, onde são construídas edificações, na sua maioria de baixo padrão.²⁵ Para se ter uma idéia do número de novas construções basta um dado: ao se tombar o conjunto, em 1938, este possuía aproximadamente 1.000 edificações; somente entre 1938 e 1985, são aprovadas 3.000 construções novas. Além disso, é digno de nota o processo de adensamento do núcleo original, onde as edificações vão sofrer remanejamentos internos, numa tentativa de se abrigar um número maior de pessoas. Nesse processo, também são ocupados por novas construções os lotes vagos e mesmo os grandes quintais, alterando-se significativamente a relação de cheios e vazios no conjunto. Como se poderia esperar, as pressões modernizadoras fazem com que cresça o antagonismo entre a população local, sistematicamente excluída da formulação das políticas de preservação, e o SPHAN, que tenta manter o conjunto intacto, através de um controle na aprovação de projetos.

Também a partir dessa época, a cidade começa a ser alvo de um turismo de massa, atraído principalmente pelo valor histórico e atmosfera do conjunto barroco, único no Brasil. O turismo cria impactos na vida cotidiana da cidade, com a redefinição de usos e ocupações de algumas áreas do centro histórico e a transformação de habitações em hotéis ou estabelecimentos comerciais. Trata-se basicamente de um turismo cultural, perfil que vai ser reforçado no final da década de 1960, quando começa a acontecer na cida-

de o Festival de Inverno, organizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, que tem por objetivo a promoção de cursos e oficinas relacionadas a diferentes atividades artísticas. Este evento, que ocorre todo mês de julho até 1979, sendo retomado na década de 1990, atrai para Ouro Preto um grande número de estudantes, intelectuais e artistas do Brasil e do exterior, dando visibilidade e prestígio à cidade. É interessante percebermos como no Festival de Inverno, assim como em outras festas sazonais (o Carnaval e a Festa do 12), parece haver uma espécie de “recriação” dos espaços, que são ocupados de forma transgressiva pelo público majoritariamente jovem. Este vai ser o caso, por exemplo, da Praça Tiradentes, que durante o Festival de Inverno torna-se uma espécie de “república livre”, sendo o seu monumento principal constantemente ocupado por jovens. Aqui também a reação da população vai ser ambivalente: se, por um lado, lucra com o fluxo de visitantes, por outro, condena o uso transgressor que aquele público faz dos seus lugares tradicionais.

Dessa maneira, tanto a industrialização quanto o turismo representam fatores de desenvolvimento, que vêm alterar profundamente o quadro em que a cidade de Ouro Preto se encontrava à época de seu tombamento. No entanto, ao considerarem, como vimos, a cidade como obra de arte, as políticas de preservação aí implementadas nunca puderam incorporar de fato esses novos agentes, não conseguindo elaborar estratégias que lograssem compatibilizar preservação e desenvolvimento. No final dos anos 1960, com a cidade se espalhando, sem controle, para todos os lados, e com a crescente descaracterização do conjunto original, colocava-se, então, cada vez mais a urgência de um planejamento urbano. Assim, em 1968, o arquiteto português Viana de Lima, consultor da UNESCO, elabora um primeiro plano de desenvolvimento para a cidade, que consistia basicamente num zoneamento da mesma, com a definição de áreas de preservação e de expansão. Alguns anos mais tarde, em 1974 e 1975, a Fundação João Pinheiro, órgão de planejamento do Estado, através de uma equipe multidisciplinar sob a coordenação do urbanista Rodrigo Andrade, e que contava com a participação de arquitetos, economistas, sociólogos, historiadores e geólogos, além da consultoria do próprio Viana de Lima e do paisagista Roberto Burle Marx, elabora um novo plano para Ouro Preto. Tratava-se, desta vez, de um amplo trabalho, que incluía projetos que contemplavam tanto a infra-estrutura urbana, paisagismo e restauração de monumentos, quanto aspectos sociais, econômicos, institucionais e administrativos. Além disso, formulava-se também um projeto de expansão urbana para a cidade, recomendando-se a criação de novos núcleos, de forma a assegurar um processo compatível de desenvolvimento, sem afetar a integridade histórica do conjunto.

No entanto, uma série de dificuldades de ordem institucional, faz com que esses planos nunca sejam implementados. O caso de Ouro Preto exemplifica bem, a nosso ver, a desarticulação entre os diversos órgãos responsáveis pela preservação e administração das cidades brasileiras: ali vamos ter a ação de três níveis de governo - federal, estadual e municipal, que nem sempre colaboram entre si. Ao SPHAN, o órgão federal responsável pelo tombamento, cabia a responsabilidade pela manutenção e conservação de Ouro Preto desde 1938, incluindo aí a inspeção e coordenação de projetos e manutenção de museus. O Estado, neste caso representado pela Fundação João Pinheiro, entrava como responsável pela coordenação do plano urbano. Já a Prefeitura era a principal responsável pela administração da cidade e pelo controle do uso do solo urbano. Como representante dos interesses locais, esse último nível de governo tendia muitas vezes a se contrapor ao SPHAN e à sua política de restrições ao crescimento. Assim, tornam-se muito comuns conflitos entre os níveis de poder. Na opinião de um arquiteto do SPHAN, "o Governo local costuma se omitir da responsabilidade pela conservação do patrimônio local, fazendo o trabalho do SPHAN ainda mais difícil".²⁶ No caso desses planos urbanos, eles nunca vão ser aprovados pelo município, não tendo nenhum efeito sobre as políticas urbanas. No que concerne ao SPHAN, é interessante perceber como, apesar da incorporação de novos conceitos ao seu discurso preservacionista, especialmente a partir da influência da Carta de Veneza, que, entre outros introduz as idéias de sítio urbano e da utilização social dos monumentos, o seu trabalho continua na mesma linha, considerando a cidade como objeto estético a se preservar, sem se debruçar sobre a questão de seu desenvolvimento social.

O Largo do Coimbra, que desde os anos 1930 perdera o seu Mercado, vai ver esse processo se refletir em seu espaço, que também sofre uma série de alterações. A primeira delas se refere à paisagem que daí se descortina, que é alterada com a ocupação rápida e desordenada dos morros da periferia da cidade, a partir dos anos 1960. A sua antiga vista, composta de uma série de morros não ocupados, desaparece, e daí hoje pode se ver a expansão desordenada da cidade numa profusão de novos loteamentos. A segunda transformação diz respeito ao uso: é interessante que o uso comercial, tão longamente impregnado naquele local, tenha ali ressurgido, inicialmente através de uma feira semanal e depois através da venda de artesanato para os turistas. Uma diferença essencial, porém, mostram-nos os efeitos da intervenção naquele local: com a sua descaracterização, a população passa a identificá-lo como um lugar para o "forasteiro". Assim, se o uso comercial resiste, o destinatário passa a ser outro - o turista, que

lá irá comprar artesanato em pedra-sabão, pedra típica da região. É interessante, também, que tal processo não se dá em relação à Igreja, que continua a ser identificada fortemente pela população local como algo seu. Neste sentido, por exemplo, a tentativa de um prefeito de ali realizar um concerto apenas para convidados, há alguns anos, provoca forte reação na população, que se sente ultrajada em seus direitos.

Para entendermos mais de perto a percepção desses processos por parte da população de uma cidade histórica brasileira, parece-nos útil recorrer à pesquisa realizada pela socióloga Mônica Fischer, que, nos anos de 1992 e 1993, realizou amplo levantamento na cidade de Mariana – vizinha de Ouro Preto e também objeto de tombamento por parte do SPHAN – e cujos resultados, a nosso ver, podem ser transpostos para o nosso caso de estudo. Tratava-se ali de, através de uma série de entrevistas com os moradores, captar-se de forma representativa a possível visão que eles teriam de sua cidade, principalmente no que se refere à questão da preservação ou modernização de seu tecido urbano. Os resultados foram muito ilustrativos: em primeiro lugar, a pesquisa mostrou que a grande maioria afirma gostar de morar em Mariana, opinião que é compartilhada pelas mais diferentes classes sociais, citando-se como motivos a tranquilidade, a segurança e a comodidade.²⁷ Por outro lado, nenhum dos entrevistados afirmou gostar de morar em Mariana pelo seu valor histórico, o que mostra que a cidade é percebida como um conjunto de relações sociais e não a partir do expressivo acervo histórico, que lhe garante prestígio e projeção nacional.



Largo do Coimbra, 2009.

Na pesquisa, os moradores atribuíram sempre significados positivos aos sinais da cidade tradicional nos itens que se referiam ao mundo doméstico e particular - casa, mobiliário, entre outros. Assim, segundo Fischer, pode-se perceber claramente entre os moradores o desejo de se manter a estabilidade da cidade em seus aspectos ambientais e emocionais, que assegurem privacidade, conforto, segurança e tranqüilidade.²⁸ Outra unanimidade é em relação à preservação das igrejas e a sua associação positiva com a cidade de Mariana. Este vai ser o único momento em que se registram depoimentos favoráveis à preservação: em muitas entrevistas, as igrejas barrocas são apontadas como símbolo único de identidade com o seu acervo histórico-artístico, merecedor de todos os cuidados preservacionistas.

Já em relação ao espaço público, a pesquisa apontou outra percepção, que se aproxima mais de uma espécie de “ideologia da modernidade”, comum no Brasil. Neste sentido, por exemplo, é digno de nota que o tecido urbano antigo, que é valorizado quando percebido como propício a uma vida familiar e tranqüila, é considerado um entrave ao progresso. A percepção geral do traçado da cidade é negativa: trata-se de um espaço urbano “embolado”, onde “só tem casas antigas”, que, por sua vez, são percebidas como “velhas” e “abandonadas”. Já o moderno, sinônimo do novo para a população local, é identificado com a vivência das grandes cidades e suas possibilidades de lazer, movimento e consumo. Neste item, pode-se perceber uma tendência de segmentação entre os entrevistados: enquanto os mais velhos tendem a optar por imagens e valores tradicionais, os mais jovens preferem os padrões modernos de cidades, ruas e edificações. Parece faltar a aqueles jovens o acesso às sensações que o mundo moderno anuncia, através dos diversos tipos de lazer de massa, como os shows musicais, eventos esportivos e passeios a *shopping-centers*.²⁹ Aqui nos parece residir o ponto mais sério identificado na pesquisa, no que concerne à formulação de políticas de preservação: a dissociação que a população local faz entre

a cidade histórica e o desenvolvimento. É digno de nota o fato de não haver qualquer referência positiva à cidade tombada, enquanto espaço urbano passível de recuperação e renovação. Para a população local, os órgãos de preservação



Jovens em Mariana, 2009.

constituem-se muito mais em antagonistas do que em aliados para o desenvolvimento da cidade. Daí a percepção generalizada da necessidade de se burlar o seu controle, cujos critérios não são entendidos pela população local. Assim, ao tratar a cidade como um objeto estético e idealizado, as políticas preservacionistas tradicionais, desarticuladas das políticas públicas mais amplas, terminam se mostrando incompatíveis com a dinâmica da cidade real e reforçando a falsa dicotomia entre preservação e desenvolvimento.

Conclusões: nas encruzilhadas do desenvolvimento

Hoje, a nosso ver, cidades como Ouro Preto se encontram numa encruzilhada, no que se refere ao seu futuro social e econômico e a uma perspectiva sustentável de desenvolvimento. Depois de décadas de crescimento acelerado, os anos 1990 trazem consigo o desaquecimento industrial, com o desaparecimento de milhares de postos de trabalho. Com a estagnação econômica, o turismo passa a ser encarado, pela primeira vez, tanto pelo Governo quanto pela sociedade local, como uma alternativa econômica importante, o que poderia ser positivo do ponto de vista da preservação do conjunto. No entanto, as políticas de preservação até hoje implementadas não parecem favorecer o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento para a cidade. Como sempre se dissociou preservação e desenvolvimento, tem-se muita dificuldade em se pensar em um tipo de desenvolvimento que parta exatamente de sua condição de cidade preservada. Assim, no caso do turismo, este hoje se ressentido da baixa qualidade de prestação de serviço e da pequena oferta de vagas em hotéis de qualidade, o que poderia ser sanado com programas de modernização e de atração de investimentos. No entanto, essas ações são muito dificultadas pela atitude geral dos proprietários locais, que, percebendo o poder público como antagonista, não se engajam facilmente em ações coordenadas por ele, oferecendo também grande resistência à entrada de grupos externos à cidade.

Por outro lado, o turismo parece estar reforçando a contraposição entre uma espécie de “falsa tradição”, para consumo externo, e uma “tradição secreta local”, que se mantém à margem e à revelia das políticas de preservação. Como, na tentativa de se homogeneizar o conjunto urbano e adequá-lo a uma imagem idealizada, procedeu-se a um apagamento sistemático da história local e à perda de sua memorabilidade, pode-se notar hoje uma falta de identificação entre a população e o cenário barroco criado, que é percebido como espaço para o turista. Para manter sua cultura e tradições, o habi-



Ouro Preto, 2009.

tante local desenvolve uma estratégia de “ensimesmamento”, fechando-se cada vez mais em seu próprio grupo. Com isso, consegue-se a sobrevivência de práticas pouco percebidas pelos turistas, e geralmente ligadas à forte tradição religiosa e popular local, tais como a linguagem dos sinos e a iluminação de varandas indicando o caminho das procissões. Para o forasteiro, são oferecidas imagens de uma história estilizada e com maior apelo comercial: réplicas de esculturas históricas, antigüidades recém fabricadas, e mesmo a possibilidade de passear com “trajes de época” nas antigas ladeiras e ter sua imagem imortalizada em fotos envelhecidas artificialmente.

*

Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas

Em 1986, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, em seu artigo “Preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo”, sistematizava, de forma pioneira, os impasses vividos pelas políticas do patrimônio no Brasil:

Do jeito que vem sendo praticada, a preservação é um estatuto que consegue desagradar a todos: o governo fica responsável por bens que não pode ou não quer conservar; os proprietários se irritam contra as proibições, nos seus termos injustos, de uso pleno de um direito; o público porque, com enorme bom senso, não consegue entender a manutenção de alguns pardieiros, enquanto assiste à demolição inexorável e pouco inteligente de ambientes significativos.¹

Não há como contestar a atualidade desse texto, cujas afirmações poderiam, sem maiores problemas, ser dirigidas ainda hoje ao estado das políticas de patrimônio no Brasil, perdidas entre discursos que incorporam novidades e modismos em voga no exterior e práticas muitas vezes regressivas, que repetem, sem crítica, procedimentos em curso desde os anos 1930. Grande parte dessas dificuldades deriva, a nosso ver, de um duplo impasse: a não absorção real no país do conceito contemporâneo e ampliado do patrimônio e a decorrente indefinição acerca do tipo de intervenção a ser exercida sobre os bens culturais. É neste sentido que este artigo propõe-se a discutir, ainda que de forma preliminar, essas duas questões, relacionando as dimensões teórica e prática envolvidas nas políticas de patrimônio. Assim, tentaremos, por um lado, focalizar a extraordinária ampliação que esse conceito sofre especialmente nas últimas décadas do século XX; por outro lado, vamos discutir as questões colocadas por essa ampliação para a gestão do patrimônio, que se relacionam com o próprio modelo jurídico-administrativo a se utilizar.



Vista de rua em Tiradentes (MG), década de 1960.

Para isso, numa tentativa de estabelecer certas distinções que nos parecem fundamentais, propomos traçar três modelos, que corresponderiam a três posturas diferenciadas em relação ao patrimônio, que designamos por três termos estabelecidos na área – preservação, conservação e reabilitação. Antes de avançarmos, é importante ressaltar ainda que se tratamos de modelos teóricos, esses vão ser deduzidos historicamente, correspondendo cada um deles a um determinado momento da trajetória das políticas de patrimônio. Assim, ao fazer esta delimitação, parece-nos possível perceber que cada um desses modelos:

- parte de uma determinada concepção de patrimônio
- estabelece um determinado tipo de objeto
- pressupõe um determinado marco legal
- envolve de forma diferenciada os diferentes atores, pressupondo também tipos diferenciados de ações para cada um deles
- e envolve tipos específicos de profissionais.

Tal abordagem parece-nos necessária pelo grau de imprecisão que permanece em nossa área de atuação: apesar das dezenas de encontros e congressos e de volumosa reflexão sobre o tema, persistem controvérsias sérias em relação aos próprios conceitos utilizados, que são entendidos das mais diferentes formas em diferentes contextos. As conseqüências desta imprecisão teórica refletem-se, como seria de se esperar, na escolha das estratégias utilizadas: sob a rubrica da “conservação urbana”, por exemplo, implementam-se hoje políticas com pressupostos, objetivos e estratégias as mais diferenciadas, algumas das quais muito distantes da idéia original da “conservação integrada”. Assim, sob este mesmo rótulo, vemos a implantação de políticas imobilistas, que não conseguem reconciliar preservação e desenvolvimento, transformando partes das cidades em verdadeiros open air museums, e de políticas que, na busca de revitalização econômica a qualquer custo, destroem os laços locais, expulsam a população e geram intensa gentrificação nas áreas que querem conservar.

São inúmeros, pois, os problemas advindos desta imprecisão, que deriva, a nosso ver, do uso simultâneo desses três modelos, sem que se tenha clareza sobre o campo, a abrangência e as ações pressupostas em cada um deles. Este capítulo vai ser, assim, uma tentativa de se proceder a algumas distinções, a nosso ver necessárias, no campo das políticas para o patrimônio.

A preservação e o conceito tradicional de patrimônio

Segundo a “Carta de Burra”, redigida pelo ICOMOS em 1980, pode-se definir a preservação como a “manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada.” Como se sabe, a primeira onda de políticas para o patrimônio protegia basicamente edificações, estruturas e outros artefatos individuais, e tinha um caráter essencialmente imobilista, tendo como foco, de fato, a limitação da mudança.² Como bem observam Tiesdell, Oc e Heath, essas políticas de preservação iniciais terminavam tendo efeitos bastante limitados, na medida que suas principais preocupações restringiam-se à manutenção do bem, focando-se, quando muito, a questão do seu de entorno, tentando se minimizar os danos eventualmente causados por empreendimentos impróprios próximos às edificações protegidas. Um bom exemplo desta preocupação, é o caso bastante conhecido da construção do Hotel Hilton, em Budapeste, próximo ao castelo real, monumento da mais alta importância. Aqui fica clara a concepção restrita e limitada do patrimônio implícita no modelo da preservação. No que se refere especificamente ao patrimônio arquitetônico, este é percebido como uma espécie de “coleção de objetos”, identificados e catalogados por peritos, como representantes significativos da arquitetura do passado e, como tal, dignos de preservação, passando os critérios adotados aqui pelo caráter de excepcionalidade da edificação, à qual se atribuíam valor histórico e/ou estético. Já quanto ao patrimônio cultural, a sua concepção tradicional relaciona-o a produtos da cultura erudita, derivados via de regra de grupos e segmentos sociais dominantes. Assim, no que se refere ao tipo de objeto, parece-nos possível afirmar que as políticas de preservação desenvolvidas até os anos 1960 protegiam normalmente edificações, estruturas e outros artefatos individuais, invocando-se como razões para sua preservação a excepcionalidade do bem.



Imagem de Santana, Igreja de Santana, Chapada, Ouro Preto.

No que se refere ao marco legal pressuposto para a preservação, o campo também vai estar bastante bem definido até os anos 1960. De fato, como mostram vários autores, com a consolidação do conceito de monumento



Escadaria do
Museu da
Inconfidência,
Ouro Preto.

histórico ao longo do século XIX vai-se criando uma legislação de proteção, chegando a maior parte dos países europeus ao final daquele século dotados de instrumentos para a preservação de seus monumentos antigos.³ No caso do Brasil, neste primeiro modelo pertencer ao patrimônio vai ter, ao lado de um significado cultural, um significado jurídico quase único: preservar se identificava, quase que automaticamente, com “tombar”. Instru-

mento introduzido no Brasil na década de 1930, o tombamento, pensado inicialmente para proteger bens excepcionais, permanece até muito recentemente quase como o único tipo de proteção efetivamente utilizado no país.⁴

No que se refere ao tipo de ação, neste primeiro momento pode-se perceber o claro predomínio do Estado, que é o protagonista incontestado e quase exclusivo das políticas de patrimônio. Aqui é importante lembrar que na idéia da preservação ainda se lida com um campo estreito e, ainda que possam aparecer divergências quanto aos critérios, essencialmente



Casa de Câmara e
Cadeia, Mariana.

delimitável: afinal, trata de se identificar um elenco limitado de excepcionalidades. Aqui não parece haver dúvida também quanto ao papel - decisivo - reservado aos peritos: além da incumbência da própria delimitação do campo, esses tratariam de fiscalizar, restaurar e conservar os bens identificados. Pela própria natureza dos bens a serem protegidos e pela concepção da ação que se deveria exercer sobre eles, podemos deduzir, então, o tipo de profissionais envolvidos nessas políticas:

majoritariamente arquitetos e historiadores.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos resume de forma lapidar o procedimento usual neste primeiro modelo:

Quando se pensa em preservar, alguém logo aparece falando em patrimônios e tombamentos. Também se consagrou a crença de que cabia ao governo resguardar o que valia a pena. Como? Através de especialistas que teriam o direito (o poder-saber) de analisar edifícios e de pronunciar veredictos. Esses técnicos praticariam uma espécie de ação sacerdotal. Atribuíam caráter distintivo a um determinado edifício e logo tratavam de sacralizá-lo frente aos respectivos contextos profanos.⁵

No caso brasileiro, este modelo tem sido o dominante desde o estabelecimento institucional das políticas de patrimônio, nos anos 1930, até os dias de hoje, apesar do discurso dos órgãos e agências estatais absorver retoricamente as novidades trazidas pela experiência internacional. Este processo pode ser bem exemplificado, a nosso ver, não somente pela trajetória das políticas de preservação em



Capela, Distrito de Ravena, Sabará.

Ouro Preto, ao longo do século XX, que acompanhamos detalhadamente em capítulo anterior⁶, mas também pela trajetória da tutela sobre outros centros históricos em todo o país. Como vimos, o principal – e quase único – instrumento utilizado foi o “tombamento”, que permitiu ao SPHAN tanto prevenir danos ou demolições dos bens tombados quanto controlar a introdução de novas edificações nos sítios protegidos. Nas primeiras décadas de atuação do órgão federal, nunca se pensou de fato em articular as políticas de preservação com as políticas urbanas mais gerais ou com um projeto de desenvolvimento para esses centros protegidos, que eram visados a partir do seu “valor artístico”, instaurando-se, como vimos, uma prática orientada para a manutenção desses conjuntos tombados como objetos idealizados, desconsiderando-se, muitas vezes, a sua história real.

Se funciona num primeiro momento, conseguindo regular as intervenções sobre vários desses centros, essa perspectiva vai ser crescentemente contestada em todos os casos em que se avolumam pressões modernizadoras, aumentando o antagonismo entre a população local, sistematicamente excluída da formulação das políticas de preservação, e o SPHAN, que tenta manter o conjunto intacto, através de uma política essencialmente negativa e de controle na aprovação de projetos. Assim, no que concerne à trajetória do SPHAN, é interessante perceber como, apesar da absorção pelo seu discurso de novos conceitos, especialmente a partir da influência da Carta de Veneza, que introduz as idéias de sítio urbano e da utilização social dos monumentos, o seu trabalho continua, pelo menos até os anos 1970, na mesma linha, considerando a cidade como objeto estético a se preservar, sem considerar de forma conveniente a questão de seu desenvolvimento sócio-econômico.

A idéia da conservação

Desde o final da 2a. Guerra, porém, o próprio conceito de patrimônio passa por importantes mudanças, vindo a sofrer uma ampliação que muda a natureza do seu campo. No que se refere especificamente ao patrimônio arquitetônico, a sua concepção inicial, muito presa ainda à idéia tradicional de monumento histórico único, vai sendo ampliada: tanto o conceito de arquitetura,

quanto o próprio campo de estilos e espécies de edifícios considerados dignos de preservação expandem-se paulatinamente. Assim, ao longo do século XX, vão penetrando no campo do patrimônio conjuntos arquitetônicos inteiros, a arquitetura rural, a arquitetura vernacular, bem como passam a se considerar também etapas anteriormen-



*Fachada da
Prefeitura de Belo
Horizonte.*

te desprezadas (o ecletismo, o Art Nouveau), e mesmo a produção contemporânea. Aqui, aos critérios estilísticos e históricos vão se juntando outros, como vimos em capítulo anterior, como a preocupação com o entorno, a ambiência e o significado. Françoise Choay, num importante trabalho de delimitação teórica da questão, chega a identificar uma tripla expansão desse conceito: cronológica, tipológica e geográfica.⁶

Também a noção de “patrimônio cultural” vai sofrer uma ampliação, principalmente graças ao contributo decisivo da Antropologia, que, com sua perspectiva relativizadora, nele integra os aportes de grupos e segmentos sociais que se encontravam à margem da história e da cultura dominante. Nesse processo, a noção de cultura deixa de se relacionar exclusivamente à chamada cultura erudita, passando a englobar também as manifestações populares e a moderna



Ferramentas para agricultura, Serro (MG)

cultura de massa. Ao mesmo tempo, passa-se a considerar com atenção os elementos materiais, técnicos, da cultura, rejeitando-se aquela contraposição idealista, longamente cultivada, entre *Zivilisation* e *Kultur*.⁷ Ao lado dos bens móveis e imóveis, e daqueles de criação individual, componentes do acervo artístico, consideram-se também agora como parte do patrimônio cultural de um povo, outra espécie de bens, os utensílios, procedentes sobretudo do “fazer popular”, “inseridos na dinâmica viva do cotidiano”.⁸ Além disso, superando a visão reificada da cultura como um “conjunto de coisas”, tende-se cada vez mais a trabalhá-la como um processo, focalizando-se a questão - imaterial - da formação do significado.⁹

É nesse sentido que, nos parece fundamental o conceito contemporâneo de patrimônio ambiental urbano, matriz a partir da qual podemos pensar hoje a preservação do patrimônio, sem cair nas limitações da visão tradicional. Pensar na cidade como um “patrimônio ambiental” é pensar, antes de mais nada, no sentido histórico e cultural que tem a paisagem

urbana em seu conjunto, valorizando não apenas monumentos “excepcionais”, mas o próprio processo vital que informa a cidade. Neste campo, o tipo de objeto a ser protegido muda, passando do monumento isolado a grupos de edificações históricas, à paisagem urbana e aos espaços públicos. Assim, quando se pensa em termos de patrimônio ambiental urbano, não se pensa apenas na edificação, no monumento isolado, testemunho de um momento singular do passado, mas torna-se necessário, antes de mais nada, perceber as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si, e como o meio ambiente urbano é fruto dessas relações. Aqui a ênfase muda: não interessa mais, pura e simplesmente, o valor arquitetônico, histórico ou estético de uma dada edificação ou conjunto, mas verificar como os “artefatos”, os objetos se relacionam na cidade para permitir um bom desempenho do gregarismo próprio ao ambiente urbano. Em outras palavras: é importante perceber como eles se articulam em termos de qualidade ambiental. Abordar o patrimônio ambiental urbano vai ser assim, como se pode perceber, muito mais que simplesmente tomar determinadas edificações ou conjuntos: é antes, conservar o equilíbrio da paisagem, pensando sempre como inter-relacionados a infra-estrutura, o lote, edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a própria paisagem natural. Não se trata mais, portanto, de uma simples questão estética ou artística controversa, mas antes da qualidade de vida e das possibilidades de desenvolvimento do homem. Com isso, desloca-se o eixo da discussão, recolocando-se a questão do patrimônio frente a balizamentos capazes de enquadrá-la em sua extensão contemporânea.

Nos anos 1960, começa-se, assim, a se formular outra visão de intervenção sobre o patrimônio, passando-se da idéia da preservação para a da conservação, que vem a constituir o nosso segundo modelo. Segundo a “Carta de Burra” de 1980,

o termo conservação designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas.¹⁰

Como se pode perceber, a partir da concepção ampliada de seu próprio objeto, a conservação vai apontar para uma dimensão mais dinâmica, passando da idéia da manutenção de um bem cultural no seu estado original para a da conservação daquelas de suas características “que apresentem uma significação cultural”. Desta forma, enquanto a preservação

pressupõe a limitação da mudança, a conservação refere-se à inevitabilidade da mudança e à sua gestão. Não é de se estranhar, portanto, que essa idéia tenha emergido justamente quando se consolida a idéia do patrimônio urbano, objeto não estático por excelência. Nesta nova perspectiva, passa a ser central a integração da conservação com políticas mais amplas de desenvolvimento, sendo uma contribuição teórica decisiva a introdução, pela Declaração de Amsterdã de 1975, do conceito de “conservação integrada”, onde se explicita a necessidade da conservação ser considerada não como uma questão marginal, mas como um dos objetivos centrais do planejamento urbano e regional.



Centro Histórico,
Frankfurt,
Alemanha.

Já nos anos 1960, começam a emergir na Europa e Estados Unidos as chamadas políticas de conservação de áreas, com suas diferentes configurações regionais: ‘arrondissements historiques’, ‘secteurs sauvegardés’, ‘historic districts’, ‘conservation areas’. Aqui podemos ver também o surgimento de um novo marco legal das políticas do patrimônio: a idéia das “áreas de conservação”, que são, para adotarmos a definição clássica do *Civil Amenities Act* britânico, de 1967, “áreas de especial interesse arquitetônico ou histórico, cujo caráter deseja-se preservar ou promover”. A legislação inglesa não vai ser, no entanto, a precursora na Europa, sendo precedida pelo “Ato dos monumentos” holandês e, principalmente, pela Lei Malraux da França, ambos de 1961. Esta vai ser, de fato, a primeira na Europa a acrescentar à idéia da preservação dos centros históricos, tentando associar de forma íntima planejadores urbanos e os chamados arquitetos de monumentos.¹¹ Nos Estados Unidos, por sua vez, apesar do precedente representado por Williams-



Casa de Robert
Nicholson,
Williamsburg,
Virgínia, Estados
Unidos.

burg, transformada numa espécie de museu a céu aberto a partir da doação de milhões de dólares por John Rockefeller, vai ser o *National Historic Preservation Act* de 1966 que introduz no país a noção dos “distritos de preservação histórica”, bastante difundidos hoje em dia.¹²

Old Courthouse,
Williamsburg,
Virginia, Estados
Unidos.



É interessante perceber ainda, no que se refere aos atores envolvidos, como no modelo da conservação, o Estado continua sendo o protagonista, apesar de já se perceber a necessidade de participação das comunidades e da iniciativa privada. A ação estatal, no entanto, vai ser diferente, deixando de ser apenas, como no caso da preservação, uma reação especial a casos excepcionais, e passando a ser uma ação contínua, parte integral de um processo de planejamento urbano. Assim, nada mais natural do que entre os profissionais envolvidos os planejadores urbanos somem-se aos arquitetos e historiadores, que continuam predominando nas políticas de patrimônio. Um exemplo típico deste modelo de intervenção vai ser o caso de Bo-



Bologna, Itália.

logna, onde, com o auxílio da metodologia do restauro histórico-tipológico, se protege e se recupera o centro histórico como um todo – e não apenas monumentos excepcionais isolados – destacando-se ali a função residencial. Com a crítica aos estragos que a

perspectiva do urbanismo moderno vinha causando às cidades, valoriza-se neste momento também a qualidade ambiental dos núcleos históricos e a conservação de sua morfologia urbana e do patrimônio cotidiano.

No entanto, se não é mais simplesmente reativa a casos excepcionais, a ação do Estado, pelo menos num primeiro momento, continua a ser basicamente negativa, aparecendo como prioridade muito mais controlar e normatizar a forma de atuação das diversas forças que atuam nos centros urbanos. Historicamente isto pode ser explicado por razões contraditórias nos diferentes períodos: nos anos 1960, quando se inicia esta tendência, vivia-se um período de crescimento econômico, o que levou a se considerar razoável que os planejadores se ocupassem em controlar e canalizar as variadas demandas concorrentes por espaço nas cidades. Já na década de 1970, com a estagnação econômica trazida pela crise de energia, o ritmo das demolições e esquemas de re-desenvolvimento diminui, o que também, por motivos opostos, inibe as tentativas de se produzir crescimento econômico para se revitalizar as áreas. Como observam Tiesdell, Oc e Heath, a nova legislação introduzida neste período ainda dava pouca atenção ao problema de se encorajar a utilização do estoque crescente do patrimônio conservado, especialmente na medida em que a demanda geral por espaço na cidade decrescia: usando o poder negativo de controle, os planejadores achavam mais fácil, de modo geral, prevenir usos não apropriados para as edificações do que atrair usos mais apropriados para as mesmas.¹³

No caso brasileiro, pode-se afirmar que, de um modo geral, nem mesmo esse estágio representado pela idéia da conservação urbana, onde já se articulam as políticas de patrimônio e de planejamento urbano, vai ser atingido, apesar dos discursos dos órgãos oficiais incorporarem as



*São Luis,
Maranhão.*

novidades da cena internacional. É verdade que em meados dos anos 1970, os diversos níveis de governo começam a procurar alternativas de gestão para os conjuntos urbanos, percebendo que esses não mais podiam ser tratados sob a perspectiva da cidade como “obra de arte”, até então vigente, cabendo se destacar o Programa de Cidades Históricas (PCH), criado em 1975, que introduziu mudanças nos conceitos dominantes, ao propor a reinserção de bens imóveis nas cidades como “elementos dinâmicos”, não

mais os tratando apenas como objetos estéticos. Inicialmente implantado nas cidades do Nordeste, onde deveria articular ações ligadas ao turismo, o PCH se expandiu para todo o território nacional durando dez anos e financiou 193 projetos, entre os quais 10 intervenções em conjuntos urbanos e 15 planos urbanísticos e de desenvolvimento urbano. Porém, como anota Marcia Sant'anna, apenas 20% dos monumentos restaurados geraram recursos para sua própria conservação. Dos planos diretores financiados pelo Programa, poucos foram implementados por falta de articulação com os municípios e também por falta de uma legislação que obrigasse a sua execução.¹⁴

Essa desarticulação fica bastante claro quando analisamos, mais uma vez, o caso de Ouro Preto, abordado em capítulo anterior, onde, no final dos anos 1960, com a cidade se espalhando sem controle para todos os lados e com a crescente descaracterização do conjunto original, colocava-se cada vez mais a urgência de um planejamento urbano. São feitas, como vimos, duas tentativas neste sentido: em 1968, o arquiteto português Viana de Lima, consultor da UNESCO, elabora um primeiro plano de desenvolvimento para a cidade, que consistia basicamente num zoneamento da mesma, com a definição de áreas de preservação e de expansão. Alguns anos mais tarde, em 1974 e 1975, já no âmbito do Programa de Cidades Históricas (PCH), a Fundação João Pinheiro, órgão de planejamento do estado, elabora um novo plano para Ouro Preto, através de uma equipe multidisciplinar sob a coordenação do urbanista Rodrigo Andrade, e que contava com a participação de arquitetos, economistas, sociólogos, historiadores e geólogos, além da consultoria do próprio Viana de Lima e do paisagista Roberto Burle Marx. Tratava-se, desta vez, de um amplo trabalho, que incluía projetos que contemplavam tanto a infra-estrutura urbana, paisagismo e restauração de monumentos, quanto aspectos sociais, econômicos, institucionais e administrativos. Além disso, formulava-se também um projeto de expansão urbana para a cidade que recomendava a criação de novos núcleos, de forma a assegurar um processo compatível de desenvolvimento, sem afetar a integridade histórica do conjunto.

No entanto, uma série de dificuldades de ordem institucional, faz com que esses planos nunca sejam implementados. O caso de Ouro Preto exemplifica bem, a nosso ver, a desarticulação entre os diversos órgãos responsáveis pela preservação e administração das cidades brasileiras: ali vamos ter a ação de três níveis de governo – federal, estadual e municipal, que nem sempre colaboram entre si. Ao SPHAN, o órgão federal responsável pelo tombamento, cabia a responsabilidade pela manutenção e conservação de Ouro Preto desde 1938, incluindo aí a inspeção e coordenação de

projetos e manutenção de museus. O Estado, neste caso representado pela Fundação João Pinheiro, entrava como responsável pela coordenação do plano urbano. Já a Prefeitura, como a principal responsável pela administração da cidade e pelo controle do uso do solo urbano, tendia muitas vezes, como representante dos interesses locais, a se contrapor ao SPHAN e à sua política de restrições ao crescimento, tornando-se muito comuns conflitos entre os níveis de poder. Na opinião de um arquiteto do SPHAN, “o governo local costuma se omitir da responsabilidade pela conservação do patrimônio local, fazendo o trabalho do SPHAN ainda mais difícil.”¹⁵ Assim, no caso desses planos urbanos, que poderiam ser vistos como uma tentativa de ultrapassar a perspectiva inicial da preservação, eles nunca vão ser aprovados pelo município, não tendo nenhum efeito sobre as políticas urbanas.

A reabilitação do patrimônio urbano

Se num primeiro momento, como vimos, a questão da conservação ainda não se liga imediatamente à idéia de desenvolvimento das áreas conservadas, esta questão vai se mostrar inarredável na próxima etapa, quando se introduz a idéia da reabilitação dos centros históricos. O fato é que, desde o Congresso de Amsterdã de 1975, coroamento do Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico, reconhece-se explicita e programaticamente a importância da manutenção e incremento da função econômica das áreas protegidas. Assim, a Carta de Amsterdã já formula:

A reabilitação de bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes da composição social dos habitantes e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos.¹⁶

No entanto, é interessante perceber que quando trata da questão econômica, a Carta de Amsterdã vai fazê-lo quase que exclusivamente sob o ponto de vista do financiamento da operação, que vai ser entendida a partir de um nível elevado de interferência - e investimento - estatal, que caracterizava as políticas públicas do período. A nosso ver, não é de se estranhar que tenha sido uma carta americana, as “Normas de Quito”, resultantes da “Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico”, organizada pela OEA em 1967, a primeira a dar grande destaque à questão econômica, já que vai ser também nas Américas, e particularmente na América Latina, que se coloca com muita gra-

vidade o problema da escassez de recursos para esse tipo de intervenção. Assim, as “Normas de Quito” vão constatar que a eficácia prática de medidas de emergência para a proteção do patrimônio cultural dependerá, “em último caso, de sua adequada formulação dentro de um plano sistemático de revalorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento econômico-social”.¹⁷ Além disso, vai ser aquela carta também a primeira a dedicar todo um capítulo à “valorização econômica dos monumentos”, que é tratada extensivamente, mesmo que ainda sob um ponto de vista limitado, o do denominado turismo monumental.

É interessante percebermos como a emergência da questão do financiamento e da sustentabilidade das áreas conservadas dá-se apenas quando se torna claro que a preservação e a conservação não poderiam se dar apenas às custas dos financiamentos públicos, fazendo-se tal demanda ainda mais urgente na medida em que o conceito ampliado de patrimônio trazia para o âmbito da conservação áreas inteiras, que passavam a ser valorizadas como totalidade urbana e não a partir do mérito arquitetônico ou estético das edificações e estruturas individuais. Neste momento a questão do uso dessas áreas torna-se central para as políticas de patrimônio: o fato é que nem todas essas edificações protegidas podiam se transformar em museus ou centros culturais, e nem todas as áreas conservadas, em destinos turísticos privilegiados. Aqui cabe lembrar uma observação arguta de Burtenshaw, que aponta que o fracasso em encontrar novos usos para



Barrio Gótico,
Barcelona.

edificações preservadas – que se tornam cada vez mais numerosas – “condena a cidade a uma existência de museu a céu aberto”. Assim, ao lado das já tradicionais preocupações com as qualidades visuais, arquitetônicas ou históricas, introduz-se a preocupação com as características funcionais das áreas e o seu uso econômico.¹⁸

Em sua fase inicial, nos anos 1960 e 1970, discutia-se essa questão através da contraposição – que hoje nos aparece como artificial – entre plano urbanístico e plano sócio-econômico, entre os “modelos” de Bologna,

que empreendera uma bem sucedida restauração histórico-tipológica de seu centro histórico, e de Salerno, que, ao invés, produzira um amplo diagnóstico sócio-econômico que, visando primordialmente enfrentar a questão da marginalidade econômica, limitara-se a propor a lenta implantação de melhorias urbanas para que os habitantes pudessem se adaptar a elas.¹⁹ Muito se avançou desde então, e o que se tem visto no âmbito das políticas de patrimônio, a partir dos anos 1980, são esforços sistemáticos para se gerar investimentos e desenvolvimento econômico que serviriam para, em última instância, financiar a conservação das áreas. Neste momento introduz-se aquele que definimos como o terceiro modelo de intervenção sobre o patrimônio – o da reabilitação urbana²⁰: partindo da compreensão da realidade sobre a qual se quer atuar, as políticas de patrimônio não se limitam mais a apenas formular estratégias de controle para as áreas a serem conservadas, mas passam a traçar estratégias amplas para o seu desenvolvimento, que partem exatamente de seu caráter de áreas conservadas. Se este modelo também encontra suas raízes na experiência de Bologna, onde se realiza uma operação de recuperação do centro histórico para uso residencial com forte subvenção estatal, seu paradigma mais acabado vai ser fornecido, no entanto, pelo “Projeto Estratégico de Reabilitação Integrada de Barcelona”. Iniciado em 1980, este procura tratar os diferentes problemas urbanos da capital da Catalunha de forma articulada e simultânea, estruturando-se em torno de um plano integral e multicefálico, que reúne ao mesmo tempo projetos urbanístico, culturais, sócio-econômicos e de desenvolvimento social, além de incorporar de forma decisiva o princípio da cooperação público-privada em torno de tarefas concretas e a efetiva participação da comunidade.

Aqui se encontra, a nosso ver, a diferença básica entre o segundo e o terceiro modelo, o da conservação e o da reabilitação: enquanto esses se aproximam no que se refere tanto à concepção de patrimônio quanto ao tipo de objeto visado, a mudança fundamental refere-se aos atores envolvidos e às ações pressupostas para cada um deles. No modelo da reabilitação, o Estado vai deixar de desempenhar um papel negativo, de apenas impor restrições à descaracterização, e passa a articular projetos de desenvolvimento para as áreas a serem preservadas / conservadas / revitalizadas. Além disso, ele também deixa de atuar praticamente sozinho e passa a desempenhar o importante papel de articular os outros atores e de traçar em conjunto com eles os cenários de desenvolvimento futuro. Estamos frente aqui a um novo padrão de gestão, caracterizada por David Harvey como “empreendedorismo urbano”, onde dá-se o desenvolvimento de políticas que, por meio da participação da iniciativa privada em “parceria” com

as administrações locais, empreendem a recuperação de áreas degradadas nas cidades. Com isso, introduz-se também um novo padrão de planejamento das cidades, que passa a estar comprometido com a negociação e o estabelecimento de parcerias entre atores públicos e privados. Assim, como observa Fernanda Sanchez, “a figura do planejador, que até pouco tempo era ao menos explicitamente a do regulador da ação da iniciativa privada deixa de ter o perfil do vigilante em prol do bem público, desempenhando



*Haffencity,
maquete da
intervenção,
Hamburgo,
Alemanha.*

agora um novo papel: o de promotor de crescimento.”²¹

Como conseqüência deste deslocamento, também o marco legal envolvido sofre alterações: não se trata mais, como no modelo anterior, apenas da delimitação de “áreas de conservação”, mas sim da tarefa muito mais ampla de articulação de planos

de desenvolvimento para essas áreas, o que pressupõe não só uma série de medidas administrativas, mas também a utilização de um complexo instrumental legal que vem responder a essa nova situação. De fato, nas últimas décadas, têm emergido na área do planejamento e da política urbana os chamados “novos instrumentos”, tentativas de estabelecimento de novas formas de relacionamento entre as esferas pública e privada, envolvendo, entre outros, repasses de recursos da esfera privada ao poder público ou a redefinição de competências para intervir sobre o urbano. Tais mudanças vêm impactar fortemente a própria natureza das políticas públicas, que passam a ter um novo desenho - não mais hierarquizado - e uma outra lógica - complexa - e, por isso mesmo, não mais explicável pela relação binária Estado e sociedade.²² Em outras palavras, o deslocamento dos centros de decisão e a poliarquia de atores tornam-se referências centrais para a implementação das políticas públicas urbanas hoje, o que coloca como grande desafio para a democracia o conhecimento sobre as mediações entre o Estado e a sociedade civil, espaço de interseção que se encontra ainda pouco analisado. Neste novo quadro, também o tipo de profissional envolvido na formulação das políticas de patrimônio se amplia, com a introdução de administradores e gestores, que passam a desempenhar importante papel na articulação da pluralidade de atores envolvidos.

No Brasil, a Constituição de 1988 introduz uma formulação avançada no que se refere às políticas urbanas, respondendo em parte ao crescimento

dos movimentos sociais daquele período, que lutam pela chamada “reforma urbana”. Com isso, introduzem-se na legislação brasileira novos instrumentos que permitem, pelo menos em tese, a formulação de políticas urbanas de moldes participativos, que incluam os diferentes atores e façam valer o direito social da propriedade – edificação compulsória, direito de preempção, solo criado, operações urbanas consorciadas, transferência do direito de construir, usucapião coletivo, estudo de impacto de vizinhança, entre outros. No entanto, cabe destacar que tais mecanismos só passam a poder ser aplicados de forma menos controversa, com a aprovação em 2001 do chamado “Estatuto da Cidade” (Lei N. 10.257), que regulamenta esses instrumentos, além de estabelecer diretrizes gerais da política urbana nacional. Há hoje em nosso país um grande interesse na implantação de políticas inovadoras, que consigam superar as deficiências crônicas de nossa urbanização, marcada por um alto grau de exclusão e segregação social. Assim, multiplicam-se experiências de molde participativo – orçamento participativo, conselhos consultivos, deliberativos e gestores, além de incipientes tentativas de se estabelecer parcerias entre o poder público e a iniciativa privada. Também no campo do patrimônio, começa-se a se introduzir essa perspectiva com planos de reabilitação de áreas, que, de forma diferenciada, utilizam-se da parceria entre diferentes atores. Aqui poderíamos citar o “Corredor Cultural” no Rio de Janeiro, o “Viva o Centro” em São Paulo, o “Reviver” no Maranhão, o Projeto Bairro do Recife, além do inconcluso “Projeto de Reabilitação Integrada do Bairro Lagoinha”, em Belo Horizonte, que trabalhava explicitamente com essa perspectiva, objeto de capítulo específico nessa obra.

Quando se fala hoje do financiamento e gestão de tais projetos, uma matriz recorrente tem sido a da “sustentabilidade”: nascida no âmbito do discurso ecológico, ainda nos anos 1980, esta idéia vem sendo crescentemente aplicada ao urbano, ao ponto de se falar hoje em “desenvolvimento urbano sustentável”, que é entendido convenientemente como o processo de transformação capaz de criar as condições



*Buenos Aires -
entre regente feijó e
gonçalves ledo*

necessárias para a satisfação das necessidades da geração atual, sem pôr em risco as opções das gerações futuras. No entanto, como bem aponta Henri Acselrad, o discurso da “sustentabilidade urbana” ainda parece se organizar analiticamente em dois campos bastante restritos:

de um lado, aquele que privilegia uma representação técnica das cidades pela articulação da noção de sustentabilidade urbana aos “modos de gestão dos fluxos de energia e materiais associados ao crescimento urbano”; de outro, aquele que define a insustentabilidade das cidades pela queda da produtividade dos investimentos urbanos, ou seja, pela “incapacidade destes últimos acompanharem o ritmo de crescimento das demandas sociais”, o que coloca em jogo, consequentemente, o espaço urbano como território político.²³

Tais abordagens – que privilegiam os aspectos funcionais e econômicos – parecem-nos insuficientes para se abordar a questão mais complexa da conservação e reabilitação dos centros históricos. Neste ponto, parece-nos central interrogarmo-nos se os chamados projetos de reabilitação em curso (Pelourinho, Bairro do Recife, entre outros), estariam de fato reabilitando o patrimônio das cidades, ou apenas se inserindo naquela tendência do city marketing – política urbana orientada ao atendimento das necessidades do consumidor, seja este empresário, turista ou o próprio cidadão, verdadeiras fábricas de imagem para promover seus “produtos”?²⁴



*Estação das Docas,
intervenção na
área portuária em
Belém, Pará.*

1º MODELO Preservação
Concepção de patrimônio <ul style="list-style-type: none">• “Coleção de objetos• Excepcionalidade• Valor histórico e/ou estético.• Cultura erudita
Tipo de objeto <ul style="list-style-type: none">• Edificações, estruturas e outros artefatos individuais
Marco legal <ul style="list-style-type: none">• Tombamento
Atores / ações <ul style="list-style-type: none">• Estado• Reação a casos excepcionais
Profissionais envolvidos <ul style="list-style-type: none">• Arquitetos e historiadores

2º MODELO Conservação
Concepção de patrimônio <ul style="list-style-type: none">• Ampliação• “Patrimônio ambiental urbano”• Valor cultural / ambiental• Cultura em sentido amplo / processo
Tipo de objeto <ul style="list-style-type: none">• Grupos de edificações históricas, paisagem urbana e os espaços públicos
Marco legal <ul style="list-style-type: none">• “Áreas de conservação” (zoning)
Atores / ações <ul style="list-style-type: none">• Estado• Parte integral do planejamento urbano.
Profissionais envolvidos <ul style="list-style-type: none">• Arquitetos, historiadores + planejadores urbanos.

3º MODELO Reabilitação / revitalização
Concepção de patrimônio <ul style="list-style-type: none">• Ampliação• “Patrimônio ambiental urbano”• Valor cultural / ambiental• Cultura em sentido amplo / processo
Tipo de objeto <ul style="list-style-type: none">• Grupos de edificações históricas, paisagem urbana e os espaços públicos
Marco legal <ul style="list-style-type: none">• Novos instrumentos urbanísticos (TDC / operações urbanas / etc)
Atores / ações <ul style="list-style-type: none">• Papel decisivo da sociedade e da iniciativa privada - parcerias
Profissionais envolvidos <ul style="list-style-type: none">• Arquitetos, historiadores + planejadores urbanos + gestores

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO: PLANOS DIRETORES E POLÍTICAS DO PATRIMÔNIO

A Constituição Federal de 1988 introduziu no Brasil uma formulação avançada no que se refere às políticas urbanas, respondendo em parte ao crescimento dos movimentos sociais que naquele período lutavam pela chamada “reforma urbana”.

Com isso, passou-se a contar na legislação brasileira com novos instrumentos, que permitem, pelo menos em tese, a formulação de políticas de molde participativo, que incluam os diferentes atores e façam valer o “direito social da propriedade” garantido pela Constituição – edificação compulsória, direito de preempção, solo criado, operações ur-



Belo Horizonte, década de 1960.

banas consorciadas, transferência do direito de construir, usucapião coletivo, estudo de impacto de vizinhança, entre outros. Nesta mesma direção, veio a aprovação, em 2001, do chamado “Estatuto da Cidade” (Lei N° 10.257), que regulamentou esses instrumentos, além de estabelecer diretrizes gerais da política urbana nacional, fazendo com que tais mecanismos passassem a poder ser aplicados de forma menos controversa. Simultaneamente, desde os anos 1980 também têm se multiplicado em nosso país experiências de molde participativo – orçamento participativo, conselhos consultivos, deliberativos e gestores, além de incipientes tentativas de se estabelecer parcerias entre o poder público e a iniciativa privada. Isto tudo somado à criação, em 2003, do Ministério das Cidades – outra antiga reivindicação do movimento pela reforma urbana – oferece hoje aos agentes públicos e à sociedade civil brasileira um quadro bastante favorável à formulação e implantação de políticas inovadoras, que consigam superar as deficiências crônicas de nossa urbanização, marcada por um alto grau de exclusão e segregação social.¹

No entanto, apesar dessa conjunção favorável de fatores, persiste no Brasil uma danosa dissociação entre as políticas urbanas em geral e as chama-



*Belo Horizonte,
década de 1960.*

das políticas de patrimônio, que deveriam ser integradas na perspectiva da conservação urbana, como vimos. O fato é que, em nosso país, essas esferas têm se mantido arraigadamente afastadas, embora os discursos tanto dos órgãos de preservação quanto de planejamento urbano tenham acolhido a premissa da integração. Grande parte dessas dificul-

dades deriva, a nosso ver, de um duplo impasse: a não absorção real no país do conceito contemporâneo e ampliado do patrimônio e a decorrente indefinição acerca do tipo de intervenção a ser exercida sobre os bens culturais.² Assim, por um lado, os órgãos de preservação, mesmo absorvendo retoricamente os novos conceitos hoje difundidos, seguem considerando a cidade como objeto estético, sem poder, portanto, abordar de forma conveniente a questão de seu desenvolvimento sócio-econômico.³ Por outro lado, o planejamento, como tem sido feito, continua seguindo um viés funcionalista, não levando em consideração os aspectos qualitativos da urbanização, baseando-se apenas em parâmetros como infra-estrutura e densidade, ignorando a intrincada teia de relações econômicas, sociais e culturais que marca a vida urbana e que caracteriza o seu patrimônio. Com isso, cai-se, como tem sido amplamente apontado, numa visão homogenizadora, num urbanismo simplista, que, termina sendo danoso para o patrimônio urbano verdadeiramente existente em nossas cidades e causador da diminuição de sua diversidade cultural. Nessa perspectiva, este capítulo vai abordar a trajetória dos planos diretores no Brasil, mostrando a sua ineficácia real em lidar com as questões do campo do patrimônio e apontando as novas possibilidades abertas com a Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade.

Os planos diretores na tradição de planejamento no Brasil

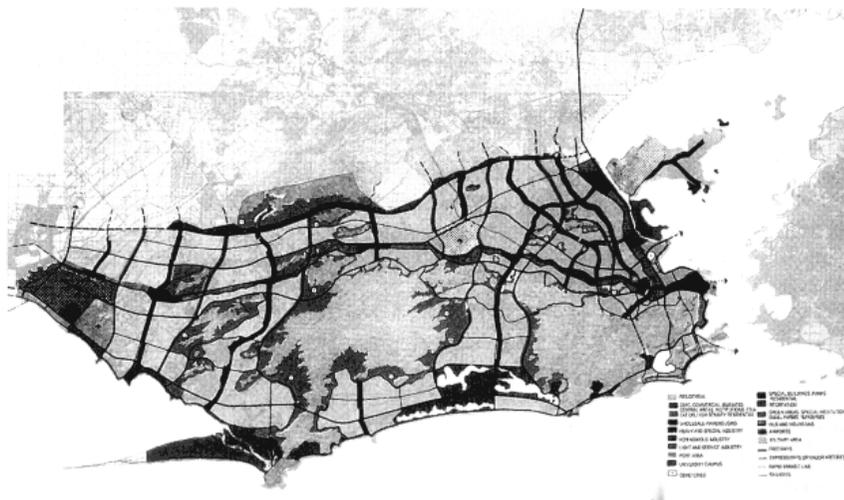
Como aponta Flávio Villaça, a idéia de plano diretor existe no Brasil pelo menos desde os anos 1930, quando foi publicado, em francês, o “*Plan Agache*”, realizado pelo urbanista de mesmo nome, onde aparecia o termo “*plan directeur*”. Desde então, essa idéia tem tido um papel importante no Brasil, principalmente no plano ideológico, funcionando como um marco discursivo em torno do qual têm se pensado os dilemas do desenvolvimento urbano. Seus antecessores imediatos, os “planos de melhoramentos e embelezamento”, que dominaram o final do século XIX e início do século XX, por terem conseguido uma hegemonia bastante ampla entre as classes dominantes, haviam conseguido se corporificar em soluções físicas, efetivamente implantadas pelas elites, restringindo-se, no mais das vezes, exatamente a essa dimensão. É o urbanismo que mostra sua face paradigmática nas reformas de Pereira Passos para o Rio de Janeiro, mas que se manifesta com maior ou menor força em todo o país, de Natal a Florianópolis, passando por Santos, Vitória, Recife, Campinas, João Pessoa e São Paulo, para não falar da construção de Belo Horizonte, combinando sempre uma perspectiva higienista a uma abordagem estética do espaço urbano.

A partir dos anos 1930, no entanto, a idéia de embelezamento vai cedendo espaço às idéias de eficiência e funcionalidade, e o domínio da

aristocracia rural é abalado pela ascensão da burguesia urbano-industrial. A cidade passa a ser vista agora também como um “organismo econômico e social, gerida por um aparato político-institucional”; daí os planos não poderem se limitar mais a obras de “remodelação física”, devendo ser integrados, tanto do ponto de vista interdisciplinar como do ponto de vista espacial, articulando a cidade com sua região, ponto que aparecia como essencial para resolver os “problemas urbanos” (VILLAÇA, 1999, p. 211-212). Nessa nova visão, os planos anteriores eram atacados sistematicamente, sendo vistos como excessivamente presos a um “determinismo físico” tacanho, que lhes impedia de compreender e enfrentar os – complexos – problemas urbanos. No entanto, como nunca consegue uma hegemo-



Plano Agache para o Rio de Janeiro, 1930



Plano Doxiadis
para o Rio de
Janeiro, 1965.

nia tão completa quanto aquela atingida pela classe dominante anterior, a nova elite, burguesa e urbana, tampouco consegue combinar planejamento e discurso, que, a partir de agora, não mais justifica, como anteriormente, mas “oculta” os projetos em curso, recaindo-se muitas vezes em discursos que acentuam o “caos urbano”, o “crescimento descontrolado” e a “falta de planejamento”. Assim, ao mesmo tempo em que passam a abordar outras dimensões do fenômeno da urbanização, os planos diretores se fazem cada vez mais genéricos e abstratos, chegando ao ponto de não se traduzir em propostas físicas para as cidades, naquilo que Villaça chama de “planejamento sem mapa”, característico do período entre 1971 e 1992.

Apesar de sua pouca eficácia, a idéia do plano diretor teria se espalhado pelo país com grande intensidade e rapidez, sendo defendida tanto pelas elites governantes, quanto pelos técnicos – arquitetos à frente, que viam no plano diretor uma espécie de “panacéia” para os problemas urbanos.

Nossa sociedade está encharcada da idéia generalizada de que o Plano Diretor (na concepção ampla) é um poderoso instrumento para a solução de nossos problemas urbanos, na verdade indispensável, e que, em grande parte, se tais problemas persistem, é porque nossas cidades não têm conseguido ter e aplicar esse miraculoso Plano Diretor. É impressionante como um instrumento que praticamente nunca existiu na prática possa ter adquirido tamanho prestígio por parte da elite do país. (VILLAÇA, 2005, p. 10)

Desde os anos 1960, vive-se, assim, a era de planos extremamente genéricos, composto basicamente por diretrizes e objetivos gerais, que, no entanto, pou-

cas vezes se traduzem em ações concretas do Poder Público. Neste sentido é que vai se terminar por identificar o plano diretor exclusivamente com a idéia de zoneamento – na prática, a única dimensão que parece ter alguma importância na regulação da cidade. Assim, como bem aponta Sarah Feldman, o zoneamento, que abrange todo o território da cidade e o divide em zonas, e que se corporifica muitas vezes nas leis de uso e ocupação do solo (ou lei de zoneamento) passar a ser o principal – se não o único – instrumento de planejamento da maior parte das cidades brasileiras. (FELDMAN, 1997)

Planos diretores e planejamento abstrato

E mesmo os planos diretores aprovados no início dos anos 1990, já à luz da nova Constituição e com preocupações sociais maiores, não conseguem se desvencilhar do caráter extremamente abstrato de suas proposições, recaindo naquela visão homogenizadora do urbano que apontávamos anteriormente. Bons exemplos disso podem nos ser fornecidos pelos vários planos diretores municipais aprovados naquele momento em diversas cidades brasileiras, que se baseiam na densidade, “medida originária da geografia e que mensura a relação entre quantidade de pessoas e quantidade de espaço”, utilizada nesses casos como variável-chave para o planejamento urbano. A idéia básica por trás desses planos baseados no planejamento por densidades é o da “otimização” da infra-estrutura: segundo a sua lógica, não haveria sentido em se aceitar regimes diversos para áreas com mesma capacidade de infra-estrutura, o que terminaria por promover ainda mais a desigualdade existente em nossas cidades, na medida em que se geraria valorização diferenciada do solo. Com essa idéia aparentemente progressista – não gerar uma valorização diferenciada do solo – termina por se nivelar todas as áreas urbanas, que são tratadas apenas a partir do seu potencial de “adensamento”, o que provoca grandes danos à configuração tradicional de nossas cidades.

Um bom exemplo pode ser fornecido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (1º PDDUA, lei 434/99), extensivamente analisado por Júlio Celso Vargas, que aponta as mazelas deste tipo de planejamento. Naquela lei de 1999, o modelo adotado introduziu níveis variados de densidade para as chamadas “macro-zonas” e “UEUs (Unidades de Estruturação Urbana)”, baseado em “padrões ótimos de custo de instalação e manutenção da infra-estrutura”.⁵ O grande problema ali vai ser, como aponta Vargas, o predomínio da aplicação a toda cidade de “parâmetros abstratos”, “valores ideais de quantidade de economias

por hectare aplicáveis a zonas residenciais unifamiliares, zonas residenciais multifamiliares mais ou menos concentradas e zonas mistas, determinando o quanto cada uma delas comportaria – numa situação hipotética – com custos aceitáveis de urbanização”. Com isso, relega-se a um segundo plano “o que já existia, a cidade que já ali se encontrava há mais de dois séculos”, considerando-se apenas de modo superficial “a densidade real, o estado real da infra-estrutura, a real oferta de equipamentos, a real saturação do sistema viário, as reais condições de vida e de qualidade ambiental, a própria topografia da cidade”.⁶

Do ponto de vista espacial, as conseqüências desse modelo não poderiam ser piores: ao ignorar a articulação efetivamente existente nas diversas regiões da cidade, ao abrir mão de quaisquer dos parâmetros tradicionais do desenho urbano usados em nosso planejamento tradicional (gabarito, tipologias, etc.), o planejamento por densidade abre caminho para que se imponha por toda parte o modelo dos espigões, que, pré-fabricados pela indústria da construção civil, “pousam” sobre as diferentes partes da cidade. Os resultados desse tipo de adensamento, “aplicado grosseiramente sobre a cidade pré-existente”, serão

quarteirões caóticos espalhados indiscriminadamente por todo o território da cidade, com uma ou duas torres inseridas em meio a alguns prédios pequenos de diversos tipos e poucas casas remanescentes. Uma verdadeira salada espacial, com diversos padrões de ocupação do solo, afastamentos, alturas e interfaces com a rua.⁷

Com isso, perpetra-se a mais completa destruição do patrimônio ambiental urbano das diferentes regiões da cidade, que, em capítulo anterior defini-



Modelos tridimensionais com simulação da exata posição solar do dia 15 de setembro, às 10h da manhã em Porto Alegre. Realizados por Júlio Celso Vargas.

mos como “as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si” em determinado meio-ambiente urbano, pensando sempre como inter-relacionados “a infra-estrutura, o lote, edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a própria paisagem natural”.⁸ Essas relações efetivamente existentes na cidade e responsáveis pela feição peculiar de cada uma de suas porções são olímpicamente ignoradas pelo planejamento por densidade que, em nome de uma maior justiça social, de uma distribuição mais eqüitativa dos benefícios da urbanização, termina por fortalecer a própria especulação imobiliária.

(O curioso é que por trás do discurso pretensamente progressista do planejamento por densidade reside a mesma lógica, abstrata e quantitativa, de análise do espaço adotada pelo mercado imobiliário⁹, onde prevalece sempre a lei do mais forte.)

Conjuntamente com isso, pode-se constatar também que continua frágil a capacidade de planejamento dos municípios que, ao mesmo tempo em que ganham em autonomia e poder a partir dos anos 1980, não conseguem implantar estruturas capazes de acompanhar e monitorar o processo de crescimento urbano e o papel aí desempenhado pelos diversos atores. Neste sentido, constata-se hoje a carência crônica de diagnósticos cuidadosos dos processos em curso no tecido urbano, o que torna frágil, inclusive, a capacidade de se proporem políticas públicas adequadas e mais efetivas. Com isso, acaba predominando em todo Brasil um tipo de planejamento que, mesmo que incorpore a dimensão participativa, continua privilegiando a perspectiva quantitativa e o viés funcionalista, que não leva em conta a diversidade da cidade efetivamente existente. Assim, não se conseguem integrar, de fato, as políticas de proteção ao patrimônio às políticas urbanas.

As novas possibilidades colocadas pelo Estatuto da Cidade

Como observamos anteriormente, um movimento de abrangência nacional conseguiu influenciar a feitura da nova Constituição Federal de 1988, incluindo no texto constitucional instrumentos que podem fazer valer o “direito social da propriedade” – edificação compulsória, direito de preempção, solo criado, operações urbanas consorciadas, transferência do direito de construir, usucapião coletivo, estudo de impacto de vizinhança, entre outros. Como resultado dessa pressão da sociedade civil organizada, pela primeira vez em nossa história, uma Constituição reservou um capítulo específico para a política urbana, que garante o direito à cidade, a defesa da função social da cidade e da propriedade e a democratização da gestão urbana, presentes especialmente em seus artigos 182 e 183.

A regulamentação desses instrumentos foi, no entanto, longa e cheia de percalços, num processo que mostra claramente as dificuldades em se tratar com direitos que atingem de alguma forma o direito de propriedade em nosso país. Em primeiro lugar, chama a atenção a omissão do Poder Executivo, já num regime democrático, que não se preocupou em apresentar regulamentações aos novos instrumentos. Dentre os dezesseis projetos apresentados por parlamentares, acabou prevalecendo o projeto de lei do Senado Nº 181, de 1989, autodenominado “Estatuto da Cidade”, de autoria

do senador Pompeu de Sousa. Após doze anos de tramitação, a lei proposta foi aprovada por unanimidade, tendo sido sancionada finalmente em 10 de julho de 2001 como a lei 10.257. É interessante percebermos que nessa longa tramitação muitas controvérsias se desfizeram, e se passou a ter uma maior aceitação dos vários instrumentos, o que permitiu que eles pudessem ser aplicados de forma menos controversa. Assim, como a primeira lei federal de desenvolvimento urbano em nosso país, o Estatuto da Cidade veio estabelecer diretrizes gerais da política urbana nacional, regulamentando também o “direito social da propriedade”, enunciado na Constituição, e colocando à disposição das municipalidades um instrumental urbanístico elaborado para isso. (Ver Quadro I)

Dentro desse novo sistema, o plano diretor vem desempenhar um papel central: como anota Raquel Rolnik, se o Estatuto da Cidade vai ser uma “caixa de ferramentas” à disposição dos municípios, a “chave” para abri-la, vai ser o plano diretor.¹⁰ De fato, segundo o texto constitucional, o Plano Diretor vai ser “o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana” (Art. 182, §1º), cabendo a ele disciplinar o “direito social da propriedade”. Para efetivar a disposição constitucional de acordo com a qual todo município com mais de 20.000 habitantes deveria realizar seu Plano Diretor, o Estatuto da Cidade estabeleceu até mesmo uma data limite para a sua feitura, o que levou muitos governos municipais em 2006 a uma verdadeira “corrida”, para escaparem da possibilidade de serem acionados por improbidade administrativa. Essa “corrida” terminou por enfraquecer de alguma forma, na prática, outra diretriz importante colocada pelo Estatuto da Cidade, a participação popular, que se tornou obrigatória para a elaboração dos planos diretores, denominados genericamente de “planos diretores participativos”. Neste sentido, o Estatuto prevê que no processo de elaboração e na fiscalização de sua implementação, cabe

ao poder Legislativo e Executivo garantir “a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade”, “a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos” e “o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos” (Art. 40, § 4º). Essa perspectiva participativa vem tentar corrigir, de alguma forma, a trajetória das políticas urbanas no Brasil, que sempre foram pensadas como



Leitura Técnica Preliminar. Plano Diretor Participativo. Cataguases, 2006.



Julho/2006



Participa com o conhecimento.

devendo ser formuladas no âmbito de uma esfera técnica. Na sua nova formulação, mais que uma reunião de fórmulas técnicas, o Plano Diretor é visto como um “pacto pela cidade”. Como coloca Ana Maria Murta, impõe-se agora a garantia de participação da comunidade na decisão e na gestão, não ficando mais essa participação



Audiências públicas para realização do Plano Diretor Participativo do Serro (MG)

na dependência das intenções da municipalidade a atenção à demanda comunitária. Não se trata mais de uma concessão atenciosa e paternalista às solicitações populares. Acontece, efetivamente, o ceder e o conceder, por direito do cidadão, aos novos projetos especiais implantados em sua cidade. É um passo administrativo novo, conquistado, que precisa ser entendido e assumido pelas prefeituras e pela população. (MURTA, 2002, p.01-02)

Dentro deste novo quadro, no âmbito dos planos diretores participativos, parece-nos possível vislumbrar uma série de alternativas que poderiam nos ajudar a escapar da visão homogenizadora prevalente no planejamento urbano no Brasil, bem como se estabelecer estratégias mais eficientes para a preservação de nosso patrimônio cultural. Neste aspecto, é preciso lembrar, antes de tudo, que a preservação dos bens culturais, especialmente daqueles bens edificados de interesse histórico ou arquitetônico, configura-se, de fato, como um dos requisitos para o cumprimento da função social da propriedade, preconizada pela Constituição Federal, devendo necessariamente ser tratada no Plano Diretor. Assim, aparece-nos já de saída a possibilidade de se integrar a política específica de preservação do meio ambiente urbano e a política urbana mais geral, através da absorção no Plano Diretor de mecanismo de proteção de áreas. Se o instrumento do tombamento foi importante num primeiro momento, quando lidávamos com uma concepção mais restrita de patrimônio, hoje em dia necessitamos de mecanismos mais flexíveis e adequados para a necessária gestão da mudança das áreas a serem conservadas. Neste sentido, surge o mecanismo das áreas especiais ou zonas especiais de interesse cultural, a serem propostas para aquelas áreas urbanas carregadas de significado para a população, não só pela existência de numerosos edifícios de valor patrimonial, mas pelas próprias características de seu agenciamento urbano e do seu significado para as cidades. Com isso, nos aproximáramos da idéia da

conservação de áreas, aos moldes do que se tem feito internacionalmente com os instrumentos das conservation areas, historic districts, secteurs sauvegardés, entre outros. Nessas áreas devem ser definidos parâmetros muito claros de acompanhamento do desenvolvimento urbano, de modo a se preservar, como nos diz a própria definição de conservação, as características dessas zonas “que apresentem uma significação cultural”.

Por outro lado, é preciso perceber que, na visão contemporânea, essa preocupação com as dimensões qualitativas da cidade não deveria se concentrar apenas nas chamadas “áreas históricas”, mas se estender para toda a cidade. Assim, os planos diretores deveriam estudar detalhadamente a configuração diferenciada das diversas áreas da cidade, propondo regulamentações também diferenciadas para as mesmas, utilizando-se para isso de instrumentos derivados do desenho urbano. Essa preocupação tipológico-morfológica deve, a nosso ver, orientar os planos diretores como um todo, e não se restringir apenas à regulamentação (necessária) das áreas especiais de conservação. Neste sentido é que enunciamos, em outro contexto, que se deveria adotar um procedimento unitário, visando à melhoria do meio ambiente urbano como um todo, não tratando desigualmente as chamadas áreas históricas e os outros espaços que compõem a cidade: em ambos os casos, devem-se considerar sempre a infra-estrutura, o lote, a edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a paisagem natural.

Também para o campo do patrimônio cultural, deve-se prever uma “caixa de ferramentas”, que deverá constar no Plano Diretor municipal, permitindo a utilização dos diversos mecanismos – jurídicos e políticos, tributários e financeiros, previstos no Estatuto da Cidade. Um dos principais aspectos a ser abordado, refere-se à introdução de estímulos à preservação, com a criação de incentivos e benefícios fiscais, como a isenção do IPTU, a introdução do mecanismo da *transferência do direito de construir* (TDC), concessão do direito de construir no mesmo local, entre outros. Entre esses inventivos, cabe chamar a atenção para a transferência do direito de construir, instrumento recente, que vem sendo crescentemente usado pelos municípios brasileiros e que confere ao proprietário de um lote a possibilidade de exercer seu potencial construtivo em outro lote, ou vendê-lo a outro proprietário¹¹. Outro instrumento muito promissor para a consecução de uma conservação urbana eficiente nos parece ser o *direito de preempção*, que garante que o



Poder Público terá prioridade para a compra de um determinado terreno ou imóvel de interesse, no momento em que esse for oferecido à venda no mercado. Nesse caso, o Plano Diretor deverá indicar essas áreas ou imóveis, podendo-se pensar na utilização desse mecanismo para os imóveis de interesse de preservação ou para as áreas a serem revitalizadas. Nesse último aspecto, o Plano Diretor pode prever ainda novas possibilidades de *reocupação* ou *revitalização* das áreas centrais das cidades e de seus edifícios, utilizando-se de uma combinação adequada de vários dos instrumentos políticos e jurídicos previstos no Estatuto da Cidade, buscando, simultaneamente, desenvolver economicamente a população – muitas vezes marginalizada ou empobrecida, que habita essas áreas –, evitando-se o perverso efeito da gentrificação.¹² Através dos diversos mecanismos do Plano Diretor parece-nos possível, assim, propor uma atuação sobre os centros das cidades que consiga combinar, em medidas adequadas, a perspectiva de sua conservação com a da revitalização urbana.

Finalmente, parece-nos também muito importante na feitura dos Planos Diretores, tratar com atenção a gestão do patrimônio cultural, sendo necessária a criação de mecanismos que permitam a real e efetiva participação dos agentes envolvidos no processo, em todos os seus momentos, da identificação deste patrimônio até a discussão das eventuais intervenções para sua proteção. De início, na fase de diagnóstico, é preciso se criar mecanismos para se perceber o ponto de vista dos moradores e das comunidades envolvidas, que muitas vezes difere da perspectiva dos técnicos dos órgãos de preservação. Além disso, já no funcionamento diário das políticas do patrimônio, é preciso, em muitos casos, também se democratizar os conselhos de patrimônio, ampliando-se sua composição, de forma a se incorporar os diversos atores sociais, garantindo-se o exercício de um verdadeiro debate democrático. Por fim, parece-nos fundamental ainda se garantir o caráter deliberativo desses conselhos, o que diminuiria a possibilidade de ingerência direta e extemporânea dos agentes políticos no processo.

PONTOS IMPORTANTES DO ESTATUTO DA CIDADE:

Gestão democrática: deverá ocorrer por meio da ação de conselhos de política urbana, da iniciativa popular de leis e da realização de debates, audiências e consultas públicas para a aprovação e a implementação dos planos diretores e das leis orçamentárias.

Plano diretor: obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes e referência para o cumprimento da função social da propriedade (art. 182, §§ 1º e 2º, da CF), o plano diretor passa a ser exigido também para cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico, para aquelas influenciadas por empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental e para as que pretendam utilizar os instrumentos do Estatuto.

Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios: a ociosidade de vastas extensões de terrenos urbanos já dotados de infra-estrutura é responsável por deseconomias como a elevação dos custos de prestação dos serviços públicos e a sobrevalorização fundiária. Previsto no art. 182, § 4º, da Constituição, como primeira penalidade pela retenção ociosa de terrenos, esse dispositivo carecia de regulamentação em lei federal para tornar-se aplicável.

IPTU progressivo no tempo: segunda sanção prevista na seqüência do § 4º do art. 182, para combater a ociosidade de terrenos urbanos, o IPTU progressivo no tempo será aplicado aos proprietários que descumprirem a primeira penalidade, pelo prazo de cinco anos, com progressão da alíquota, limitada ao dobro de um exercício para outro, até o máximo de 15%.

Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública: trata-se da última das penalidades constitucionais previstas no capítulo da política urbana. Torna a desapropriação de imóveis urbanos ociosos semelhante à que ocorre para fins de reforma agrária.

Usucapião especial: a usucapião especial de imóvel urbano de propriedade particular constitui dispositivo auto-aplicável da Constituição. O Estatuto da Cidade, contudo, amplia a possibilidade de iniciativa para o usucapião coletivo, o que pode facilitar a regularização fundiária de áreas urbanas de difícil individualização, como as favelas.

Concessão de uso especial para fins de moradia: instrumento inovador, permite que imóveis públicos ocupados há mais de cinco anos sem oposição tenham a posse regularizada de maneira assemelhada aos casos de usucapião de imóveis particulares, mas sem transferência da propriedade. O dispositivo foi vetado pelo presidente da República, mas reposto pela Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, que limita a fruição do benefício aos que satisfaziam as condições da lei na data de 30 de junho de 2001.

Direito de superfície: permite a transferência, gratuita ou onerosa, por escritura pública, do direito de construir sem que este alcance o direito de propriedade do terreno. Torna mais flexível a utilização de terrenos urbanos.

Direito de preempção: assegura preferência ao poder público na aquisição de imóveis urbanos desde que, devidamente notificado pelo proprietário, manifeste o interesse pela compra, no prazo de trinta dias, findo o qual o direito deixa de prevalecer. Objetiva permitir a formação de estoque de terras públicas sem a necessidade de procedimentos de desapropriação.

Outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso: consiste na possibilidade de o município estabelecer determinado coeficiente de aproveitamento dos terrenos a partir do qual o direito de construir excedente deve ser adquirido do poder público. O mesmo deverá ocorrer quando o uso for alterado e resultar na valorização do imóvel.

Operações urbanas consorciadas: permitem um conjunto de intervenções e medidas, consorciadas entre poder público e iniciativa privada, com vistas a alcançar transformações urbanísticas de maior monta. No âmbito das operações, o direito de construir pode ser expresso em certificados de potencial adicional de construção, vendidos em leilão ou utilizados para o pagamento de obras.

Transferência do direito de construir: faculta o exercício desse direito em imóvel distinto do que originalmente o detinha. Mecanismo útil para a implantação de equipamentos urbanos (reduz os custos de desapropriação), para a preservação do patrimônio histórico e cultural e para a regularização de áreas ocupadas por população de baixa renda.

(Retirado de BASSUL. 2002)

Terceira Parte:
Instrumentos

INVENTÁRIOS URBANOS COMO INSTRUMENTOS DE CONSERVAÇÃO

Persiste no Brasil hoje uma danosa dissociação entre as políticas urbanas em geral e as chamadas políticas de patrimônio. Se, internacionalmente, desde os anos 1970, essas duas esferas se aproximam cada vez mais, com a introdução de idéias como a da “conservação integrada”, em que se explicita a necessidade da conservação ser considerada não como uma questão marginal, mas como um dos objetivos centrais do planejamento urbano e regional, em nosso País essas esferas ainda se mantêm arraigadamente afastadas, embora os discursos tanto dos órgãos de preservação quanto de planejamento urbano tenham acolhido a premissa de sua inte-



*Salvador, vendo-se
ao fundo Convento
e Igreja de São
Francisco de Assis.*

gração. Diante deste quadro, parece-nos muito promissora a utilização de um instrumento tradicional do campo da preservação do patrimônio, o inventário, que, bem explorado metodologicamente, poderia ultrapassar a

sua função original - a de produzir um registro de bens culturais a serem protegidos - passando a constituir um tipo de diagnóstico interdisciplinar, que forneça bases mais seguras de dados, bem como metodologias de análise e interpretação para a ação e execução de políticas governamentais mais consistentes, que, respeitando as particularidades locais, utilizem-nas como base para o desenvolvimento. Para demonstrar tal potencialidade, este capítulo vai discutir as experiências do Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte (IPUC-BH), e do Inventário do Patrimônio Cultural de Porto Alegre, duas tentativas nessa direção.

Inventários do patrimônio: uma trajetória no Brasil

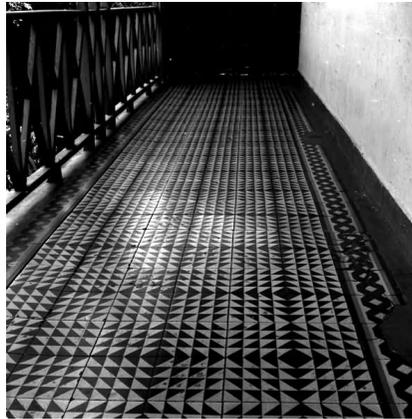
Instrumento tradicional, o inventário vem sendo utilizado sistematicamente no Brasil desde o final da década de 1930, quando é criado o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão federal de preservação. Já os intelectuais modernistas que fundam o Serviço do Patrimônio percebiam a importância de se realizar o registro sistemático de nosso acervo cultural, ameaçado pelo desconhecimento e pelo abandono. Assim, é que Lucio Costa escreve, em 1938, o texto “Documentação Necessária”, em que faz uma veemente defesa de um estudo aprofundado de nossa “antiga arquitetura”: “Se já existe alguma coisa sobre as principais igrejas e conventos - pouca coisa, aliás,... -”, adverte, “com relação à arquitetura civil e particularmente à casa, nada ou quase nada se fez”.¹ Frente à inexistência de um registro confiável, propunha um inventariamento cuidadoso e exaustivo da arquitetura civil brasileira, pouco conhecida até então, que deveria cobrir os mais diferentes tipos de edificações, da casa urbana à rural, examinando também as técnicas utilizadas e o próprio mobiliário.



Varanda da Casa da Fazenda do Leitão, hoje Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte, década de 1960.

No que se refere à atuação efetiva do SPHAN, em entrevista realizada em 1939, Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro presidente daquele órgão, apresenta o “inventário das coisas artísticas levado a efeito na Bélgica” como um modelo a se seguir, declarando ser sua intenção realizar trabalho semelhante no Brasil. No entanto, já reconhece de antemão as dificuldades de semelhante empreitada: “O trabalho é penoso pela vastidão

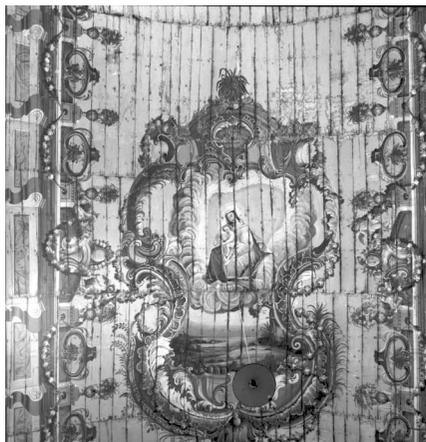
do território e pela disseminação dos bens ao longo de todos os estados”, afirma. Frente à magnitude da tarefa, o SPHAN principia pelos “monumentos arquitetônicos”, e, em pouco tempo, consegue documentar as principais obras da Arquitetura na maioria dos estados do País, além de realizar o inventariamento das coleções de todos os museus federais, trabalho de grande importância numa época em que a falta de registros facilitava a dilapidação do patrimônio nacional.



Piso de ladrilho em varanda de residência, Belo Horizonte, década de 1960.

No entanto, numa conferência proferida no mesmo ano, Rodrigo de Melo Franco deixa clara a posição acessória do inventariamento no sistema de preservação instalado no País, que se centrava na figura jurídica do tombamento. Assim, como explica o autor, de acordo com a legislação brasileira os bens culturais só seriam considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de tombados, cabendo ao inventariamento um papel secundário e propedêutico.² É interessante perceber aqui que ainda se trabalhava com o conceito tradicional de patrimônio, entendido sob os parâmetros norteadores da excepcionalidade e da unicidade, não havendo também dúvidas quanto ao que fazer: documentar para se proceder à proteção por meio do tombamento. Essa abordagem se estendia aos próprios conjuntos urbanos, à própria cidade, que era tratada, como bem mostra Lia Motta, “como expressão estética, entendida segundo critérios estilísticos”, o que resultou “numa prática de conservação orientada para a manutenção dos conjuntos tombados como objetos idealizados, distanciando-se das contingências reais na preservação desse tipo de bem”.³

Esta postura só vai mudar no final da década de 1960, quando, sob a influência da revisão que se procedia internacionalmente, que resulta em documentos como a “Carta de Veneza” de 1964, começa a despontar um novo conceito, o de “sítio urbano”, que vem substituir o de



Pintura do forro da nave da Igreja Matriz, Pirenópolis, Goiás.

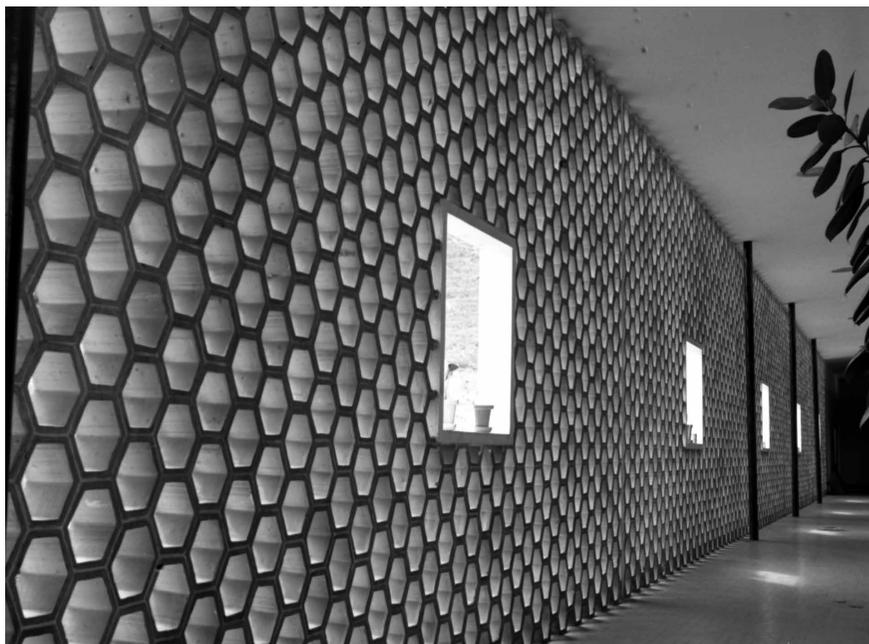
*Entalhe trançado
da Igreja Matriz,
Sete Lagoas, Minas
Gerais.*



“cidade monumento” anteriormente utilizado. A partir dos anos 1970 começa também o processo de descentralização das políticas de patrimônio no Brasil, com a criação de vários órgãos estaduais e municipais de preservação. Em nível estadual, são realizados importantes inventários, como o do Estado da Bahia e o IPAC-MG, Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais.

Iniciado em 1984, o IPAC vai ser, segundo sua própria formulação, um “inventário de conhecimento”, voltado para a “identificação dos bens de interesse de preservação”, com vistas a estimular “sua proteção e estudo posterior”.⁴ Se, a partir do seu texto de apresentação, já se pode notar que o IPAC-MG parte de uma concepção ampliada de patrimônio e procu-

*Cobogó do Conjun-
to Pedregulho, Rio
de Janeiro.*



ra evitar a “discriminação monumental”, é interessante notar, no entanto, ainda a permanência da perspectiva tradicional: é preciso inventariar para se poder proteger, ato que ainda é visto como sinônimo de tombamento. No que se refere aos conjuntos urbanos, mantém-se também essa linha: o IPAC-MG funciona ainda basicamente como uma catalogação de bens culturais notáveis - mesmo que se tenha estendido essa noção -, aparecendo o urbano ali apenas como uma referência circunstancial.

O Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte (IPUC-BH): uma experiência metodológica

É interessante que as primeiras tentativas de se inverter esse enfoque, privilegiando a visão de conjunto, vão acontecer em âmbito municipal. Esse vai ser o caso, por exemplo, do IGEPAAC – Inventário Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural Urbano de São Paulo, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura, e que tentava introduzir uma metodologia com abordagem especificamente urbana: em vez de apenas listar-se os bens, partia-se de uma compreensão de unidades culturais mais amplas, áreas da cidade, que eram analisadas. Desenvolvido desde 1983, o IGEPAAC já anunciava que são “objeto de inventariação não apenas os bens ambientais e culturais urbanos consagrados como ‘monumentais’, mas também modos de organização do espaço urbano e suas várias etapas e formas de evolução”.⁵ Embora lance mão de instrumentos tradicionalmente utilizados nos inventários - fichas com registros diversos -, o IGEPAACSP dá muita ênfase às análises urbanísticas das áreas inventariadas, abordando-as sob os aspectos históricos, sócio-culturais e urbanísticos. Como metodologia, as áreas em estudo são divididas em subáreas com características próprias, e, dentro dessas, são localizados os bens culturais. Outra alteração importante refere-se ao papel a ser desempenhado pelo inventário, que deixa de ser pensado como mero registro ou preparação para o tombamento e passa a pretender “participar nas políticas e planos de desenvolvimento urbano, no que diz respeito às áreas a serem preservadas e outras sujeitas à renovação urbana”, objetivo que é respondido com a elaboração de propostas específicas de preservação e de regulação urbana.⁶

O IGEPAACSP representa, a nosso ver, um avanço em relação aos demais inventários citados: a perspectiva urbanística adotada parece-nos muito mais adequada frente à amplitude contemporânea do conceito de patrimônio, permitindo também abordá-lo a partir de uma visão dinâmica. Uma única ressalva, no entanto: embora anuncie uma análise dos fatores

“sócio-culturais” esta se limita normalmente a uma análise do processo de ocupação das regiões estudadas, identificando os grupos sociais envolvidos. Não há nenhuma tentativa de caracterização sócio-espacial mais precisa, nem a análise da apropriação dos espaços das regiões, com o registro, por exemplo, da vida das ruas dos bairros, suas feiras, festas e festivais. Falta ao IGEPACSP exatamente a abordagem daquela dimensão menos palpável da cultura, que está na base da construção social de identidades espaciais distintas, que, em última instância, permitem que cada setor da cidade seja percebido e representado de forma própria pela população.

Outra tentativa nesta direção foi o Inventário de Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte (IPUCBH), desenvolvido desde 1993, inicialmente pela Prefeitura Municipal e, posteriormente, pela Universidade Federal de Minas Gerais. Tentando responder à ampliação do conceito de patrimônio, e compreendendo a cultura como processo muito mais do que como uma série de bens, o IPUCBH constituiu-se numa pesquisa sistemática que, ao reconhecer e documentar o patrimônio, entendido em sua forma mais

abrangente e contemporânea, possibilita a elaboração de propostas de preservação integradas com a política urbana geral para o município. Para isso, procurou-se desenvolver uma metodologia de diagnóstico urbano, que permitisse tanto entender e registrar



Cartaz de lançamento do Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte, 1993.

minuciosamente as áreas estudadas, quanto propor alternativas de políticas de desenvolvimento, compatíveis com as suas especificidades. Associando pesquisa documental e trabalho de campo, o IPUCBH elabora, então, diagnósticos das localidades estudadas, a partir de seus aspectos arquitetônicos, históricos, sociológicos, antropológicos e econômicos, numa tentativa de criar um instrumento que, ao mesmo tempo consiga registrar o patrimônio urbano e cultural em seu sentido mais amplo e possa servir de base para um planejamento mais cuidadoso, que leva em consideração as particularidades e identidades próprias dos diversos “pedaços” da metrópole.

Como módulo inicial, que serviria como um teste para a metodologia adotada, foram escolhidas, ainda em 1994, quatro regiões de Belo Horizonte, que configuravam distintas “tipologias urbanas”, com ocupações e trajetórias diferenciadas, em termos da evolução urbana e de realidade sócio-cultural. Assim, o Inventário do bairro da Floresta, o primeiro a ser realizado, focalizou um tradicional bairro da região pericentral, cuja ocupação começa com a própria construção da cidade. Ali conviveram, na virada do século, chácaras para

famílias abastadas e uma primeira ocupação favelizada, logo extirpada pelo Governo municipal. Hoje ocupado predominantemente pela classe média, o bairro ainda conserva um importante conjunto arquitetônico, a despeito de sua grande proximidade com o centro da cidade e a conseqüente valorização imobiliária.

O Inventário da Lagoinha também abordou um bairro tradicional da região pericentral, que teve, no entanto, um destino completamente diferente do da Floresta: ao sofrer uma série de intervenções viárias de grande porte, a região entra num processo de grande degradação ambiental, aparecendo aos olhos da cidade como uma área-problema. Por outro lado, é digno de nota como a Lagoinha, a despeito de todos os problemas, conseguiu manter uma grande vitalidade econômica e cultural, abrigando principalmente serviços tradicionais, herança de sua



*Casarão eclético,
Rua Itapecerica,
Lagoinha, Belo
Horizonte*

origem operária do início do século. Essa realidade multifacetada foi captada pelo inventário, que mapeou não apenas a arquitetura e a conformação urbana local, mas traçou um detalhado retrato sócio-cultural do bairro. Aqui cabe notar que, fazendo jus a idéia inicial do programa, esse inventário foi utilizado em 1995 e 1996 como base para a proposição de um plano de reabilitação integrada para a área, o Projeto Lagoinha, de que trataremos em capítulo posterior.

Como um contraponto a esses dois inventários, o Inventário do Primeiro de Maio focalizou um bairro ainda hoje eminentemente operário, ocupado há aproximadamente 50 anos, e localizado na periferia da região Norte de Belo Horizonte. Trata-se de uma região que também sofria intervenções viárias de porte naquele momento, com o prolongamento de avenidas e a chegada do Trem Metropolitano, além de uma sensível modificação econômica com o aporte de grande quantidade de investimentos imobiliários. A história da ocupação dessa região é a história da metropolização em curso desde os anos 1940, com a incorporação pela mancha urbana de amplas fatias da zona rural. Nota-se ali também um significativo contingente de população de origem negra, com notável grau de associativismo e vida cultural própria, marcada por intensas festas populares.

Finalmente, realizou-se também o Inventário da região da Avenida Raja Gabaglia, que constituía o vetor de crescimento mais intenso em meados

dos anos 1990, principalmente com a instalação de uma série de atividades ligadas ao processo de abertura e globalização da economia. Neste inventário documentaram-se tanto a avenida que se adensava com rapidez, quanto a maior concentração de vilas e favelas da cidade de Belo Horizonte, que com ela estabelecia uma relação de conflito e complementaridade.

Metodologicamente, o IPUC-BH também não abria mão das ferramentas tradicionalmente utilizadas - as fichas com registros diversos -, mas empregava ao mesmo tempo também outros tipos de pesquisa, tais como aquelas por amostragem. A ênfase, no entanto, foi sempre a compreensão minuciosa das regiões estudadas, concentrando-se os esforços de todos os profissionais envolvidos em produzir textos analíticos sobre as mesmas. Partia-se naquele trabalho do global, o urbano, para, num movimento de aproximação, situar-se ali os bens culturais específicos, que eram registrados sempre dentro de seu contexto. Com isso, o IPUC-BH propunha-se a superar a simples função de registro do inventário, passando a poder constituir em poderosa ferramenta de planejamento urbano, na medida em que conseguia incorporar em suas considerações as mais diferentes formas de abordagem das distintas realidades urbanas. Com esse exemplo, podemos ver claramente como, diferentemente do planejamento por densidade, discutido em capítulo anterior, que reduz a leitura do urbano a poucas variáveis quantitativas, os inventários urbanos podem, de fato, produzir leituras em múltiplos níveis de realidades urbanas também complexas e diversas.⁷

O Inventário do Patrimônio Cultural de Porto Alegre: inventário e a proteção da paisagem

A trajetória da preservação em Porto Alegre remonta aos anos 1930 quando o SPHAN tomba em nível nacional a Igreja das Dores e o acervo do Museu Júlio de Castilhos. No entanto, como em outros lugares do Brasil, vai ter que se esperar até os anos 1970 para que se apliquem as primeiras medidas preservacionistas em nível municipal. Neste aspecto, Porto Alegre vai estar entre os primeiros municípios brasileiros a ensaiar algumas medidas na área, quando estabelece na sua Lei Orgânica de 1971 que cabia ao executivo municipal realizar “o levantamento, no prazo de um ano, dos bens imóveis de valor histórico e cultural, de expressiva tradição para a cidade, para fins de futuro tombamento e declaração de utilidade pública”.⁸ A partir deste mandato, foram realizadas algumas listagens de bens: uma em 1971, por uma comissão de funcionários municipais, que identificou

dezenas de bens arquitetônicos e elementos isolados⁹; uma segunda, em 1974, destacando-se, desta feita, também “prédios modestos”, os que se consideravam característicos de Porto Alegre e os que apresentavam “as linhas puras e simples da construção colonial de nossa região”. Aqui cabe observar, seguindo Ana Meira, uma peculiaridade: já nesse momento os bens selecionados por essas comissões não se restringiam aos valores de monumentalidade e excepcionalidade “relacionados ao imaginário oficial” e não representavam “apenas os poderes constituídos – Estado, Igreja e classes dominantes, mas principalmente, os moradores da cidade”.¹⁰

A partir da segunda metade daquela década, sucede-se uma série de iniciativas na área da preservação: em 1976 cria-se o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC); em 1977, o Fundo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (FUMPAHC), e, finalmente, em 1979, o município instituiu o instrumento do tombamento em nível local com a lei nº 4665/79. Também neste ano é promulgado o 1o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – 1o PDDU – da cidade, que reconhece o patrimônio como um de seus temas.¹¹ Para a sua elaboração, havia sido criado o PROPLAN – Programa de Reavaliação do Plano Diretor, no qual um grupo coordenado pelo arquiteto Júlio Curtis, responsável pela Subárea “Paisagem Urbana”, procedeu a um amplo inventariamento dos bens arquitetônicos da cidade. Ali, além dos critérios e conceitos básicos formulados pelo grupo, apresentava-se uma listagem de aproximadamente 2.000 imóveis, que eram classificados em dois grupos: os de “interesse sócio-cultural”, que deveriam ser preservados, e os de “adequação volumétrica”, que poderiam ser substituídos desde que se mantivesse a adequação ao entorno.¹²

É muito interessante como neste momento já se usava como conceito norteador a idéia do “patrimônio ambiental urbano”, defendida pelo coordenador da equipe, arquiteto Júlio Curtis em vários artigos e em textos especialmente elaborados para o 1o PDDU.¹³ Para Curtis, o “Patrimônio Ambiental Urbano” não se limitaria “aos valores isolados das edificações que o compõem, nem mesmo naqueles decorrentes do seu inter-relacionamento”, e “ao invés de produto final de um arranjo cenográfico e anacrônico, é o resultado, em determinado momento, de um processo cumulativo e/ou transformativo de bens imóveis – naturais ou criados – produzidos por diretrizes de investimentos públicos ou privados, cujas qualidades culturais e de uso, por responderem à sensibilidade das populações interessadas incorporam-se à memória coletiva”. Daí, estarmos frente a um conceito que faria emergir uma verdadeira “postura democrática” “capaz de assimilar o verdadeiro sentido

da preservação".¹⁴ Outro avanço refere-se a uma extensa discussão da questão dos valores envolvidos na seleção dos bens a serem preservados: não se limitando aos já tradicionais valores "históricos" ou "artísticos", a Comissão indicava os valores "arquitetônicos", "tradicional e/ou evocativo", "ambiental", "de uso atual", "de acessibilidade com vista à reciclagem", "de conservação", "de recorrência regional e/ou raridade formal", "de raridade funcional", "de risco de desaparecimento", "de antigüidade", e, finalmente, "de compatibilidade com a estrutura urbana".¹⁵ O mais interessante, porém, é que todos esses critérios passavam, como mostra GRAEFF (2001), pela proteção da "paisagem urbana", que era amplamente entendida como "o conjunto de espaços, edificações, equipamentos, monumentos e atividades, integrado a um determinado cenário geográfico capaz de oferecer ao homem sua melhor perspectiva de vida".¹⁶

Em 1988 é criada a Secretaria Municipal da Cultura, e, no âmbito desta, a Coordenação da Memória Cultural à qual se liga a já existente Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC), responsável pelo inventariamento da cidade. Começando seu trabalho no ano seguinte, a equipe vem procedendo desde então ao inventariamento de Porto Alegre, que teria "o objetivo específico de identificar, registrar e catalogar os bens culturais imóveis, para a elaboração de um cadastro do Patrimônio Cultural do Município". Este cadastro, por sua vez, teria múltiplas utilidades, segundo um dos textos básicos do programa: por um lado seria "instrumento importante para a preservação dos imóveis que constituem o conjunto do patrimônio construído de Porto Alegre, assim como para a instrução de processos que visam o tombamento ou outras formas de proteção", constituindo, portanto, "instrumento importante para a formulação de qualquer política de preservação". Por outro, o cadastro ofereceria subsídios também para "alteração ou criação de regimes urbanísticos específicos, visando à adequação de novas edificações ao já construído, e também para a elaboração de planos e projetos urbanísticos em áreas onde o patrimônio cultural deva ser considerado".¹⁷ Realizado sistematicamente a partir do final dos anos 80, o Inventário do Patrimônio Cultural de Porto Alegre segue uma metodologia bastante detalhada, que é explicada pela equipe no texto citado:

Primeiramente é definida a área em estudo, buscando a coincidência com a divisão dos bairros do Município. As ruas são percorridas uma a uma e todos os prédios considerados passíveis de preservação são registrados em fichas específicas. Nelas constam características arquitetônicas e construtivas dos prédios - tipologia, morfologia, tipo de construção - estado de

conservação, assim como os critérios de preservação. (...) A ficha é complementada com uma ou mais fotos do prédio e também anotações de peculiaridades ornamentais. Posteriormente, todos os prédios arrolados serão estudados mais detalhadamente, com a execução de levantamentos de interiores, cadastrais e pesquisas históricas. Baseados nas fotos e fichas, são desenhados para cada testada de quarteirão os perfis de volumetria e os perfis detalhados, caracterizando os prédios arrolados.¹⁸

Os critérios de preservação adotados pela EPAHC referenciam-se em quatro instâncias de abordagem: “a instância cultural, que considera os valores históricos e/ou referenciais do bem para a população; a instância morfológica, que considera os valores sob a ótica da história da arquitetura; a instância técnica, que analisa os valores construtivos; e a instância paisagística, que aborda a relação do bem com seu entorno”. A partir da análise desses valores, e baseando-se no histórico dos bairros, nas fichas produzidas e nos perfis dos quarteirões, é realizada então a classificação dos imóveis inventariados, que são divididos entre “de estruturação” e “de compatibilização”. Aqui, além de observarmos que se está seguindo uma tradição de classificação já introduzida desde os anos 1970 na cidade, cabe chamar a atenção para a posição particular que o inventário ocupa no sistema de preservação de Porto Alegre. Diferentemente da maioria dos diplomas legais em nosso País, o Plano Diretor vigente na cidade (1º PDDUA) não se limita a apenas arrolar o inventário como um dos instrumentos a serem utilizados para a preservação, anunciando em seu próprio texto que “as edificações que integram o Patrimônio Cultural são identificadas como Tombadas e Inventariadas de Estruturação ou de Compatibilização”, qualificando ainda esses termos:

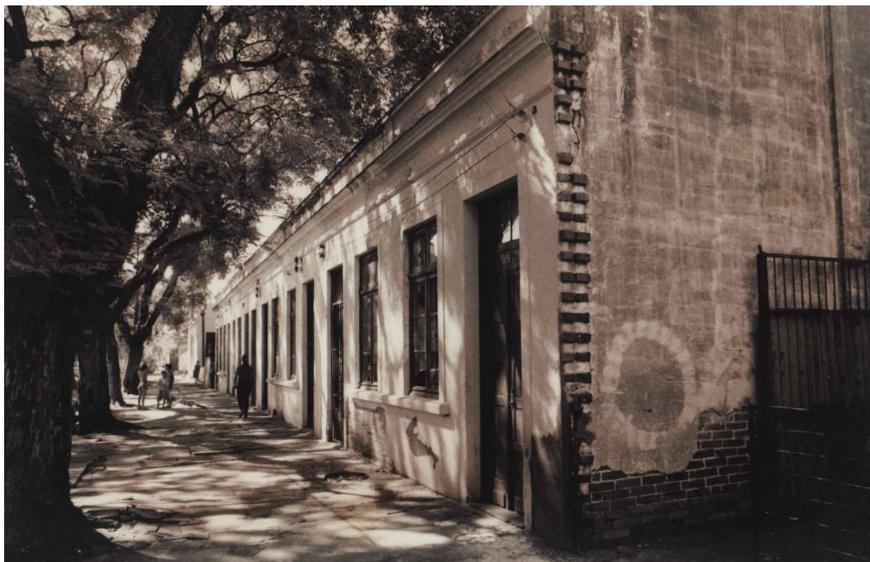
I - de Estruturação é aquela que por seus valores atribui identidade ao espaço, constituindo elemento significativo na estruturação da paisagem onde se localiza;
II - de Compatibilização é aquela que expressa relação significativa com a de Estruturação e seu entorno, cuja volumetria e outros elementos de composição requerem tratamento especial.¹⁹

Assim, apesar de remeter a regulamentação do inventário a uma “lei específica”, o PDDUA acolhe um princípio de classificação já utilizado em Porto Alegre há algum tempo, reconhecendo o papel de proteção ao próprio inventário. Com isso, consegue-se estabelecer, como veremos, uma dinâmica mais abrangente e contemporânea de preservação, não se limitando apenas a proteger os imóveis considerados individualmente: na medida

em que se pensa na sua “compatibilização” com o entorno e as diversas ambiências, estabelece-se o controle do desenvolvimento da paisagem urbana em seu entorno, com o que se garante a sua proteção mais efetiva e integrada, como recomendam os documentos da área.

Cabe observar, finalmente, que esta perspectiva é fortemente ancorada no Plano Diretor da cidade (2º PDDUA), no qual se utiliza a noção de “patrimônio ambiental”, que abrangeria “os patrimônios cultural e natural” (Art. 13, e caput e § 1º), tratados no âmbito da chamada “Estratégia de Qualificação Ambiental”, que “tem como objetivo geral qualificar o território municipal”, através da valorização do Patrimônio Ambiental, promovendo suas potencialidades e garantindo sua perpetuação, e da superação dos conflitos referentes à poluição e degradação do meio ambiente, saneamento e desperdício energético.²⁰ Um texto da Prefeitura local, que comenta o referido artigo, deixa bem clara esta perspectiva, que é plenamente adotada no Inventário do Patrimônio Cultural de Porto Alegre:

O desafio é fazer com que a cidade se desenvolva em harmonia e que seja possível qualificar o território municipal destacando o que de melhor existe em cada lugar, de forma a manter as tradições culturais, a sua paisagem e os valores naturais. O termo “ambiental”, neste Plano, significa a cidade vista e analisada como um conjunto único, onde convivem entre si diferentes tipos de cidade, com características bem específicas. Assim, passa a tratar os aspectos culturais e naturais



*Conjunto de
casas operárias,
4º Distrito, Porto
Alegre.*

como questões igualmente importantes, cujos espaços representativos deverão ter sua ocupação e uso preservados para as futuras gerações.

Um bom exemplo do procedimento adotado no Inventário do Patrimônio Cultural de Porto Alegre é o inventariamento do 4o Distrito, que vem sendo desenvolvido pela EPAHC desde 1997. Inicialmente ocupada por chácaras no século XIX, aquela área, que hoje envolve os bairros Navegantes, São Geraldo, Floresta e Marcílio Dias, representa um forte referencial da presença dos imigrantes na constituição de Porto Alegre e do concomitante processo de industrialização da cidade. Segundo Graeff e Bello, a escolha do 4o Distrito para dar prosseguimento aos trabalhos do Inventário, já realizados na área central, deveu-se tanto à sua proximidade ao próprio centro quando “a demandas de outros projetos” que naquele momento estariam sendo desenvolvidos pela administração municipal.²¹ Atualmente, aquela



Conjunto da Cervejaria Brahma, de autoria de Theo Wiedersphan, Porto Alegre.

região mantém marcas tangíveis das várias etapas da sua ocupação, do final do século XIX aos dias de hoje, expressas em edificações isoladas, mas principalmente em uma série de conjuntos que conformam a ambiência mais geral do 4o Distrito. Trata-se, no geral, como já assinalou Hugo Segawa, não de “um acervo de obras de arquitetura refinada e erudita (salvo evidentes exceções), mas de arquitetura popular, singela, precária, efêmera – no plano genérico – e especializada, no caso de instalações industriais (fábricas) ou de armazenamento ou oficinas”.²²

Aqui nos encontramos claramente numa região industrial, que foi periférica nos vários momentos da história de Porto Alegre. Assim, cabe ressaltar que, na valoração para efeitos de registro e preservação, não poderiam ser perseguidos os mesmos critérios utilizados, por exemplo, para a área central da cidade, ou mesmo para bairros marcados pela arquitetura erudita. Assim, todos os quatro critérios adotados para o Inventário do Patrimônio Cultural de Porto Alegre (instância cultural, técnica, morfológica e paisagística) terminam sendo relidos à luz das especificidades do 4o Distrito, preponderando, naturalmente, a instância paisagística, na medida em que

Moinho Rio-Grandense, de autoria de Theo Wiedersphan, Porto Alegre.



se trata de preservar muito mais conjuntos e ambiências que edificações isoladas.²³ Com isso, o trabalho da equipe do EPAHC adotou uma metodologia condizente com o próprio objeto, partindo do contexto mais geral, para, em movimentos de aproxima-

ção, chegar aos conjuntos e edificações individualizadas. Assim, num primeiro momento, trabalharam-se as grandes divisões da área, procurando caracterizar, ainda que rapidamente, os três bairros de que se compõe o 4o Distrito, Floresta, São Geraldo e Navegantes. Após essa breve caracterização, passou-se a se analisar os diversos eixos e conjuntos presentes na região, e apenas depois deste passo, chegou-se à análise específica que levou à elaboração da listagem final.

Assim, partiu-se do bairro da Floresta, o mais próximo da área central, e que representa, de certa forma, a transição desta para a área sob estudo. Ali, identifica-se com destaque, e reconhecimento pelo patrimônio, a presença do conjunto da Brahma, de autoria de Theo Wiedersphan, já inventariado por Curtius nos anos 1980, quando descreve a “Cervejaria Bopp e depois Brahma” aproximando-a analiticamente da Confeitaria Rocco, na medida em que ambas “se constituem em monumentos extremamente aparentados na concepção onírica que caracteriza o povoamento zoo- e antropomórfico de suas frontarias”. (CURTIUS, 2003, p. 380, originalmente elaborado para um texto para o COMPAHC, em 1986). Este conjunto, ainda com inspiração historicista, soma-se a alguns exemplares que, mesmo muito deteriorados, remetem

ao início da ocupação da região.²⁴ No entanto, esta conjunção historicista logo vai ser ultrapassada por uma “nova conjuntura” rapidamente absorvida pelos profissionais do início do século, o que fica bastante claro quando comparamos as obras anteriores à 1a Guerra com as construídas

Conjunto art déco da avenida Farrapos, Porto Alegre.



depois do conflito. Um bom exemplo é o do Moinho Rio-Grandense, também obra de Wiedersphan, um “volume prismático perfeito – não fosse a imposição da municipalidade que exigia um chanfro nas esquinas das ruas, cuja única decoração eram discretas pilastras”.²⁵

Este proto-racionalismo vai marcar a arquitetura industrial produzida na área, que, de uma maneira geral, é caracterizada por volumes prismáticos e simples, especialmente no eixo da Rua Voluntários da Pátria. Esta direção, de certa forma favorecida pela própria tipologia industrial, vai conviver com uma maior proximidade da atitude historicista na arquitetura residencial, que, embora simples, mantém alguma ornamentação. Em alguns trechos pode-se notar inclusive certo caráter étnico, com um acento germânico, como, por exemplo, no “conjunto alemão” na rua São Carlos, e na “Sociedade Florida”, na qual se reuniam os alemães da região.

A racionalização e simplificação estendem-se às soluções residenciais, especialmente naquelas soluções multifamiliares, como o expressivo conjunto art déco da avenida Farrapos, que neste momento desempenha o papel de ligação do centro da cidade com o aeroporto. Edson Mahfuz, num artigo apresentado no 1o Seminário Internacional sobre Art déco na América Latina (1997), chama a atenção para esse conjunto, anotando que embora a Avenida Farrapos nada tivesse a ver com a Ocean Drive, de Miami:



Conjunto de casas operárias, 4º Distrito, Porto Alegre.

bastaria que se pintassem os seus edifícios para que eles passassem a ser admirados como os daquela famosa avenida americana, pois em termos de arquitetura ambas apresentam edifícios de formas simplificadas, com presença recorrente de simetria bilateral, alguns desenvolvimentos volumétricos semi-circulares nas fachadas e marcações de esquina.²⁶

O bairro São Geraldo também é marcado pela convivência de estruturas industriais e residenciais, como fica caracterizado no exemplo da Indústria Fiatece, que conjuga pioneiramente fábrica e moradia. Nesta região podem ser identificados também significativos conjuntos de casas operárias, bastante simples, notadamente na avenida Guido Mondin e nas ruas São Paulo



*Renner DC
Navegantes, Porto
Alegre.*

e Polônia, estruturas complementares à multiplicação de indústrias na área. Dignos de menção são ainda dois moinhos de Theo Wiedersphan.²⁷ Outra característica curiosa a se destacar são as esquinas com “chanfro”, exigência da legislação municipal de então, e que se mantém de forma visível em muitas confluências de vias.

Já o bairro Navegantes caracteriza-se por uma estrutura fundiária diferente dos demais, por possuir lotes maiores, já ocupados por indústrias. Ali pode se notar a clara presença de elementos da arquitetura déco e modernista. Nesta área fica visível também o fenômeno apontado por Lineu Castello em seu estudo sobre a região: o esvaziamento industrial e a sua transformação no que ficou conhecido na literatura internacional como brownfields.²⁸ Com essas mudanças, muitos prédios de Navegantes apesar de se manterem de pé apresentam-se hoje “desmembrados e subdivididos em áreas menores para acomodar novos usos”, destinando-se, em geral, “a comércios e serviços informais, e a depósitos ou estacionamentos, nas áreas mais extensas”. Apesar desta decadência física, a “força imagética” da área permanece elevada, como demonstrou estudo de percepção do ambiente, realizado pelo Grupo de Pesquisa em Percepção Ambiental e Desenho Urbano (CNPq-UFRGS), há alguns anos, que registra:

Imagens da forte influência dos tempos do auge industrial da zona, e da industrialização da cidade, apresentaram-se como predominantes nas percepções dos residentes. Um bom número de marcos, estru-

turados como ícones simbólicos da região, atingiram ranking elevado nas listagens de elementos mais percebidos por todos os três segmentos de entrevistados (residentes, trabalhadores e usuários da área). (CASTELLO, 2003, p. 248-249)

Naquela área ainda é digno de nota ainda o esforço de “re-arquitetura” realizado na intervenção que ficou conhecida como “Distrito Comercial Navegantes”. Resultado de projeto de reciclagem de antigas edificações industriais da empresa Renner às quais foram acrescidas novas construções, o DC-Navegantes constitui-se num centro de compras à maneira dos shoppings abertos. Segundo CASTELLO (2003, p. 250), as novas atividades ali introduzidas já extrapolam os limites da rua que inicialmente recebeu o DC-Navegantes, começando a espalhar a sua influência pelo bairro, onde têm aparecido novos empreendimentos comerciais.

Aqui também não se abriu mão da metodologia tradicional de inventários: para o processo de seleção final, utilizaram-se fichas específicas preparadas para as unidades, nas quais constavam as características arquitetônicas e construtivas dos prédios - tipologia, morfologia, tipo de construção - estado de conservação, assim como os critérios de preservação e um registro fotográfico dos mesmos. A esses foram acrescidos, porém, instrumentos que já apontam para a perspectiva mais urbana adotada, produzindo-se perfis detalhados com as volumetrias de cada um dos quarteirões da área. Além disso, foram consideradas sempre as chamadas Áreas Especiais de Interesse Cultural (2º PDDUA) previstas para o 4º Distrito, e que correspondem ao DC Navegantes, à área da Neugebauer, à FIATECI, ao conjunto localizado nas ruas Comendador Coruja e Pelotas e à área da Cervejaria Brahma.²⁹ A partir de todas essas informações e da aplicação circunstanciada dos critérios enunciados, pôde-se, então, chegar a uma listagem final dos imóveis isolados e conjuntos pertencentes ao Inventário do Patrimônio Cultural da região do 4o Distrito, agrupando-se os imóveis em “de estruturação” e “de compatibilização”. Com isso, estabelece-se aqui, como tem sido praxe em Porto Alegre, uma dinâmica mais abrangente de preservação, utilizando-se o inventário não só como instrumento de registro, mas como um efetivo instrumento de controle do desenvolvimento da paisagem urbana.

Essa dinâmica, já incorporada no próprio Plano Diretor da cidade há muitos anos e corporificada em prática institucional pela ação da Equipe do Patrimônio Cultural, terminou levando à regulamentação do instrumento do inventário em Porto Alegre, através da Lei Complementar Nº 601, de 23

de outubro de 2008, que “dispõe sobre o Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município”, numa das primeiras iniciativas nesse sentido no Brasil. Nessa lei, se estabelece que o Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município indicará as edificações Inventariadas de “Estruturação” e de “Compatibilização”, adotando as mesmas classificações já trazidas pelo Plano Diretor. É interessante percebermos como ali se submetem as edificações de “estruturação” a um tipo de proteção análogo ao do próprio tombamento, estabelecendo-se que essas “não podem ser destruídas, mutiladas ou demolidas, sendo dever do proprietário sua preservação e conservação”, podendo ser autorizadas, “mediante estudo prévio junto ao órgão técnico competente”, “a demolição parcial, a reciclagem de uso ou o acréscimo de área construída, desde que se mantenham preservados os elementos históricos e culturais que determinaram sua inclusão no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município”. (Art 10)³⁰ Além disso, a analogia prossegue, na medida em que os imóveis arrolados para inclusão no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município são passíveis de impugnação pelo proprietário, tendo esses 30 dias para o exercício desse direito (art. 7º). Já no que se refere às edificações Inventariadas de Compatibilização, essas poderão ser demolidas ou modificadas, “por meio de Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU), devendo a intervenção ou a edificação que a substituir observar as restrições necessárias à preservação cultural e histórica da edificação de Estruturação e do entorno a que estiver vinculado, bem como à paisagem urbana” (Art. 11), mantendo-se, com isso, a idéia original do controle do desenvolvimento da paisagem urbana. Finalmente, chama a atenção a utilização que a lei faz do instrumento urbanístico da Transferência do Potencial Construtivo, que poderá ser utilizado em parte para a restauração ou preservação das edificações Inventariadas de Estruturação (Art.16), devendo o Município publicar anualmente “a área preferencial de abrangência” para os imóveis inventariados interessados em participar desse programa de incentivos, e fixar o montante de índices construtivos disponibilizados e o valor destinado aos incentivos.

*

REGISTRO CULTURAL: UM NOVO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E SEUS DESAFIOS

O patrimônio imaterial ou intangível tem se tornado objeto de crescente atenção no campo acadêmico e das políticas de preservação. É interessante perceber que, em 1989, quando a UNESCO estabeleceu a “Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular”, poucos Estados Membros se interessaram pela sua aplicação. Vários acontecimentos, no entanto, mudaram o quadro nos anos 1990: a emergência de numerosos grupos étnicos que procuravam sua identidade em suas culturas tradicionais; as comemorações do 5o Centenário do Descobrimento das Américas; e, principalmente, a rápida expansão da economia de mercado pelo mundo e o tremendo progresso das comunicações e das tecnologias de comunicação e informação. Na esteira da globalização avassaladora, parece reaparecer com força a questão das identidades culturais locais, que são amplamente lastreadas nesta dimensão “imaterial” do patrimônio.¹

Nesta última década, a UNESCO começa a implantar um amplo programa na área, instituindo ações como a nomeação dos “Tesouros Humanos Vivos” e, mais recentemente, a “Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade”. Além disso, foi aprovada em outubro de 2003 a “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível”, preparada por meio de estudos técnicos e discussões internacionais com especialistas, juristas e membros dos governos, que regula o tema do patri-



*Marujada, Serro,
Minas Gerais.*

mônio cultural imaterial, complementando a “Convenção do Patrimônio Mundial”, de 1972, que cuida dos bens tangíveis, de modo a contemplar toda a herança cultural da humanidade. Naquele documento, se define o “patrimônio cultural imaterial” como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”². Como explica a página web da UNESCO, a comunidade internacional teria adotado a Convenção de 2003 justamente porque esse patrimônio cultural intangível ou imaterial, as “expressões de vida e tradições que comunidade, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes”, seria “particularmente vulnerável”, “uma vez que em constante mutação e multiplicação de seus portadores”⁽³⁾.

Por sua vez, a “Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade”, estabelecida pela UNESCO, procura fazer uma amostra do patrimônio representativo de todo o globo, contando hoje com 90 nomeações de Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, de todos os continentes, proclamadas em 2001, 2003 e 2005. Fazendo jus ao caráter de diversidade pressuposto na atuação da UNESCO, esses bens culturais são de natureza bastante diversa, indo desde a iso-polifonia dos cantos da Albânia, até o patrimônio oral Gelede, compartilhado pelo Benin, Nigéria e Togo, passando pelo espaço cultural da Praça Jemaa el-Fna, no Marrocos, pelos teatros Kabuki e Nogaku, no Japão, pelo drama satírico Güegüense na Nicarágua e pelo teatro de marionetes siciliano Opera dei Puppì, na Itália.



Cartão de boas festas da UNESCO, mostrando bonecos da Opera dei Puppì, teatro de marionetes siciliano da Itália.

No caso do Brasil estão nominados o Samba de Roda do Recôncavo Baiano e as expressões orais e gráficas dos Wajapi, no Amapá.

Essa abordagem ampla, no entanto, tem recebido diversas críticas, sendo a principal aquela que aponta a falta de consistência tanto na definição,

quanto na escolha dos bens componentes desta lista. Nesta linha, por exemplo, o antropólogo português Manuel João Ramos anota que uma



*Samba de Roda,
Bahia*

concepção demasiado restritiva do conceito de “patrimônio cultural” por parte da UNESCO teria conduzido “por reação de inversão” a “uma questionável autonomização do ‘patrimônio cultural imaterial’ ou intangível”. A seu ver, faltaria uma necessária discussão crítica multidisciplinar a respeito dessas ações, sendo o processo de discussão e a aprovação dos mecanismos legislativos e de implantação de um “programa de classificação patrimonial” promovido pela UNESCO “um misto de voluntarismo coletivo, de paternalismo politicamente correto, e de tensão negocial entre duas facções de representantes nacionais “norte vs sul””(4). Apesar dessas críticas, é preciso reconhecer, no entanto, que tal tipo de iniciativa visa primordialmente salvaguardar este tipo de patrimônio, garantindo-lhe maior visibilidade e reconhecimento público. Além disso, tem que se reconhecer também o notável esforço empreendido pela UNESCO nos últimos anos em criar uma lista “inclusiva”, especialmente se comparamos esta iniciativa com a lista dos monumentos mundiais tangíveis, que se concentram majoritariamente na Europa e América do Norte, enquanto a África, por exemplo, com 40 países, tem apenas 7% dos bens nominados.

A grande questão, no entanto, no que concerne ao chamado “patrimônio imaterial” parece-nos ser o deslocamento que ele traz ao próprio campo do patrimônio, ao forçar a constatação de que o fim último da conservação não vai ser a manutenção dos bens materiais por si mesmos, mas muito

mais a manutenção (e a promoção) dos valores incorporados pelo patrimônio. Se quando se trabalhava com uma concepção tradicional de patrimônio, a discussão ainda se centrava majoritariamente no como conservar – restringindo-se a idéia da conservação à sua dimensão física, – com o advento da dimensão imaterial ou intangível o foco teve que se deslocar necessariamente para o âmbito do que conservar e do porque conservar, o que coloca em cena necessariamente a questão dos valores. Se até então, como observamos em capítulo anterior, essa questão podia passar despercebida – ou aparecer apenas secundariamente – a partir de agora ela tem que se explicitar: cada escolha de bens, cujo atributo principal não pode ser encontrado na sua “matéria”, no seu “estado de substância”, mas numa rede intangível de significados, tem que demonstrar seus critérios de articulação e a sua razão de ser. E mais: a própria operação de salvaguarda tem que ser repensada: afinal, como tratar aquilo que é, além de intangível, dinâmico como a própria cultura? Que estratégias desenvolver para se lidar com essa dimensão, longamente ignorada do patrimônio. Para tentar responder, ainda que provisoriamente a essas questões, esse capítulo vai abordar, além da inovação conceitual trazida pela idéia do patrimônio imaterial, a trajetória dessa discussão no Brasil, tomando especificamente o instrumento do “registro cultural”, recentemente introduzido em nosso país.

Antecedentes: Mário de Andrade e Aloísio de Magalhães

Se hoje experimentamos uma revisão no próprio campo do patrimônio, como mostramos, dando-se uma ênfase cada vez maior à sua dimensão imaterial ou intangível, é importante que se anote que no Brasil temos antecedentes importantes dessa discussão, que já se manifesta na cena nacional desde os anos 1930. Aqui caberia citar a atuação pioneira de Mário de Andrade,



*Mário de Andrade,
por Di Cavalcanti.*

de Andrade, à época diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, que, a pedido de Gustavo Capanema, elabora o projeto da organização de um serviço de patrimônio nacional que já trabalha com uma concepção ampla do campo. Em sua proposta, Mário de Andrade contemplava o que denomina de “artes patrimoniais”, entendendo, no entanto, “arte” numa acepção muito ampla, como uma “palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos.” (ANDRADE, 1981, p.44)

Neste sentido, a sua concepção aproxima-se da concepção contemporânea de patrimônio cultural, de base antropológica, que combina de forma inextricável as suas dimensões material e intangível. Nas definições do Anteprojeto de Mário de Andrade, então, entende-se por “patrimônio artístico nacional”, “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil.” Para trabalhar, no entanto, com um universo tão amplo, Mário de Andrade distribui as “artes patrimoniais” em oito categorias: “arte arqueológica”, “arte ameríndia”, “arte popular”, “arte histórica”, “arte erudita nacional”, “arte erudita estrangeira”, “artes aplicadas nacionais” e “artes aplicadas estrangeiras”, propondo a sua inscrição “individual ou agrupadamente”, em quatro livros de tombamento para que fizessem parte do Patrimônio Artístico Nacional. É interessante percebermos que embora subordine a declaração de um bem ao seu tombamento oficial, a sua concepção de patrimônio não estará na coisa em si, mas muito mais no processo de sua criação e no seu processo de reconhecimento. Com isso, Mário adianta em muitas décadas uma discussão que ganharia corpo, por exemplo, no documento “Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular” da UNESCO, firmado apenas em 1989, em Paris, onde se reconhece essa dimensão do patrimônio, tratando-se das línguas, literaturas, música, danças, jogos, mitologias, rituais, costumes, artesanatos, entre outros.

Ao trabalhar com esse conceito tão amplo, Mário de Andrade se defrontou também com uma questão que viria a preocupar os órgãos de preservação décadas depois: como preservar esse universo tão amplo, essencialmente mutável e intangível. Também de forma semelhante ao que se ia fazer mais tarde, o escritor paulista vai se empenhar particularmente no processo de conhecimento e registro dessas manifestações, tanto individualmente – como “turista aprendiz” -, quanto, mais tarde, como chefe do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1935-1938)

Já em 1926, Mário confessava em carta ao seu amigo, Câmara Cascudo, sua ânsia em conhecer profundamente o Brasil:

Tem momentos em que eu tenho fome, mas positivamente física, fome estomacal de Brasil agora. Até que enfim sinto que é dele que me alimento! Ah! se eu pudesse nem carecia você me convidar, já faz sentido que tinha ido por essas bandas do norte visitar vocês e o norte. Por enquanto é uma pressa tal de sentimentos em mim que não espero nem seleciono. Queria ver tudo, coisas e homens bons, ruins, excepcionais

e vulgares. Queria ver, sentir, cheirar. Amar já amo.
(ANDRADE, 1991, p. 35)

A partir dessa inclinação, quase necessidade, Mário realiza diversas viagens pelo Brasil, numa busca de nossas raízes mais profundas, procurando conhecer de perto a cultura popular: em 1927, faz viagens para pesquisa etnográfica, indo para o Amazonas e ultrapassando as fronteiras brasileiras até o Peru; em 1928 e 1929 realiza uma excursão pelo Nordeste, escrevendo ainda diversos ensaios e livros sobre música brasileira. São viagens de exploração pessoal: como “turista aprendiz”, Mário se cerca daquela realidade “exótica”, sentindo o Brasil pré-moderno com todos os seus sentidos. Antonio Gilberto Ramos Nogueira comenta esse mergulho sensorial do poeta no “Brasil profundo”: “Revelar o Brasil, caracterizá-lo física e simbolicamente é estar lá, ver, ouvir, sentir, tocar, cheirar, degustar, também, registrar, catalogar, expor. Nesse itinerário de descobertas o corpo serve como passagem na mediação com o tempo e o espaço do norte, aqui também das origens e da tradição”.⁵ Na sua visão de modernista, o popular, que ainda encontrava em manifestações pujantes em regiões pouco tocadas pela industrialização, seria um importante elemento constitutivo da identidade nacional, podendo fundar uma estética verdadeiramente brasileira. Como observamos em capítulo anterior, é digno mencionar como a aproximação de nossos modernistas ao nosso passado e às tradições populares, assemelha-se à aproximação que as vanguardas européias faziam do primitivo e do arcaico, com a particularidade de o primitivo, aqui, apontar para as nossas raízes nacionais. A redescoberta das culturas primitivas pelas vanguardas corresponderia, no Brasil à redescoberta de uma outra cultura nacional, não oficial -, presente, mas ignorada, na medida em que se mantivera à margem da cultura hegemônica.

Já nos anos 1930, à frente do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1935-1938), Mário “institucionaliza” o registro desses bens culturais, organizando missões que vão percorrer não só o Estado de São Paulo, mas também regiões de Minas Gerais, além de Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco. A seu ver, era da mais alta importância o registro desse imenso patrimônio, ameaçado em grande parte pela mudança das condições de vida em curso no país. Para se realizar esse registro com algum proveito, no entanto, seria necessário superar o estágio de amadorismo que, a seu ver, ainda marcava os registros usualmente feitos pelos folcloristas, e se partir para uma documentação “científica”, apoiada em métodos etnográficos. O diretor do Departamento de Cultura teoriza a respeito:

A etnografia brasileira vai mal. Faz-se necessário que ela tome imediatamente uma orientação prática baseada em normas severamente científicas. Nós não precisamos de teóricos, os teóricos virão a seu tempo. Nós precisamos de moços pesquisadores, que vão à casa do povo recolher com seriedade e de maneira completa o que esse povo guarda e rapidamente esquece, desnordeado pelo progresso invasor. (ANDRADE, 1936)

Para realizar esse registro necessário, Mário vai lançar mão, então, tanto de instrumentos teórico-metodológicos mais precisos, advindos da etnografia – através dos cursos de Dina Lévi-Strauss, quanto dos recursos técnicos mais modernos – gravação, fotografia, filmagem, sendo a Discoteca Pública Municipal de São Paulo, divisão do Departamento de Cultura, o repositório de todo o material coletado⁶. De todos os lugares da memória inventariados, a Missão “trouxe o Brasil na mala”.

São pedaços do Brasil: lugares, festas, músicas, danças, falas, costumes, religiosidades, gestos, saberes, saber-fazer, manifestações de vida descobertas e materializadas em 1.066 fotos, nove rolos de filme, 168 discos 78 RPM, 770 objetos e vinte cadernetas de campo. Todo esse material será cuidadosamente sistematizado por Oneyda Alvarenga e parte divulgada na coleção “Arquivo Folclórico” (v.I: Melodias registradas por meios não mecânicos, 1946, e v.II: Catálogo ilustrado do Museu do Folclore, 1948) e na coleção Registros sonoros de folclore musical brasileiro (RS-FMB), concebida para auxiliar a audição dos discos masterizados (v I.: Xangô, 1948; v.II: Tambor de Mina e Tambor de Crioulo, 1948; v.III: Catimbó, 1949; v.IV: Babaçuê, 1950; e v.V: Cheganças de Marujo, 1956). (NOGUEIRA, 2007, p. 266)

Todo esse trabalho, no entanto, vai ser interrompido quando Mário de Andrade se demite do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, em 1938, insatisfeito com os rumos do Estado Novo. O rico material recolhido em alguns anos de pesquisa, guardado pela Secretaria Municipal de Cultura, foi sendo disponibilizado aos poucos para consulta, resultando, ao longo de várias décadas, em importantes exposições e publicações. Finalmente, em 2007, o próprio IPHAN reconhece publicamente o valor desse acervo, tombando o material audiovisual referente ao acervo histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, nome que ganhou a partir de 1987 a antiga Discoteca Pública Municipal de São Paulo.

Como é comum no Brasil, marcado pela descontinuidade administrativa, essa temática só vai ser retomada de forma institucional nos anos 1970, quando Aloísio Magalhães implanta o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). O contexto já vai ser completamente diferente: se nos anos 1930/1940, Mário dirigia-se a um Brasil “pré-moderno” em busca das raízes e da identidade nacional, na década de 1970 a industrialização se espalhava célere pelo país, com o mundo ocidental vivendo o que Aloísio Magalhães definia como “achatoamento”, “uma espécie de fastio, monotonia, achatamento de valores causado pelo próprio processo de industrialização muito acelerado e sofisticado. Enfim, o mundo começou a ficar chato” (MAGALHÃES, 1997, p. 115). Com sua visão arguta, Magalhães acreditava que esse processo – análogo ao que hoje se percebe na esteira da globalização – levaria as culturas locais a perderem suas características, sendo sua grande preocupação a “perda da identidade cultural dos países no mundo moderno”, a perda de sua “identidade cultural, isto é, a progressiva redução dos valores que lhes são próprios, de peculiaridades que lhes diferenciam as culturas” (MAGALHÃES, 1997, p.54).

Pintor, designer e administrador cultural, Aloísio Magalhães se junta, então, a um pequeno grupo, sediado no Ministério da Indústria e Comércio,

do qual participavam o próprio ministro Severo Gomes e o diplomata e então secretário de Cultura do Distrito Federal, Vladimir Murtinho, para propor, em 1975, a instalação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que viria justamente responder a essa questão, através do desenvolvimento de um banco de dados – ou sistema de indexação sobre a cultura brasileira, que seria um “organismo capaz de estabelecer um sistema referencial básico, a ser empregado na descrição e na análise da dinâmica cultural brasileira”.⁷ Para isso, utilizava-se de um conceito básico – o de “referência cultural”, que deixa claro que já não se tratava



Logomarcas criadas por Aloísio Magalhães

de “objetos” mas das “referências” a eles, escapando-se de uma visão reificada da cultura e procurando focalizá-la como um processo. Maria Cecília Londres Fonseca comenta sobre esse conceito:

A expressão referência cultural tem sido utilizada, sobretudo, em textos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais. Essa perspectiva plural de algum modo veio descentrar os critérios considerados objetivos, porque fundados em saberes considerados legítimos que costumavam nortear as interpretações e as atuações no campo da preservação de bens culturais. (FONSECA, 2005, p. 112-113)

O programa foi formalizado em 1976, através de um convênio multiinstitucional envolvendo a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a Caixa Econômica Federal, o Ministério da Indústria e Comércio, o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério do Interior, o Ministério das Relações Exteriores, a Fundação Universidade de Brasília e a Fundação Cultural do Distrito Federal, aos quais se juntaram ainda em 1978, o Banco do Brasil e o Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Condizente com sua ampla proposta, o órgão organizou quatro programas de estudo: “Mapeamento do Artesanato Brasileiro”, “Levantamentos Sócio-culturais”, “História da Ciência e da Tecnologia no Brasil” e “Levantamento de Documentação sobre o Brasil”, e realizou projetos nas diversas regiões do país. Em quatro anos de trabalho, foram desenvolvidos 27 projetos, dentre os quais podem se citar aqueles direcionados ao artesanato da cerâmica e da tecelagem; ao artesanato de transformação e reciclagem; ao museu ao ar livre de Orleans (SC); à produção de banana-passa na região fluminense; e tantos outros, que procuravam romper com a idéia de identidade hegemônica (FONSECA, 1997, p. 165-166).

É interessante percebermos que esse resgate não tinha um viés nostálgico ou passadista, ligando-se a uma visão bastante atual de desenvolvimento, que considerava os bens culturais como possíveis instrumentos “para um desenvolvimento harmonioso”. Aloísio Magalhães não aceitava os programas de desenvolvimento econômico baseados na importação de tecnologia, por dois motivos principais:

em primeiro lugar, a demora no processo de redistribuição dos benefícios inicialmente acumulados nos grande complexos empresariais; e, em segundo lugar, a gradativa perda de autonomia nacional pelos países receptores de tecnologia, assim destinados à inevitável dependência. Sem falar em perda mais sutil, não menos insidiosa, a do caráter nacional desses países. (MAGALHÃES, 1997, p. 56)



Caju.

Ao invés de simplesmente assimilar os avanços tecnológicos mais recentes, muitas vezes em detrimento de antigas tradições de natureza artesanal, cabia, a seu ver, se indagar pelo potencial criador da tradição para se forjar um modelo de desenvolvimento mais compatível com as diversas realidades culturais ao redor

do globo. Com esse procedimento, poderia ser evitado o “achatamento” trazido pela globalização e pela imposição de modelos e padrões externos à multiplicidade das culturas, com seus diversos caminhos.

Dentre os diversos trabalhos desenvolvidos, o projeto multidisciplinar do caju poderia exemplificar bem essa perspectiva adotada pelo CNRC. Produto natural do Brasil, o caju teria sido escolhido para essa análise por ter “três grandes predicados”: “ser conhecido desde o descobrimento e usado até hoje”, ter uma imensa abrangência espacial, sendo conhecido “desde Santa Catarina até o Pará” e pela “diversidade de usos e produtos” que dele derivam (MAGALHÃES, 1997, p. 227). Esses atributos fariam dele um “caso exemplar, absolutamente exemplar, para um estudo do universo do produto e da cultura”, na medida em que transporia a “barreira do cultural” e do natural, constituindo um objeto que, de fato, permitiria uma abordagem transversal:

Então essa riqueza na relação homem-natureza é, a meu ver, muito bem configurada no caso do caju. E faz com que ele seja verdadeiramente um objeto de estudo muito importante. E o que nós estamos tentando demonstrar é a seguinte pergunta: até que ponto nessa trajetória de evolução cultural do passado histórico, do descobrimento até hoje, a interação, o uso desse produto natural, está sendo enriquecida ou não? E o que se verifica, e o que indica esse estágio do estudo é que, de certo modo, nós estamos desaprendendo em vez de aprender mais. Quer dizer, estamos empobrecendo em vez de enriquecê-lo.” (MAGALHÃES, 1997, p. 229).

Com esse empobrecimento, o Brasil estaria perdendo, na visão de Aloísio Magalhães, um componente que poderia ser importante numa política mais sensata de desenvolvimento. Assim, por exemplo, se no século XIX

ainda havia vários pequenos fabricantes de vinho do caju no Brasil, naquele momento restaria apenas uma fábrica, na Paraíba. Isso para não se falar nas propriedades químicas e terapêuticas da fruta, bem conhecidas no período colonial e completamente esquecidas então no país, enquanto já gerara centenas de patentes para países como a Índia, os Estados Unidos, Inglaterra e Japão. Por seu imenso potencial protéico, a castanha do caju poderia ainda ser usada como complementação alimentar, potencial já percebido também por diversos países, sendo que nós brasileiros, produtores da fruta, hoje “comparamos de volta os derivados de caju, já manufaturados pelos americanos, ingleses, japoneses”. (MAGALHÃES, 1997, p. 230)

Outro trabalho digno de menção foi o Projeto Tecelagem Manual no Triângulo Mineiro, desenvolvido no âmbito do Programa Tecnologias Patrimoniais, um dos poucos trabalhos realizados em que todas as fases propostas foram cumpridas, o que permitiu avaliação da experiência (FNPM, 1984; MAUREAUX, 1986). Neste caso, tinha-se tanto uma área bem delimitada, o Triângulo Mineiro, quanto objetivos bem claros: documentar e compreender essa atividade artesanal, para se pensar em projetos para seu incentivo. Utilizando-se diversos meios de registro (fotos, desenhos, vídeo, textos, uso do computador para reproduzir padrões, etc.), o projeto empreendeu a uma minuciosa coleta de informações sobre os diferentes elementos envolvidos: a tecnologia, os padrões, os produtos, as diferentes orientações da prática, a história, os contextos em que essas práticas se davam, as tecedeiras, etc. Como relata Maria Cecília Londres, no início da pesquisa, que incorporou a contribuição do trabalho realizado por Edmar de Almeida, partia-se de uma perplexidade: por que ainda se tece no Triângulo Mineiro, tendo em vista que, economicamente, essa atividade não é mais compensadora?, e de uma indagação: haverá condições e haverá interesse, sobretudo por parte das tecedeiras, em intervenções com o objetivo de se preservar essa atividade? (FONSECA, 2005, p. 117) Após realizar o inventariamento, a pesquisa apontou que o retorno mais produtivo para as próprias tecedeiras seria um catálogo que reunisse padrões e códigos para tecer os produtos, aumentando o seu repertório e lhes permitindo um melhor diálogo com os fregueses; para outras esferas do público produziram-se outros produtos, como uma publicação e um vídeo de divulgação, que, além de registrar, poderiam “propiciar, aos eventuais consumidores, melhor compreensão do que é a tecelagem manual, aproximando, assim, a demanda daquilo que o produtor pode efetivamente oferecer”.

Essa experiência durou alguns anos, tendo o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) se fundido com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1979, quando Aloísio Magalhães foi convidado a presidir esse último. Em sua curta gestão à frente do IPHAN, Magalhães realizou a reforma institucional do Instituto, incorporando não somente o CNRC, mas também o PCH (Programa de Reconstrução das Cidades Históricas) muito ativo à época. No entanto, a morte prematura de Aloísio Magalhães, em 1982, na Itália, quando participava da Reunião de Ministros da Cultura dos Países Latinos, interrompeu essa trajetória, e a discussão sobre o patrimônio imaterial só vai ser retomada anos mais tarde.

Registro cultural, um novo instrumento

Esta temática só vai ser retomada com a redemocratização do país, na feitura da nova Constituição Federal, promulgada em 1988 depois de um amplo processo de discussão, com envolvimento de vários setores da sociedade brasileira. Ali se reserva, de fato, um tratamento inovador às questões referentes à preservação cultural, assentando-se esta sobre o conceito mais abrangente de “bem cultural”. Assim, a Carta Magna brasileira define:

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A nova Constituição revê o conceito de patrimônio cultural, absorvendo a ampliação conceitual de que ele vinha sendo objeto, e passa a tratar também dos bens imateriais, falando nas “formas de expressão” e nos “modos de criar, fazer e viver”, que são manifestações eminentemente intangíveis. Além disso, percebe-se preocupação análoga no tratamento conferido às comunidades indígenas, agora protagonistas de capítulo autônomo da Constituição Federal, onde se fala da tutela de seus “costumes, línguas,

crenças e tradições”, (art. 231 da CF).

Assim, pode-se perceber como as definições trazidas pela Constituição Federal, ao contemplar pela primeira vez bens que, embora dotados de grande significação para a cultura brasileira, jamais haviam merecido atenção legislativa, se afinam com as discussões mais recentes no plano internacional, estando em harmonia, por exemplo, com as formulações da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, da UNESCO, firmada em 2003. Com isso, rompe-se com uma visão, ainda cristalizada nos nossos instrumentos jurídicos anteriores, que restringia a proteção do patrimônio aos bens tangíveis, num enfoque reificado da cultura compreendendo-se o patrimônio com esse novo enfoque não mais como um produto, mas como um processo.⁸



Pão de queijo.

No entanto, não bastava definir o patrimônio de forma mais ampla: era necessário também se propor medidas efetivas para a proteção desta dimensão, desafio que já se colocara desde o anteprojeto de Mário de Andrade e as primeiras formulações do SPHAN, que, por razões operativas, termina por se concentrar no chamado patrimônio “pedra e cal”. No caso da Constituição de 1988, só muitos anos depois de sua aprovação é que vão se adotar políticas públicas efetivas para responder a essas novas formulações, com a promulgação do Decreto 3551/2000, que cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)⁹, que visa à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio. Para isso, o PNPI busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estadual e municipal, universidades, organizações não-governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura, à pesquisa e ao financiamento, atuando nas linhas de pesquisa, documentação e informação; sustentabilidade; promoção e capacitação.

Seus principais instrumentos são o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), instrumento legal e técnico, respectivamente. Respeitando a diversidade desse novo campo, o Decreto 3551 propõe o registro dos bens culturais,

segundo sua natureza, nos seguintes livros: Livro de Registro dos Saberes, para os “conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades”; Livro de Registro de Celebrações, para os “rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social”; Livro de Registros das Formas de Expressão, para as “manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas”; e Livro de Registro dos Lugares, para “mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas”, podendo ainda ser criados novos livros para abarcar melhor as especificidades do patrimônio. De 2002 até o início de 2009, já foram registrados 15 bens como Patrimônio Imaterial, permanecendo em andamento 14 processos de registro.

Denominação	Registro	Representatividade	Data	UF
Ofício das Paneleiras de Goiabeiras	Saberes	Indígena	2002	ES
Kusiwa – Linguagem e Arte Gráfica Wajãpi	Formas de expressão	Indígena	2002	AM
Círio de Nossa Senhora de Nazaré	Celebrações	Católica	2005	PA
Samba de Roda do Recôncavo Baiano	Formas de expressão	Afro-brasileira	2004	RJ
Modo de Fazer Viola-de-Cocho	Saberes	Católica	2005	MT/MS
Ofício das Baianas de Acarajé	Saberes	Afro-brasileira	2005	BA
Jongo no Sudeste	Saberes	Afro-brasileira	2005	RJ/SP
Cachoeira de Iauaretê	Lugares	Indígena	2006	AM
Feira de Caruaru	Lugares	Popular	2004	PE
Frevo	Formas de expressão	Afro-brasileira	2006	PE
Tambor de Crioula do Maranhão	Formas de expressão	Afro-brasileira	2007	MA
Samba do Rio de Janeiro	Formas de expressão	Afro-brasileira	2006	RJ
Modo artesanal de fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre	Saberes	Popular	2008	MG
Registro da Capoeira e Ofício dos Mestres da Capoeira	Saberes	Afro-brasileira	2008	Nacional
Modo de Fazer Renda Irlandesa	Formas de expressão	Popular	2008	SE

Livros de Registro do PNPI
 Fonte: IPHAN, 2009.

Reconhecendo o caráter dinâmico de tais bens, o Decreto prevê também que o IPHAN fará uma avaliação periódica desses bens, no máximo a cada dez anos, para retificar ou ratificar o título a eles conferido de Patrimônio Cultural do Brasil, podendo os mesmos, se não revalidados, ser mantidos apenas como uma “referência cultural de seu tempo”. Esse viés demonstra claramente o entendimento por trás deste novo instrumento, que não pretende “congelar” o bem cultural, mas simplesmente registrar bens de natureza processual e dinâmica, que, como a própria cultura, está sempre em processo de transformação. Com isso, reconhece-se também a necessidade de se estabelecerem políticas distintas, flexíveis o suficiente para ajudarem na preservação desses bens.

É importante perceber também que ao mesmo tempo em que este instrumento dá legitimidade e promoção ao bem como sendo integrante do patrimônio cultural do Brasil, atribui ao Governo uma responsabilidade menos ativa, ou menos direta com relação à sua proteção que no caso do tombamento. Se no caso do tombamento, o poder público e o proprietário eram co-responsáveis pela proteção do bem, no caso do registro se estabelece uma política de promoção dos bens culturais, através do seu reconhecimento e valorização como patrimônio nacional, com o objetivo de impulsionar parcerias com outros segmentos, como a indústria do turismo ou universidades, por exemplo, de forma a se estabelecer condições de sustentabilidade. Como bem se define, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, vinculado ao Ministério da Cultura (MinC), teria como principal objetivo “promover a implantação de uma rede de parceiros que, somando esforços, contribuam para a ampliação e a valorização de nosso patrimônio cultural, de modo a torná-lo efetivamente representativo da diversidade étnica e cultural do Brasil” (Minc, 2003, p.35). A nosso ver, se isso muda os papéis de cada um dos agentes, isso não poderia ser de outra forma, dado o caráter dinâmico dos bens contemplados pelo registro cultural.



Construção em adobe.

Queijo do Serro, registrado como patrimônio imaterial do Estado de Minas Gerais e do Brasil.



Da mesma forma que o tombamento, a regulamentação desse instrumento em nível federal influenciou os outros entes federativos, e tanto estados como municípios começaram a criar mecanismos análogos. Assim, por exemplo, o registro foi regulamentado em Minas Gerais pelo Decreto nº 42.505, de 15 de abril de 2002, que “institui as formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais”, com uma estrutura muito similar a da lei federal, realizando-se logo em seguida o registro do “Modo de fazer do queijo artesanal da região do Serro”. Aqui poderíamos citar também um trabalho pioneiro, do qual participamos: ainda em 2000, o registro cultural foi regulamentado no município de Betim (MG), a partir de um projeto que

Artesã utilizando tear chileno, no Salão do Encontro, em Betim (MG).



levantou as possibilidades desse instrumento de preservação, alternativo e efetivo para tratar o chamado patrimônio imaterial, investigando-se também instrumentos similares no mundo e as tentativas que se faziam no nível federal para se trabalhar esse tipo de proteção. Com isso, foi proposta

a regulamentação do registro cultural em nível municipal, que se corporificou no Decreto Municipal 16.385, em 26 de outubro de 2000. Em seguida a essa regulamentação o município, através de sua Fundação de Arte de Betim (FUNARBE), realizou um primeiro registro cultural, tomando como objeto o “Salão do Encontro”, entidade que promove a preservação de várias formas de saber tradicional ligadas ao artesanato.¹⁰



Salão do Encontro, em Betim (MG).

Como um instrumento técnico complementar ao Registro Cultural, o IPHAN desenvolveu o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que tem como objetivo, na sua formulação oficial, “produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social”.¹¹ Além das categorias estabelecidas no Registro, o INRC vai contemplar ainda edificações associadas a certos usos, a significações históricas e a imagens urbanas, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. Como já discutimos em capítulo anterior, o inventário tem se mostrado um extraordinário instrumento

de preservação, não só por conseguir trabalhar com uma determinada base espacial – cuja escala pode variar referindo-se a um a vila, a um bairro, uma mancha urbana e mesmo a uma cidade –, mas principalmente por conseguir mostrar, dentro daquela base, as relações que os diversos bens culturais têm entre si. Sua metodologia tem a liberdade de ir do geral ao particular, do material ao imaterial, da tradição à reinvenção, pois não se prende a nenhum paradigma imobilizador ou a nenhuma utopia museificante. Ele parte do princípio que entende a cultura como um processo vivo, e “no limite, ele propõe, em seu conjunto, o que chamaria de uma epistemologia com base nas ontologias ou nos conhecimentos produzidos sobre cada um dos bens inventariados” (OLIVEIRA, 2004, p.3). Assim, como anota Ana Gita Oliveira, o inventário pode constituir, de fato,



Artesã utilizando tear mineiro, no Salão do Encontro, em Betim (MG).

instrumento organizador dos conhecimentos locais em nexos regionais e nacionais, realizando também a síntese da dicotomia, já superada, entre o material e o imaterial, referida na Constituição Federal de 1988. Vale lembrar, porém, que essa dicotomia traduziu-se, durante as décadas de 70 e 80, em uma tensão estruturante do campo patrimonial. O INRC propõe a sua superação. Ele permite ainda entender a abrangência dos processos culturais definidores desses bens, do poder transformador dos padrões culturais em curso, identificando as transformações nas tradições a que pertencem. (OLIVEIRA, 2004, p.3)

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial já realizou, até o início de 2009, sete inventários, estando 25 em andamento, enquanto quatro inventários foram realizados em parceria com órgãos públicos ou filantrópicos. (quadro na página ao lado)

Como se vê, trata-se de um processo em curso, estando o INRC ainda em processo de avaliação e adequação, suscitando várias questões, assim como todos os outros instrumentos relativos ao registro e a salvaguarda dos bens imateriais. No entanto, cabe destacar o grande interesse que tais instrumentos têm despertado na sociedade, multiplicando-se, por exemplo, os pedidos junto ao IPHAN de registro e de utilização da metodologia do INRC. Frente a essa última demanda, o IPHAN vai instituir em 2009 parâmetros gerais para o “licenciamento” para a utilização do INRC, instrumento técnico de levantamento e pesquisa das referências culturais, que passa a poder ser aplicado também por pessoas físicas e jurídicas externas ao órgão federal. Com isso, o instrumento pode ganhar em abrangência, permitindo-se criar um banco de dados amplo e alimentado, no espírito da Constituição Federal, “com a colaboração da comunidade”.

Finalmente, cabe chamar a atenção para outro importante instrumento institucionalizado pelo IPHAN, os planos de salvaguarda, que, na mesma linha desenvolvida pela UNESCO(12), vão atuar na melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução, que possibilitam a existência do bem cultural de forma a apoiar sua continuidade de modo sustentável. Esse apoio pode acontecer de variadas formas, podendo viabilizar desde a ajuda financeira a detentores de saberes específicos, objetivando a sua transmissão, a organização comunitária ou a facilitação de acesso a matérias primas. O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial já realizou os seguintes Planos de Salvaguarda: Arte Kusiwa – Pintura corporal e Arte gráfica Wajãpi; Samba de Roda do Recôncavo baiano; Ofício das Paneleiras de Goiabeiras; Viola-de-Cocho. As ações prioritárias nesses Planos de salvaguarda, pautadas pelas questões observadas nos inventá-

Inventários do PNPI	
Denominação	UF
1 - Círio de Nossa Sra. de Nazaré – Belém	PA
2 - Ofício das Baianas de Acarajé – Salvador	BA
3 - Viola de Cocho	MS/MT
4 - Jongo	RJ/SP
5 - Cerâmica Candéal	MG
6 - Bumba-Meu-Boi	MA
7 - Museu Aberto do Descobrimento	BA
8 - Povos Indígenas do Alto Rio Negro em Manaus	AM
9 - Ilha de Marajó	PA
10 - Tacacá	PA
11 - Cuias de Santarém	PA
12 - Farinha de Mandioca	PA
13 - Natividade	TO
14 - Centro Histórico de São Luís	MA
15 - Rio de Contas	BA
16 - Rotas da Alforria – Cachoeira e São Félix	BA
17 - Região do Cariri	CE
18 - Festas do Largo de Salvador	BA
19 - Feira de Caruaru	PE
20 - Comunidades Quilombolas de Pernambuco	PE
21 - Feiras do Distrito Federal	DF
22 - Congo de Nova Almeida – Serra	ES
23 - Bom Retiro – São Paulo	SP
24 - Festa do Divino Maranhense no Rio de Janeiro	RJ
25 - Povo Guarani – São Miguel das Missões	RS
26 - Sítio Histórico de Porongos – Pinheiro Machado	RS
27 - Viola Caipira do Alto e Médio São Francisco	MG
28 - Lapa	PR
29 - Levantamento de documentos sobre o Estado de Sergipe	SE
30 - Cerâmica de Rio Real	BA
31 - Queijos Artesanais	MG
32 - Toque dos Sinos	MG
33 - Comunidades Impactadas pela Usina Hidrelétrica de Irapé – Região do Médio Jequitinhonha/MG	MG
34 - Porto Nacional	TO
35 - Parque Nacional Grande Sertão: Veredas/MG	MG
36 - Medicina Tradicional/RJ	RJ

Fonte: IPHAN, 2009.

rios e debatidas com os segmentos sociais envolvidos e interessados, se estruturam em duas linhas gerais: difusão (produção de filmes, cd-rom's e impressos) e articulação/fortalecimento de grupos e comunidades (reuniões, oficinas, etc).

Com isso se retoma aquele desafio que já se colocava para o Centro Nacional de Referência Cultural nos anos 1980: como realizar um trabalho de preservação orientado a partir da noção – ampla e dinâmica – de referência cultural? Não se trata, como no caso da noção tradicional de patrimônio, de se preservar apenas em sua materialidade bens de grande valor, valor esse reconhecido extrinsecamente por técnicos dos órgãos de preservação. Aqui, ao contrário, coloca-se a questão da referência que esses bens vão ter para os próprios sujeitos envolvidos na dinâmica de sua produção, circulação e consumo, reconhecendo-lhes, como anota Cecília Fonseca, o estatuto “de legítimos detentores não apenas de um saber-fazer, como também do destino de sua própria cultura”.¹³

*

CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA: O PROJETO LAGOINHA

Como vimos em capítulo anterior, nos anos 1960 inicia-se uma grande reformulação no campo do patrimônio, com a ampliação crescente deste conceito e do seu campo de abrangência. Como observa Françoise Choay, no que se refere ao chamado patrimônio edificado, este sofre uma tripla ampliação: tipológica (com tipologias “menos nobres”, como a residência do homem comum, lojas e mesmo edificações industriais, entrando no campo da preservação), cronológica (com etapas anteriormente desprezadas sendo consideradas dignas de preservação) e geográfica (com a idéia de monumento histórico, originalmente européia, se espalhando pelo mundo). Junto a essa tríplice expansão, assistiríamos também a uma verdadeira explosão do público envolvido com a temática do patrimônio, emergindo o que a autora francesa denomina, num viés negativo, de “inflação patrimonial”.¹



Zurique, Suíça,
1981.

O cerne de todo este processo vai ser, no entanto, a nosso ver, o deslocamento que se dá no campo dos valores subjacentes à operação de avaliação deste patrimônio, que se desloca da esfera dos valores históricos e artísticos para outra mais ampla, a dos valores culturais e urbanos. Não se trata aqui de uma mera mudança quantitativa, mas da adoção de uma perspectiva diferente, que leva também a uma maneira diferente de se intervir sobre esse patrimônio, que se desloca, como vimos em capítulo anterior, do paradigma da preservação para os da conservação e reabilitação. De fato, já nos anos 1960 começa a se formular a idéia da conservação, que, no campo do patrimônio, designa, segundo a “Carta de Burra”, de 1980, “os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural”. Esse mesmo documento, preparado pelo ICOMOS da Austrália, segue apontando que, “de acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a pre-

servação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas”. Como se pode perceber, a partir da concepção ampliada de seu próprio objeto, a conservação vai apontar para uma dimensão mais dinâmica, passando da idéia da manutenção de um bem cultural no seu estado original para a da conservação daquelas de suas características “que apresentem uma significação cultural”.



Amsterdã, 2008.

Desta forma, enquanto a preservação pressupõe a limitação da mudança, a conservação refere-se à inevitabilidade da mudança e à sua gestão. Não é de se estranhar, portanto, que essa idéia tenha emergido exatamente quando se consolida a idéia do patrimônio urbano, objeto não estático por excelência. Nesta nova perspectiva, passa a ser central a idéia da integração da conservação com políticas mais amplas de desenvolvimento, sendo uma contribuição teórica decisiva a introdução, pela Declaração de Amsterdã de 1975, coroa-

mento do Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico, do conceito de “conservação integrada”, onde se explicita a necessidade da conservação ser considerada não como uma questão marginal, mas como um dos objetivos centrais do planejamento urbano e regional.²

Este capítulo vai apresentar uma reflexão mais detalhada sobre a importante idéia da “conservação urbana” introduzindo ainda a idéia, correlata, da “reabilitação urbana”, perspectivas que se articulam em projetos de diferentes naturezas ao redor do mundo. Para isso, vamos acompanhar inicialmente a reflexão, basicamente européia, sobre a “conservação integrada” (CI) e sua variante, a “reabilitação urbana”, apresentando, em seguida, ainda que rapidamente, algumas reflexões sobre a experiência norte-americana corporificada nos programas *Main Street* (MS). Finalmente, vamos analisar um projeto articulado no Brasil em meados dos

anos 1990, o Projeto Lagoinha, que procurou combinar conservação com reabilitação, numa abordagem integrada.

A idéia da conservação integrada

Se as idéias da conservação integrada e do patrimônio urbano vão ganhar corpo apenas em 1975, nos documentos produzidos no âmbito do Ano Europeu do Patrimônio, é importante perceber que essa reflexão não aparece abruptamente naquele continente, tendo muitos antecedentes, tanto



Piazza Maggiore,
Bologna, Itália.

na reflexão quanto na prática, sobre os centros históricos. Nesse aspecto é bom lembrar a experiência italiana na área, que vem pelo menos do período do entre guerras, com a obra teórica e de planejamento de Gustavo Giovannoni³, e que termina se corporificando na bem sucedida intervenção sobre o Centro Histórico de Bolonha, cuja metodologia se torna uma espécie de paradigma seguido não só na Itália (Ferrara, por exemplo), mas em muitos outros países.⁴ Outro fator importante naquele país vai ser a presença da A.N.C.S.A.,- *Associazione Nazionale Centri Storico-Artistici* -, associação criada em 1960 com o objetivo de “promover iniciativas culturais e operativas para apoiar as administrações públicas na salvaguarda e reestruturação das estruturas históricas existentes”, e que, ao congregar políticos, administradores e intelectuais voltados para a temática dos centros históricos, produz uma convergência única no mundo, que permite à Itália colocar-se na vanguarda das formulações sobre a conservação integrada.⁵

Aqui, no entanto, é importante perceber que quando se celebra o Ano Europeu do Patrimônio, em 1975, pretende-se ir muito além da idéia tradicional de patrimônio: organizada pelo Conselho da Europa, com o objetivo de “outorgar à conservação do patrimônio histórico, cultural e imobiliário da Europa o lugar que lhe corresponde no contexto do planejamento urbano e territorial”, aquela iniciativa vai ter, na verdade, a intenção – mais ampla – de conseguir “a definição de uma política europeia de ordenação do terri-

tório” (GONZALES-VARAS, 491) E vai ser este o cerne da idéia da “conservação integrada”: a integração entre a preservação do patrimônio e o planejamento urbano, entendido na sua dimensão mais ampla, necessidade que já se percebia nas décadas anteriores na Europa. (Assim, por exemplo, um ano antes do Ano Europeu, a “Carta de Bruges” já traçava uma ampla política ambiental europeia quando tratava também a questão do patrimônio. Não há como não ver aqui ecos do relatório produzido pelo Clube de Roma, em 1972, que colocava pela primeira vez com veemência a questão dos limites do crescimento, apontando para uma séria crise ambiental se não se enfrentasse o crescimento populacional e industrial, a insuficiência da produção de alimentos e o esgotamento dos recursos naturais.)

Assim, na “Carta de Bruges”, de 1974, já se expõem os sérios problemas sociais e ambientais que apareciam claramente naquele momento: “crescimento da população e sua repartição desigual, a aceleração brutal e desordenada – no curso dos últimos decênios – do urbanismo e da expansão industrial, a exploração intensiva dos recursos que sabemos que não são renováveis, a não observância das legislações, a competição desenfreada em todos os campos”. Essa situação de dificuldades vai ser extensivamente descrita naquela Carta, que diagnostica: “Essa degradação se manifesta na poluição intensa da atmosfera, do solo e das águas, na diminuição ou desaparecimento de algumas espécies animais ou vegetais, no esgotamento dos recursos minerais, com gravíssimas ameaças para a saúde física e moral dos homens.” Já se via, então, com clareza como “uma política autêntica do ambiente (ecológica) é indissociável a uma redefinição da noção de desenvolvimento”. Com isso, queremos chamar a atenção para como os documentos produzidos naquele momento na Europa já se inserem no marco da idéia de uma política ambiental mais geral, que tende ao aproveitamento sustentável dos recursos, assim como a uma tomada de consciência da necessidade de se instaurar uma nova concepção das relações entre o homem e o seu ambiente, natural ou construído, “na busca de um novo e benéfico equilíbrio entre desenvolvimento econômico, patrimônio ambiental e patrimônio cultural”.

Os princípios da conservação integrada, que vão ser lapidarmente enunciados na “Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico”, de 1975, não se afastam dessa perspectiva e se entendem como “o resultado da ação conjunta das técnicas de restauro e da investigação das funções apropriadas, com a finalidade de lograr a integração do patrimônio arquitetônico “no ambiente da vida de nossos cidadãos”. Nessa carta, com dez artigos, se enunciam os princípios gerais da conservação integrada, entre os quais se podem citar a condenação das intervenções de restauração que expulsam

a população residente (art.7); a aceitação da arquitetura contemporânea que leve em conta o marco existente e respeite as proporções, a forma e a disposição dos volumes, bem como os materiais tradicionais (art.7); a aplicação de meios financeiros, jurídicos e administrativos, leis e regulamentos para a consecução da conservação integrada (art. 8); o apoio financeiro e técnico aos habitantes das áreas a se reabilitar (art.8); e a solidariedade de todos os estados europeus (art.10).

Esses princípios são reforçados e recolhidos na célebre “Declaração de Amsterdã”, também de 1975, resultado do “Congresso sobre Patrimônio Arquitetônico”, que reúne políticos e experts da Europa Ocidental e do Leste, mas também dos Estados Unidos e Canadá. Ali já se parte de um conceito amplo de patrimônio arquitetônico, que “abarca hoje todos os conjuntos construídos que apareçam como uma entidade, não somente pela coerência de seu estilo, mas também pela marca da história dos grupos humanos que ali viveram durante gerações”, pretendendo-se, a partir dessa concepção ampla e integrada no marco de uma política ambiental abrangente, “abolir toda segregação hierárquica entre conjuntos de maior valor artístico e de menor interesse”. Para a consecução de seus objetivos ambiciosos, a conservação integrada pressupõe a integração entre as políticas de patrimônio e o planejamento urbano, com um “diálogo permanente entre os conservadores e os urbanistas” (art. 1)⁶, o que poderia ser conseguido através de uma integração nas diversas políticas setoriais considerando-se, por exemplo, que “as políticas concernentes aos transportes, ao emprego, e a uma melhor distribuição dos pólos de atividade urbana podem ter incidência importante na conservação do patrimônio arquitetônico (art. 1).

Os princípios gerais da conservação urbana podem, assim, ser resumidos nas seguintes fórmulas, extraídas da Carta de Amsterdã:

- O patrimônio arquitetônico é composto de todos os edifícios e conjuntos urbanos que apresentem interesse histórico ou cultural;
- O patrimônio é uma riqueza social; portanto, de responsabilidade coletiva;
- A conservação deve ser o objetivo principal da planificação urbana e territorial;
- As municipalidades são as principais responsáveis pela conservação;
- A recuperação de áreas urbanas degradadas deve ser realizada sem modificações substanciais da composição social dos residentes nas áreas reabilitadas;
- A conservação integrada deve ser calcada em medidas legislativas e administrativas eficazes;

clareza o pano de fundo frente ao qual tal documento é redigido:

Numa época na qual a universalidade das técnicas de construção e das formas arquitetônicas ameça provocar uma uniformidade nos assentamentos humanos, a salvaguarda dos complexos históricos tradicionais pode contribuir para o aprofundamento dos valores culturais e sociais próprios de cada nação, e favorecer o enriquecimento do patrimônio cultural mundial do ponto de vista arquitetônico.

Aqui também se trabalha com um conceito amplo dos conjuntos históricos, que são denominados “complexos históricos tradicionais” e definidos como “todos os agrupamentos de construções e de espaços, compreendidos os lugares arqueológicos e paleontológicos, que constituem um assentamento humano, urbano e rural, cuja coesão e valor se reconhecem desde o ponto de vista arqueológico, arquitetônico, histórico, pré-histórico, estético ou sócio-cultural. (art. 1.a). É importante notar que, nessa definição, o “conjunto histórico” inclui ainda “as atividades humanas além dos edifícios, a estrutura do espaço e as zonas circundantes”. Na mesma linha da “Declaração de Amsterdã”, a “Declaração de Nairóbi” propõe rigorosos e amplos instrumentos para a conservação desses conjuntos, que pressupõem uma integração com a política urbana. Neles se inserem a utilização prévia de instrumentos precisos de conhecimento, tais como o inventário e um “documento analítico” sobre os conjuntos históricos (art. 18 e 19), propugnando-se também o conhecimento das circunstâncias sociais, econômicas e culturais desses complexos (art. 20), bem como a elaboração de “planos de salvaguarda”, que devem analisar os “dados urbanísticos, arquitetônicos, econômicos e sociais” extraídos desses estudos, levando-se em conta também a capacidade desses tecidos urbanos e rurais “para acolher funções compatíveis com sua especificidade” (art.21). Outro ponto importante é a questão da participação popular (art.21), também mencionada na “Declaração de Amsterdã”. Trata-se de um extenso documento que vai lidar com problemas setoriais envolvidos na conservação de um centro histórico, enfrentando temas como a inserção de arquitetura nova (art.28), o isolamento dos monumentos (art. 29), a publicidade e a poluição visual (art.30) e o trânsito (art. 32). Trata ainda da questão econômica, anunciando que a proteção e a restauração devem ser acompanhadas por “uma ação de revitalização”, crendo-se ser essencial “manter as funções já existentes” e “criar outras novas, compatíveis com o contexto econômico e social, urbano, regional ou nacional em que se inserem” (art. 33).

A conservação integrada deve ser apoiada por sistemas de fundos públicos que apoiem as iniciativas das administrações locais;
A conservação do patrimônio construído deve ser assunto dos programas de educação;
Deve ser encorajada a participação de organizações privadas nas tarefas da conservação integrada.⁷

Nas reflexões que subjazem à idéia de conservação integrada, pode-se perceber claramente a crise do Movimento Moderno, que naquele momento já vinha sendo submetido a uma feroz revisão, com críticas ácidas à sua arquitetura anônima e ao seu urbanismo segregador e desumano.⁸ Com a “Declaração de Amsterdã” volta-se a atenção para a cidade tradicional, que é valorizada exatamente naqueles aspectos que foram longamente negados pelo Movimento Moderno: sua escala humana, seus espaços fechados, sua diversidade de usos e sua diversidade sócio-cultural. Como caminho para essa retomada, aquele documento supõe, então, como mostra González-Varas, a afirmação internacional de uma “nova cultura urbana”, assentada não mais na idéia de um crescimento ilimitado, mas exatamente na economia dos recursos “através da reutilização do patrimônio arquitetônico existente e na requalificação dos espaços urbanos”.⁹ Para a consecução de seus fins, a “Declaração de Amsterdã” não se restringe às abordagens tradicionais da área do patrimônio ou do urbanismo, mas amplia os instrumentos de ação, insistindo na associação simultânea de meios financeiros, jurídicos e administrativos, leis e regulamentos. Com isso, o ordenamento jurídico deve, na sua formulação, se empenhar em coordenar “a legislação referida à ordenação do território por uma parte e a legislação referida à proteção do patrimônio arquitetônico por outra” (art.4), prevendo-se delimitação dos conjuntos arquitetônicos e de zonas periféricas de proteção, programas de conservação integrada, e medidas de aprovação de projetos e autorização dos trabalhos. (art. 4)

Com esse complexo instrumental, pretende-se fazer valer aquela idéia central subjacente à conservação urbana, segundo a qual a preservação não pode ser dissociada da modernização das cidades, dinâmicas por excelência, integrando-se com o planejamento urbano e regional. Assim, a “Declaração de Amsterdã” passa a constituir um ponto de referência fundamental para as políticas de patrimônio não só para a Europa, tendo sido grande parte das suas recomendações acolhidas por um documento internacional, já no ano seguinte, na Declaração de Nairóbi, da UNESCO. Neste documento também se coloca a questão da conservação dos conjuntos históricos numa perspectiva ampla, procurando sua salvaguarda e sua integração na vida contemporânea. No seu preâmbulo já se enuncia com

A reabilitação urbana

É interessante perceber como os enunciados e as práticas ligadas à conservação integrada (CI) no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 eram fortemente marcados por uma perspectiva social, corporificada tanto no estímulo à participação cidadã, quanto na preocupação com o deslocamento de populações economicamente frágeis que habitavam os centros históricos. Como observa Silvio Zanchetti, se os princípios da conservação integrada vão ter sua origem no urbanismo progressista italiano dos anos 1970, vão servir também simultaneamente “como argumento teórico e prático para as administrações municipais de esquerda, e suas realizações como bandeira para a construção de uma imagem política de eficiência administrativa, justiça social e participação popular nas decisões do planejamento urbano e regional”. (ZANCHETTI, 1974) No entanto, essa perspectiva inicial vai sendo paulatinamente substituída por uma abordagem com um viés mais econômico, derivada, entre outros, da crise do Estado de bem estar social, que se via impossibilitado de arcar sozinho com os custos das intervenções, e de um crescente predomínio de governos conservadores. Além desses fatores externos, cabe chamar a atenção, como já observamos anteriormente, para um fato próprio da conservação: a emergência da questão do financiamento e da sustentabilidade das áreas conservadas fez-se mais urgente na medida em que o conceito ampliado de patrimônio trazia para si áreas inteiras, que passavam a ser valorizadas como totalidade urbana e não a partir do mérito arquitetônico ou estético das edificações e estruturas individuais. Neste momento, a questão do uso dessas áreas torna-se central para as políticas de patrimônio, já que nem todas essas edificações protegidas podiam se transformar em museus ou centros culturais, e nem todas as áreas conservadas, em destinos turísticos privilegiados. Aqui cabe lembrar uma observação arguta de Burtenshaw, que aponta que o fracasso em encontrar novos usos para edificações preservadas – que se tornam cada vez mais numerosas – “condena a cidade a uma existência de museu a céu aberto”. Assim, às já tradicionais preocupações com as qualidades visuais, arquitetônicas ou históricas soma-se a preocupação com as características funcionais das áreas e o seu uso econômico.¹⁰

Com isso, surge uma segunda idéia, intrinsecamente ligada à de conservação: a da reabilitação dos centros históricos, que coloca em pauta a questão do desenvolvimento econômico das áreas conservadas. O fato é que, desde o Congresso de Amsterdã de 1975, coroamento do Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico, já se reconhecia explícita e programaticamente a importância da manutenção e incremento da função econômica das áreas protegidas. Assim, a “Carta de Amsterdã” já formulava, numa perspectiva social:

A reabilitação de bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes da composição social dos habitantes e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos.¹¹

No entanto, é interessante perceber que quando trata da questão econômica, a “Carta de Amsterdã” vai fazê-lo quase que exclusivamente sob o ponto de vista do financiamento da operação, que vai ser entendida a partir de um nível elevado de interferência – e investimento – estatal, que caracterizava as políticas públicas do período. (Essa perspectiva marca, por exemplo, o caso de Bologna, onde o Governo local subsidia fortemente as intervenções.)

Com as mudanças que acontecem a partir dos anos 1980, as políticas de reabilitação passam a se envolver também em esforços sistemáticos para gerar investimentos e desenvolvimento econômico que serviriam para, em última instância, financiar a conservação das áreas. Se Bologna foi o paradigma da conservação integrada nos anos 1970, Barcelona, na Espanha, vai fornecer o “modelo” das reabilitações da próxima etapa, combinando uma série de elementos tais como a idéia de uma forte liderança municipal, a procura de um “consenso” entre órgãos públicos, o envolvimento de financiamento do setor privado, a prevalência de intervenções de projeto arquitetônico sobre o zoneamento convencional no planejamento urbano, a utilização do planejamento estratégico, a demanda por design de alta qualidade e a realização de “eventos catalisadores” (aqui, os Jogos Olímpicos de 1992).

Assim, o “Projeto Estratégico de Reabilitação Integrada de Barcelona”, iniciado em 1980, procurou tratar os diferentes problemas urbanos da capital da Catalunha de forma articulada e simultânea, estruturando-se em torno de um plano integral e multicefálico, que reunia ao mesmo tempo projetos urbanístico, culturais, sócio-econômicos e de desenvolvimento social, além de incorporar de forma decisiva o princípio da cooperação público-privada em torno de tarefas concretas e a efetiva participação da comunidade. Num primeiro nível de intervenção, atendeu-se a partes singulares da cidade, tratando e valorizando as especificidades de cada uma de suas áreas, recorrendo-se para isso aos instrumentos tradicionais da análise tipológicos, da morfologia do espaço e da subdivisão do solo. A principal dessas intervenções foi na “Cidade Velha” (Bairro Gótico e bairros de Sant Pere, Ribera, Santa Catarina, Raval e Barceloneta), para a qual se criou uma “área de reabilitação integrada” que englobava toda a zona

histórica, em que se individuaram cinco áreas prioritárias. Além disso, tratou-se o *Eixample*, parte da cidade oriunda de uma expansão urbana do século XIX, proposta por Cerdá, área onde se aplicaram instrumentos de “remodelação” de seus pontos fracos e uma “qualificação funcional” dirigida a definir e reforçar a identidade de cada lugar. Finalmente, num nível mais alto de planejamento, propuseram-se “planos gerais” para a cidade, que definiam algumas estratégias de reequilíbrio das suas diversas partes, especialmente em suas “novas centralidades” e nas zonas criadas para os Jogos Olímpicos de 1992.¹²

Nesta experiência de Barcelona, pode-se ver a combinação de diversas perspectivas de intervenção: instrumentos urbanísticos para a conservação de regiões combinados com a requalificação funcional e econômica de áreas e edificações degradadas, mesclando-se a manutenção e a transformação do tecido físico social e econômico da cidade, tudo sob a égide do envolvimento ativo dos diversos atores, sob a coordenação de um forte Governo local. Nos anos 1990, essa “fórmula” barcelonesa foi alardeada por urbanistas, tendo sido “exportada” para diversas cidades no mundo, que, através de diversos planos estratégicos tentaram emular, muitas vezes sem sucesso, as estratégias adotadas pela capital da Catalunha.



Museu de Arte Contemporânea de Barcelona, Raval, Barcelona, projeto de Richard Meier.

A política urbana e de reabilitação de Barcelona

Alguns dos princípios orientadores da política de ordenamento territorial em Barcelona são:

(a) o governo municipal tem um papel essencial na formulação da política de ordenamento territorial. Empresas comerciais, associações profissionais, órgãos consultivos, entidades sociais e os cidadãos são consultados para determinar a melhor opção para o ordenamento do território de Barcelona. Em muitos casos, o governo da cidade trabalha com o setor privado na execução de grandes projetos de desenvolvimento urbano;

(b) os eventos internacionais, tais como os Jogos Olímpicos de 1992, são utilizados para reforçar o prestígio, atrair investimento privado, focalizar e motivar os trabalhadores da cidade. Edifícios e infra-estruturas construídas para os eventos são de alta qualidade e servem a uma dupla finalidade: para uso de curto prazo, durante os eventos, e como um meio de regeneração de uma área decadente da cidade a longo prazo;

(c) a localização de edifícios públicos é cuidadosamente planejada para melhorar o desenvolvimento da cidade e evitar a duplicação de esforços;

(d) o pensamento e a arquitetura inovadores são encorajados;

(e) o governo municipal investe em infra-estrutura de transporte para melhorar a acessibilidade, facilitando assim as atividades econômicas e sociais.

Alguns dos princípios orientadores da política de reabilitação urbana incluem:

(a) a ênfase numa liderança política local forte para conduzir o processo de reabilitação urbana;

(b) o provimento de incentivos fiscais e subvenções para a reabilitação dos edifícios;

(c) a conservação de edifícios de valor patrimonial para usos públicos tais como escolas, bibliotecas e centros culturais;

(d) o uso de fundos públicos para reabilitar edifícios históricos que se encontram em mau estado;

(e) um alto nível nas intervenções de reabilitação edilícia tanto interna quanto externamente.

(Retirado de: Legislative Council Secretariat. *Spatial planning and urban renewal in Barcelona*. Fact Sheet. Panel on Development. Disponível em: www.legco.gov.hk)

O Programa Main Street: uma perspectiva norte-americana

Na mesma época em que os países europeus lançavam a “Declaração de Amsterdã”, a maneira de se intervir nos centros históricos começava a ser mudada também nos Estados Unidos, emergindo uma perspectiva com ênfase na gestão local. Em agosto de 1976, Boston reabriu com grande sucesso o revitalizado Quincy Market, no centro da cidade, produto de uma parceria entre a municipalidade e a Companhia James Rouse, inaugurando uma nova forma de intervenção sobre o patrimônio urbano nos Estados Unidos, que se espalharia por todo país. O fato é que o centro de Boston sofria, como os de muitas outras cidades americanas, do maciço êxodo comercial para os subúrbios, em curso desde o final da 2ª Guerra Mundial e que se acelerara a partir dos anos 1960: atraídos pelas facilidades dos novos

subúrbios, acessíveis pelas *freeways*, os residentes motorizados abandonavam os antigos centros, levando com eles o comércio, na forma dos novos e gigantescos *shopping malls*.¹³



Edificação recuperada no centro de Broken Arrow, Oklahoma, Estados Unidos.

A primeira reação ao abandono foi uma tentativa de se realizar uma espécie de “*facelifting*” nestes centros, tentando fazer com que se parecessem com os novos subúrbios. Assim, a maior parte esforços de revitalização concentrou-se, nessa primeira etapa, na criação de uma imagem urbana moderna e limpa: uma nova infra-estrutura foi construída, anúncios de plástico começaram a esconder as fachadas antigas dos prédios, cria-

ram-se “parques temáticos” nos centros, ignorando a verdadeira história da cidade e extensas áreas pedestrianizadas, onde se instalavam cadeias de lojas de conveniências como a 7-Eleven. No entanto, esta estratégia não funcionou, contribuindo, ao contrário, para acelerar o processo de mudança para o subúrbio. Em meados dos anos 1970, o estado de degradação urbana das cidades americanas tinha atingido seu ápice, como relata Jon C. Teaford: as propriedades urbanas não só estavam totalmente degradadas, mas grande parte delas abandonadas, as taxas de criminalidade explodiam, enquanto as cidades enfrentavam as piores crises financeiras da sua história. (TEAFORD, 1990, p. 120).

Diante deste quadro, alguns urbanistas e políticos ainda acreditavam ser possível a recuperação dos velhos centros, da *Main Street*, que fora o eixo articulador das cidades americanas, mas insistiam na adoção de uma nova linha de intervenção. Para eles, em vez de se tornar uma pálida imitação de subúrbios, os centros das cidades deveriam explorar exatamente aquilo

que os fazia únicos: a sua imagem urbana, o seu papel na formação da identidade local, sua carga histórica, seu potencial de “animação”. Foi dentro desta perspectiva que o prefeito Kevin White, de Boston, liderou um projeto de dois anos para revitalizar o Quincy Market no



Main Street, Broken Arrow, Oklahoma, Estados Unidos.

centro da cidade, reinaugurado em 26 de agosto de 1976, durante a celebração do Bicentenário da Nação. Com seus edifícios em granito restaurados e adaptados para novas utilizações, o Quincy Market logo se tornaria um dos destinos turísticos mais populares da região, bem como modelo para projetos semelhantes em outras cidades americanas, apontando um caminho para a recuperação das áreas centrais.

Neste mesmo período, líderes comunitários de pequenas cidades do meio-oeste americano que sofriam do mesmo processo, pediram auxílio para revitalizar seus centros ao *National Trust for Historic Preservation*, organização não-governamental que tem como missão dar suporte à preservação do patrimônio.¹⁵ O *Trust* organizou, então, uma conferência regional e, a partir daí, foi desenvolvido um projeto piloto para três comunidades: Galesburg, em Illinois, Hot Springs em South Dakota e Madison, em Indiana. A equipe do projeto se deu conta de que para salvar as edificações de centros históricos, toda a economia dos distritos comerciais tinha que ser reestruturada: as edificações deveriam ser adaptadas aos novos usos econômicos; os comerciantes necessitariam de treinamento e acompanhamento; esforços promocionais bem concentrados deveriam ser feitos em uma clara estratégia de marketing e em um plano de ação econômico.

A estratégia adotada foi empresarial: para cada uma dessas cidades, contratou-se um gerente, que deveria implementar aquilo que ficou conhecida como a clássica abordagem dos “quatro pontos” do *Main Street*: design (melhorando a aparência física do centro comercial através da reabilitação

de edifícios históricos, do incentivo a novas edificações, do desenvolvimento de sistemas de gestão sensíveis ao design e do engajamento em planejamento a longo prazo); organização (construindo consenso e cooperação entre os muitos grupos e indivíduos que participam do processo de revitalização); promoção (difundindo as vantagens do centro comercial para fregueses, potenciais investidores, novos negócios, cidadãos locais e visitantes) e reestruturação econômica (fortalecendo a base econômica existente na área, enquanto são estudadas estratégias para sua expansão e criação de novas oportunidades e desafios).

Os projetos pilotos lançaram a base para aquela que seria a abordagem *Main Street*, baseada fortemente na iniciativa privada e no envolvimento direto dos cidadãos. Três anos mais tarde, os resultados já eram visíveis nas três cidades do projeto piloto: os gastos nos centros foram elevados em 25%; a ocupação das lojas vazias tinha crescido enormemente; e o retorno de cada dólar dos custos administrativos e de infra-estrutura era de um para onze dólares.¹⁶ A vontade de outras comunidades em aprender as lições desses três programas piloto, levou à criação do *Main Street Center* junto ao *National Trust for Historic Preservation* em 1980. Hoje o programa *Main Street* atinge mais de 1.600 comunidades por todo país e, trabalhando em parceria com agências de desenvolvimento estaduais e municipais ou organizações privadas, o *Main Street Center* fornece às equipes locais de funcionários públicos, líderes empresariais e membros da sociedade civil as ferramentas e a assistência técnica necessárias para revitalizar os centros de suas cidades.

Aqui é preciso observar que a primeira premissa do programa – melhorar a aparência física da área com a reabilitação de seus edifícios – foi fortemente auxiliada por um timing afortunado, tendo coincidido o lançamento do Programa com a criação de créditos federais para reabilitação de edificações históricas e fundos de auxílio para o desenho urbano, que demandavam que o setor público e o privado trabalhassem conjuntamente em projetos de desenvolvimento. Com isso, embora não contassem com financiamento direto, vários dos projetos puderam recuperar inúmeras edificações, que foram reabilitadas.¹⁷ Assim, vão se reunir na perspectiva *Main Street* o engajamento cívico, característico da história da preservação do patrimônio no mundo anglo-saxônico, e a perspectiva de ganho econômico, combinação que talvez explique o grande sucesso do programa nos Estados Unidos. O programa *Main Street* descreve os seguintes resultados econômicos de 1980 a 2002:

Valor total de reinvestimento público e privado nas comunidades *Main Street* - US\$ 17 bilhões, com um reinvestimento médio de US\$ 9,5 milhões para cada comunidade.

Número de novos negócios gerados – 57.000

Número de novos empregos criados – 231.000

Custo médio de cada emprego criado – US\$ 2.394

Percentual de re-investimento na comunidade - US\$ 40.35 reinvestido por cada dólar gasto, o que faz do programa *Main Street* o mais eficiente economicamente no país.¹⁸

A crítica mais freqüente ao programa é quanto a sua tendência de misturar preservação com cenografia, criando-se “falsos” centros históricos. Como vimos, uma das ênfases do Programa *Main Street* vai ser na qualidade do design dos centros das cidades, o que inclui os próprios edifícios. Assim, o programa muitas vezes cria uma “aparência *Main Street*”, que enfatiza as fachadas e realiza adaptações “estilísticas” que tornam homogênea a imagem desses conjuntos, não levando em consideração a trajetória histórica de muitas das construções. (Em alguns casos, chega-se a introduzir uma “pátina” artificial.) Esse tratamento cenográfico atinge também o espaço público, onde se introduz elementos de iluminação pseudo-históricos, bem como materiais de pisos e mobiliário urbano atraentes, mas historicamente inadequados. Além disso, ao não incluir as paisagens históricas na reabilitação, cria-se uma tensão entre os edifícios reabilitados e o seu contexto. Como conseqüência o embelezamento substitui ou dilui a história, e se perde o contexto histórico.¹⁹

Apesar disso, é inegável o sucesso do Programa, especialmente no que se refere a sua metodologia de envolvimento das comunidades e no autofinanciamento, o que levou o *Main Street Center* (renomeado *National Trust Main Street Center* desde 2004) a tentar aplicar sua perspectiva em outros temas, tais como a questão da habitação de interesse social, trabalhando em parceria com organizações da área, tais como as conhecidas *Community Development Corporations*. (www.mainstreet.org)

Main Street: os quatro pontos e os oito princípios

Os quatro pontos

O *National Trust Main Street Center* oferece uma ampla estratégia de revitalização da zona comercial, que tem sido muito bem sucedida nas cidades, nacionalmente. Abaixo estão descritos os quatro pontos da perspectiva da *Main Street*, que se juntam para construir um esforço, sustentável e completo, de revitalização da comunidade.

A *organização* significa colocar todos para trabalhar com o mesmo objetivo e reunir recursos humanos e financeiros adequados para implementar um programa de revitalização *Main Street*. Um conselho diretivo e comissões permanentes compõem a estrutura organizacional fundamental do programa, tocada por voluntários. Os voluntários são coordenados e apoiados também por um diretor de programa pago. Esta estrutura não só divide a carga de trabalho e traça claramente as responsabilidades, como também constrói consenso e a cooperação entre os vários atores (*stakeholders*).

A *promoção* vende uma imagem positiva do distrito comercial e encoraja os consumidores e os investidores a viver, trabalhar, fazer compras, se divertir e investir no distrito *Main Street*. Promovendo as características únicas do distrito para os residentes, investidores, empresários e visitantes, uma estratégia promocional efetiva forja uma imagem positiva através da publicidade, atividade promocional de varejo, eventos especiais e campanhas de marketing realizadas pelos voluntários locais. Estas atividades incentivam a confiança dos investidores e dos consumidores no distrito e encorajam a atividade comercial e o investimento na área.

Design significa colocar a *Main Street* em forma. Capitalizar sobre seus melhores ativos – tais como edifícios históricos e ruas orientadas para pedestres – é apenas uma parte da história. Uma atmosfera convidativa, criada através de vitrines atraentes, áreas de estacionamento, melhorias nas edificações, mobiliário urbano, sinalização, calçadas, iluminação da rua e paisagismo, transmite uma mensagem visual positiva sobre o distrito comercial e aquilo que ele tem para oferecer. Atividades de design também incluem inculcar boas práticas na manutenção do distrito comercial, melhorar a sua aparência física através da reabilitação de edifícios históricos, medidas destinadas a incentivar as novas construções apropriadas, desenvolvimento de sistemas de gestão e o planejamento de longo prazo.

A *reestruturação econômica* reforça os bens econômicos já existentes na comunidade, ao mesmo tempo em que expande e diversifica a sua base econômica. O programa *Main Street* contribui para aguçar a competitividade dos proprietários dos negócios existentes, atrair novas empresas compatíveis e proporcionar novos usos econômicos para formar uma zona comercial que responda às necessidades dos consumidores atuais. Converter espaços comerciais não utilizados ou subutilizados em propriedades economicamente produtivas também ajuda a aumentar a rentabilidade do distrito.

Coincidentemente, os quatro pontos da abordagem *Main Street* correspondem às quatro forças de valor imobiliário, que são sociais, políticas, físicas e econômicas.

Retirado do site do *Main Street Center*: Disponível em: www.mainstreet.org (tradução do autor)

Os oito princípios

A experiência do *Main Street Center* em ajudar as comunidades a trazer seus centros comerciais de volta à vida tem demonstrado repetidas vezes que a abordagem dos seus quatro pontos é exitosa. Esse sucesso é guiado por oito princípios, que colocam a metodologia da *Main Street* para além de outras estratégias de redenvolvimento.

- **Integralidade:** não existe um único foco - melhorias urbanas dispendiosas, recrutamento de empresas de marca de renome ou intermináveis eventos promocionais – que possa revitalizar a *Main Street*. Para uma revitalização exitosa, sustentável e de longo prazo é essencial uma abordagem abrangente (integral), incluindo a atividade de cada um dos quatro pontos da *Main Street*.

- **Progressividade:** engatinhar vem antes de andar. Programas de revitalização bem sucedidos começam com atividades básicas, simples, que demonstram que “coisas novas” estão acontecendo no distrito comercial. Na medida em que a confiança do público no distrito cresce e a compreensão dos participantes no processo de revitalização torna-se mais sofisticada, a *Main Street* é capaz de resolver problemas cada vez mais complexos e criar projetos mais ambiciosos.

- **Auto-ajuda:** ninguém de fora vai salvar sua *Main Street*. Os líderes locais devem ter a vontade e o desejo de mobilizar os recursos e talento locais. Isso significa convencer os moradores e os proprietários de negócios da recompensa que vão colher por investir tempo e dinheiro na *Main Street* - o coração da sua comunidade. Apenas a liderança local pode produzir sucesso de longo prazo através da promoção e da demonstração da participação da comunidade e o compromisso com esforço de revitalização.

- **Parcerias:** tanto o setor público quanto o privado têm um interesse vital no distrito e devem trabalhar juntos para atingir objetivos comuns da revitalização da *Main Street*. Cada setor tem um papel a desempenhar, e cada um deve compreender os pontos fortes e as limitações do outro, a fim de forjar uma parceria eficaz.

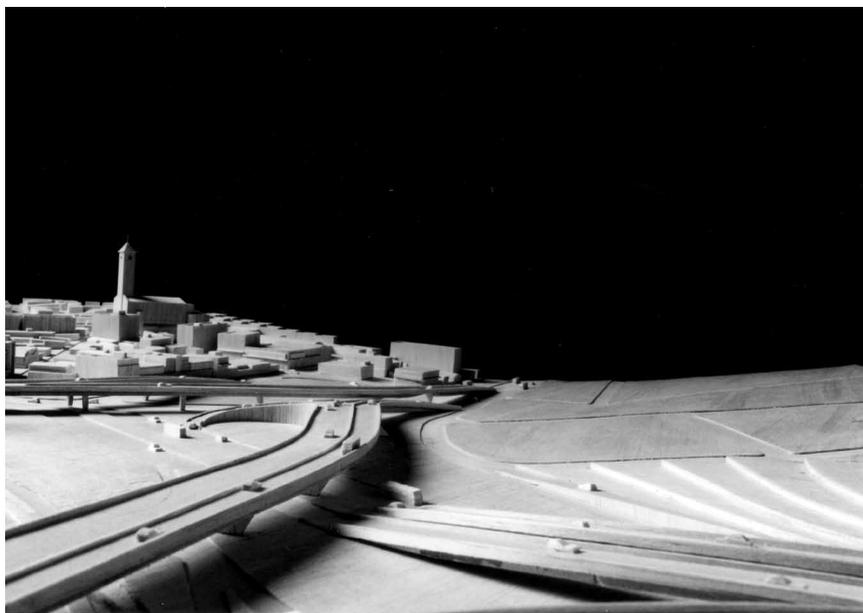
- **Identificar e capitalizar sobre os ativos existentes:** os distritos comerciais devem capitalizar sobre os ativos que os tornam únicos. Cada distrito tem qualidades únicas como edifícios distintivos e escala humana para dar às pessoas um sentimento de pertença. Estes locais ativos devem servir como a fundação para todos os aspectos do programa de revitalização.

- **Qualidade:** enfatizar a qualidade em todos os aspectos do programa de revitalização. Isto se aplica a todos os elementos do processo – do design de fachadas até campanhas promocionais e programas educacionais. Orçamentos muito estritos e os esforços de “cortar e colar” reforçam uma imagem negativa do distrito comercial. Em vez disso, concentrar-se em projetos de qualidade em detrimento da quantidade.

- **Mudança:** no primeiro momento, quase ninguém acredita que o *Main Street* possa realmente vingar. As mudanças de atitude e prática são lentas, mas definitivas - o apoio público para a mudança irá se construir na medida em que o programa *Main Street* cresce e atinge consistentemente os seus objetivos. Mudança significa, também, participar de melhores práticas empresariais, alterar as formas de pensar e melhorar a aparência física do distrito comercial. Um programa *Main Street* cuidadosamente planejado ajudará a mudar percepções e práticas do público para apoiar e sustentar o processo de revitalização.

- **Aplicação:** para ter sucesso, *Main Street* deve mostrar resultados visíveis que só poderão vir da conclusão dos projetos. Mudanças visíveis frequentes são um lembrete de que o esforço de revitalização está em curso e sendo bem sucedido. Pequenos projetos no início do programa abrem caminho para outros maiores na medida em que o esforço de revitalização amadurece e a atividade constante de revitalização gera confiança no programa e cada vez maiores níveis de participação.

Retirado do site da *Main Street Center*: Disponível em: www.mainstreet.org



*Projeto Lagoinha,
maquete.*

O projeto Lagoinha (Belo Horizonte)

Enquanto na Europa ganhavam corpo as idéias da conservação integrada e da reabilitação, e nos Estados Unidos se desenvolviam estratégias de intervenção baseadas na gestão e nas parcerias público-privado, também no Brasil a questão da conservação de conjuntos urbanos colocava-se com força renovada nos anos 1970, quando se avolumavam as pressões trazidas pela industrialização e pelo desenvolvimento acelerados. Nesse momento, os diversos níveis de governo vão procurar alternativas de gestão para os conjuntos urbanos, que não mais podiam ser tratados sob a perspectiva da cidade como “obra de arte”, até então vigente²⁰.

Neste quadro, cabe se destacar o Programa de Cidades Históricas (PCH), criado em 1975, que introduziu mudanças nos conceitos dominantes, ao propor a reinserção de bens imóveis nas cidades como “elementos dinâmicos”, não mais os tratando apenas como objetos estéticos. Outro aspecto inovador do PCH foi o estímulo dado às atividades culturais locais, como possíveis geradoras de uso para os monumentos históricos, o que permitiu um envolvimento mais próximo da comunidade local nas ações de preservação. Inicialmente implantado nas cidades do Nordeste, onde deveria articular ações ligadas ao turismo, o PCH se expandiu para todo o território nacional durando dez anos e financiou 193 projetos, entre os

quais 10 intervenções em conjuntos urbanos e 15 planos urbanísticos e de desenvolvimento urbano. Porém, como anota Marcia Sant'anna, apenas 20% dos monumentos restaurados geraram recursos para sua própria conservação. Dos planos diretores financiados pelo Programa, poucos foram implementados por falta de articulação com os municípios e também por falta de uma legislação que obrigasse a sua execução.²¹



São Luís,
Maranhão.

Vai ser também na década de 1970 que se iniciam as primeiras experiências municipais de preservação do patrimônio, podendo se destacar as ações pioneiras do Rio de Janeiro e do Recife, que não contaram com a participação direta do IPHAN nem utilizaram o tombamento federal como instrumento de proteção. É interessante percebermos que para o governo municipal ficava mais fácil articular as políticas de preservação com o planejamento urbano, sendo de se destacar que nos dois casos se lançou mão de instrumentos urbanísticos para a proteção de áreas históricas. Apesar das dificuldades de se realizar uma efetiva integração entre essas políticas, como mostramos, o fato é que a partir desse momento muitos municípios brasileiros passaram a lançar propostas não somente de conservação de áreas, mas incorporaram em certa medida a idéia de sua reabilitação. Neste sentido, por exemplo, tem atuado desde 1979 sobre o seu centro o Rio de Janeiro, que parte da aplicação da legislação de uso do solo e fiscal, combinando aspectos de zoneamento, preservação, posturas municipais, isenções fiscais, aos quais se somam progressivamente, uma ampla exposição na mídia e a adesão da comunidade local, no âmbito do conhecido projeto “Corredor Cultural”, uma das iniciativas de maior êxito no país.²²



Corredor Cultural,
Rio de Janeiro.

No caso brasileiro, é interessante percebermos que embora a questão do financiamento e da sustentabilidade das áreas conservadas seja levantada neste momento, em muitos dos casos, o ator principal ainda será o poder público, frente ao relativo desinteresse do capital imobiliário em relação às intervenções em curso nos centros urbanos, situação análoga àquela estudada por Melè (1998) em relação a algumas cidades mexicanas. Apesar disso, é recorrente no Brasil desde os anos 1980 a tentativa de se introduzir essa perspectiva, com a apresentação de planos de reabilitação de áreas, que, de forma diferenciada, propõem a utilização de parcerias entre os diferentes atores.²³ A tentativa de se implantar em meados dos anos 1990 um plano de reabilitação integrada de um bairro pericentral de Belo Horizonte, conhecido como Projeto Lagoinha, parece-nos oferecer um caso interessante para refletirmos sobre os processos de conservação urbana e reabilitação dos centros históricos no Brasil, principalmente daqueles localizados nas grandes cidades. Naquele Plano foi tentada a combinação das perspectivas da conservação com a da reabilitação urbana, envolvendo-se de forma diferenciada os diversos atores, num processo participativo. Realizado numa parceria entre o poder público e a Universidade Federal de Minas Gerais, o Projeto Lagoinha conseguiu estabelecer uma base metodológica bastante interessante, embora tenha sido vítima da descontinuidade administrativa e se encerrado em 1997, quando seus resultados começavam a ser visíveis.



*Portão em
residência da
Lagoinha, Belo
Horizonte.*

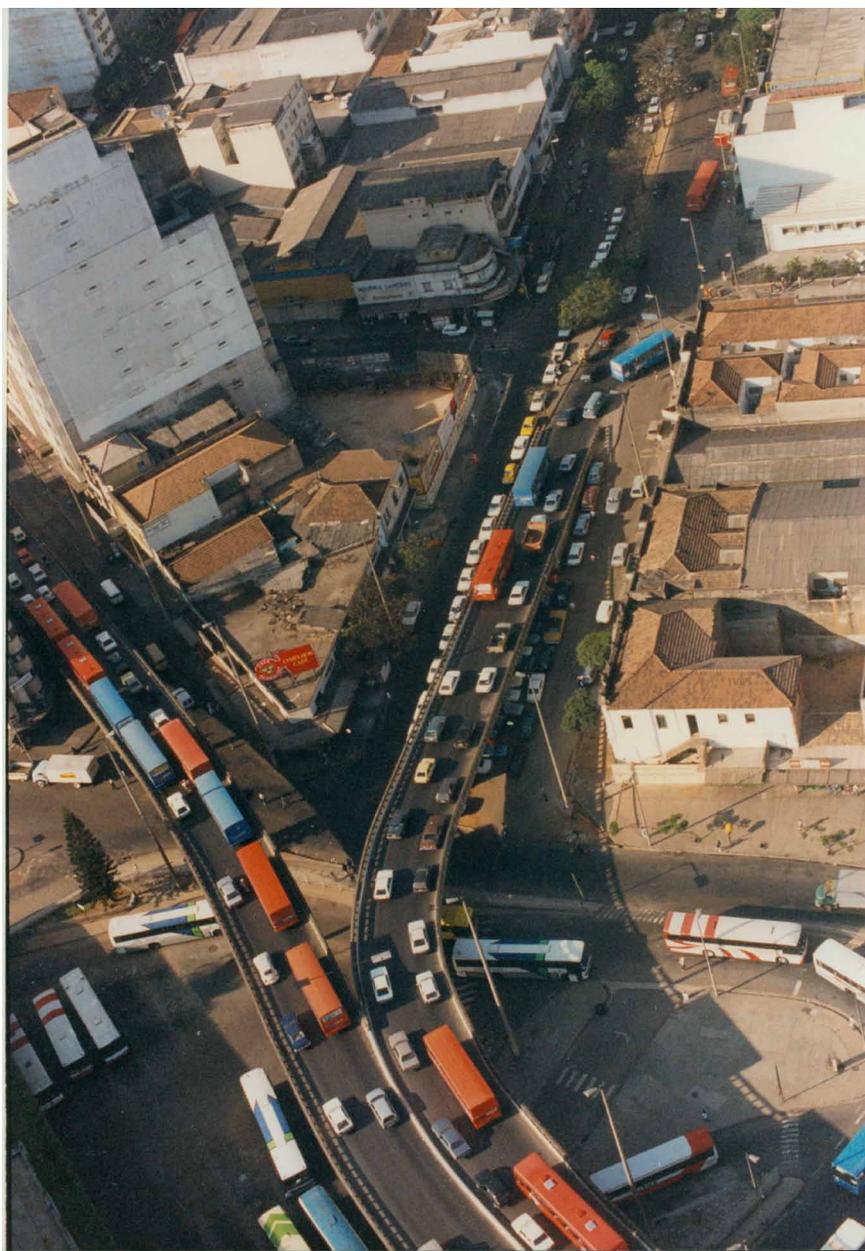
O Bairro da Lagoinha, um dos mais tradicionais de Belo Horizonte, desfruta de um curioso *status* na capital mineira, ao ser ao mesmo tempo central e periférico. Muito próximo ao Centro, a Lagoinha nasceu como local de habitação dos trabalhadores da construção da nova capital, fora dos limites da área urbana - geométrica e monumental - do projeto de Aarão Reis de final do século XIX. Desde o início de sua ocupação, o Bairro apresentou vida econômica e cultural efervescente, caracterizando-se rapidamente como um centro de serviços especializados. Ao longo de sua história, a fisionomia do lugar vai ser marcada por uma intensa sociabilidade, onde se mesclam uma religiosidade arraigada, uma forte tradição musical, a boêmia e a prostituição.²⁴

No entanto, a despeito da vitalidade econômica e sócio-cultural que marca a região, esta tem vivido sob a ameaça das grandes intervenções viárias desde a década de 1930, quando se anuncia que ali seria aberta uma avenida sanitária. Como se deu com várias regiões pericentrais de outras cidades brasileiras, a Lagoinha pagou o preço pela sua localização, sofrendo profundas “cirurgias” em seu tecido urbano, seguidamente cortado por avenidas e viadutos que constituem, desde os anos 1970, o chamado Complexo Viário da Lagoinha. Avenidas largas e com trânsito pesado, viadutos, edificações degradadas e semi-abandonadas substituíram o antigo burburinho típico da Lagoinha, que passou a oferecer uma imagem de desolação a quem se aproximava.

No início de 1994, a área voltou a ser cenário desse tipo de intervenção com a extensão do Complexo Viário da Lagoinha sobre o primeiro quarteirão da Rua Itapeperica, eixo comercial vital da região. Tomando essa intervenção viária como mote, a Prefeitura de Belo Horizonte, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, propôs, dessa vez, um novo tipo de intervenção do poder público, com o objetivo de não apenas realizar a obra viária, mas desencadear a reabilitação da área. Com isso, articulou-se um plano urbano, que adotava as idéias básicas contidas na perspectiva da conservação integrada (CI), articuladas, como veremos, com preocupações com a sustentabilidade econômica e social, derivadas da perspectiva da reabilitação.



Lagoinha, Belo Horizonte, década de 1960.



*Complexo Viário da
Lagoinha.*

Para a realização do plano, que foi denominado “Projeto Lagoinha”, tomou-se como ponto de partida alguns estudos desenvolvidos pela administração municipal (1993/96), o “Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural”, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura (ver capítulo 10) e a “Pesquisa das Atividades Econômicas da Lagoinha”, desenvolvida pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, que, cada qual à sua maneira, traçavam diagnósticos do Bairro. Esses trabalhos, desenvolvidos a partir de perspectivas diversas e visando objetos específicos da área estudada, mostraram-se complementares e iluminaram-se mutuamente, configurando, ao final, um quadro preciso da realidade da região. Partindo-se, pois, de estudos que procuraram compreender de forma abrangente a região afetada e incorporando a perspectiva da participação popular, o Projeto Lagoinha propôs-se a inverter a lógica que normalmente norteia as grandes intervenções urbanas: o ponto de partida deveria ser a realidade do Bairro tal como era vivida pelos seus habitantes, sendo o seu fim último, a melhoria da qualidade de vida.

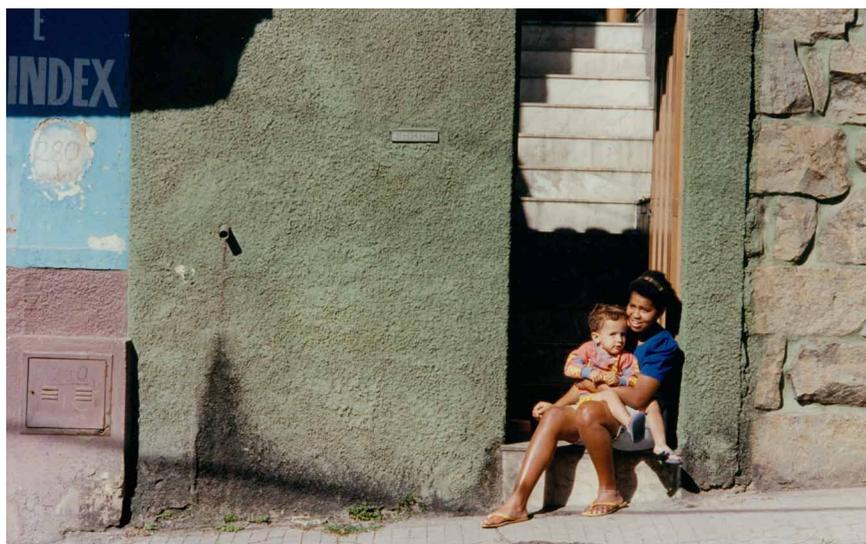
Com isso, montou-se o Projeto Lagoinha, que teve por finalidade a reabilitação integrada do Bairro, tipo de intervenção que procura tratar os diferentes problemas da área de forma articulada e simultânea, entrelaçando ações de tipos variados - de intervenções físicas a projetos culturais - e de magnitudes diferentes - grandes e pequenas intervenções. Assim, a idéia da reabilitação integrada, tal como proposta pela equipe técnica, buscava um modelo de desenvolvimento que, valorizando as especialidades locais, permitisse intervenções mais adequadas e bem sucedidas no tecido urbano. Tratava-se, pois, de uma intervenção urbana que tinha como características principais:

- o seu caráter participativo - os próprios moradores eram responsáveis pelo encaminhamento das ações tais como a reforma de residências e/ou requalificação de seus negócios, intermediados pela administração municipal (órgão gerenciador), através de parcerias com o poder público e o setor privado (que contribuía, por exemplo, com as tintas doadas ao projeto), contando com a assessoria de uma equipe técnica;
- por seu caráter processual - apesar do projeto ter sido elaborado em sua totalidade, prevendo-se uma série de ações a curto, médio e longo prazo, procurava-se fugir do planejamento totalizante e fechado, trabalhando-se com cenários e ações estratégicas, que eram reavaliadas e reelaboradas ao longo do processo;
- por seu sentido de preservação e incentivo às identidades culturais;

- e, sobretudo por sua preocupação com a manutenção das condições de comércio e moradia, bem como o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida e trabalho na região.

Assim, o Projeto Lagoinha, dentro da perspectiva da reabilitação integrada, congregava projetos agrupados em quatro programas:

- Programa de requalificação ambiental - previa a requalificação ambiental da área da Lagoinha, com a recuperação de propriedades isoladas, conjuntos urbanos, quadras, vias públicas e áreas destinadas a equipamento de uso coletivo.
 - Programa de revitalização econômica - a partir da detalhada identificação das atividades existentes na Lagoinha, propunha estimular sua permanência, oferecendo-lhes assessoria técnica para que ganhassem em eficiência gerencial. Foram desenvolvidas linhas que objetivavam o suporte/apoio, expansão e diversificação das atividades.
 - Programa de revitalização cultural - propunha fortalecer e resgatar práticas culturais locais, permitindo, ao mesmo tempo, contato e intercâmbio com outras experiências, além de ressemantizar lugares expressivos do Bairro.
- * Programa de desenvolvimento urbano e social - propunha incentivar a participação da comunidade e intermediar as propostas dos programas arquitetônicos, econômicos e culturais com as carências da população local, através da colaboração com a comunidade do Bairro e suas organizações.



Rua na Lagoinha

Uma intervenção integrada

O Projeto Lagoinha, que tinha como objetivo se estender por todo o Bairro, atuou inicialmente concentrado no entorno das obras do Complexo Viário da Lagoinha, área mais degradada e que foi objeto de um plano estratégico específico, implementado entre os meses de maio e dezembro de 1996. Dentro da idéia do envolvimento público-privado, postulava-se a divisão de responsabilidades: enquanto ao poder público caberia a execução das obras viárias, de melhorias urbanas e de requalificação de edifícios públicos, aos particulares caberia a recuperação de seus imóveis, sendo estimulados a aderir aos vários projetos formulados.

Entre as principais obras públicas executadas, cabe destacar a Praça Vaz de Melo, com 6.600 m², construída no terreno remanescente da demolição de um quarteirão, com o objetivo de servir de anteparo ao Bairro em relação ao pesado trânsito das vias lindeiras. Além do tratamento paisagístico, jardins e fontes foram instalados ainda equipamentos de uso comunitário, tais como bancos e lixeiras, buscando a humanização da paisagem urbana daquela área, muito árida.

Nesta mesma linha, o projeto previa o tratamento de todas as praças e ruas da Lagoinha, tendo sido executado o projeto piloto da Rua Itapericica, principal eixo comercial local. Ali foi feita a substituição de quase dois quilômetros de piso do passeio por ladrilho hidráulico, recuperando-se aquele material tradicional e garantindo acessibilidade e uma imagem homogênea da rua. Em 1996, iniciou-se também, em parceria com a população, a arborização da rua, que conformaria a imagem final da intervenção.

Articuladamente ao Projeto, embora não coordenadas por ele, foram executadas também pelo poder público municipal outras importantes obras na região, tais como a reforma do Hospital Odilon Behrens, a reforma dos jardins do Conjunto IAPI, a construção de abrigos nas paradas de ônibus e a reurbanização da Vila Senhor dos Passos, numa perspectiva integrada de intervenção.

Como intervenção catalisadora, foi proposta ainda a revitalização do antigo Mercadinho da Lagoinha, recuperado com a intenção de se criar um espaço capaz de atender às necessidades culturais e de lazer da comunidade, além de oferecer uma alternativa à questão do abastecimento de gêneros, resgatando o caráter referencial da edificação. Para este projeto, foram realizados estudos minuciosos junto à população local, concluindo-se que o uso desejável para o equipamento deveria ser um misto de abastecimento e cultura, recuperando-se, de certa forma, o caráter originário da idéia de mercado.²⁵

Já no que diz respeito à recuperação e conservação dos imóveis particulares, o projeto trabalhava com a idéia de parceria com a população local, procurando mobilizá-la e fornecer-lhe assistência técnica para tal. Para isso, instalou-se no bairro, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), um Escritório Técnico, que fez preliminarmente o levantamento detalhado das 148 edificações que compunham a área de intervenção estratégica do Projeto, denominada “Face Sul da Lagoinha”, dos quais $\frac{3}{4}$ (112) eram pontos comerciais e $\frac{1}{4}$ ³⁶, locais de residência.

No início de agosto de 1996, a comunidade local, reunida a partir de programas específicos conforme os tipos de uso (comercial ou residencial) dos imóveis, foi convocada a participar como parceira do projeto, através da sua contribuição como responsável pela mão-de-obra nas intervenções de recuperação dos imóveis. Imediatamente um número expressivo de moradores e comerciantes se manifestou interessado em participar do projeto, iniciando-se, então, para os candidatos ao programa de recuperação física dos imóveis, as vistorias e o atendimento visando à capacitação na gestão dessa proposta.

As vistorias, realizadas pelos técnicos do Projeto, objetivavam avaliar o estado de conservação das edificações, fazer a caracterização arquitetônica detalhada e uma estimativa prévia da quantidade de tinta a ser usada. Complementando as vistorias, eram feitos estudos de cor, procurando-

se adequar a orientação teórica à realidade do Bairro e a possibilidade limitada de se criar cores. Algumas edificações foram priorizadas levando-se em consideração o seu valor arquitetônico e o interesse e/ou possibilidade do proprietário. A partir das vistorias iniciou-se o processo efetivo de recuperação e pintura externa dos imóveis, para a qual havia a parceria com a empresa R. Fonseca Produtos Químicos, que doou as tintas à Associação de Moradores da Lagoinha. No final de 1996, várias edificações já se encontravam com suas fachadas recuperadas.



Comércio na Lagoinha.

Durante o processo de distribuição das tintas e acompanhamento da pintura, diversos fatores influenciaram o resultado final, contribuindo para a não realização plena dos objetivos iniciais. Dentre os diversos obstáculos, há que se destacar a precariedade das condições de armazenamento e manipulação das tintas e a impossibilidade de um maior controle sobre os serviços prestados pelos pintores contratados pelos proprietários dos imóveis. No entanto, pode-se destacar também como um dos pontos positivos a grande adesão dos moradores, principalmente da Rua Além Paraíba, de caráter mais residencial. Além de propiciar um melhor aspecto do conjunto da rua - principalmente por se tratar de imóveis na sua maioria em estilo eclético - houve um envolvimento gradual por parte da comunidade, à medida em que apareciam os primeiros resultados das pinturas. No final de 1996, o processo de recuperação já parecia se estender por todo o Bairro, com vários moradores recuperando espontaneamente seus imóveis, sem recorrer ao Escritório Técnico.

Juntamente com a intervenção urbana, o projeto deu forte ênfase ao “Programa de revitalização econômica”, que procurava fortalecer a base econômica da Lagoinha objetivando o apoio, expansão e diversificação das atividades. Com o comércio local, foram trabalhadas linhas de incentivo em parceria com o SEBRAE, que promoveu palestras e instalou o “Balcão Sebrae” junto ao escritório do Projeto Lagoinha para apoiar a modernização dos negócios locais. Numa tentativa de reativar o comércio local caracterizado por brechós, vale o registro da realização do “Leilão de Artes e Antiguidades da Lagoinha”, realizado em dezembro de 1996, muito prejudicado pelo impacto das obras viárias.

O aspecto de animação cultural não foi esquecido e várias ações foram realizadas por meio do “Programa de revitalização cultural”. Dentre essas, cabe destacar o projeto “Sopro da Lagoinha”, que trabalhou com a perspectiva da revitalização da banda de música Nossa Senhora da Conceição, a mais antiga da cidade, que se encontrava em processo de extinção pela incapacidade de renovação de seus quadros. Para reverter essa situação, o projeto, coordenado pelo compositor de música contemporânea Eduardo Álvares, instalou uma pequena escola de instrumentos de sopro junto à igreja católica local, promovendo concertos semanais, nos quais a corporação tinha possibilidade de intercâmbio com outros grupos locais e nacionais. Também nessa linha, estava prevista a instalação de um cinema popular no Mercadinho da Lagoinha, revitalizado.

Instrumentos de preservação: legislação e negociação urbana

Como provavelmente já se pôde perceber, o Projeto Lagoinha teve como um dos seus pressupostos básicos o conceito contemporâneo – ampliado – de patrimônio cultural, tentando responder os desafios colocados por esta concepção. Aqui é importante perceber que, como já afirmamos em capítulo anterior, não se trata simplesmente de uma mudança quantitativa: a expansão do conceito faz com que se modifique o seu próprio caráter, o que, por sua vez, faz com que também a postura em relação ao que se entende por patrimônio deva sofrer alterações. Em relação ao Projeto Lagoinha, procurou-se responder a este desafio, partindo dos seguintes pressupostos:

1. Priorizar sempre o contexto urbanístico, percebendo a cidade como um organismo vivo e complexo, onde os bens naturais e culturais se relacionam entre si. Neste sentido, o Projeto Lagoinha, em suas análises e proposições, procurou sempre privilegiar conjuntos e ambiências a edificações isoladas.
2. Adotar um procedimento unitário, visando à melhoria do meio ambiente urbano como um todo, não tratando desigualmente as chamadas áreas históricas e os outros espaços que compõem a cidade. No caso do Projeto Lagoinha não se lidava com um “centro histórico” no sentido tradicional, mas com um bairro pericentral, moldado pela história e objeto de intervenções descaracterizadoras. Nas intervenções propostas, teve que se trabalhar muitas vezes com territórios degradados, causados pelo próprio processo de desenvolvimento urbano.
3. Nesse sentido, é fundamental a integração absoluta entre a política específica de preservação do meio ambiente urbano e a política urbana de um modo geral. Ao se pensar em termos de preservação ambiental, deve-se tentar harmonizar sítios e edificações preexistentes com as novas, utilizando para isso instrumentos urbanísticos mais gerais, como o Plano Diretor para o município, a Lei do Uso e Ocupação do Solo, os códigos de obras e posturas, entre outros. Neste sentido específico, o Projeto Lagoinha procurou a integração com as formulações do Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo, que naquele momento estavam em processo de aprovação em Belo Horizonte, conseguindo inserir neles o importante instrumento da “Área de Diretrizes Especiais da Lagoinha”, considerada como área passível de revitalização. A intenção foi evitar o tombamento de imóveis individuais e garantir um marco jurídico mais contemporâneo para as intervenções.
4. Priorizar planos mais simples de recuperação de edifícios e conjuntos, ao invés de caríssimas restaurações. É importante para a preservação da

memória e da identidade cultural e para a preservação da qualidade do meio ambiente urbano conservar aquilo que os conjuntos têm de essencial, como sua volumetria, traços básicos de fachada e, eventualmente, mesmo tipologias em planta. No que se refere ao Projeto Lagoinha, esta foi diretriz sempre presente em todas as obras de restauração e/ou recuperação do patrimônio edificado.

5. Reavaliar a gestão do meio ambiente urbano. Antes de qualquer intervenção no tecido vivo da cidade é muito importante a percepção dos mecanismos criadores de significado em jogo ali: é vital perceber, acima de tudo, como os moradores e usuários utilizam e valorizam aqueles espaços que constituem o seu dia-a-dia. É necessária, para isso, a criação de mecanismos que permitam a real e efetiva participação dos agentes envolvidos no processo, em todos os seus momentos: na elaboração, implantação e gestão dos projetos a serem eventualmente desenvolvidos. Esta foi a diretriz fundamental do Projeto Lagoinha, que só se viabilizou pela intensa e constante participação da comunidade envolvida.

6. Garantir a permanência da população de baixa renda nas áreas a serem urbanizadas, preservadas, etc. Qualquer política de preservação deve priorizar o bem estar dos moradores e usuários, procurando evitar a sua expulsão em decorrência da valorização dessas áreas. Ponto importantíssimo no que se refere especificamente ao Projeto Lagoinha: parecia-nos vital garantir e estimular a permanência da população do Bairro evitando o conhecido processo de gentrification, muito comum em projetos de reabilitação. Para isso, foram formuladas estratégias tanto junto aos moradores quanto junto ao comércio local.

Assim, o Projeto Lagoinha, nos anos de 1995 e 1996, procurou conjugar uma série de ações que, em seu conjunto, pareciam oferecer uma alternativa ao tombamento. Por um lado, a aprovação de uma Área de Diretrizes Especiais para a região, instrumento urbanístico destinado, simultaneamente à “proteção do patrimônio cultural e da paisagem urbana”, a “revitalização de áreas degradadas ou estagnadas” e ao “incremento ao desenvolvimento econômico”. Por outro, uma série de obras públicas, que indicavam para a população em geral e para a comunidade local a preocupação do Poder Público com a qualidade de vida da região. Permeando tudo isso, um processo de crescente envolvimento da comunidade local, que, com a assistência técnica do Poder Público, alavancava os projetos específicos de preservação e desenvolvimento.

Um final nada feliz

Com isso, no final de 1996, os resultados do Projeto Lagoinha começavam a se fazer visíveis: além da execução das obras públicas viárias, de recuperação de ruas, residências, da construção de um espaço de comércio, lazer e cultura (o Mercadinho), do investimento em projetos culturais (“O sopro da Lagoinha”), a metodologia da reabilitação integrada conseguia granjear grande adesão ao Projeto por parte da população do Bairro, que se sentia parceira nas intervenções. Nesse momento, o Projeto começava a ter também grande visibilidade na mídia e em fóruns de discussão e planejamento urbano, nacionais e internacionais, tendo sido apresentado em inúmeros congressos e seminários e alcançado premiações importantes junto a instâncias representativas de planejamento urbano.²⁶

No entanto, como se poderia esperar, a implementação de projeto de tal abrangência não poderia dar-se em pouco mais de um ano de trabalho: no final de 1996, ainda havia muito a se fazer em relação à conservação e revitalização da área - resguardando usos e ocupação compatíveis, dando continuidade à recuperação econômica, à recuperação das edificações e espaços públicos, entre outros. Algumas questões, em particular, preocupavam sobremaneira a equipe técnica da UFMG: a destinação a ser dada a alguns espaços remanescentes de quadras que ainda estavam sendo demolidas; a continuidade da ação de mobilização e negociação com a população local e a regulamentação da Área de Diretrizes Especiais da Lagoinha, de maneira que todo o investimento realizado na região não terminasse, mais uma vez, provocando os efeitos contrários aos desejados, com a expulsão da população e das atividades tradicionais.

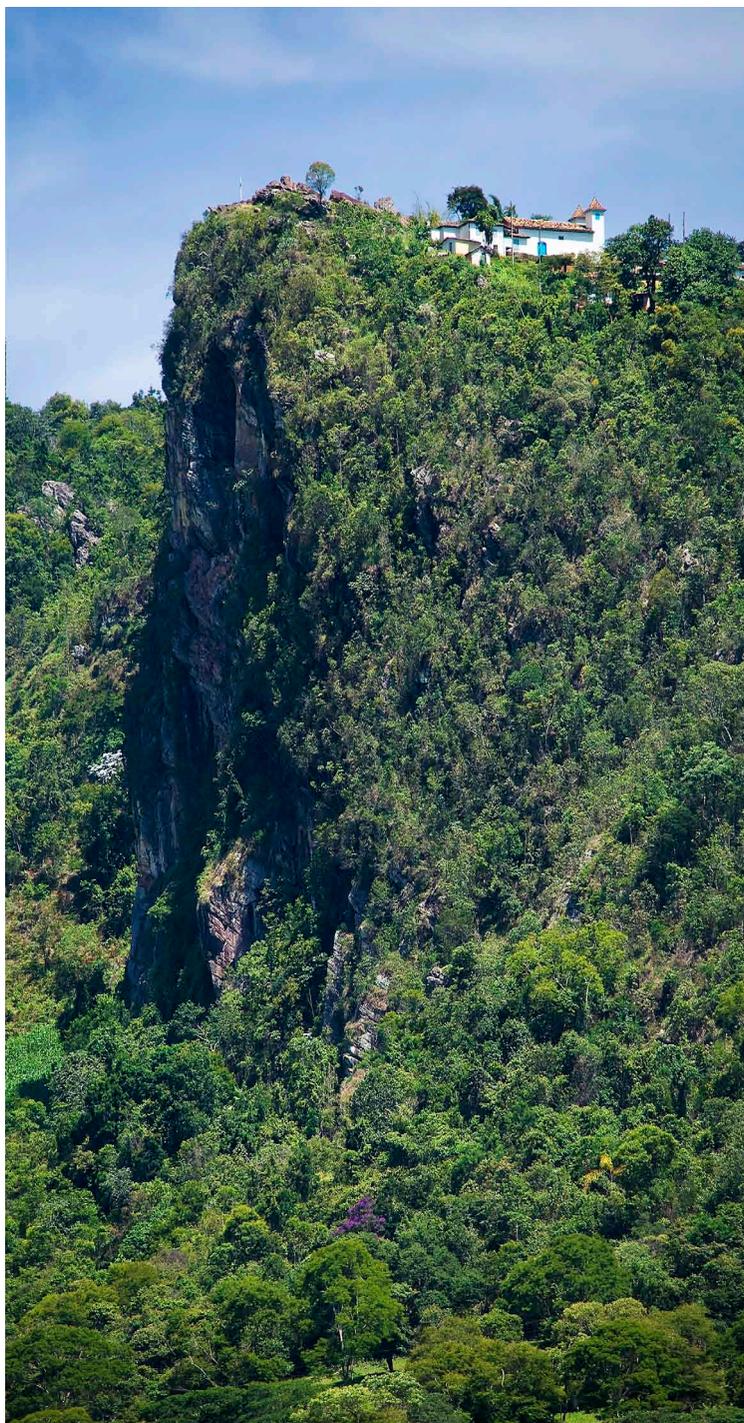
Tendo havido eleições em 1996, vivia-se naquele momento uma transição de gestão. A equipe técnica apresentou uma proposta de continuidade das ações a curto e médio prazo ao novo Governo, mas, apesar de longas e difíceis negociações – durante as quais a equipe técnica procurou manter, ainda que precariamente, o funcionamento do escritório local e do projeto - concluiu-se pela impossibilidade de continuação da colaboração entre Prefeitura e Universidade, na medida em que a nova administração não pretendia dar continuidade à perspectiva adotada até então. Com isso, o Projeto Lagoinha terminou sendo mais uma vítima da descontinuidade administrativa, que caracteriza a gestão pública brasileira, e que, de acordo com Klaus Frey se opõe à consolidação de formas mais nítidas e confiáveis dos processos de negociação política”, dizendo respeito “não apenas à definição das prioridades técnicas e materiais, mas frequentemente também às formas de cooperação e de participação como também à maneira

de colaboração e de regulação de conflitos entre executivo, legislativo e sociedade civil” (FREY, 2000, p. 246)

A interrupção do Projeto Lagoinha e a conseqüente desarticulação da estratégia integrada adotada provocaram uma série de impasses no que se refere especificamente à preservação do patrimônio daquela região de Belo Horizonte, que permanecem até os dias de hoje. Por um lado, desativou-se o envolvimento da comunidade local, cuja participação tem sido solicitada apenas em eventos esporádicos; por outro, interromperam-se os trabalhos de recuperação física da região, seja por parte do Poder Público, ou da própria comunidade local, descrente do processo. Além disso, colocou-se um impasse em relação à própria estratégia de gestão: se hoje existe uma Área de Diretrizes Especiais destinada à preservação e ao desenvolvimento da Lagoinha prevista no Plano Diretor, esta nunca foi regulamentada, o que tira qualquer efetividade deste instrumento, que permanece como uma “carta de intenções”, datada no tempo. Com isso, toda ação de preservação a ser ali empreendida deve recorrer ao instrumento do tombamento, exatamente o que se queria evitar com o Projeto Lagoinha.

Finalmente, cabe chamar a atenção para a retomada com grande ênfase da perspectiva rodoviária no governo de Belo Horizonte²⁷, o que levou a Prefeitura a concentrar sua ação em intervenções urbanas mais convencionais, bastante distantes da perspectiva da conservação ou da reabilitação urbana. Assim é que, desde 2004, está em curso a duplicação da Avenida Antonio Carlos, principal avenida que cruza a região da Lagoinha em direção ao Norte, projeto que prevê a construção de viadutos e trincheiras em mais de oito cruzamentos, além da demolição total de muitas quadras ao longo da via. Com isso, se retoma a perspectiva anterior, da renovação urbana indiscriminada e do privilégio ao automóvel, responsável pela degradação não somente da histórica Lagoinha, mas de tantos bairros e comunidades no Brasil e no mundo.

*



*Serra da Crioula,
Serro, Minas
Gerais.*

PAISAGEM CULTURAL E TÉCNICAS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS: PRESERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NO SERRO (MG)

Dentro da perspectiva aberta nas últimas décadas pela ampliação do conceito de patrimônio¹, algumas novas idéias têm desempenhado um papel decisivo e inovador. Uma delas vai ser a de “paisagem cultural”, que, desenvolvida pela UNESCO desde o início dos anos 1990, combina de forma inextricável os aspectos materiais e imateriais do conceito, muitas vezes pensados separadamente, indicando as interações significativas entre o homem e o meio ambiente natural. Com isso, essa idéia parece oferecer uma rica perspectiva quando aplicada também às noções tradicionais do campo da preservação, podendo servir, por exemplo, para ampliar a perspectiva de visada sobre os próprios centros históricos, permitindo leituras que compreendam justamente as interações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial desses conjuntos, muitas vezes ignoradas.² A partir desta compreensão ampliada, parece-nos possível também se propor estratégias integradas de intervenção que, ao combinar esses diversos aspectos, terminam por constituir respostas muito mais completas ao complexo desafio da conservação urbana.

Para ilustrar essas possibilidades, vamos tomar o caso da cidade do Serro, localizada no “Distrito do Diamante”, em Minas Gerais, a 255 quilômetros ao Norte de Belo Horizonte, e uma das poucas cidades da região da mineração a ter sua economia marcada também pela agricultura, desde o início da ocupação. Conjunto urbano tombado nacionalmente pelo SPHAN, ainda em 1938, o Serro apresenta um excepcional conjunto arquitetônico, ao lado de fortes elementos naturais – a Serra do Espinhaço, matas e sítios arqueológicos, e bens culturais imateriais de grande importância, ligados tanto à religiosidade, quanto à sua longa tradição rural, tais como o conhecido “Queijo do Serro”, registrado como patrimônio nacional em 2008. Esses elementos vão se combinar numa rica paisagem cultural, que vai se apresentar de forma bastante peculiar em relação às dos demais Sítios Urbanos Nacionais do ciclo do ouro em Minas Gerais, principalmente no que se refere à sua conformação e ao papel que a agricultura nele desempenha. Para se ilustrar conjuntamente as possibilidades que tal conceito oferece, vai se analisar aqui um plano de revitalização da paisagem cultural através da agricultura urbana, em curso no Serro, que parte justamente da compreensão do caráter rural daquele município e da conformação morfológica muito própria do seu centro histórico.



Vista geral do Serro.

Tentativas de delimitação de um conceito

Apesar da verdadeira explosão por que tem passado o conceito de patrimônio desde os anos 1960, o fato é que tradicionalmente se continuou por muito tempo a lidar de forma muitas vezes estanque com o patrimônio cultural e com o patrimônio natural, demarcando-se cada uma das áreas e pouco se pensando em sua conexão. Assim, por exemplo, a “Convenção do Patrimônio Mundial” da UNESCO, desde sua aprovação em 1972, vinha classificando separadamente o patrimônio cultural e o natural, passando a abrigar definitivamente a nova categoria de “paisagem cultural” apenas por ocasião da 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em Santa Fé, Novo México (EUA), em 1992, depois de anos de discussão sobre a essência das paisagens culturais. Com isso, a Convenção vai ser o primeiro instrumento legal internacional a reconhecer e proteger tal tipo complexo de patrimônio – focada na interação entre natureza e cultura e, ao mesmo tempo, ligado também intimamente às maneiras tradicionais de viver.³ Tanto para a UNESCO quanto para o Comitê do Patrimônio Mundial, esta nova perspectiva vem representar uma importante contribuição para se abordar a questão do desenvolvimento sustentável, ao envolver mais de perto as próprias comunidades.⁴ Dando seqüência à abordagem

deste conceito, a UNESCO definiu, ainda em 1999, as paisagens culturais da seguinte forma, no documento intitulado “Diretrizes operacionais para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial”:

Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no Artigo I da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões.⁵

Em 1993, o Parque Nacional Tongariro, na Nova Zelândia, se tornou o primeiro bem a ser inscrito na lista do Patrimônio Mundial, já utilizando os novos critérios, sendo colocado sob a categoria de paisagem cultural. A UNESCO assim descreve esse novo patrimônio da humanidade:

As montanhas no coração do parque têm importância cultural e religiosa para o povo Maori, e simbolizam as ligações espirituais entre esta comunidade e seu meio ambiente. O parque tem vulcões extintos e ativos, uma ampla gama de ecossistemas e algumas paisagens espetaculares.⁶

Hoje, 16 anos depois do início da sua utilização pela UNESCO, 55 paisagens culturais já foram oficialmente inscritas na Lista do Patrimônio Mundial, inscrições que refletem também a diversidade do conceito: dos remanescentes arqueológicos do Vale Bamivan no Afeganistão até os terraços de arroz nas Filipinas, do Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta na Austrália até os Jardins Botânicos Reais em Kew, Inglaterra, as paisagens culturais da lista da UNESCO cobrem as diversas regiões do globo (embora a maior parte delas ainda esteja concentrada na Europa) e representam configurações variadas.

Como se pode perceber apenas pelos exemplos listados, o termo “paisagem cultural” vai abarcar uma diversidade de manifestações dos tipos de interações entre a humanidade e seu meio-ambiente natural: de jardins projetados a paisagens urbanas, passando por campos agrícolas, rotas de peregrinação entre outras, como veremos. E vai ser justamente essa amplitude do termo e sua delimitação ainda um tanto indefinida que leva a controvérsias de toda natureza, como mostram vários estudiosos, que apontam que apesar do renascimento que esse termo vive hoje, ele ainda é

Monte Ngauruhoe,
no Parque Nacional
Tongariro, na Nova
Zelândia.



marcado por um relativo desconhecimento por parte até de experts, e por uma enorme polissemia.⁷

Ao mesmo tempo em que se mostra altamente complexa e ambígua, essa idéia começa a se espalhar, penetrando também nas políticas de patrimônio em outros níveis – nacionais, regionais e locais, e marcando uma série de iniciativas ao redor do mundo. Neste sentido, cabe se destacar, por exemplo, a ação do *English Heritage*, órgão inglês de preservação, que tem coordenado um “Programa de Caracterização das Paisagens Históricas”, que desde 1992 vem produzindo uma descrição georeferenciada da dimensão histórica das paisagens rurais da Inglaterra, ferramenta poderosa para o seu manejo.⁸ Nos Estados Unidos, país com longa tradição de preservação do patrimônio natural, a temática das paisagens culturais ganhou contorno definido nos anos 1980 e 1990, tendo o *National Park Service*, órgão de preservação nacional, desenvolvido neste período critérios para intervenções em paisagens culturais, que são consolidados em final dos anos 1990 com o lançamento da *Preservation Brief n. 36*, que, aos moldes do feito em outras áreas do patrimônio, divide essas intervenções em preservação, revitalização, restauro e reconstrução.⁹ No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) promulgou, em abril de 2009, a Portaria N.º 127, que estabelece a chancela da “paisagem cultural brasileira”, definida ali como uma “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. (Ver Anexo 3, deste livro). Com isso, também em nosso país começa a se institucionalizar uma das idéias mais ricas que entraram no campo do patrimônio nos últimos anos e que tem trazido significativos avanços conceituais e metodológicos à área.

Várias são também as tentativas de delimitar e estabelecer categorias dentro do amplo universo abrangido pelo conceito de “paisagem cultural”, que vai abarcar, como vimos, uma diversidade de manifestações da interação entre a humanidade e seu meio ambiente natural, com maiores ou meno-

res graus de intervenção humana. Assim, por exemplo, a *Cultural Landscape Foundation*, organização não governamental envolvida no assunto, propõe dividir as paisagens culturais em quatro tipos: sítios históricos, que reúnem as paisagens significativas pela sua associação com um evento atividade ou pessoa histórica, tais como campos de batalhas e as cercanias das casas dos presidentes; paisagens históricas planejadas, paisagens que foram planejadas ou executadas intencionalmente por um paisagista, mestre de jardinagem, arquiteto, ou horticultor, de acordo com princípios de projeto, ou por um jardineiro amador, trabalhando num estilo ou tradição reconhecível, tais como parques, campi e propriedades rurais; paisagens históricas vernaculares, paisagens que se desenvolveram através do uso pelo homem, cujas atividades ou ocupação moldaram aquela paisagem, tais como aldeias rurais, complexos industriais e paisagens agrícolas; e paisagens etnográficas, paisagens que contêm uma variedade de bens naturais e culturais que são definidos como bens patrimoniais, tais como assentamentos contemporâneos, sítios religiosos sagrados, e estruturas geológicas massivas.¹⁰



Cairo, Egito, vista a partir do Nilo.

Já o próprio Comitê do Patrimônio Mundial identificou e adotou três categorias de paisagem cultural, variando daquelas paisagens o mais deliberadamente “plasmada” pelo homem, passando por toda uma categoria de trabalhos “combinados”, até chegar àquelas menos evidentemente “moldadas” pelo homem (embora altamente valorizadas). As três categorias extraídas das Diretrizes Operacionais do Comitê são, então, as seguintes:

- (i) “uma paisagem planejada e criada intencionalmente pelo homem”
- (ii) uma “paisagem que se desenvolveu organicamente” que pode ser uma “paisagem relíquia (ou fóssil)” ou uma “paisagem com continuidade”;
- (III) uma paisagem cultural “associativa” que pode ser valorizada por causa das “associações religiosas, artísticas ou culturais dos elementos naturais”.

Uma análise acadêmica, realizada em 2006, dos esforços combinados do Comitê do Patrimônio Mundial, dos múltiplos especialistas ao redor do mundo e das nações para aplicar o conceito de “paisagem cultural”, concluiu que:

apesar do conceito de paisagem ter se desprendido já há algum tempo de suas associações artísticas originais, (...) ainda há uma visão dominante da paisagem como uma superfície inscrita, semelhante a um mapa ou um texto, da qual o sentido cultural ou as formas sociais podem ser lidar simplesmente.

Nos últimos anos, no entanto, tal concepção começa a ser contestada, inclusive dentro dos órgãos de preservação, nacionais e internacionais, caminhando-se para uma concepção mais ampla e dinâmica da paisagem cultural. Neste sentido, é que recentemente se propôs, por exemplo, a candidatura da cidade de Buenos Aires como patrimônio da humanidade, utilizando-se de forma transformadora essa nova categoria: no dossiê encaminhado a UNESCO, combinam-se na paisagem cultural buenairense desde a maneira de se utilizar o rio de la Plata e suas margens até as manifestações artísticas e culturais da capital argentina como o tango e a literatura de Borges, passando pelo seu traçado e conjunto riquíssimo da arquitetura eclética.



Tango,
Buenos Aires.

Cenários convergentes: bens culturais e naturais na paisagem cultural do Serro

Para ilustrar as possibilidades de utilização dessa perspectiva, que ilumina exatamente as interações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial do patrimônio, vamos tomar a cidade do Serro, localizada no “Distrito do Diamante”, em Minas Gerais, a 255 quilômetros ao Norte de Belo Horizonte, e uma das poucas cidades da região da mineração a ter sua economia marcada também pela agricultura, desde o início. Localizada ao longo da chamada “Estrada Real”, a paisagem cultural do Serro combina, como mostraremos, uma topografia específica, um significativo patrimônio edificado, uma riqueza de espécies vegetais e uma maneira tradicional de cultivar o solo, que liga o conjunto a outros de origem portuguesa.

Por muito tempo, a historiografia sobre as cidades coloniais brasileiras, muito bem representadas pela obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (2000), apontava a sua oposição ao modelo das cidades de origem espanhola nas Américas. De acordo com seu ponto de vista, enquanto essas eram planejadas e organizadas de acordo com um padrão rigidamente ortogonal, seguindo estritamente as “*Leyes de las Indias*”, aquelas seriam produtos de uma ocupação espontânea. Recentemente houve uma transformação na historio-

grafia, e essa visão sofreu uma profunda revisão por autores tais como Nestor Goulart Reis Filho (*Evolução urbana no Brasil*, 1968) e Roberta Marx Delson (*New Towns for colonial Brasil: Spatial and Social Planning of the Eighteenth Century*, 1979), que mostraram a existência de cidades planejadas no período colonial e de uma política territorial exercida pela Coroa Portuguesa.

Esta revisão levou a uma compreensão mais detalhada da forma urbana das cidades brasileiras, e várias obras recentes têm tentado estabelecer os padrões reais e complexos seguidos pelas nossas cidades tradicionais. O fato é que as cidades portuguesas apresentam uma coerência formal e são estruturadas com base em uma série de princípios que pode ser observado na morfologia urbana tanto em Portugal quanto nos outros territórios além-mar, em diversos períodos históricos (TEIXEIRA, 2000). A organização das cidades no Brasil aconteceu por meio das “ordenanças” que transplantaram a organização municipal portuguesa para a Colônia, produzindo uma forma urbana muito específica que, não obstante, tem suas regras próprias, constituindo aquilo que poderíamos denominar de uma “paisagem cultural” bastante peculiar, nova idéia no campo da preservação do patrimônio que estamos explorando.

Grande parte das cidades brasileiras do início de nossa colonização – como o Rio de Janeiro, Salvador, e muitas outras – se desenvolveram tradicionalmente na costa, em áreas de baías. O caso de Minas Gerais, no entanto, foi bastante peculiar, pelas razões já mencionadas anteriormente: a maior parte das cidades aqui se desenvolveu próxima a rios e/ou em encostas suaves, ao longo da Estrada Real. O solo nessas regiões é normalmente bastante irregular e desfavorável à ocupação humana: localizando-se numa altitude geralmente elevada, a maior parte das cidades nessa região se estende por áreas acidentadas e íngremes, uma dificuldade que é aumentada pelo solo duro que faz ainda mais difíceis os trabalhos agrícolas.

A forma linear da maior parte das cidades é explicada pelo seu próprio processo de formação: em muitos casos, as cidades aparecem como uma conexão entre pequenos arraiais mineradores, erigidos ao redor de pequenas capelas. Diferentemente das cidades coloniais de origem hispânica, aqui não havia uma *Plaza Mayor* ou *Plaza de Armas*, praça principal onde a Catedral convivia com os edifícios públicos – servindo esses pequenos espaços urbanos articulados pelas capelas de praças ou largos. Também diferentemente das cidades hispânicas, as cidades mineiras não seguiam um layout prévio, articulando-se geralmente ao longo de uma via mais antiga, na qual começam a aparecer edificações residenciais e comerciais. Como um resultado, a forma das cidades costuma se adaptar aos contornos do terreno de

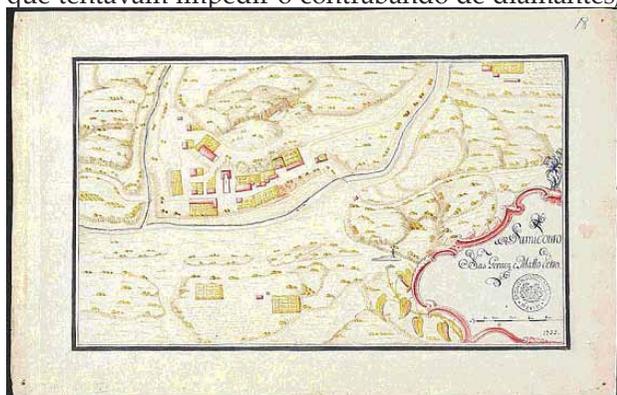
uma maneira “casual”: ao invés de uma malha rígida e ruas alinhadas, as cidades coloniais brasileiras – e as mineiras em particular – se espalham a partir do seu ponto de partida para cobrir as encostas, protegidas dos ventos mais fortes e das inundações, freqüentes nas áreas mais baixas.

Se essas cidades tiveram uma fase inicial fortemente marcada por esse fenômeno “espontâneo”, numa fase subsequente de desenvolvimento, pode-se observar uma ocupação “intencional” dos pontos dominantes do território para funções urbanas e edifícios significativos – civis e religiosos, edificações que iriam atrair o desenvolvimento de logradouros ao seu redor (Vasconcellos, 1977).¹¹ Um bom exemplo deste desenvolvimento pode ser dado, como mostramos em capítulo anterior, pela Praça Tiradentes, em Ouro Preto (MG), um espaço oficial desenvolvido no topo do Morro de Santa Quitéria, o ponto mais alto na ocupação da cidade, que separava os dois assentamentos existentes, cuja ocupação foi planejada e executada pelo Estado. Um arranjo espacial diferente pode ser notado ali, tendendo mais para um padrão regular, mais próximo ao padrão da malha, que reflete o poder imperial e o seu poder crescentemente repressivo.

Todo esse processo pode ser observado na cidade do Serro (MG), que aparece no início do século XVIII com a descoberta do ouro naquela região, tendo sido inicialmente conhecida como “Arraial das Lavras Velhas do Iviturui”, próximo aos córregos do Lucas e dos Quatro Vinténs. Graças a seu rápido crescimento, o arraial foi elevado à Vila do Príncipe em 1714, tornado-se uma comarca em 1720, com a importante responsabilidade legal-administrativa sobre quase todas as regiões Norte e Nordeste da recentemente estabelecida Província de Minas Gerais.

A região permaneceu relativamente isolada do resto do País, não apenas devido a sua distância da costa, mas por causa das leis estritas e rigorosas que tentavam impedir o contrabando de diamantes, que tinha se tornado

o principal produto da região. Não obstante, a Vila do Príncipe teve um notável crescimento, mesmo que não comparável aos de Ouro Preto ou São João del-Rei, no mesmo período.



Mapa do Sumidouro, mostrando uma pequena vila articulada em torno de uma capela.

A cidade do Serro mantém até hoje um esquema urbano básico, próximo àquele do século XVIII, quando a sua ocupação foi consolidada: a cidade se estende linearmente, principalmente nas meias encostas e próxima a córregos. A sua origem também é muito similar a de outras cidades mineiras: a nova cidade se formou gradualmente, articulando-se ao longo de um eixo principal que conectava dois assentamentos de mineiros, conhecidos como o “Arraial de Cima” e o “Arraial de Baixo”, que correspondem, como os nomes já indicam, às partes alta e baixa da cidade, num processo semelhante ao que foi mostrado



Rua no Serro.

por Sylvio de Vasconcellos em relação à Diamantina.⁽¹²⁾ O seu crescimento seguiu uma tendência longitudinal, na direção Leste-Oeste, com a cidade se articulando em torno de três eixos principais – a rua Direita, a rua de Cima e a rua do Corte, que têm um ponto de confluência na entrada da cidade da Estrada Real. No entanto, há certos traços que diferenciam a cidade do Serro de todos os outros centros históricos de Minas Gerais, e esses se relacionam especialmente a seu caráter rural, que caracteriza a região desde os seus primeiros tempos. A sua topografia é marcada pela presença de uma cadeia de montanhas e por rios, e o seu clima é o típico de montanhas. O solo é pedregoso, no entanto, fértil o suficiente, e favorável à agricultura, especialmente para o cultivo de milho, cana de açúcar, feijão, mandioca e banana. Com a decadência do ciclo do ouro, na segunda metade do século XVIII, a cidade do Serro intensificou sua atividade agrícola.¹³ Na sua região Norte, há muitas fazendas de criação de gado, e a produção de queijo artesanal sempre foi tradicional na região, sendo bastante conhecida em todo o País, ao ponto do queijo do Serro ter tido seu registro como patrimônio imaterial tanto no Estado de Minas Gerais, quanto por parte do IPHAN.

Quando Auguste de Saint-Hilaire visitou o Serro, em 1817, a corrida do ouro já tinha terminado, mas ele descreveu a boa aparência da cidade, as suas ruas pavimentadas (o que não era comum na época), e a sua rica vida social. Essa vitalidade devia-se em parte a seu caráter agrícola, que impediu que o Serro, diferentemente de muitas outras cidades do Estado, tivesse uma decadência muito profunda (SAINT-HILAIRE, 1975, p.1 45).

Enquanto as cidades hispano-americanas tinham um centro único, organizado em torno da *Plaza Mayor* e eram organizadas regularmente, em malha, estas também tinham limites muito precisos, distinguindo-se claramente entre o urbano e o rural. De forma diferente, a cidade portuguesa tendia a ter um contorno impreciso, com o urbano fundindo-se lentamente no rural, à medida em que a cidade ficava menos densa quando se caminhava para a periferia. Nas periferias dessas cidades, a ocupação gradualmente se tornava menos densa e os lotes, maiores, muitas vezes conhecidos como “sítios”, serviam para a prática da agricultura familiar. No caso do Serro, esse traço é muito perceptível, na medida em que ali se conserva uma baixa ocupação dos lotes, mantendo-se a relação cheio-vazio da época colonial: lotes grandes e uma ocupação pouco densa marcam todo o conjunto urbano do Serro e não apenas as periferias.

Outro traço morfológico definidor da paisagem do Serro vai ser a predominância de terrenos muito íngremes, com as declividades variando de 30% a 100%, o que termina por contribuir fortemente para moldar inclusive a própria arquitetura local, marcada por uma tipologia específica de sobrados, na qual, de acordo com a topografia, vão se acomodar mais andares num dos lados da edificação, que terminam atingindo até quatro pavimentos, embora do outro lado apareçam apenas um ou dois desses andares.



Sobrado no Serro.

O desafio da conservação das paisagens culturais e a agricultura

Conservar as paisagens culturais é um dos desafios mais complexos com os que se depara a área do patrimônio hoje. Se a sua conceituação já se mostra uma tarefa difícil, tal dificuldade se aprofunda quando se passa para a formulação de estratégias para o tratamento dessa categoria especial de patrimônio. O *National Park Service*, órgão americano responsável pela formulação de políticas de patrimônio nos Estados Unidos, como anotamos, vem se empenhando significativamente neste sentido, emitindo ainda em 1992 diretrizes relativas às paisagens culturais, distinguindo-se entre os diversos tipos de intervenção – preservação, restauração, revitalização das paisagens. Não se trata de tarefa fácil, já que não se trata apenas de se ater à dimensão estética das paisagens, devendo um correto tratamento das mesmas envolver simultaneamente tanto a dimensão funcional dessas paisagens, quanto a sua dimensão ecológica.¹⁴

A significação e a autenticidade dessas paisagens vão envolver também elementos que se relacionam com a dimensão imaterial do patrimônio, dependendo frequentemente da continuidade e da vitalidade de sistemas tradicionais de cultura e de produção, que criaram ao longo do tempo padrões característicos de uso da



Café, Serro.

terra e um sentido único de lugar. Hoje muitos desses usos tradicionais da terra – e os produtos a eles relacionados – que eram largamente aceitos sem maior reflexão, correm o perigo de serem desestabilizados e destruídos. Em todo planeta, mudanças demográficas, o aumento do valor da terra, a industrialização da produção agrícola e a competição dos mercados mundiais, estão revolucionando as relações sociais e econômicas tradicionais com a paisagem. A velocidade e o alcance dessas mudanças são inéditas e têm implicação significativa na gestão do patrimônio cultural, que incluem a fragmentação e a mudança de paisagens culturais, a perda de mercado dos produtos tradicionais e mesmo a erosão da identidade e distinção regionais. Assim, preservar as paisagens culturais vai ser, muitas vezes, defrontar-se com as formas tradicionais de produção, entre as quais a agricultura, em todas suas dimensões.

Não é por outra razão que a UNESCO, ao implementar a categoria de “paisagem cultural”, incluiu na lista do Patrimônio Mundial algumas paisagens relacionadas diretamente com a agricultura, entre as quais poderíamos citar, como exemplo, a “Paisagem cultural da região de vinhedos de Tokaj”, na Hungria, incluída na Lista em 2002. Ao justificar essa inclusão, a UNESCO escreve:

A paisagem cultural de Tokaj demonstra visualmente a longa tradição da produção do vinho nesta região de montanhas baixas e vales de rios. O padrão intrincado dos vinhedos, fazendas e pequenas cidades com sua rede histórica de porões de fabricação de vinho, ilustra cada faceta da produção dos famosos vinhos de Tokaj, cuja qualidade e gestão têm sido estritamente regulamentados por quase três séculos.

Outra tentativa importante nesta direção, que entrelaça ecologia, patrimônio natural e conhecimentos tradicionais, vai ser o estudo de P.S. Ramakrishnan, da Universidade Jawaharlal Nehru, de Nova Deli, Índia, que define o que denomina de “Sistemas de patrimônio agrícola engenhosos globalmente importantes” (“*Globally Important Ingenious Agricultural Heritage Systems*” - GIAHS), categoria criada para designar

aqueles sistemas agrários complexos mantidos pelas sociedades tradicionais, que são geridas de forma casual ou com baixa intensidade, como um componente integral de uma paisagem cultural, conservada pelas sociedades através de um sistema de valores que tem fortes interconexões sócio-culturais com a paisagem na qual se localizam. Eles são produtos de interações ecoculturais no tempo e no espaço, e podem ainda estar se desenvolvendo.¹⁵

A seu ver, em tempos de globalização, faz-se ainda mais necessário o conhecimento, registro e apoio a essas práticas tradicionais, altamente ameaçadas, e cujo desaparecimento não significaria apenas uma perda cultural, mas também uma contribuição negativa para o empobrecimento ecológico do planeta.



Paisagem agrícola, Detmold, Alemanha.

No que se refere à preservação da paisagem cultural, nesta mesma linha de raciocínio, parece-nos promissora a ênfase que tem sido dada no Brasil atualmente à questão da agri-

cultura familiar, presente em alguns dos nossos centros históricos e que passa a ser vista agora como possível protagonista das políticas orientadas para o desenvolvimento. Isso fica mais patente ainda, quando se percebe que em muitas das políticas públicas hoje introduzidas em nosso País, se pretende ampliar o conceito de desenvolvimento com a introdução da noção de sustentabilidade, incorporando outras esferas, além da estritamente econômica, tais como a educação, a saúde e a proteção ambiental (Pronaf, 1996: 6-7).

Maria José Carneiro comenta sobre essa revalorização da agricultura familiar:

Há décadas relegada a segundo plano e até mesmo esquecida pelo Estado, a agricultura familiar e a sua base fundiária – a pequena propriedade – têm sobrevivido em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer a grande produção e a grande propriedade – setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira. O aumento da produtividade, associado ao consumo de tecnologia, tem fundamentado a ação e o discurso modernizadores até aqui. (CARNEIRO, 1997)

Assim, as propostas recentes de fortalecimento da agricultura familiar voltadas para as demandas dos trabalhadores – sustentadas em um modelo de gestão social em parceria com os agricultores familiares e suas organizações – vêm representar “um considerável avanço em relação às políticas anteriores”, o que pode ser observado já no texto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), de 1996, quando se propõe a construir “novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil, sem os vícios do passado” (Pronaf, 1996: 14).

Dentro dessa perspectiva, desempenha um papel importante a agricultura urbana, que é realizada em pequenas áreas dentro de uma cidade, ou no seu entorno (periurbana), e destinada à produção de cultivos para utilização e consumo próprio ou para a venda em pequena escala, em mercados locais. Como anota o engenheiro-agrônomo Alexandre Dinnys Roese, da EMBRAPA/CPAP, a agricultura urbana vai diferir da agricultura tradicional (rural) em vários aspectos:

Inicialmente, a área disponível para o cultivo é muito restrita na agricultura urbana. Além disso, há escassez de conhecimentos técnicos por parte dos agentes/produtores diretamente envolvidos; freqüentemente não há possibilidade de dedicação exclusiva à atividade;

a atividade destina-se, normalmente, para utilização ou consumo próprio; há grande diversidade de cultivos; e a finalidade da atividade é distinta, pois normalmente não é requisito para a agricultura urbana a obtenção de lucro financeiro. (ROESE, 2003)

Apesar dessas distinções, pode-se observar uma relação muito forte entre a agricultura rural/tradicional e a agricultura urbana, como anota aquele autor, na medida em que esta última vai ser normalmente praticada mais intensamente “em regiões ou municípios que tenham tradição agrícola no meio rural”.

Apesar de sua valorização ser recente, a agricultura urbana vai ser, na verdade, uma prática antiga, constituindo parte importante do saber-fazer das comunidades. O que se nota, recentemente, é que sua retomada em comunidades urbanas de baixa renda tem gerado resultados muito positivos, contribuindo tanto para a segurança alimentar das famílias envolvidas, quanto para o fortalecimento dos vínculos de vizinhança e para a valorização da cultura e do conhecimento popular. Assim, não há dúvida que elementos importantes do patrimônio cultural de um povo estão imbricados nessa prática centenária. Exatamente neste ponto é que vemos a possibilidade de se entrelaçarem temas até então estanques: por um lado, a questão da agricultura familiar, em sua versão urbana; por outro a questão da preservação do patrimônio cultural, em suas vertentes material (paisagem cultural) e imaterial (técnicas tradicionais), tudo isso perpassado pela perspectiva contemporânea da sustentabilidade. Essa desejável integração entre as dimensões físicas e técnicas e a dimensão cultural é algo que – embora não explicitamente – é pressuposto das diversas políticas setoriais. Assim, vai ser interessante perceber, por exemplo, como o próprio “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”, em implantação pelo IPHAN, através de diversas parcerias, com instituições dos governos federal, estadual e municipal, universidades, organizações não-governamentais, entre outros, estabelece entre suas diretrizes de políticas de fomento a idéia de se promover “a salvaguarda de bem cultural imaterial por meio de apoio às condições materiais que propiciam sua existência, bem como pela ampliação dos acessos aos benefícios gerados por essa preservação”.

Um plano de preservação da paisagem cultural

Na mesma linha de raciocínio, Metchild Rossler, do Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO, no FORUM UNESCO realizado em 2005, aponta a íntima ligação entre a “proteção dos valores e do patrimônio intangíveis” e a das paisagens naturais, sendo que “manutenção do tecido social, do co-

nhhecimento tradicional, dos sistemas de uso da terra e das práticas nativas são essenciais para a sua sobrevivência”¹⁶ As paisagens naturais seriam, a seu ver, aqueles lugares por excelência onde “se pode aprender sobre a relação entre o povo, a natureza e os ecossistemas e como isso conforma a cultura, a identidade e enriquece a diversidade cultural e biológica.” Esta vai ser a idéia motriz de um plano que desenvolvemos, desde 2007, no município do Serro, com o patrocínio do Programa MONUMENTA/UNESCO, e que se propõe a promover a revitalização da paisagem cultural através da agricultura urbana, partindo justamente da compreensão do caráter rural daquele município, corporificado nas práticas agrícolas tradicionais, e da conformação morfológica muito própria do seu centro histórico. Assim este projeto se propõe a salvaguardar um patrimônio imaterial – as práticas, conhecimentos e técnicas tradicionais relativos ao cultivo, preparo e conservação tanto de alimentos quanto de plantas medicinais, no Serro (MG), não só através do seu inventariamento, mas também através de um plano de salvaguarda, que passa pela revitalização da paisagem do núcleo urbano e do seu entorno através da prática sustentável da agricultura familiar. Para isso, combinam-se nesse plano, num entrelaçamento inédito em nosso País, as temáticas do planejamento urbano, da preservação do patrimônio urbano e cultural e do incentivo à agricultura familiar.

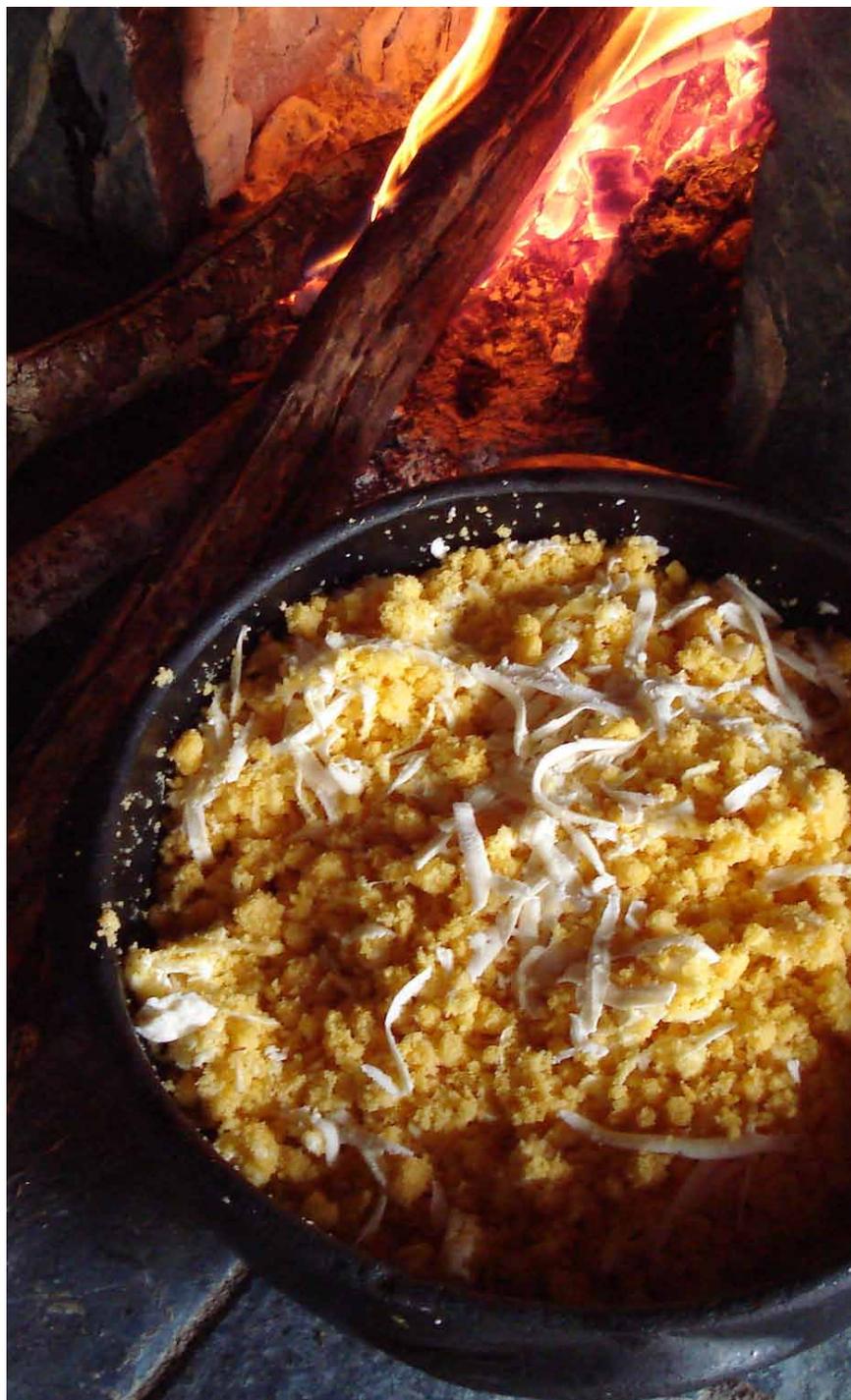
Carlos Fernando de Moura Delphim, do IPHAN, em sua “Proposta de intervenções paisagísticas em sítios do centro histórico e adjacências na cidade do Serro, MG”, documento produzido para o IPHAN no ano 2000, chama a atenção para a riqueza contida naquela localidade e a necessidade de preservá-la:

O Serro é depositário de espécies domésticas do patrimônio genético, algumas em vias de extinção. Na casa dos Otoni serviu-se uma variedade de mandioca inigualável no sabor, tamanho e maciez. No pomar de uma residência reencontrei uma variedade de mexerica pela qual vinha procurando há anos. Conhecia-a como laranja-cravo. Ali dão-lhe o nome de cravina. O moderno interesse puramente comercial por novas variedades de híbridos e a facilidade de se comprar enxertos destas variedades é responsável pelo desaparecimento de muitos cultivares tradicionais de frutas e legumes. A cidade que ainda possui exemplares dessas espécies deve preservá-las com o mesmo zelo que preserva suas igrejas. O patrimônio genético só assume seu pleno valor quando os recursos naturais se associam ao conhecimento de formas para seu uso, sobretudo de formas peculiares, como é o caso de usos culinários como o fubá insuado e o cuscuz, feito também com fubá.¹⁷

Em sua exposição, já podemos perceber o entrelaçamento que se dá nas práticas agrícolas, entre os elementos naturais e culturais: o rico “patrimônio genético” só assumiria seu pleno valor quando associado “ao conhecimento de formas para seu uso”. O quadro a seguir, tenta ilustrar, de forma gráfica, alguns desses elementos – naturais e culturais – que compõem o saber-fazer tradicional ligado à produção, preparo e conservação dos alimentos:

Elementos culturais relacionados às práticas agrícolas			
Cultivo	Solo Água Sementes Clima	Elementos naturais apropriados	Saber –fazer tradicional
Preparo	Culinária local Variedade de produtos Tempero Receitas	Elementos culturais	
Conservação	Doces Geléias Licores Rapadura Fubá	Métodos tradicionais - agregam valores aos produtos da agricultura	

Cabe anotar aqui que a paisagem do núcleo urbano vai ter uma forte presença dos vazios, grande parte deles ocupado pelo cultivo de diversas espécies, prática que vem desde o período colonial, como atestado pelos diversos viajantes que por lá passaram. Saint Hilaire, em seu livro *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, já identifica ali plantações de bananeiras, mamoeiros, laranjeiras, pés de café, couve, algumas espécies de curcubitáceas, entre outros, cultivadas nos quintais de cada casa no núcleo urbano. “Das janelas que se abrem para o campo”, descreve, “goza-se de agradável panorama: avistam-se as casas próximas entremeadas de massas espessas de verdura formada pelo arvoredo dos jardins; mais além descortina-se o vale estreito que se estende ao pé da cidade e em cujo fundo corre o quatro vinténs; ...” (São Paulo: Cia. Editora Nacional. Tomo I. 1938, p. 280). O aspecto de “jardim” dos amplos quintais acidentados – conservados até hoje – faz com que a paisagem do Serro se aproxime mesmo a de algumas configurações semelhantes no mundo de origem lusitana, como, por exemplo, às da Ilha da Madeira.



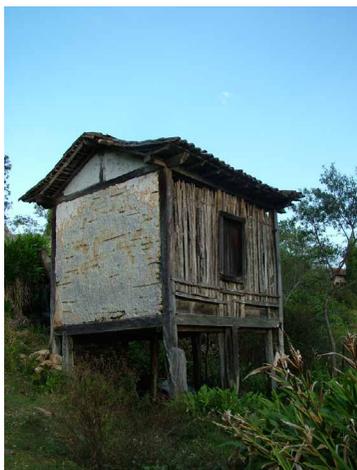
*Fubá insuado,
Serro.*

No entanto, hoje se percebe uma perda e descaracterização dessa paisagem, em grande parte provocada pela má utilização da agricultura urbana: terraceamentos mal feitos, espécimes inadequadas à topografia, entre outros, atestam a perda progressiva do saber-fazer da agricultura urbana tradicional, que sempre caracterizou o conjunto do Serro. Assim, percebemos que se fazia urgente o inventariamento e a salvaguarda deste saber fazer tradicional, não só para se evitar o seu desaparecimento iminente, mas para alavancar a preservação da paisagem cultural característica daquele conjunto tombado, ao mesmo tempo em que, num trabalho de extensão agrícola, poderia também estimular a agricultura familiar num núcleo marcado por um baixo nível de renda.

Trata-se, assim, de um projeto inédito e exemplar na área da extensão agrária e da preservação do patrimônio em nosso País: pela primeira vez, no Brasil, propõe-se um projeto de resgate das práticas agrícolas tradicionais que servirá de subsídio para se tratar e preservar de forma sustentável a “paisagem cultural” de um núcleo urbano tombado, categoria que, como vimos, começa a ser utilizada em nível mundial. Combinam-se, na perspectiva da paisagem cultural, a preservação do patrimônio material (o conjunto urbano tombado) e imaterial (práticas, conhecimentos e técnicas tradicionais relativos ao cultivo, preparo e conservação em áreas urbanas, tanto de alimentos quanto de plantas medicinais).

Finalmente, cabe destacar, o caráter de sustentabilidade da proposta: ao se propor um plano de salvaguarda de um saber fazer tradicional para através dele se perseguir a revitalização da paisagem cultural do Serro, está se abordando, simultaneamente, a dimensão cultural e paisagística, mas também as suas bases sociais e econômicas. A agricultura urbana

parece-nos representar uma importante atividade econômica alternativa para a população de um município pobre e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Com isso, o plano vem atender também às diretrizes do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, ao oferecer aos moradores da cidade a oportunidade de perceber a paisagem como patrimônio a ser preservado, através justamente do resgate e preservação de um saber fazer tradicional, que também lhes reverta em benefícios econômicos, garantindo assim a sua sustentabilidade.



Moinho d' água tradicional.

Numa perspectiva multicefálica, o plano proposto procura tratar as diversas dimensões do patrimônio cultural envolvidas, conjugando, ao lado de um “Programa de salvaguarda das práticas, conhecimentos e técnicas tradicionais relativas ao cultivo, preparo e conservação dos alimentos e plantas medicinais”, um “Programa de reabilitação da paisagem”, que combina intervenções físicas e projetos de ação cultural, ao lado ainda de um “Programa de fortalecimento econômico” e de um “Programa de fortalecimento institucional”, como pode ser visualizado no quadro seguinte.

Proposto em 2007, esse trabalho foi elaborado, como anotamos, com o patrocínio do Programa MONUMENTA do Governo federal, por uma ampla equipe multidisciplinar – arquitetos, antropólogos, geógrafos, agrônomos, historiadores, entre outros profissionais –, como seria de se esperar num projeto dessa natureza, que visa o complexo tema da paisagem cultural. A partir de cuidadosos diagnósticos – que envolveram a leitura da paisagem, o levantamento da agricultura local e um inventário das técnicas tradicionais de cultivo, preparo e conservação dos alimentos e ervas medicinais – e da proposição de um plano abrangente, preparouse, com a Prefeitura local, um plano estratégico para as diversas ações envolvidas, entre as quais foram eleitos alguns projetos pilotos. Dentre esses, pode-se se citar a proposta de uma “Lei de Preservação da Paisagem Cultural”, que incorpora desde diretrizes de uso e ocupação para a área tratada, até um completo programa de agricultura urbana, passando pela criação de um fundo rotativo para financiamento das atividades.



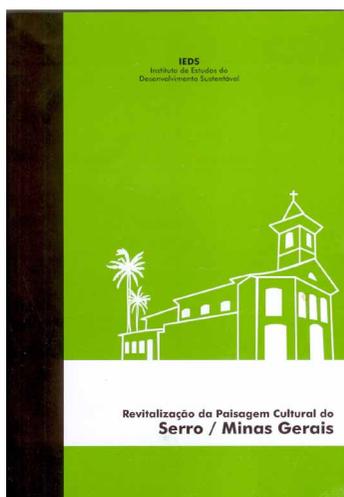
Propostas do Programa de reabilitação da paisagem.

Além disso, tratou-se com cuidado a questão da gestão, central neste tipo de plano, e que será realizada por meio de um Conselho Gestor, que reúne representantes dos poderes municipais e da sociedade civil, e que conta com a assistência de um escritório técnico, que será instalado a partir de uma parceria entre a Prefeitura Municipal, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Instituto de Estudos de Desenvolvimento Sustentável (IEDS).¹⁸

Plano de revitalização da paisagem cultural do Serro	
Plano de revitalização da paisagem cultural do Serro	Programa de salvaguarda das práticas, conhecimentos e técnicas tradicionais relativas ao cultivo, preparo e conservação dos alimentos e plantas medicinais.
	Programa de reabilitação da paisagem
	Programa de fortalecimento econômico
	Programa de reabilitação da paisagem

Finalmente cabe observar que este plano tem um sentido prospectivo, articulando uma proposta de preservação da paisagem cultural, que explora as suas diversas dimensões. Ao lado de uma dimensão eminentemente investigativa – estão se investigando as diversas possibilidades de intervenção sobre a paisagem cultural –, parece-nos inegável também que o projeto terá um grande impacto no que se refere ao desenvolvimento social e cultural, local e regional. Trata-se, afinal, de se mudar a “atitude” da população frente à paisagem, estimulando-a a recuperar práticas, conhecimentos e técnicas tradicionais, que será

ser muito útil no que se refere ao tratamento a ser dispensado aos vazios urbanos agriculturáveis. Ao mesmo tempo, estará se oferecendo uma alternativa real de geração de renda para a população de um município pobre e com baixo IDH. Os ganhos sociais são óbvios nesse caso: melhoria na renda, no abastecimento e mesmo na saúde da população local, com a possibilidade do cultivo e manipulação de ervas medicinais. Já os ganhos culturais também são de grande monta, podendo se destacar a recuperação e preservação de saber-fazer tradicional, no



Cartilha do Programa de reabilitação da paisagem.

que se refere ao cultivo, preparo e conservação de alimentos e ervas medicinais, e a recuperação e preservação da paisagem cultural, única no País. Essa conjugação de tantas dimensões – econômicas, sociais, culturais e ecológicas – comprova assim, a nosso ver, a potencialidade da idéia de “paisagem cultural” e o importante papel que ela poderá desempenhar no campo do patrimônio cultural nas próximas décadas.

*

O DESAFIO DA PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL: A RECUPERAÇÃO DO ACERVO DO LABORATÓRIO DE FOTO-DOCUMENTAÇÃO

SYLVIO DE VASCONCELLOS

Como observa Ramón Gutierrez, somente nos últimos anos começou a existir uma consciência acabada sobre o valor documental dos arquivos de arquitetura na América Latina, carecendo esses arquivos, em geral, “de



*Hall da Escola de
Arquitetura da
UFMG.*

uma tutela específica, salvo naquelas repartições públicas ou escritórios privados onde foi necessário conservá-los em atenção ao caráter operativo dos mesmos”. Mesmo nesses casos, trata-se muitas vezes simplesmente de uma “operação de armazenamento, sem implicação alguma de uma tarefa de adequado acondicionamento e catalogação, por isso é freqüente que os mesmos estejam também destinados ao sumiço quando muda o responsável pelo arquivo, se produza uma mudança ou algum funcionário considere necessário conseguir espaço”.¹

Neste quadro, ocupa uma posição especial o acervo do Laboratório de Foto-documentação Sylvio de Vasconcellos, sob a tutela da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, um dos raros casos de um arquivo de arquitetura intencionalmente construído, como parte de um projeto mais amplo de pesquisa na área da Arquitetura e do Urbanismo. Criado em 1954 com o objetivo de documentar fotograficamente o acervo arquitetônico e artístico de Minas Gerais, e funcionando de forma intensiva durante dez anos, o Laboratório de Foto-documentação produziu um impressionante acervo que retrata de forma exemplar o interesse historiográfico dos arquitetos modernistas, que compunham então o corpo docente da Escola de Arquitetura. Rico acervo, constituído de mais de 50.000 imagens, permaneceu esquecido por décadas e somente nos anos 1990 começa um trabalho sistemático de catalogação e revalorização desse fundo documental, importante para a pesquisa da história da arquitetura brasileira. Este capítulo vai discutir a importante questão da preservação do patrimônio documental, tomando como estudo de caso o projeto de recuperação desse acervo fotográfico tão significativo.

A história de um fundo documental

A Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), criada em 05 de agosto de 1930 e federalizada em 1949 (Lei nº 971), foi a primeira da América do Sul a nascer desvinculada das Escolas Politécnicas, de Belas Artes e Filosofia. Esta autonomia merece destaque, uma vez que suas congêneres, obedecendo aos preceitos academizantes trazidos em 1816 pela



*Sala de aula,
Escola de
Arquitetura da
UFMG, década de
1960.*

Missão Artística Francesa - especialmente através do exemplo dos trabalhos do Arquiteto Henri Louis Victor Grandjean de Montigny - tinham seus currículos baseados no ensino preconizado pela Academia de Belas Artes da França. Sua fundação deu-se sob a influência da Semana de Arte Moderna de 1922, o que, alguns anos depois, vai se refletir na arquitetura produzida por seus alunos, em consonância com as novas conceituações

de beleza, racionalidade e funcionalidade, em contraposição ao caráter decorativista anterior. Neste sentido, é interessante perceber que a sua fundação coincide com o período em que Lucio Costa assume a direção da Escola Nacional de Belas Artes, promovendo importantes transformações, mudando seu corpo docente e orientação de ensino e incluindo modernistas no júri do Salão Nacional de Belas Artes. Como se sabe, esses acontecimentos foram seguidos da imediata reação dos arquitetos tradicionalistas, principalmente os ligados ao neocolonial, o que transformou a luta pelo controle das instituições públicas num fato importante durante a década de 1930 no Brasil.

A Escola de Arquitetura vai ter uma trajetória paralela à evolução da própria arquitetura moderna brasileira: nascida sob os influxos da renovação, o seu corpo docente inicial é formado por arquitetos que ainda trabalhavam dentro do esquema academicizante de projeção. No entanto, vão ser as obras pioneiras de Niemeyer na Pampulha que constituem o grande referencial para a primeira geração de alunos daí egressos, que a partir do



Prof. Meschessi, Escola de Arquitetura da UFMG, década de 1960.

final dos anos 1940 marcam a cena arquitetônica de Minas Gerais. Com a absorção gradual de ex-alunos em seu corpo docente, a Escola de Arquitetura assiste à transformação da formação profissional, que passa do academicismo para o experimentalismo modernista. Assim, experimentações formais e técnicas aliadas a uma pesquisa do passado colonial brasileiro caracterizam o trabalho da Escola nos anos 1950 e 1960, o que também se relaciona diretamente com a tendência maior na época. As diversas mudanças em seu currículo atestam não só a preocupação constante com a formação profissional de seus alunos, notadamente na área de projeto, mas evidenciam também a ênfase na tecnologia e crítica (história e teoria) da arquitetura.

Quanto à pesquisa, devem ser registrados os primeiros esforços em 1959, ocasião em que se procurou sistematizar a atividade através da criação do Núcleo de Assessoramento à Pesquisa, sob a supervisão do prof. Sylvio de Vasconcellos. Inicialmente voltado para pesquisas bibliográficas, este Nú-

Biblioteca, Escola de Arquitetura da UFMG, década de 1960.



cleo também desempenha o papel de apoio didático, na medida em que passa a se utilizar dos serviços do Laboratório de Foto-documentação e da gráfica, já há algum tempo presentes na Escola. Nesta oportunidade são iniciadas as Edições Escola de Arquitetura que, entre 1961 a 1963 apresentam 67 títulos cujos autores, em sua maioria professores da Escola, tinham sua competência reconhecida nacional e internacionalmente.²

Contando com um contingente de oito arquitetos, três datilógrafos, uma secretária, a Seção foi transformada, em 1963, em Instituto Superior de Pesquisas para o Planejamento. No entanto, em 1964, por ocasião do golpe militar, o Instituto foi fechado, com a Escola de Arquitetura e seu ensino sofrendo um duro golpe.

Dentro da estrutura de pesquisa da Escola, vem desempenhar um papel central o Laboratório de Foto-documentação, que, criado já no ano de 1954, vinha registrando, dentro dos mais altos parâmetros de qualidade técnica e estética, a arquitetura brasileira tradicional e contemporânea. Além disso, o Laboratório oferecia estágios de fotografia de arquitetura, funcionando como um centro de excelência da fotografia, recebendo inclusive inúmeros prêmios, constituindo um raro serviço fotográfico de ensino e pesquisa voltado para a arquitetura. Em suas atividades, o Laboratório de Foto-documentação desenvolveu também pesquisas importantes de técnicas fotográficas, tais como o foco mobile, o Brum De Madder metalizado (processo de viragem) e o Sistema FORMALC, preservador de películas fotográficas.

Do intenso trabalho nas décadas de 1950 e 1960, resultou o acervo do Laboratório de Foto-documentação Sylvio de Vasconcellos, constituído por cerca de 50.000 imagens. A sua composição reflete o interesse teórico e o foco historiográfico dos pesquisadores modernistas de então, contemplando o levantamento de, praticamente, toda a arquitetura colonial mineira, arquitetura das primeiras décadas de Belo Horizonte, e exemplares da arquitetura moderna brasileira em seus primórdios. Uma pré-classificação desse acervo mostra os seguintes focos temáticos:

Focos temáticos do acervo fotográfico do Laboratório de Foto-documentação Sylvio de Vasconcellos	
1. Arquitetura colonial mineira	1.1. Cidades - registro das principais cidades históricas em nosso Estado, ainda preservadas, nos anos 1950 e 1960. 1.2. Arquitetura – registro detalhado dos principais monumentos arquitetônicos nessas cidades. 1.3. Arte Aplicada – registro da arte aplicada ligada aos monumentos arquitetônicos documentados. 1.4. Mobiliário. 1.5. Artes Plásticas.
2. Arquitetura em Belo Horizonte	2.1. Arquitetura eclética – construções do final do século XIX à década de 1930. 2.2. Arquitetura déco – registro das principais edificações déco da década de 1930 a de 1950. 2.3. Arquitetura moderna - registro da produção da arquitetura moderna, dos anos 1940 a 1960. 2.4. Interiores
3. Arquitetura moderna no Brasil	Registro da produção da Arquitetura moderna, dos anos 1940 a 1960, com destaque para edificações situadas no Rio de Janeiro e a construção de Brasília.
4. Universidade e Escola de Arquitetura	Registro dos espaços e dos eventos significativos do cotidiano da Escola de Arquitetura.

Desde 1964, com a desativação do Núcleo de Assessoramento à Pesquisa, esse acervo permanecia inexplorado na Escola de Arquitetura: cuidadosamente conservado sob a guarda de alguns poucos funcionários ciosos da sua importância, a esmagadora maioria desses negativos nunca fora copiada em papel, não podendo ser utilizados para pesquisa.

Um olhar modernista

Não podemos desvincular o início desta trajetória das transformações pelas quais passava o País com o regime implantado por Getúlio Vargas na década de 1930, e toda a discussão que se dava em torno da questão da nacionalidade e da identidade nacionais. Neste contexto, Getúlio Vargas, ainda em 1934, convida o mineiro Gustavo Capanema para assumir o Ministério da Educação e Saúde, que tratava também das questões da cultura. Tendo em vista suas afinidades com a tradição brasileira e considerando sua origem num estado com expressivos registros da arquitetura colonial urbana, assim como suas amizades com mineiros “letrados”, não é de se

estranhar que Capanema tenha sido um ministro cercado pelos intelectuais modernistas – Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Lucio Costa, entre outros. (CAVALCANTE, 2004).

Neste quadro, deve se destacar o trabalho desenvolvido por Lucio Costa, ao mesmo tempo um dos mentores do Movimento Moderno, representante do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) no Brasil (MOTTA, 1987), e atuante também na área da preservação, sendo funcionário do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional (SPHAN), onde era o Diretor da Divisão de Tombamentos. Neste quadro, a trajetória de Lucio Costa era uma referência obrigatória: de filiação inicial ao movimento neocolonial, o arquiteto viaja pelo interior de Minas Gerais desde a década de 1920, por orientação do “neocolonial” José Mariano. Assim, possuía conhecimento de grande parte do acervo de origem colonial deste Estado, que possui grande número de bens e conjuntos urbanos considerados de valor excepcional para a nação brasileira. Sua visão a respeito deste acervo excepcional fica muito clara através da publicação do artigo “Documentação Necessária” em 1937, na revista de nº 1 do SPHAN, onde se evidencia sua leitura de uma conexão entre arquitetura colonial e modernista, liame que se torna um *topos* importante do discurso historiográfico sobre a arquitetura brasileira, como mostramos em capítulo anterior.

Neste mesmo contexto, o arquiteto Sylvio de Vasconcellos, um dos fundadores do Laboratório de Foto-documentação, seguiu caminho semelhante ao de Lucio Costa, assumindo, já em 1939, a convite do presidente do SPHAN, Rodrigo Mello Franco de Andrade, a chefia (cargo hoje denominado superintendente) do Distrito do SPHAN em Minas Gerais, se responsabilizando pela salvaguarda dos bens culturais do Estado até 1969. Sua trajetória também foi múltipla: arquiteto moderno prolífico, foi professor (de 1948 a 1969), diretor (1963 a 1964) da Escola de Arquitetura da UFMG e um dos iniciadores do Serviço de Pesquisa. No âmbito deste, implantou, como vimos, o Laboratório de Foto-documentação, cujo acervo fotográfico mostra o viés dos modernistas em relação à arquitetura. É interessante perceber como esse acervo foi gerado a partir da delimitação, pelos seus coordenadores, de um programa sistemático de registro, que privilegiava a arquitetura colonial, embora não excluísse as demais etapas. Assim, foram programadas e realizadas muitas viagens de registro, pelo interior de Minas Gerais e por outras regiões do Brasil, com o objetivo de formação de acervo para auxílio ao ensino em Arquitetura, assim como para as pesquisas que se realizavam, que resultaram em inúmeras publicações, que eram vistas como um meio permanente de propaganda e difusão cultural. Nelas foram gradativamente reproduzidas também obras de arte pertencentes

ao patrimônio artístico nacional, sendo também publicados estudos técnicos, críticas especializadas, pesquisas estéticas e um amplo material sobre a arquitetura e as artes em Minas Gerais e no Brasil.

Na estruturação do acervo, o destaque vai ser colocado, como poderíamos esperar, sobre a arquitetura e as artes de origem colonial, principalmente do século

XVIII, o que também é demonstrado através das publicações realizadas pela Escola de Arquitetura. Percorrendo as velhas cidades mineiras, os fotógrafos do Laboratório vão realizar um minucioso trabalho de registro sistemático de todo seu conjunto, numa visão que ia da escala do urbano aos detalhes da arquitetura e das artes aplicadas, sem deixar de registrar minuciosamente os próprios edifícios. Aqui cabe se perceber também que nesse trabalho, atendia-se também ao programa modernista proposto por Lucio Costa, não se limitando às edificações de caráter monumental, mas registrando-se também exaustivamente a arquitetura civil e muito da produção vernacular.³ Não há aqui uma “discriminação monumental”, traço que muitas vezes se apontou como defeito nas políticas de preservação

ao redor do mundo: assim, ao lado das igrejas, casas senhoriais, casas de câmara e cadeia, prédios institucionais, registravam-se também as inúmeras residências humildes que compunham o cenário das cidades históricas mineiras e a arquitetura rural. Outro detalhe importante: esse levantamento não era “superficial”, caminhando até os detalhes e elementos construtivos e as próprias



Trecho da Rua da Igreja da Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, Ouro Preto, 1969.



Sacrário no Altar-mor da Igreja de Santo Antônio, Ouro Branco, Minas Gerais.



*Praça Anchieta,
Salvador, década
de 1960*

técnicas tradicionais, minuciosamente registradas pelo Laboratório.

Um outro foco complementar vai estar, dentro da leitura historiográfica dominante entre os modernistas, na própria arquitetura que se produzia, que era vista muito mais como uma continuadora das boas práticas do passado do que como uma tabula rasa, uma ruptura radical com o passado. Assim, é interessante perceber a auto-

referência constante dos modernistas, preocupados em registrar a sua própria obra e a dos seus contemporâneos: ao lado das viagens ao interior de Minas, o Laboratório organizava expedições para o Rio de Janeiro, Brasília e outros locais nos quais se construía a arquitetura moderna do período.

Finalmente, um outro viés modernista se apresenta no acervo do Laboratório de Foto-documentação: a preocupação social, que se manifesta num extenso registro do modo de habitar das classes populares, notadamente num inventário das favelas de Belo Horizonte, que resultou no terceiro livro da série “Documentário Arquitetônico”, *Favelas*, publicado em 1961, num registro pioneiro deste tipo de edificação e agenciamento urbano.⁴



*Cobogó e janela
do Conjunto
Pedregulho, Rio de
Janeiro.*

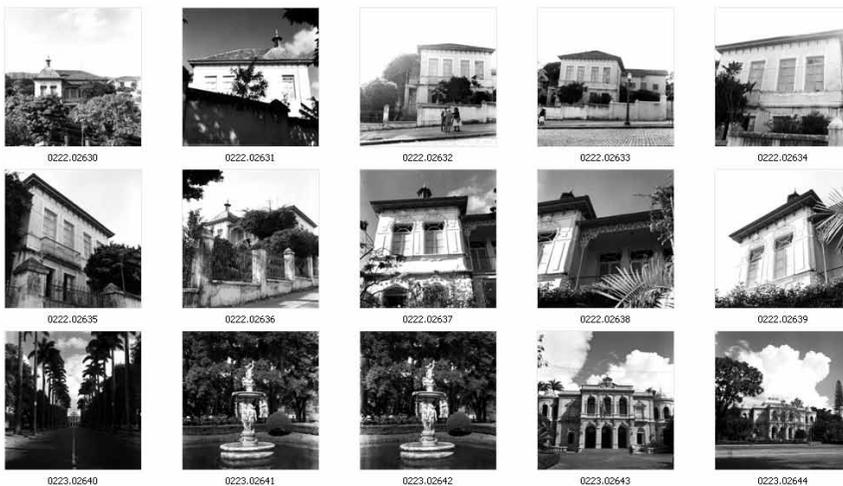
De todo esse trabalho, resultou um acervo valioso, composto por cerca de 50.000 imagens, entre películas fotográficas em acetato de celulose de 35 mm, películas fotográficas 6x6cm e 6x9cm e películas avulsas 13 x 18 cm, além de numerosas cópias fotográficas e diapositivos. Este acervo foi organizado, ao longo do tempo, em pastas arquivadas em ordem numérica seqüencial e

posição vertical. Cabe registrar que a maior parte dos negativos 6x6cm foi produzida na década de 1960 e registra basicamente volumes e paisagens externas, tendo sido listados em cadernos de registro. Os negativos

em formato de 35 mm se encontravam em situação precária em relação ao estado de conservação e às condições de arquivamento. Cabe anotar ainda que em meados da década de 1990, esse acervo de negativos encontrava-se praticamente inexplorado, não havendo cópias positivas da maior parte das imagens. No entanto, mesmo praticamente “invisível” na cena nacional, ele continuava atraindo o interesse de alguns pesquisadores que sabiam de sua existência e de sua riqueza.

A retomada de um ideal

Para reverter esta situação, um grupo de professores e discentes, sob nossa coordenação, começou em meados dos anos 1990, a encarar o desafio de organizar o arquivo fotográfico do Laboratório de Foto-documentação Sylvio de Vasconcellos e dar tratamento digital ao acervo dos fotogramas, disponibilizando seu conteúdo para a comunidade acadêmica e o público em geral. A partir desta idéia base, estabeleceu-se a meta inicial de digitalizar o acervo fotográfico do Laboratório, processá-lo em um banco de dados, para então disponibilizá-lo de maneira ampla, vinculando todas as imagens em formato digital na página eletrônica da Escola de Arquitetura da UFMG, possibilitando uma pesquisa por descritores. A idéia inicial também previa a retomada da produção a partir deste material, projetando-se a realização de livros eletrônicos sobre temas específicos da arquitetura, urbanismo e artes em geral.



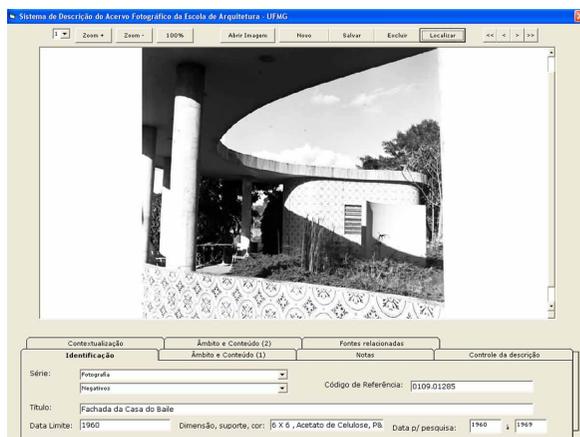
Diversidade temática do acervo fotográfico do Laboratório de Foto-documentação Sylvio de Vasconcellos

A partir deste entendimento e considerando as discussões iniciais ocorridas, foram estabelecidos contatos com outras instituições e pesquisadores que vinham desenvolvendo estudos nos campos da digitalização e de tratamento da informação. A partir de então, ampliou-se o grupo de estudo com a constituição de uma equipe interdisciplinar mais ampla, envolvendo pesquisadores de várias instituições. O primeiro passo foi, então, promover a integração entre os membros da equipe e, ao mesmo tempo, apresentar e discutir o escopo e os objetivos do projeto. Nesta etapa, foram discutidos os procedimentos metodológicos definidos no projeto original: identificação; classificação; organização; digitalização; desenvolvimento de banco de dados; plano de preservação; consolidação dos métodos arquivísticos.

Definiu-se, ainda, que a estrutura da base de dados só poderia ser criada quando se tivesse clareza da metodologia a ser adotada no tratamento da informação. Nesse sentido, considerou-se também que, devido à natureza arquivística do acervo, os métodos de tratamento da informação seriam concebidos dentro da perspectiva da arquivologia.⁵ Com isso, foram adotadas as seguintes proposições metodológicas pela equipe: adoção da Norma Internacional Geral de Descrição Arquivística (ISAD-G) e da Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR-CPF) e criação de uma estrutura preliminar de metadados⁶ a ser considerada no tratamento da informação, tomando-se como base as normas acima mencionadas. Uma vez discutida e aprimorada pela equipe, delineou-se uma estrutura básica para o banco de dados, que se utilizou em todo o trabalho.

Estrutura preliminar do banco de dados referente ao tratamento da informação do acervo de negativos		
1 – Identificação	Destinada à informação essencial para identificar a unidade de descrição ⁷	
1.1 – Código de referência	Notação de acordo com padrão LC	1 linha; alfanumérico
1.2 – Título	A proposta foi a de adotar o Título da Pasta – observação os detalhes estarão no campo âmbito/conteúdo.	1 linha; alfanumérico
1.3 – Data	Data real ou data limite	O campo deverá permitir diferentes formas de registro: dia, mês e ano; datas limite, apenas a década e terá que aceitar colchetes, se necessário.
1.4 – Dimensão, suporte, cor	Dimensão física e suporte. Por exemplo: negativo 6x6; Foto p&b, 12x15cm.	1 linha
2 – Contextualização	Destinada à informação sobre a origem e a custódia da unidade de descrição.	
2.1 – Nome do produtor	Seção: Serviço de Foto-documentação Sylvio de Vasconcelos	Default. Comum a todos os itens.
3 – Âmbito e Conteúdo	Destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição.	
3.1 – Local		1 linha; alfanumérico
3.2 – Logradouro		2 linhas; alfanumérico
3.3 – Bem cultural	Nome do monumento ou do evento registrado.	1 linha; alfanumérico
3.4 – Pessoas		3 linhas
3.5 – Descrição do conteúdo	Informações detalhadas sobre o monumento/evento registrado.	10 linhas
4 – Condições de acesso e uso	Destinada à informação sobre a acessibilidade da unidade de descrição.	
4.1 – Condições de acesso	Instruções contendo a política de acesso aos documentos.	1 linha; alfanumérico
4.2 – Condições de reprodução	Instruções contendo a política de reprodução dos documentos.	1 linha; alfanumérico

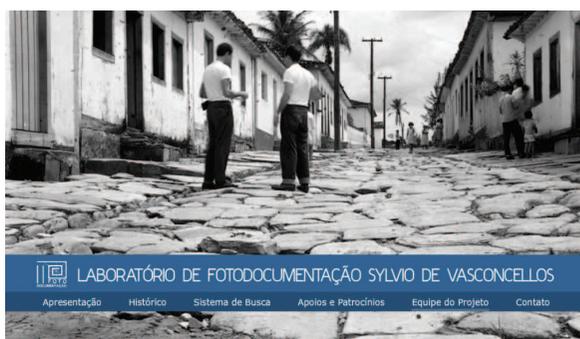
Tela de apresentação do sistema de descrição do acervo fotográfico do Laboratório de Foto-documentação Sylvio de Vasconcellos



Tendo em vista a definição da estrutura de metadados, passou-se, então, à criação de um sistema de informação que possibilitasse a recuperação da informação em formato multimídia e o acesso ao acervo através da Internet. O sistema implementado utilizou a linguagem

de programa PHP e sistema gerenciador de banco de dados MySQL, ambos softwares livres. Os critérios que nortearam a escolha do sistema foram os seguintes: as características do acervo, os recursos financeiros disponíveis, a facilidade de operacionalização e inserção dos dados e as possibilidades de pesquisa através da Internet. A escolha do banco de dados foi, portanto, posterior ao diagnóstico das necessidades e definição das diretrizes de tratamento do acervo.

Site do Laboratório de Foto-documentação Sylvio de Vasconcellos.



Com o sistema criado, puderam se indexar as imagens, de acordo com as normas internacionais da arquivística, de maneira similar a outros projetos da mesma natureza ao redor do mundo. Com isso, pôde-se passar também à disponibilização do

acervo do Laboratório de Foto-documentação, tendo sido criado simultaneamente um sistema de busca de base booleana.⁸ Em maio de 2008, finalmente, esse sistema foi disponibilizado via online, através da página www.forumpatrimonio.com.br/laboratorio, que dispõe de diversas ferramentas criadas pelo projeto.

A Rede Latino-Americana de Arquivos de Arquitetura (RELARQ)

Durante o processo de construção do sistema, o Laboratório de Foto-documentação Sylvio de Vasconcellos estabeleceu contatos com várias instituições no Brasil e na América Latina, e pôde-se perceber que apesar da situação de fragilidade institucional, que já apontamos, existem hoje vários arquivos de arquitetura na América Latina, abrigados principalmente em centros de documentação e universidades, que terminam sendo, no caso de nosso País (e de nosso continente), os principais produtores de ciência e tecnologia.⁹ Esses arquivos, no entanto, também seguem, em sua maior parte, inacessíveis aos pesquisadores e usuários comuns, sendo pouco utilizados para a pesquisa e a educação.

Nos últimos anos, o advento das modernas tecnologias de controle e recuperação da informação parece trazer uma nova luz ao campo do patrimônio documental, na medida em que, com o advento da informática, a visão de arquivo como instituição de guarda de documentos vem sendo crescentemente substituída por aquela que o situa enquanto gestor de sistemas de informação, integrado a outros sistemas com o objetivo maior de garantir o acesso do usuário às informações demandadas. Ou seja, o eixo vem sendo deslocado da questão da *guarda* para a do *acesso*. Dentro desta visão contemporânea, é cada vez mais valorizado o intercâmbio de informações entre instituições, recuperando-se os documentos de interesse do usuário a partir de referências fornecidas pelas instituições¹⁰, o que, simultaneamente, coloca na ordem do dia a questão do acesso do público a essas fontes inestimáveis de informação.

Ao mesmo tempo, a premência da colaboração e do intercâmbio de informações entre as diversas instituições em nosso continente vem sendo colocada seguidamente como ação prioritária por organismos nacionais e internacionais, valendo recordar as recomendações da Fundación Histórica Tavera no "*Informe Experto de los Archivos en Latinoamérica*" (Madrid, 2000), que julgou indispensável a criação de um tipo de rede para atender práticas conjuntas de capacitação e difusão do patrimônio documental do continente, recomendações que reaparecem na "1ª Conferencia General de la Red Iberoamericana de Patrimonio Cultural" (REDIPAC: Madrid, nov. 2001) e na "Vª Conferencia Cumbre de los Ministros de Cultura Iberoamericana", quando, em ambas, se considerou que implementar ações em rede serviria de "valiosa ferramenta referencial" para o fortalecimento do âmbito cultural ibero-americano (nov, 2001).¹¹

Foi exatamente a partir dessas reflexões que apareceu a idéia da criação de uma rede ligando esses arquivos, que foi denominada Rede Latino-Americana de Acervos de Arquitetura e Urbanismo (RELARQ), que, através de um efetivo trabalho em rede entre as instituições de nosso continente, constituirá uma poderosa ferramenta de acesso e difusão dos acervos no campo da Arquitetura. Com a RELARQ diversas instituições brasileiras e latino-americanas estarão instituindo uma base de cooperação com o objetivo primordial de reunir, em um único catálogo *online* de acesso público, as informações sobre acervos documentais de instituições distribuídas nos diversos países latino-americanos, bem como a possibilidade do público acessar o seu conteúdo.

Além da criação do catálogo *online*, a Rede possibilitará ainda que instituições situadas nesses países passem a contar com uma base metodológica comum para o tratamento digital de imagens e sua disponibilização online, possibilitando a otimização dos recursos disponíveis nos acervos e serviços de documentação participantes. Com isso, ao lado do resultado óbvio de facilitar sobremaneira a difusão, identificação, localização e acesso aos documentos nacionais e internacionais, através da web, a Rede permitirá ainda a troca de informação para diversos tópicos, tais como o estabelecimento de políticas coordenadas de gerenciamento eletrônico e informacional por parte das instituições, a padronização dos termos para indexação e recuperação informacional, através da adaptação de critérios internacionais, entre outros.

Ao integrar os diversos países latino-americanos nessa iniciativa inédita, a RELARQ terá grande alcance regional e público, disponibilizando universalmente acervos riquíssimos e de difícil acesso, o que certamente terá grande impacto no desenvolvimento e na difusão da área da História da Arquitetura e do Urbanismo no Brasil e na América Latina. É preciso destacar que, com a RELARQ, o grande público e os pesquisadores, terão pela primeira vez acesso a imagens de todo continente, através dos recursos da Internet, fomentando-se com isso pesquisas, exposições, publicações, entre outros.

*

Anexos

ANEXO 1: FONTES PARA PESQUISA

(I.) No Brasil:

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

www.iphan.gov.br

Organismo de proteção ao patrimônio, criado ao final dos anos 30, o IPHAN, vinculado ao Ministério da Cultura, é o responsável pela política de preservação nacional em nível federal no Brasil. Sua página na internet é bastante rica, tendo informações institucionais, sobre a atuação do órgão em relação ao patrimônio material e imaterial, bem como as publicações do órgão tanto online quanto impressas. Traz também relação dos bens tombados e registrados, além de súmula de legislação e de cartas patrimoniais. Importante ferramenta são os inventários realizados pelo órgão e que compõem o Sistema Nacional de Informações Culturais/SNIC, do Ministério da Cultura /MinC, que podem ser consultados online: Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológico, o Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados, o Guia dos Bens Tombados, o Acervo Iconográfico e a Rede Informatizada de Bibliotecas do Iphan, além de uma ferramenta de Consulta dos Bens Culturais Procurados.

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

(IEPHA/MG) – www.iepha.mg.gov.br

Criado em 1971, o IEPHA é uma fundação sem fins lucrativos vinculada à Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, que tem por finalidade pesquisar, proteger e promover os patrimônios cultural, histórico, natural e científico, de natureza material ou imaterial, de interesse de preservação no Estado de Minas Gerais. Sua página na internet traz uma ferramenta de busca dos bens tombados e protegidos no Estado de Minas Gerais, bem como informações sobre a Lei do ICMS cultural, que repassa um percentual daquele imposto a municípios que mantêm políticas de preservação, o que resultou numa bem sucedida municipalização dessas políticas.

Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC)

www.inepac.rj.gov.br

O INEPAC é o órgão de preservação do patrimônio do Estado do Rio de Janeiro. Em sua página na internet encontram-se, ao lado de informações institucionais, uma ferramenta de busca dos bens tombados no Estado.

Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC)

www.ipac.ba.gov.br

Órgão de preservação do patrimônio do Estado da Bahia, o IPAC apresenta uma página bastante informativa, com legislação, mapeamento dos bens tombados, sendo o grande destaque a possibilidade de download do trabalho do Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC), realizado pioneiramente desde os anos 1970.

Laboratório de Foto-documentação Sylvio de Vasconcellos

www.forumpatrimonio.com.br/laboratorio

Pertencente à Escola de Arquitetura da UFMG, este Laboratório abriga um dos mais importantes acervos documentais sobre a arquitetura brasileira, hoje disponível online para o público através de um sistema de busca e indexação. Também nesse site, pode ser encontrado um tesouro de arquitetura e urbanismo.

Revista

FÓRUM PATRIMÔNIO – Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

www.forumpatrimonio.com.br

Publicação científica quadrimestral, que tem por objetivo o debate em profundidade de questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, através da publicação de contribuições técnicas e científicas originais abordando em especial o meio-ambiente e o patrimônio cultural e natural.

(2.) No exterior:

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)

www.unesco.org

Fundada em 1945, essa agência da ONU promove a cooperação internacional entre seus Estados membros nos campos da educação, ciência, cultura e comunicação. Sua página da internet, em inglês e francês, traz muitos recursos, entre os quais conteúdo atualizado sobre a discussão dos diversos aspectos do patrimônio – material, intangível, bens móveis, diversidade cultural, entre outros. Traz também uma ligação com a página do Patrimônio mundial, <http://whc.unesco.org>. A UNESCO tem também uma página em português, que contém alguns dos recursos da página mundial, <http://www.brasilia.unesco.org/unesco>

International Council on Monuments and Sites (ICOMOS)

www.icomos.org

Organização não-governamental internacional, que reúne profissionais dedicados à conservação dos monumentos e sítios históricos, agrupando mais de 7.000 membros ao redor do globo. Consagra-se a promover a teoria, a metodologia e a tecnologia aplicadas à conservação, proteção e difusão dos monumentos e dos sítios. Sua página na internet oferece uma rica fonte de pesquisa, com uma ampla variedade de documentos, bases de dados, textos analíticos, entre outros. A página do ICOMOS Brasil é a www.icomos.org.br, destacando-se nela uma lista dos órgãos estaduais de preservação no país.

International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCRROM)

www.iccrom.org/

ICCRROM é uma organização intergovernamental dedicada à conservação do patrimônio cultural. Criada em 1959, com sede em Roma, essa organização serve aos seus estados membros. Sua página na internet contém informações sobre sua ação, publicações, além de uma rica coleção de mais de 200.000 imagens.

The Getty Conservation Institute (GCI)

www.getty.edu/conservation

Financiado pelo Fundo J. Paul Getty, esse instituto trabalha internacionalmente para o avanço da prática da conservação nas artes visuais – entendidas amplamente como incluindo objetos, coleções, arquitetura e sítios históricos. Realiza pesquisa científica, educação e treinamento, projetos de campo e a difusão do resultado do seu trabalho e de outras instituições. Sua página na internet conta com muitos recursos de pesquisa, entre os quais podem se destacar muitas publicações gratuitas em formato .pdf, além de uma lista comentada das cartas internacionais e do acesso ao AATA Online (<http://aata.getty.edu/nps/>), uma ampla base de dados de mais de 100.000 resumos de publicações relacionadas ao campo da preservação e conservação do patrimônio material.

National Park Service, Department of the Interior (NPS)

www2.cr.nps.gov

A Divisão de preservação do National Park Service provê auxílio técnico às atividades de preservação nos Estados Unidos, atuando em quatro áreas principais: planejamento e preservação, subvenções e isenções fiscais, sistema de informação geográfico (mapeamento computadorizado) e treinamento. Sua página na internet possui um rico material sobre a preservação do patrimônio naquele país, cabendo se destacar a série de normas e diretrizes (standards and guidelines), que aquele órgão vem desenvolvendo há décadas, e que constituem uma base segura para se propor e avaliar intervenções sobre o patrimônio (<http://www.nps.gov/history/standards.htm>)

PreservationDirectory.com

www.preservationdirectory.com

Página da internet voltada para a preservação do patrimônio, restauro e gestão de informação sobre o patrimônio nos Estados Unidos e Canadá. Contém um amplo diretório de organizações e recursos na área do patrimônio, listando órgãos públicos e associações dedicadas à preservação do patrimônio, de acervos, revitalização de centros, entre outros.

ANEXO 2: LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

DECRETO- LEI Nº 25 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937

ORGANIZA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º - Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o Art. 4º desta lei.

§ 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana.

Artigo 2º - A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Artigo 3º - Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

1º) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no País;

2º) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no País;

3º) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução ao Código Civil, e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário;

4º) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;

5º) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;

6º) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos. Parágrafo único: As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CAPÍTULO II

Do Tombamento

Artigo 4º - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1º) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;

2º) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3º) no Livro do Tombo das Belas-Artes, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira;

4º) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º - Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º - Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Artigo 5º - O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício por ordem do Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos.

Artigo 6º - O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Artigo 7º - Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Artigo 8º - Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.

Artigo 9º - O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo:

1º) O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, se o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação;

2º) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado, que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por simples despacho que proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo;

3º) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Artigo 10º - O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

Parágrafo único - Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

CAPÍTULO III

Dos efeitos do tombamento

Artigo 11 - As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades.

Parágrafo único. Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 12 - A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Artigo 13 - O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

§ 1º - No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.

§ 2º - Na hipótese de deslocação de tais bens, deverá o proprietário, dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro do lugar para que tiveram sido deslocados.

§ 3º - A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Artigo 14 - A coisa tombada não poderá sair do País, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 15 - Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação para fora do País, da coisa tombada, será esta seqüestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

§ 1º - Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinqüenta por cento do valor da coisa, que permanecerá seqüestrada em garantia do pagamento, e até que este se faça.

§ 2º - No caso de reincidência, a multa será elevada ao dobro.

§ 3º - A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Artigo 16 - No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

Artigo 17 - As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinqüenta por cento do dano causado.

Parágrafo único: Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Artigo 18 - Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinqüenta por cento do valor do mesmo objeto.

Artigo 19 - O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º - Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º - À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

§ 3º - Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Artigo 20 - As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-las sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Artigo 21 - Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1º desta lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

CAPÍTULO IV

Do direito de preferência

Artigo 22 - Em face da alienação, onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os Municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

§ 1º - Tal alienação não será permitida sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao Município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.

§ 2º - É nula a alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando qualquer dos titulares do direito de preferência habilitado a seqüestrar a coisa e a impor a multa de vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma da lei, pelo juiz que conceder o sequestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.

§ 3º - O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.

§ 4º - Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.

§ 5º - Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela não lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da lei, tiverem a faculdade de remir.

§ 6º - O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do Município em que os bens se encontrarem, poderá ser exercido, dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo extrair a carta enquanto não se esgotar este prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.

CAPÍTULO V

Disposições gerais

Artigo 23 - O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.

Artigo 24 - A União manterá, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido a favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.

Artigo 25 - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais e jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Artigo 26 - Os negociantes de antigüidade, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuem.

Artigo 27 - Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.

Artigo 28 - Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sobre o valor atribuído ao objeto.

Parágrafo único: A autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sobre o valor da coisa, se este for inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil-réis por conto de réis ou fração que exceder.

Artigo 29 - O titular do direito de preferência goza de privilégio especial sobre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.

Parágrafo único - Só terão prioridade sobre o privilégio a que se refere este artigo os créditos inscritos no registro competente antes do tombamento da coisa pelo Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 30 - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1937; 116º da Independência e 49º da República.

Getúlio Vargas

Gustavo Capanema

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - 1988

(ARTIGOS RELATIVOS À CULTURA, AO PATRIMÔNIO CULTURAL E À POLÍTICA URBANA)

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

TÍTULO VII

Da Ordem Econômica e Financeira

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA URBANA

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

TÍTULO VIII

Da Ordem Social

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

Seção II

DA CULTURA

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

II produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

IV democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

V valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000

INSTITUI O REGISTRO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL QUE CONSTITUEM PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO, CRIA O PROGRAMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 2º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:

I - o Ministro de Estado da Cultura;

II - instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;

III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;

IV - sociedades ou associações civis.

Art. 3º As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que as submeterá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 1º A instrução dos processos de registro será supervisionada pelo IPHAN.

§ 2º A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado,

acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

§ 3º A instrução dos processos poderá ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades do IPHAN ou por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 4º Ultimada a instrução, o IPHAN emitirá parecer acerca da proposta de registro e enviará o processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para deliberação.

§ 5º O parecer de que trata o parágrafo anterior será publicado no Diário Oficial da União, para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no prazo de até trinta dias, contados da data de publicação do parecer.

Art. 4º O processo de registro, já instruído com as eventuais manifestações apresentadas, será levado à decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 5º Em caso de decisão favorável do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de “Patrimônio Cultural do Brasil”.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural determinar a abertura, quando for o caso, de novo Livro de Registro, em atendimento ao disposto nos termos do § 3º do art. 1º deste Decreto.

Art. 6º Ao Ministério da Cultura cabe assegurar ao bem registrado:

I - documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao IPHAN manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo.

II - ampla divulgação e promoção.

Art. 7º O IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de “Patrimônio Cultural do Brasil”.

Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

Art. 8º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”, visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Parágrafo único. O Ministério da Cultura estabelecerá, no prazo de noventa dias, as bases para o desenvolvimento do Programa de que trata este artigo.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de agosto de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

LEI COMPLEMENTAR Nº 601, DE 23 DE OUTUBRO DE 2008

DISPÕE SOBRE O INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre o Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município, em atendimento ao art. 196 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre e ao art. 92 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental), e alterações posteriores.

Art. 2º O Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município será implantado por meio da listagem dos imóveis, com a indicação das características necessárias à sua identificação.

Parágrafo único. O Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município indicará as edificações Inventariadas de Estruturação e de Compatibilização, nos termos dos incs. I e II do parágrafo único do art. 14 da Lei Complementar nº 434, de 1999, e alterações posteriores.

Art. 3º Será dada ciência de inclusão de imóveis no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município ao Poder Legislativo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da homologação do Prefeito Municipal.

Art. 4º Durante os levantamentos necessários à inclusão dos imóveis no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município não será expedida Licença de Demolição ou aprovação de projeto para os imóveis situados nos limites da área em estudo, sem a prévia avaliação pela Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC), da Secretaria Municipal da Cultura (SMC), referente ao respectivo interesse na preservação.

Parágrafo único. Durante os levantamentos a que se refere o “caput” deste artigo, será consignado nas respectivas certidões e declarações o registro de que o imóvel se encontra com restrição à Licença de Demolição ou aprovação de projeto.

Art. 5º VETADO.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

Art. 6º A iniciativa do processo de inclusão de imóveis no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município poderá ser da Administração Municipal ou do interessado, devendo, neste caso, o requerente instruir o processo com todos os elementos necessários.

Art. 7º Os imóveis arrolados para inclusão no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município são passíveis de impugnação pelo proprietário, nos termos de parecer do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC), homologado pelo Prefeito Municipal.

§ 1º O proprietário do imóvel será notificado e terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de impugnação.

§ 2º A impugnação deverá apresentar os elementos necessários, de fato e de direito, pelos quais o proprietário se opõe à inclusão do imóvel no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município.

§ 3º A impugnação será examinada pelos órgãos competentes e encaminhada ao COMPAHC.

§ 4º Após manifestação do COMPAHC, será dada ciência aos proprietários dos imóveis incluídos no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município, de forma coletiva, por meio de chamado em veículo de comunicação de grande circulação, para conhecimento da listagem publicada no Diário Oficial de Porto Alegre (DOPA).

Art. 8º A lista dos imóveis com inclusão no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município, já aprovada pelo COMPAHC e homologada pelo Prefeito Municipal até a data da publicação desta Lei Complementar, será publicada no DOPA, aplicando-se o prazo para contestação previsto no § 1º do art. 7º desta Lei Complementar.

Art. 9º A inclusão de imóveis no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município poderá ser cancelada com base em parecer fundamentado do Conselho competente, homologado pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único. A degradação física da edificação Inventariada de Estruturação não poderá ser alegada pelo proprietário como fundamentação para justificar o cancelamento da inclusão de imóvel na listagem do Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município.

Art. 10. As edificações Inventariadas de Estruturação não podem ser destruídas, mutiladas ou demolidas, sendo dever do proprietário sua preservação e conservação.

Parágrafo único. Poderá ser autorizada, mediante estudo prévio junto ao órgão técnico competente, a demolição parcial, a reciclagem de uso ou o acréscimo de área construída, desde que se mantenham preservados os elementos históricos e culturais que determinaram sua inclusão no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município.

Art. 11. As edificações Inventariadas de Compatibilização poderão ser demolidas ou modificadas, por meio de Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU), devendo a intervenção ou a edificação que a substituir observar as restrições necessárias à preservação cultural e histórica da edificação de Estruturação e do entorno a que estiver vinculado, bem como à paisagem urbana.

Art. 12. Para as edificações Inventariadas de Estruturação, a aplicação da legislação referente à acessibilidade e à proteção contra incêndio deverá estar devidamente compatibilizada com as características arquitetônicas, históricas e culturais do imóvel.

Art. 13. A atividade proposta para as edificações Inventariadas de Estruturação deverá ser compatível com os critérios de preservação determinados pelo órgão municipal competente.

Parágrafo único. A instalação de garagens comerciais e estabelecimentos de guarda de veículos nas edificações classificadas como Inventariadas de Estruturação deverá ser submetida à EPHAC.

Art. 14. O licenciamento de anúncios, publicidades e divulgações, as instalações de equipamento de infra-estrutura aparente no mobiliário urbano e autorizações de comércio ambulante em edificações Inventariadas de Estruturação e em seu entorno deverão observar a preservação das características arquitetônicas, históricas e culturais da edificação e do entorno, além do Potencial Turístico, evitando-se a poluição visual e paisagística.

Art. 15. O Poder Público inspecionará os imóveis inventariados:

I – sempre que julgar necessário; e

II – obrigatoriamente, diante de denúncia de desrespeito à preservação de imóvel inventariado, não podendo o proprietário, detentor ou possuidor impedir a inspeção.

Art. 16. Na restauração ou na preservação das edificações Inventariadas de Estruturação, a critério do órgão municipal competente, poderá ser autorizada a transferência de parte do Potencial Construtivo do imóvel para outro imóvel situado na mesma Macrozona, quando não houver possibilidade ou interesse ambiental de utilização no mesmo imóvel inventariado, observado o disposto no art. 5º desta Lei Complementar.

§ 1º É passível de Transferência o Potencial Construtivo resultante do somatório da parcela de 50% (cinquenta por cento) do Potencial Construtivo Ocioso do imóvel e de 50% (cinquenta por cento) da área construída da edificação a ser preservada.

§ 2º O Potencial Construtivo Ocioso, para fins de Transferência de Potencial Construtivo, é a diferença entre a capacidade construtiva do imóvel antes de inventariado e a área construída do imóvel inventariado.

§ 3º O somatório da Transferência de Potencial Construtivo de que trata o § 2º deste artigo com a área construída da edificação a ser preservada não poderá ultrapassar o total do Potencial Construtivo do imóvel.

§ 4º Poderá ser autorizada a Transferência de Potencial Construtivo relativa à edificação Inventariada de Compatibilização, quando a preservação da edificação Inventariada de Estruturação assim justificar, limitada a 50% (cinquenta por cento) do Potencial Construtivo original.

§ 5º A liberação da Transferência de Potencial Construtivo deverá ser parcelada, observando as etapas de acordo com cronograma físico-financeiro das obras de restauração, salvo na hipótese de o imóvel encontrar-se nas condições adequadas de preservação, caso em que a Transferência poderá se dar em única parcela.

§ 6º A utilização do Potencial Construtivo decorrente de Transferência de Potencial Construtivo é condicionada à comprovação de sua averbação na matrícula do imóvel originário junto ao Registro Imobiliário.

Art. 17. Constatada qualquer das infrações previstas nesta Lei Complementar, será lavrado Auto de Infração pela autoridade competente, sendo notificado o infrator, o proprietário, o possuidor ou detentor do imóvel, conferindo prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de defesa.

Parágrafo único. Os valores correspondentes às penalidades decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão depositados no Fundo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (FUMPAHC).

Art. 18. Para mutilação, destruição parcial ou demolição do imóvel inventariado sem a devida licença, ou se efetuada em desacordo com as orientações do Município de Porto Alegre, será aplicada multa no valor de 6.028,4098 (seis mil e vinte e oito inteiros e quatro mil e noventa e oito décimos de milésimos) a 473.660,77 (quatrocentos e setenta e três mil, seiscentos e sessenta inteiros e sete centésimos) UFMs, a ser especificada por decreto.

§ 1º No caso de mutilação, destruição ou demolição, o proprietário, às suas expensas, realizará o salvamento arqueológico do terreno, sob orientação do Município de Porto Alegre, observada a competência federal sobre a matéria.

§ 2º A demolição total do imóvel implicará também, para fins de nova construção no terreno, a limitação do regime urbanístico, nos termos do art. 87 da Lei Complementar nº 434, de 1999, e alterações posteriores, ou do total edificado do imóvel inventariado antes da demolição, o que for menor.

§ 3º O descumprimento das determinações de manutenção do imóvel restaurado com recursos decorrentes de Transferência de Potencial Construtivo implica multa diária de 107,6501 (cento e sete inteiros e seis mil, quinhentos e um décimos de milésimos) UFMs, contada a partir do não-acolhimento do recurso do proprietário até o efetivo cumprimento, comprovado em vistoria realizada pelo órgão municipal competente.

Art. 19. Nenhuma multa prevista nesta Lei Complementar poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do valor do imóvel inventariado, conforme avaliação efetuada pela Secretaria Municipal da Fazenda (SMF).

Art. 20. Constatado o descumprimento das determinações de manutenção e conservação do imóvel inventariado, será o proprietário ou o responsável notificado, para que, no prazo de 90 (noventa) dias, tome as providências necessárias.

§ 1º O descumprimento do prazo referido no “caput” deste artigo implica auto de infração com multa diária de 107,6501 (cento e sete inteiros e seis mil, quinhentos e um décimos de milésimos) UFMs, até o efetivo cumprimento das disposições do auto de infração, comprovado em vistoria realizada pelo órgão municipal competente.

§ 2º O descumprimento das determinações de manutenção e conservação do imóvel restaurado com recursos decorrentes de Transferência de Potencial Construtivo implica a devolução de 100% (cem por cento) do valor correspondente ao Potencial Construtivo, comprovado em vistoria realizada pelo órgão municipal competente.

Art. 21. A execução de obra não prevista no Decreto nº 12.715, de 23 de março de 2000, e em legislação municipal pertinente, sem prévio licenciamento, será imediatamente embargada, e ao infrator, proprietário, possuidor ou detentor será aplicada multa de 861,2014 (oitocentos e sessenta e um inteiros e dois mil e quatorze

décimos de milésimos) a 4.306,007 (quatro mil, trezentos e seis inteiros e sete centésimos) UFMs.

Art. 22. Na aplicação das penalidades previstas nos arts. 17 e 19 desta Lei Complementar, será observada a gravidade do dano, o valor do imóvel protegido e eventual reincidência, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 1º Constitui reincidência a prática de nova infração contra a preservação do patrimônio cultural no prazo de 5 (cinco) anos.

§ 2º A multa aplicada no caso de reincidência poderá ter seu valor calculado por meio da majoração de até o dobro das penas máximas previstas nesta Lei Complementar.

Art. 23. O Município de Porto Alegre publicará anualmente a área preferencial de abrangência para os imóveis inventariados interessados em participar do programa de incentivos previstos nesta Lei Complementar.

§ 1º Serão fixados o montante de índices construtivos disponibilizados e o valor destinado aos incentivos.

§ 2º Os critérios para definição dos imóveis selecionados para o programa de incentivos serão definidos pelos órgãos municipais competentes.

Art. 24. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 23 de outubro de 2008.

Eliseu Santos,

Prefeito, em exercício.

Sérgius Gonzaga,

Secretário Municipal da Cultura.

Ricardo Gothe,

Secretário do Planejamento Municipal.

Registre-se e publique-se.

Virgílio Costa,

Secretário Municipal de Gestão e

Acompanhamento Estratégico.

PORTARIA Nº 127, DE 30 DE ABRIL DE 2009

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

ESTABELECE A CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL BRASILEIRA.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e tendo em vista o que prescreve a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, a Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990, e o inciso V do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 5.040, de 07 de abril de 2004, que dispõe sobre a Estrutura Regimental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e

CONSIDERANDO, o disposto nos artigos 1º, II, 23, I e III, 24, VII, 30, IX, 215, 216 e 225 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, no Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, que dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, e no Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial;

CONSIDERANDO, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade;

CONSIDERANDO, que o Brasil é autor de documentos e signatário de cartas internacionais que reconhecem a paisagem cultural e seus elementos como patrimônio cultural e preconizam sua proteção;

CONSIDERANDO, que a conceituação da Paisagem Cultural Brasileira fundamenta-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, segundo a qual o patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;

CONSIDERANDO, que os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta;

CONSIDERANDO, a necessidade de ações e iniciativas administrativas e institucionais de preservação de contextos culturais complexos, que abranjam porções do território nacional e destaquem-se pela interação peculiar do homem com o meio natural;

CONSIDERANDO, que o reconhecimento das paisagens culturais é mundialmente praticado com a finalidade de preservação do patrimônio e que sua adoção insere o Brasil entre as nações que protegem institucionalmente o conjunto de fatores que compõem as paisagens;

CONSIDERANDO, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira estimula e valoriza a motivação da ação humana que cria e que expressa o patrimônio cultural;

CONSIDERANDO, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira valoriza a relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO, que os instrumentos legais vigentes que tratam do patrimônio cultural e natural, tomados individualmente, não contemplam integralmente o conjunto de fatores implícitos nas paisagens culturais; resolve:

Estabelecer a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, aplicável a porções do território nacional.

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

I - DA DEFINIÇÃO

Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Parágrafo único - A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo IPHAN, mediante procedimento específico.

II - DA FINALIDADE

Art. 2º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal.

III - DA EFICÁCIA

Art. 3º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio.

IV - DO PACTO E DA GESTÃO

Art. 4º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

Art. 5º. O pacto convencionado para proteção da Paisagem Cultural Brasileira chancelada poderá ser integrado de Plano de Gestão a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual será acompanhado pelo IPHAN.

TÍTULO II

DO PROCEDIMENTO

V - DA LEGITIMIDADE

Art. 6º. Qualquer pessoa natural ou jurídica é parte legítima para requerer a instauração de processo administrativo visando a chancela de Paisagem Cultural Brasileira.

Art 7º. O requerimento para a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, acompanhado da documentação pertinente, poderá ser dirigido:

I - às Superintendências Regionais do IPHAN, em cuja circunscrição o bem se situar;

II - ao Presidente do IPHAN; ou

III - ao Ministro de Estado da Cultura.

VI - DA INSTAURAÇÃO

Art. 8º. Verificada a pertinência do requerimento para chancela da Paisagem Cultural Brasileira será instaurado processo administrativo.

§ 1º - O Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização - DEPAM/IPHAN é o órgão responsável pela instauração, coordenação, instrução e análise do processo.

§ 2º - A instauração do processo será comunicada à Presidência do IPHAN e às Superintendências Regionais em cuja circunscrição o bem se situar.

VII - DA INSTRUÇÃO

Art. 9º. Para a instrução do processo administrativo poderão ser consultados os diversos setores internos do IPHAN que detenham atribuições na área, as entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, com vistas à celebração de um pacto para a gestão da Paisagem Cultural Brasileira a ser chancelada.

Art. 10. Finalizada a instrução, o processo administrativo será submetido para análise jurídica e expedição de edital de notificação da chancela, com publicação no Diário Oficial da União e abertura do prazo de 30 dias para manifestações ou eventuais contestações ao reconhecimento pelos interessados.

Art. 11. As manifestações serão analisadas e as contestações julgadas pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização - DEPAM/IPHAN, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante prévia oitiva da Procuradoria Federal, remetendo-se o processo administrativo para deliberação ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 12. Aprovada a chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a súmula da decisão será publicada no Diário Oficial da União, sendo o processo administrativo remetido pelo Presidente do IPHAN para homologação final do Ministro da Cultura.

Art. 13. A aprovação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural será comunicada aos Estados-membros e Municípios onde a porção territorial estiver localizada, dando-se ciência ao Ministério Público Federal e Estadual, com ampla publicidade do ato por meio da divulgação nos meios de comunicação pertinentes.

VIII - DO ACOMPANHAMENTO E DA REVALIDAÇÃO

Art. 14. O acompanhamento da Paisagem Cultural Brasileira chancelada compreende a elaboração de relatórios de monitoramento das ações previstas e de avaliação periódica das qualidades atribuídas ao bem.

Art. 15. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira deve ser revalidada num prazo máximo de 10 anos.

Art. 16. O processo de revalidação será formalizado e instruído a partir dos relatórios de monitoramento e de avaliação, juntando-se manifestações das instâncias regional e local, para deliberação pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 17. A decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural a propósito da perda ou manutenção da chancela da Paisagem Cultural Brasileira será publicada no Diário Oficial da União, dando-se ampla divulgação ao ato nos meios de comunicação pertinentes.

Art. 18. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA

Notas

INTRODUÇÃO

1. Françoise Choay, em seu importante livro *A alegoria do patrimônio*, aponta para uma espécie de “inflação patrimonial” que assolaria nossa contemporaneidade: com a perda do que denomina de “competência de edificar”, nossa época estaria acometida por uma “síndrome”, que a condenaria a acumular continuamente objetos das mais diferentes naturezas, a serem preservados. A perda da competência de edificar seria o “acontecimento traumático” que a “cultura do patrimônio” nos ajudaria a conjurar e ocultar. Isso explicaria, a seu ver, porque, em nossa “sociedade errante”, o patrimônio histórico teria se tornado uma das “palavras-chave da tribo midiática”, remetendo a uma instituição e a uma mentalidade. Na mesma direção, o geógrafo David Lowenthal já apontava, alguns anos antes, em *The Past is a Foreign Country*, o mesmo fenômeno: no final do século XX, o passado teria se tornado onipresente na paisagem americana, onde o “patrimônio se insinuaria por toda parte”.

2. ERIKSON, Clarck L.. “Agricultural landscapes as world heritage: raised field agriculture in Bolívia and Peru”. p. 181-204.

3. GONZÁLES-VARAS, 1999.

4. Cf. GETTY CONSERVATION INSTITUTE (GCI), 2000.

O FIM DA TRADIÇÃO / A REINVENÇÃO DA TRADIÇÃO: NARRAR E CONSTRUIR NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO (pp. -)

1. WILLIAM, 1979, p.118.

2. ENCYCLOPEDIA, 1997, p.117. O autor continua: “Tradições são manifestas na organização e orientação do assentamento, nos ritos de consagração, nos tipos construtivos, sistemas estruturais e formas de telhado, tecnologia e técnicas de construção, especialização e papéis de gênero dos construtores, na relação de espaços significativos, e nos elementos que são decorados ou têm valor simbólico. Edificações representam a síntese de muitas tradita.” (tradução do autor)

3. LARAIA, 1988.

4. LEWCOCK, Ronald. “Westernization and Cultural Interaction”, ENCYCLOPEDIA, 1997, p.121. No que concerne à arquitetura vernacular, o autor observa que “dentro de uma tradição, o desenvolvimento e a aceitação de uma mudança física pode ocorrer através da resolução de um problema que é inerente à ordem existente.” (Idem) (tradução do autor)

5. LÉVI-STRAUSS, 1985, p.51.

6. LÉVI-STRAUSS, 1985, p.82.

7. “Influências trans-culturais acontecem se duas culturas têm base comum suficiente para que as idéias possam se deslocar facilmente de uma sociedade para outra. Isso não acontece se duas sociedades têm paradigmas, ou visões de mundo, completamente diferentes. Em lugar de interagir através de mistura, um conjunto de ideologias termina por destruir o outro, com os efeitos correspondentes nas ‘representações coletivas’ da cultura, incluindo aí sua arquitetura vernacular.” LÉVI-STRAUSS, 1985, p.82.

8. GHEERBRANT, 1992, p. 14-115.

9. Darcy Ribeiro. In: GHEERBRANT, 1992, p.176-177.

10. A existência deste território lingüístico e sua antigüidade levaram os estudos mais recentes a concluir que os povos Tupis que habitavam a Costa Atlântica no século XVI, quando aportaram os portugueses, originavam-se de fato do noroeste do Brasil, atingindo através de ondas migratórias o litoral, o que inverte a história oficial.

11. Do grupo Mondé fazem parte as tribos Cinta-Larga, Suruí, Zoró, Gavião, Aruá, Salomã, Mondé e possivelmente os arredios Andaroup.

12. Expedição Roosevelt, uma expedição científica para a Amazônia em 1913 e 1914.

13. SPI – Serviço de Proteção ao Índio; FUNAI – Fundação Nacional do Índio, que é o órgão do governo brasileiro que estabelece e executa a Política Indigenista no Brasil, dando cumprimento ao que determina a Constituição de 1988. “Na prática, significa que compete à FUNAI promover a educação básica aos índios, demarcar, assegurar e proteger as terras por eles tradicionalmente ocupadas, estimular o desenvolvimento de estudos e levantamentos sobre os grupos indígenas. A Fundação tem, ainda, a responsabilidade de defender as Comunidades Indígenas, de despertar o interesse da sociedade nacional pelos índios e suas causas, gerir o seu patrimônio e fiscalizar as suas terras, impedindo as ações predatórias de garimpeiros, posseiros, madeireiros e quaisquer outras que ocorram dentro de seus limites e que representem um risco à vida e à preservação desses povos. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.html>

14. CINTA LARGA, 1988. É importante chamar a atenção aqui para o processo de extermínio através da propagação de doenças européias, que tem marcado a colonização das Américas desde o seu primórdio. Neste processo, os povos nativos tornam-se presas fáceis para as doenças até então desconhecidas e para as quais não apresentam nenhuma imunidade.

15. CINTA LARGA, 1988, p. 9.

16. CINTA LARGA, 1988, p. 9.

17. GHEERBRANT relata-nos situações semelhantes:

“O desenvolvimento afetou o fluxo de água na bacia amazônica, que serve não apenas como uma rede insubstituível de transporte, mas também provê às comunidades indígenas peixes para suplementar a proteína animal, limitada de outro modo ao que podem apanhar com a caça na floresta. Ao longo de grande parte da bacia, o número crescente de usinas gigantes e a poluição rapidamente crescente quase dizimaram o grande, mas inofensivo, pirarucu, que já foi a base alimentar da região porque pesa freqüentemente duzentos quilos. No início do século XX, comércio de pirarucu seco ou salgado era tão importante que ele era muitas vezes chamado de bacalhau da água doce.

Rio acima, nos rios de montanha, o mercúrio utilizado pelos mineradores de ouro matou os peixes ao longo de centenas de quilômetros, nas mesmas regiões em que o solo é tão pobre que as raízes da mandioca não pesam um quarto do que pesam em outros locais. Assim, mais um outro tormento se abate sobre a população das aldeias: a desnutrição.” p. 120-121 (tradução do autor)

18. BENJAMIN, 1989, p. 123.

19. Cf. LUKÁCS, 1975.

20. BENJAMIN, 1973, p. 102 ou 1983, p. 457. Andrew Benjamin comenta: "O que está em jogo aqui é uma distinção entre dois reinos; uma diferença de gênero. A escada, a experiência do narrador marca um tipo de totalidade. Não é apenas a soma de todas as experiências do narrador. Um número dessas experiências não são mais que o resultado de haver escutado e, com isso, tendo absorvido e repetido. A totalidade é a tradição. O seu passado não existe como uma série de eventos discretos em si. Muito mais ele permanece como ritual. ... A continuidade do ritual é a repetição do narrador. A escada, ao longo da qual o narrador se move poderia ser visto como a repetição e a permanência da tradição." BENJAMIN, 1989, p. 127. (tradução do autor)

21. LE GOFF, 1988, p.115.

22. CINTA LARGA, 1988, p.15.

23. CINTA LARGA, 1988, p. 105.

24. LEONARDI, 1999, p. 66-70.

25. Outros autores estudaram o fenômeno da mobilidade espacial da população indígena, e sua relação com o meio-ambiente. Entre eles, cabe citar Cristina Sá, que observou o fenômeno na região do Alto Xingu, mostrando que a mudança do local da aldeia acontecia em espaços de pelo menos 10 ou 15 anos, "sendo citadas como causas dessas mudanças diversos fatores, tais como a morte de muitos habitantes, ou o aparecimento de formigueiros" SA, Cristina, "Observações sobre a habitação em três grupos indígenas brasileiros". In: CAIUBY, 1983, p. 107.

26. GHEERBRANT, 1992, p. 126.

27. A este respeito, confira as observações de Glaccaria e Heide em relação à habitação xavante GIACCARIA, 1972

28. A este respeito, confira CAIUBY, 1983, p. 6.

TRADIÇÃO E MODERNIDADE: DIFERENTES APROXIMAÇÕES (pp. -)

1. MARX; ENGELS, 1998.

2. JAMESON, 1997.

3. WELSCH, 1987, p.9.

4. WELSCH, 1987, p.10.

5. HABERMAS, 1981, p. 8.

6. GIDDENS, Anthony. "Reason without Revolution?", In: BERNSTEIN, 1987, p.97-98.

7. HABERMAS, 1981, p. 9.

8. “Numa entrevista recente *Aesthetik und Kommunikation*, nº 45/6, 1981, ele [= Habermas] diz que o seu ‘motivo real’ ao escrever o livro foi tornar claro como à crítica da reificação’, da racionalização pode ser reformulada para oferecer uma explicação teórica para a decadência do ‘estado de bem-estar social’ por um lado, e por outro o potencial crítico encarnado nos novos movimentos sociais — sem descartar o projeto da modernidade e cair num pós ou anti-modernismo”, conta-nos Giddens In: BERNSTEIN, 1987, p.98.
9. HABERMAS, 1983, p.86.
10. PAZ, 1984, p.26.
11. PAZ, 1984, p.28.
12. PAZ, 1984, p.30.
13. PAZ, 1984, p.33.
14. PAZ, 1984, p.47.
15. PAZ, 1984, p.49.
16. HABERMAS, 1983, p.86.
17. HABERMAS, 1983, p.86.
18. SUMMERSON, 1982, p.91-92.
19. TAFURI, 1979, p. 37-40. “A partir do momento em que Brunelleschi institucionaliza um código lingüístico e um sistema simbólico baseados no confronto supra-histórico com o grande exemplo da Antigüidade, no momento em que Alberti já não se contenta com um historicismo mítico e explora racionalmente a estrutura daquele código nos seus valores sintáticos bem como nos emblemáticos, nesse lapso de tempo, dizíamos, esboça-se a primeira grande tentativa, na história moderna, de atualização dos valores históricos como tradução de um tempo mítico para um tempo presente, de significados arcaicos para mensagens revolucionárias, de ‘palavras’ antigas para ações civis”
20. PAZ, 1984, p.47.
21. SUMMERSON, 1982, p.92.
22. HABERMAS, 1983, p.86.
23. HABERMAS, 1985, p.17.
24. HABERMAS, 1987, p.116.
25. SUMMERSON, 1982, p.91.
26. BENEVOLO, 1960, p.140-146.
27. Citado por PATTETA, 1984, p.234.
28. HABERMAS, 1987, p.117.

29. HABERMAS, 1987, p.117.
30. BENJAMIN, 1985, p.32.
31. Para um comentário da situação que se colocava para os arquitetos e urbanistas no final do século XIX ver HABERMAS, 1987, p.118-120.
32. PEVSNER, 1982, p.360.
33. BENJAMIN, 1988, p.213.
34. PEVSNER, 1982, p.372.
35. BENJAMIN, 1985, p.31.
36. HABERMAS, 1983, p. 87.
37. HABERMAS, 1985, p.18.
38. POLLITT, J.J.. 1987, p.9.
39. HABERMAS, 1983, p.86.
40. HABERMAS, 1985, p.18.
41. BAUDELAIRE, citado por HABERMAS, 1985, p.18.
42. "Sa théorie de l'art a toute entière pour axe la 'beauté moderné et le critère de la modernité lui semble être ceci, qu'elle est marquée au coin de la fatalité d'être un jour l'antiquité et qu'elle le révèle à celui qui est témoin de sa naissance. C'est là la quintessence de l'imprévu qui vaut pour Baudelaire comme une qualité inaliénable du beau. Le visage de la modernité elle-même nous foudroie d'un regard immémorial. Tel le regard de la Méduse pour les Grecs" BENJAMIN, 1988, p.72.
43. HABERMAS, 1983, p.86.
44. SUBIRATS, 1984, p. 50.
45. HABERMAS, 1983, p.86.
46. BÜRGER, 1983, p.91.
47. SUBIRATS, 1984, p. 47-48.
48. HABERMAS, 1983, p.86.
49. BENJAMIN, 1986, p.115.
50. MARINETTI, F.T. "Manifesto do futurismo". In: TELLES, 1985, p.92-93.
51. HABERMAS, 1983, p.87.
52. SUBIRATS, 1984, p.50.
53. HABERMAS, 1983, p.87.
54. HABERMAS, 1985, p.20.

55. HABERMAS, 1985, p.20-21.
56. BENJAMIN, 1986, p.232.
57. HABERMAS, 1985, p.20-21.
58. HABERMAS, 1983, p.87.

HISTÓRIA DA ARQUITETURA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO: DIÁLOGOS (pp. -)

1. É interessante perceber as peculiaridades do papel do Estado frente à propriedade privada, no que se refere à preservação do patrimônio, nos países anglo-saxônicos. Assim, na Inglaterra, vai ser apenas com o Ancient Monuments Protection Act, de 1882, que o Governo desempenha, pela primeira vez, um papel positivo na proteção de sítios históricos, mesmo que de maneira cautelosa e tímida frente à pressão contra a interferência na propriedade privada. Assim, o ato concentra-se em bens sobre os quais poderia haver pouca controvérsia, como sítios arqueológicos, e monumentos megalíticos Strike, 1994, p.120. Nos Estados Unidos, por sua vez, temos o Antiquities Act em 1906, que dava ao Presidente a possibilidade de designar monumentos nacionais e sítios de interesse histórico ou científico, de propriedade federal e o National Historic Sites Act de 1935, que dava ao Secretário do Interior a possibilidade de adquirir propriedades históricas de significação nacional. Na prática, no entanto, as propriedades são sempre adquiridas por atos especiais do Congresso.
2. A esse respeito, confira o site da Society for the Preservation of New England Antiquities SPNEA em <http://www.historicnewengland.org/index.htm>.
3. A esse respeito confira <http://www.history.org>.
4. www.williamsburg.com.
5. www.historicnewengland.org/index.htm.
6. “As coleções do Historic American Buildings Survey HABS e do Historic American Engineering Record HAER estão entre as maiores e mais usadas na Divisão de Imprensa e Fotografias da Biblioteca do Congresso. As coleções documentam realizações na área da arquitetura, engenharia e design nos Estados Unidos e nos territórios através de uma série ampla de tipos arquitetônicos e tecnologias das engenharias, incluindo exemplos tão diversos quanto o Pueblo de Acoma, residências, moinhos de vento, edifícios escolares, a Golden Gate Bridge, e edificações projetadas por Frank Lloyd Wright. Administrado desde 1933 através de convênios de cooperação com o National Park Service, a Biblioteca do Congresso e o setor privado através de programas do National Park Service registrou o ambiente construído dos Estados Unidos em levantamentos de muitos formatos, compreendendo mais de 350.000 desenhos métricos, fotografias de grande formato e histórias escritas sobre mais de 35.000 estruturas e sítios históricos, que datam do período Pré-Colombiano ao Século XX.” http://lcweb2.loc.gov/ammem/collections/habs_haer/ (tradução do autor)

7. Cabe ao Governo federal, de acordo com aquela peça legislativa:

“1 usar medidas, que incluem assistência financeira e técnica, para melhorar as condições sob as quais nossa sociedade moderna e o nosso patrimônio pré-histórico e histórico podem existir em harmonia produtiva e responder às demandas sociais, econômicas e de outra natureza, das gerações presentes e futuras;

2 exercer liderança na preservação do patrimônio pré-histórico e histórico dos Estados Unidos e da comunidade internacional das nações e na administração do programa nacional de preservação em parceria com os Estados federais, as tribos indígenas, os nativos do Havá e os governos locais;

3 administrar o patrimônio pré-histórico e histórico de propriedade, administração ou controle federal num espírito de gestão, para a inspiração e benefício das gerações presentes e futuras;

4 contribuir para a preservação do patrimônio pré-histórico e histórico que não é de propriedade federal, e dar o máximo encorajamento para que organizações e indivíduos se empenhem na preservação por meios privados;

5 encorajar a preservação e a utilização pública e privada de todos elementos usáveis do patrimônio edificado da Nação; e

6 dar assistência aos Estados e aos governos locais, tribos indígenas e organizações dos nativos do Havá e ao National Trust for Historic Preservation nos Estados Unidos para expandir e acelerar seus programas e atividades de preservação histórica.” <http://www2.cr.nps.gov/laws/NHPA1966.htm> (tradução do autor)

8. Para aquela lei, um “historic conservation district” significa uma área que possui:

“A edificações históricas,

B edificações que tenham características arquitetônicas similares ou relacionadas,

C coesão cultural, ou

D qualquer combinação dos itens anteriores.” TITLE III, Section 301. Disponível em: <http://www2.cr.nps.gov/laws/NHPA1966.htm>. (tradução do autor)

9. Um bom exemplo disso pode ser encontrado na representação da Batalha de Cedar Creek, que pode ser vista na página web <http://www.cedarcreekbattlefield.org>. Um bom estudo a respeito do reenactment pode ser encontrado em CARNEGIE & McCABE, 2005.

10. Nesta área, cabe chamar a atenção para a atuação da Society of Architectural Historians SAH, fundada como American Society of Architectural Historians, na Universidade de Harvard em 1940. Seus objetivos principais foram: desde o início, “1 organizar múltiplos fóruns para a apresentação, interpretação e debate da história da Arquitetura, 2 promover a apreciação e compreensão do ambiente construído através da história, 3 encorajar e disseminar a pesquisa no campo da história da arquitetura e 4 promover a preservação de monumentos significativos ao redor do mundo.” <http://www.sah.org/> Reúne professores universitários, pesquisadores e estudantes no campo da história da arte e arquitetura, e, entre outras atividades, edita o prestigioso periódico *Journal of the Society of Architectural Historians* JSAH e promove um seminário anual de pesquisa.

11. FONSECA, 1997, p. 85-86.
12. FONSECA, 1997, p. 98.
13. VASCONCELOS, 1946, p. 31. A esse respeito, é interessante acompanhar, por exemplo, as leituras que se propõem da obra contemporânea de Oscar Niemeyer, na qual se exaltam a liberdade formal e audácia, aliadas à simplicidade de meios, traços seguidamente apontados como comuns também à nossa arquitetura barroca.
14. COMPAGNON, 1996, p. 44.
15. MOTTA, 1987, p. 108.
16. LOWENTHAL, 1986, p. 263.
17. MOTTA, 1987, p. 103.
18. LOWENTHAL, 1986, p. 160. Sobre a questão do reconhecimento visual, confira LYNCH, 1972.
19. A esse respeito, confira WISNIK, 2001.

ALTERNATIVAS CONTEMPORÂNEAS PARA POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO (pp. -)

1. BENJAMIM, 1986, p.114.
2. BENJAMIM, 1986, p.119. É interessante observarmos a atitude ambivalente de Benjamin quanto ao abandono da tradição: se é inegável a presença em sua obra de um forte componente nostálgico, muito próximo à crítica romântica da modernização, quando, por exemplo, lamenta a perda da narratividade ou da beleza das velhas fotografias ou da aura desaparecida num mundo desencantado, essa nostalgia, ancorada em sua peculiar teoria da experiência, não o leva a rejeitar a modernidade como um todo, ou a se fechar para o mundo contemporâneo. Pelo contrário: constatando ser irremediável a ruptura com a tradição, Benjamin vai compartilhar de alguns aspectos da crítica modernista a uma continuidade artificial, principalmente nos casos daquelas retomadas inautênticas que se tentaram no século XIX. Nesse sentido, confira MULLER, 1987, p. 93-97.
3. PORTOGHESI, 1982, p. 11. Nessa mesma direção aponta Alicia Duarte PENNA 1997, que, retomando a metáfora baudelaireana do "coração infiel", fala de um "espaço infiel", referindo-se à mutabilidade intrínseca à cidade capitalista moderna
4. BOSI, E. 1987, p. 363.
5. LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 91-92. ROSSI 1995, ao tratar dos processos de transformação das cidades, chama a atenção para a "mobilidade no tempo de cada porte da cidade" p. 136. Nas cidades americanas, no entanto, essa transformação vai ser tão profunda que, muitas vezes chegamos ao ponto de termos mais de uma cidade num só século. Isso é particularmente visível em cidades como Belo Horizonte, onde, hoje, quase só a permanência do plano - traída inesperadamente pela vista privilegiada de alguma esquina - aparece como testemunha daquela cidade cons-

truída num planalto poeirento, sobre os escombros do arraial do Curral Del Rei. A esse respeito, confira CASTRIOTA, 1998, p. 19-35.

6. SEGRE. 1992, p.107.

7. Sobre a propriedade na Roma Antiga, confira CRETILLA JR.,1971, p.113-125. Mais sobre o problema pode ser encontrado em FINLEY, 1976, que apresenta um estudo detalhado do tema.

8. Nesse mesmo sentido, CHOAY, 1992 faz uma interessante abordagem do fenômeno da expansão do conceito de patrimônio, identificando uma tripla extensão do mesmo: topológica, cronológica e geográfica.

9. A esse respeito, confira a abordagem dialética que Herbert MARCUSE faz no ensaio "Sobre o Caráter Afirmativo da Cultura" 1997, p. 89-136.

10. Nesse sentido, conferir MAGALHÃES, 1984, p. 40-44.

11. A esse respeito, confira BOSI, A, 1987, p. 33-40.

12. Sobre o instituto do tombamento, confira os interessantes estudos de CASTRO, 1991 e de PIRES, 1994.

13. Uma tentativa recente nessa direção foi à experiência do Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte IPUC-BH, amplo sistema de coleta e sistematização de informação, implantado, a partir de 1993, inicialmente pela Prefeitura Municipal e, em seguida, pela Universidade Federal de Minas Gerais. Associando pesquisa documental e trabalho de campo, o IPUC-BH elabora diagnósticos das localidades estudadas, a partir de seus aspectos arquitetônicos, históricos, sociológicos, antropológicos e econômicos, numa tentativa de criar um instrumento que, ao mesmo tempo consiga registrar o patrimônio urbano e cultural em seu sentido mais amplo e possa servir de base para um planejamento mais cuidadoso, que leve em consideração as particularidades e identidades próprias dos diversos "pedaços" da metrópole. Nesse sentido, confira CASTRIOTA, 1998, p.01-17 ou o capítulo "Inventários urbanos como instrumentos de conservação", deste volume.

14. CHAUI, 1992, p.46.

15. CARTA de Ouro Preto, Ouro Preto, 1992 (mimeografado).

16. SANTOS, 1986, p. 59-63. Nesse sentido, confira também SANTOS, 1990, p. 33-74.

17. Sobre o conceito de "patrimônio ambiental urbano", confira CURTIUS, 2003, p. 330.

CONSERVAÇÃO E VALORES: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DAS POLÍTICAS (pp. -)

1. Importante posição nessa área tem o filósofo Jürgen Habermas 1929-..., que desenvolve sua Teoria da Ação Comunicativa dentro da qual defende a idéia de uma “ética discursiva” baseada no diálogo, por sujeitos capazes de se posicionar criticamente diante de normas. De acordo com sua perspectiva, que se opõe ao relativismo reinante, vai ser pelo uso de argumentos racionais que um grupo pode chegar ao consenso, à solidariedade e à cooperação. A respeito da relação entre a atividade científica e os valores, confira LACEY, 2008.
2. O projeto AGORA foi uma pesquisa multidisciplinar que, combinada com um projeto paralelo sobre a economia da conservação do patrimônio, iniciou-se em 1995 e foi levada a cabo até 2003, procurando investigar a questão dos valores no campo da conservação, tomando como estudos de casos políticas desenvolvidas em vários países anglo-saxônicos. Naquele trabalho, a partir da percepção da falta de metodologias reconhecidas e amplamente aceitas para o reconhecimento dos valores culturais, e também das dificuldades de se comparar os resultados no reconhecimento dos valores culturais e econômicos, procurou-se iluminar vários desses aspectos. Confira as principais publicações derivadas daquele trabalho: GETTY CONSERVATION INSTITUTE GCI, 1998, 2000 e 2002.
3. Alois Riegl, 1858 -1905, historiador da arte, foi um dos membros da chamada “Escola de Viena”, tendo sido designado, em 1902, presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria, e encarregado por ela de realizar a reorganização da legislação de conservação dos monumentos, tarefa para a qual preparou seu principal texto sobre o patrimônio, *O Culto Moderno dos Monumentos*.
4. Mais sobre a restauração do Paço, confira CAMPELLO, 1984.
5. A respeito da estética e dos estudos culturais, confira os trabalhos essenciais de Raymond Williams, *Cultura e sociedade: 1780-1950*, 1969 e *Marxismo e Literatura*, 1979. Confira ainda Steven Connor, 1992.
6. A esse respeito, confira BURKE, Peter. *O que é história cultural?*, 2005, no qual o autor aborda a emergência, a partir da década de 1970, dos aspectos culturais do comportamento humano como centro privilegiado do conhecimento histórico, o que ele chama de “virada cultural”.
7. Confira no site: <http://image1.nps.gov/lizardtech/iserv/getdoc?cat=NHLS&item=Text/NHLS-729ff82c55d34b5dae428ee9083802e0.djvu&DJVUOPTS&thumbnails=true>
8. CAMPOFIORITO, s/d.
9. Nesse mesmo sentido, CHOAY, 1992 faz uma interessante abordagem do fenômeno da expansão do conceito de patrimônio, identificando uma tripla extensão do mesmo: tipológica, cronológica e geográfica.
10. A esse respeito, confira a abordagem dialética que Herbert MARCUSE faz no ensaio “Sobre o Caráter Afirmativo da Cultura”, 1997, p. 89-136.
11. A esse respeito, comenta Carlos Nelson Ferreira dos Santos, referindo-se ao caso brasileiro: “Quando se pensa em preservar, alguém logo aparece falando em patrimônios e tombamentos. Também se consagrou a crença de que cabia ao go-

verno resguardar o que valia a pena. Como? Através de especialistas que teriam o direito o poder-saber de analisar edifícios e de pronunciar veredictos. Esses técnicos praticariam uma espécie de ação sacerdotal. Atribuíamos caráter distintivo a um determinado edifício e logo tratavam de sacralizá-lo frente aos respectivos contextos profanos". SANTOS, 1986

12. A esse respeito, caberia acompanhar toda a discussão que hoje se trava em torno do chamado "patrimônio intangível", que vem sendo desenvolvida pelos órgãos internacionais como a UNESCO www.unesco.com e, no Brasil, pelo IPHAN www.iphan.gov.br.

13. <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?topic=mp&cp=MA#TOC1>. Acesso em: 10 nov. 2008

14. Confira mais detalhes sobre o registro da Feira de Caruaru no site: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13492&sigla=Institucional&etorno=detalheInstitucional>. Acesso em: 10 nov. 2008

15. ICOMOS, 2008, p. 3.

16. ZANCHETTI, 2008, p. 7.: "Por um lado, patrimônio material torna-se uma categoria social quase vazia quando é extirpada de seus valores culturais imateriais, portanto, irrelevante para o planejamento do desenvolvimento culturalmente orientado. Por outro lado, o desenvolvimento sustentável, sem uma forte orientação cultural, seja ela material ou imaterial, torna-se um programa social e político de pouco significado e relevância para a grande maioria das pessoas engajadas na transformação econômica e social."

17. HUYSEN, 2000.

18. Neste sentido cabe destacar as chamadas "novas políticas urbanas", com a introdução de parcerias, a adoção da forma contratual e as negociações urbanas que ocorrem hoje no âmbito das políticas públicas, sobretudo nas áreas de reabilitação, de preservação de patrimônio, de meio-ambiente, das políticas sociais e capacitação de mão-de-obra, mas também na polícia e na justiça dentre outras. Cf. ROLNIK, Raquel. Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas in RIBEIRO; SANTOS JR., 1994, p.351-360.

19. PEREIRA & MACHADO, 2008. A esse respeito, confira também PEREIRA, 2002.

20. PEREIRA & MACHADO, 2008.

21. Cf. GETTY CONSERVATION INSTITUTE GCI, 2000.

22. <http://www.nps.gov/aboutus/mission.htm>.

VICISSITUDES DE UM CONCEITO: O LUGAR E AS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO (pp. -)

1. A esse respeito, confira: United Nations Centre for Human Settlements HABITAT, 2001.

2. United Nations Centre for Human Settlements HABITAT, p. 38.
3. Idem, *ibidem*.
4. A esse respeito, confira HARVEY, 1993.
5. Clifford Geertz, *Posfácio a Senses of Place*; FELD & BASSO, 1996.
6. Uma boa resenha da bibliografia recente sobre o assunto pode ser consultada em <http://www.augustana.ab.ca/~janzb/place/readfirst.htm>.
7. RAPOPORT, 1994, p. 04.
8. Webster's encyclopedic unabridged dictionary of the English language, 1989.
9. Citado por CASEY, 1997b.
10. CASEY, 1997b.
11. A teorização mais antiga a respeito do lugar seria a de Árcitas de Terento, um pitagórico que viveu no século IV a.C.. Como vários tratados da Antigüidade, só sobreviveram fragmentos de seus escritos, nos quais a idéia principal parece ser a conclusão lógica de que o lugar seria anterior a todas as coisas, do que se segue que "ser é ser no lugar". Nada existiria se não existisse, então, num lugar, do que também se deduz que o "lugar" em si é nada: se ele fosse algo, teria que estar num lugar, e assim ad infinitum. A esse respeito, veja CASEY, 1993.
12. CASEY, 1997b.
13. Confira KOYRÉ, 1979.
14. A esse respeito, confira principalmente CASEY, 1982; CASEY, 1987; CASEY, 1993 e CASEY, 1997.
15. CASEY, 1993, p. 11.
16. Aqui se pode perceber a clara influência de Merleau-Ponty e o tratamento que este reserva ao tema do "corpo" em suas diversas obras. Confira, principalmente, MERLEAU-PONTY, 1999.
17. Em HAYDEN, 1995, p. 3.
18. SANTOS, 1986.
19. HAYDEN, 1995, p. 5.
20. CASEY, 1987, p. 186-187.
21. Idem, *ibidem*.
22. Parece-nos importante o conceito contemporâneo de patrimônio ambiental urbano, matriz a partir da qual podemos pensar hoje a preservação do patrimônio, sem cair nas limitações da visão tradicional. A esse respeito, confira o capítulo "Alternativas contemporâneas para políticas de preservação", neste volume.

23. Para a autora, por exemplo, a “memória do lugar” poderia incluir memória pessoal da chegada e alguém à cidade e ligações emocionais aí, memória cognitiva de seus nomes de ruas e layout das ruas, e memória corporal das jornadas rotineiras de casa ao trabalho. HAYDEN, 1995, p. 47

24. HAYDEN, 1995, p. 54.

25. HAYDEN, 1995, p. 55.

26. City Lore é uma organização cultural dedicada a promover o patrimônio cultural vivo de Nova Iorque e outras cidades através de publicações, media, e programas escolares e comunitários. Confira: www.citylore.org

27. A Municipal Art Society é uma organização privada, sem fins lucrativos e de participação voluntária, que se engaja em “enriquecer a cultura, comunidades e o design físico da cidade de Nova Iorque. Confira: www.mas.org

28. http://www.placematters.net/pm_historic_register.html.

29. Sobre a gentrificação, que é definida pelo Longman Dictionary of Contemporary English, como “o processo pelo qual uma rua em que pessoas pobres viviam, muda quando pessoas com mais dinheiro passam a viver lá”, confira o ensaio clássico de Neil Smith, “New City, New Frontier: the Lower East Side as Wild, Wild West”, em SORKIN, 1992, p. 61-93.

30. HAYDEN, 1995, p. 62.

31. http://www.placematters.net/pm_mission.html.

NAS ENCRUZILHADAS DO DESENVOLVIMENTO: A TRAJETÓRIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM OURO PRETO (pp. -)

1. SMITH, 1969, p. 28.

2. Cf. MARX, 1980, p. 24. É interessante percebermos como essas leis também já tinham sido precedidas por várias outras tentativas de ordenamento urbano.

3. Mais sobre esse tema, confira: SMITH, 1955.

4. D’ASSUMPCÃO, 1989, p. 132.

5. A esse respeito, confira REIS FILHO, 2000, p. 137.

6. Cf. MARX, 1980, p. 54.

7. JULIÃO, 1989, p. 8. (tradução do autor)

8. ANDRADE, 1975, p. 154. (tradução do autor)

9. A esse respeito, cf. ALBANO et al, 1994, p. 88-89.

10. Cf. FONSECA, 1997, p. 85-86.

11. BOMENY, 1994, p. 77.

12. AMARAL, 1995, p. 14. (tradução do autor).
13. A esse respeito, cf. FONSECA, 1997, p. 98.
14. VASCONCELLOS, 1946, p. 31. A esse respeito, é interessante acompanhar, por exemplo, as leituras que se propõem da obra contemporânea de Oscar Niemeyer, na qual se exaltam a liberdade formal e audácia, aliadas à simplicidade de meios, traços seguidamente apontados como comuns também à nossa arquitetura barroca.
15. COMPAGNON, 1996, p. 44.
16. MOTTA, 1987, p. 108.
17. LÖWENTHAL, 1986, p. 263.
18. MOTTA, 1987, p. 103.
19. LÖWENTHAL, 1986, p. 160. Sobre a questão do reconhecimento visual, cf. LYNCH, 1972.
20. Tribuna de Ouro Preto, Ouro Preto, 1945, p. 4.
21. Tribuna de Ouro Preto, Ouro Preto, 1945, p. 4.
22. ANDRADE, 1975, p. 153. (tradução do autor)
23. CASEY, 1987, p. 186-187. A esse respeito, o mesmo autor observa ainda: "We might even say that memory is naturally place-oriented or at least place-supported."
24. Confira ALBANO et al, 1994, p. 104.
25. A esse respeito, cf. ALBANO et al, 1994, p. 104.
26. BERNDT, 1995, p. 221. Este tipo de conflito, só começa a ser equacionado nos últimos anos, com a criação, em 1993, do "Grupo de Assessoramento Técnico" GAT, que foi formado numa tentativa de realizar a articulação das diversas esferas governamentais envolvidas no processo de preservação do patrimônio.
27. Cf. FISCHER, 1994, p. 107.
28. Idem, p. 125.
29. Idem, p. 132.

INTERVENÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO URBANO: MODELOS E PERSPECTIVAS (pp. -)

1. SANTOS, 1986.
2. TIESDELL; OC; HEATH, 1996.
3. A esse respeito, confira STRIKE, 1994, p. 12. Na Inglaterra, por exemplo, vamos ter o Ancient Monuments Protection Act, em 1882, primeira vez em que o governo

desempenha um papel positivo na proteção de sítios históricos, mesmo que de maneira cautelosa e tímida frente à pressão contra a interferência na propriedade privada. Assim, o ato concentra-se em bens sobre os quais poderia haver pouca controvérsia, como sítios arqueológicos, e monumentos megalíticos STRIKE, 1994, p. 120. Nos Estados Unidos, por sua vez, temos o Antiquities Act em 1906, que dava ao presidente a possibilidade de designar monumentos nacionais a sítios de interesse histórico ou científico, de propriedade federal. Em 1935, o National Historic Sites Act, dava ao Secretário do Interior a possibilidade de adquirir propriedades históricas de significação nacional. Na prática, no entanto, as propriedades são sempre adquiridas por atos especiais do Congresso.

4. Sobre o instituto do tombamento, confira os interessantes estudos de CASTRO, 1991 e de PIRES, 1994.

5. SANTOS, 1986. O autor continua, de forma irreverente: "Como ninguém é seguro o suficiente para inventar rituais a partir do nada, trataram de seguir o caminho mais fácil: impuseram as suas mãos o que, por outras razões, já estava consagrado. Não foi muito difícil declarar dignos de preservação conventos, mosteiros, igrejas, palácios, fortalezas, sedes de fazenda... De raro em raro uma pequena construção antiga justificada como "curiosa": capelinhas, casas rurais, hesitantes exceções confirmadoras da regra cômoda. Os símbolos do poder não eram, por natureza, distintos? Não foram propostos como contrapontos desde o começo? Não explicitavam quem mandava? Para não comprometer a nobreza de boas intenções com estes aspectos menos excelsos, decidiu-se esfriá-los com a antigüidade. Quanto mais perto dos séculos XVII ou XVI melhor, porque assim as relações entre a forma e aqueles outros códigos ficavam mais amenizadas. Não é por outra razão que, ainda há bem pouco tempo, era difícil provar o valor de edificações do século XIX. No nosso próprio século, então, só o que já nascesse sob o signo da eternidade, isto é, como expressão definitiva e irrecorrível da transcendência do poder."

6. CHOAY, 2001.

7. A esse respeito, confira a abordagem dialética que Herbert Marcuse faz no ensaio "Sobre o Caráter Afirmativo da Cultura". MARCUSE, 1997, p. 89-136.

8. Neste sentido, conferir MAGALHÃES, 1984, p. 40-44

9. A este respeito, confira BOSI, 1987. A UNESCO também tem se debruçado sobre a questão, propondo a proteção ao chamado patrimônio intangível, com a adoção de dois programas específicos, os Tesouros do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade e os Tesouros Humanos Vivos da Humanidade. No Brasil, também recentemente retomou-se esta discussão com a promulgação do Decreto N. 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o registro de bens imateriais e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

10. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO, 1995.

11. A esse respeito, é interessante conferir BLEYON, 1979, cujo estudo mostra a inadequação dos modos de proteção tradicionais quando confrontados com a questão da salvaguarda do patrimônio urbano. O autor mostra ainda como vão se reforçando o poder de intervenção dos governos locais e a introdução de políticas de proteção planejada com a criação de setores protegidos, o desenvolvimento de acompanhamento arquitetônico e a constituição de perímetros de entorno, bem como a instauração das chamadas "zonas de caráter pitoresco" na França. Cabe

anotar que os setores protegidos são precedidos naquele país pelos entornos dos monumentos tombados perimetro de 500 metros que colocam bairros inteiros sob a proteção do chamado “arquiteto de edificações da França “batiments de France” A esse respeito, confira FRIER, 1979.

12. A respeito da trajetória das políticas de preservação nos Estados Unidos, confira os capítulos “História da arquitetura e preservação do patrimônio: diálogos” e “Conservação integrada e revitalização: o Projeto Lagoinha” neste volume.

13. TIESDELL; OC; HEATH, 1996, p. 4.

14. SANT’ANNA, s/d.

15. BERNDT, 1995, p. 221.

16. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO, 1995, p. 232.

17. IDEM, p. 127.

18. O autor lembra-nos que “a preservação da forma tem implicações para as funções urbanas, e a conservação então se torna um instrumento de gestão urbana.” Assim, “usos do solo corrente e futuro, circulação, e não menos importante, composição demográfica e social em tais áreas tornam-se envolvidas em questões de conservação”. BURTENSHAW, p. 154 Como consequência de tal mudança, a preservação de edifícios e espaços individuais passa a ser vista como uma condição necessária, mas não suficiente para a conservação.

19. A respeito desse debate, cf. LA REGINA, 1982. p. 39-55. Sobre a metodologia detalhada usada em Bologna, cf. CERVELLATTI; SCANNAVINI, 1976.

20. Para uma discussão desse tema, cf. SIMÕES, 1994; SAVITCH, 1991. Sobre a perspectiva da reabilitação integrada, cf. BORJA, 1995.

21. SÁNCHEZ, 1999, p. 119.

22. A esse respeito, confira PEREIRA, 2008. Neste sentido, cabe destacar as chamadas “novas políticas urbanas”, com a introdução de parcerias, a adoção da forma contratual e as negociações urbanas que ocorrem hoje no âmbito das políticas públicas, sobretudo nas áreas de reabilitação, de preservação de patrimônio, de meio-ambiente, das políticas sociais e capacitação de mão-de-obra, mas também na polícia e na justiça dentre outras.

23. ACSELRAD, 1999, p. 79.

24. Como constata Ermínia Maricato, na América Latina não encontramos ainda nenhuma experiência significativa de reabilitação urbana em grande escala, Alguns projetos pontuais, como os implementados em Salvador, São Luís, Recife; porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro servem como indicadores de uma “volta ao centro”, que não conseguem uma escala mais ampla exatamente pela falta de uma política urbana nacional, com linhas de financiamento próprias e o enfrentamento daquela questão que parece central para a autora – a da moradia social nas áreas a serem reabilitadas. MARICATO, 2001

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO: PLANOS DIRETORES E POLÍTICAS DO PATRIMÔNIO (pp. -)

1. A esse respeito, confira CASTRIOTA, 2003.
2. A esse respeito, confira CASTRIOTA, 1999 e CHOAY, 2002.
3. No capítulo “Nas encruzilhadas do desenvolvimento”, acompanhamos a trajetória das políticas de preservação em Ouro Preto MG, que exemplificam bem essa dissociação entre políticas específicas de patrimônio e as políticas públicas em geral.
4. VILLAÇA, 1999.
5. A esse respeito, confira VARGAS, 2003.
6. VARGAS, 2003.
7. VARGAS, 2003.
8. CASTRIOTA, 2003-b. Mais sobre o patrimônio ambiental urbano, confira o capítulo “Alternativas contemporâneas para políticas de preservação”, deste livro.
9. Num processo de abstração, esse tipo de planejamento termina reduzindo o espaço ao seu valor de troca, que, como sabemos desde as análises da economia, prima pela fungibilidade universal.
10. ROLNIK, 1997.
11. O Estatuto da Cidade, no seu artigo 35, estabelece que esse instrumento pode ser utilizado em áreas que o Poder Público considere necessárias para a implantação de equipamentos urbanos e comunitários; a preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural; ou para servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.
12. A respeito da idéia de gentrificação, confira SMITH, 1996.

INVENTÁRIOS URBANOS COMO INSTRUMENTOS DE CONSERVAÇÃO (pp. -)

1. COSTA, 1996, p. 457.
2. ANDRADE, 1987, p. 29.
3. MOTTA, 1987, p. 108.
4. INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 1985, p.5.
5. SÃO PAULO, 1987, p.5.
6. SÃO PAULO, 1987, p.9.

7. Neste sentido, realizou-se também nos anos de 95 e 96 uma experiência-piloto: a partir do IPUC - Lagoinha foi construído um projeto de reabilitação integrada para aquela região, cujas premissas e resultados relatamos em trabalho anterior. CASTRIOTA & PEREIRA, 1997, p. 20-24.

8. Citado em MEIRA, 2002, p. 157.

9. Elena Graeff anota que entre os bens selecionados haveria uma “nítida predominância daqueles que apresentam valor histórico – vinculado a algum fato ou personalidade de nossa história -, ou dos que representam características arquitetônicas relacionadas à arquitetura de origem portuguesa, ou dita açoriana”. GRAEFF, 2001, p. 40.

0. MEIRA, 2002, p. 157.

1. Apesar disso, e do aspecto participativo introduzido pelo 1º PDDU, ele ainda pode ser caracterizado, como mostra Helton Estivalet Bello, como “um desdobramento da influência da Carta de Atenas na construção da cidade”. BELLO, 2002, p. 117.

2. GRAEFF, 2001, p. 41.

3. Assim, por exemplo, logo no início de um desses textos, o arquiteto esclarece que ao se substantivar a expressão “ambiental urbano”, quis-se na verdade responder à “imposição da necessidade de se precisar o que dentro das cidades é mais do que o Patrimônio Histórico, e não abrange todo o significado de Patrimônio Cultural”. CURTIS, 2003, p. 329

4. CURTIS, 2003, p. 330.

5. CURTIS, 2003, p. 334-334.

6. GRAEFF, 2001, p. 42.

7. Além disso, o inventário ainda permitiria “promover o acervo, visando ampliar a conscientização da comunidade no sentido de sua preservação; auxiliar na elaboração de roteiros turístico-culturais; subsidiar programas de educação patrimonial e trabalhos de pesquisadores; e por fim, aperfeiçoar a atuação do Poder Público Municipal visando maior abrangência, eficácia e agilidade e controle na tarefa de zelar pelos bens culturais imóveis de Porto Alegre”. EPAHC, s/d

8. EPAHC, s/d.

9. Segundo o PDDUA, integram o patrimônio cultural de Porto Alegre o “conjunto de bens imóveis de valor significativo - edificações isoladas ou não -, ambiências, parques urbanos e naturais, praças, sítios e paisagens, assim como manifestações culturais - tradições, práticas e referências, denominados de bens intangíveis -, que conferem identidade a estes espaços”.

20. O Art. 14 define o Patrimônio Cultural, também de forma ampla, como “o conjunto de bens imóveis de valor significativo - edificações isoladas ou não -, ambiências, parques urbanos e naturais, praças, sítios e paisagens, assim como manifestações culturais - tradições, práticas e referências, denominados de bens intangíveis -, que conferem identidade a estes espaços”.

21. No final dos anos 1990, a Secretaria de Indústria e Comércio, através do Projeto Porto Alegre Tecnópolis, havia identificado aquela região como “de potencial tecnológico para a implantação de um programa de modernização econômica”. Além disso, a Secretaria de Planejamento Municipal havia classificado aquela área como “Corredor de Urbanidade”, identificando nela potencial de revitalização e requalificação ambiental. BELLO & GRAEFF, 2001

22. SEGAWA, 1998.

23. O texto de apresentação do Inventário enuncia: “Conjuntos de unidades também constituem situação a ser considerada neste âmbito. Tais conjuntos, como edificações seriadas ou geminadas, são importantes para a qualificação paisagística quando, por suas dimensões ou especificidades, atuam na estruturação de um dado cenário”.

24. Günther Weimer comenta este conjunto: “Na fase de grande euforia de antes da guerra foi construída a fábrica de cerveja dos irmãos Bopp – hoje Cervejaria Brahma, da Cristóvão Colombo, 545. Ainda que se tratasse de um estabelecimento fabril, seu acabamento concorria com os palacetes que estavam sendo construídos nos locais mais valorizados da cidade e se distinguia destes pela especificidade de sua estatuária, inspirada na mitologia germânica. À época, estava sendo construído o prédio dos Correios e Telégrafos cuja torre o relógio chamou a atenção dos proprietários da fábrica...” WEIMER, 1998, p. 26-27.

25. WEIMER, 1998, p. 26-27.

26. MAHFUZ, 1997, p. 156-157.

27. Os moinhos Riograndense e Chaves são considerados por Günther Weimer como de importância internacional. WEIMER, 1998

28. “Apontado como decorrência, em grande parte, dos progressos alcançados pela própria industrialização da região, o esvaziamento traz cenários tipicamente pós-industriais à paisagem urbana, mesmo de cidades latino-americanas como Porto Alegre.” CASTELLO, 2003, p. 247

29. Segundo o Art. 92 do 2º PDDUA, as “Áreas de Interesse Cultural” são aquelas áreas “que apresentam ocorrência de Patrimônio Cultural que deve ser preservado a fim de evitar a perda ou o desaparecimento das características que lhes conferem peculiaridade”, sendo que a preservação de “Áreas, Lugares e Unidades” deverá se fazer “pela definição de regime urbanístico específico, por tombamento e inventário”.

30. Confira a Lei Complementar Nº 601, de 23 de outubro de 2008, que “dispõe sobre o Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município” de Porto Alegre, no Anexo 3 deste livro.

REGISTRO CULTURAL: UM NOVO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E SEUS DESAFIOS (pp. -)

1. A própria Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível, aprovada em 2003, enuncia: “Reconhecendo que os processos de mundialização e de transformação social por um lado criam as condições propícias para um diá-

logo renovado entre as comunidades porém, por outro, também trazem consigo, ..., graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial, devido em particular à falta de recursos para salvaguardá-lo.” Uma interessante discussão desse tópico é empreendida pelo sociólogo Nestor Canclini, no livro *Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização 1999*, em que mostra como a globalização, baseada nos modelos econômicos e políticos neoliberais, fortalece os meios de comunicação de massa como principal fonte de consumo da maioria da população, principalmente das classes populares, enfraquecendo as culturas locais, assim como os instrumentos de participação política tradicionais, como partidos, sindicatos e movimentos sociais. Ao mesmo tempo, Canclini discute como a identidade cultural dos povos, cada vez mais fragmentada pela ausência de um espaço público atuante, em que se pense a nação como totalidade, pode ser alvo de políticas públicas. A seu ver, apenas o Estado, revitalizado, “como representante do interesse público, como árbitro ou assegurado das necessidades coletivas de informação, recreação e inovação, garantindo que estas não sejam sempre subordinadas à rentabilidade comercial” poderia se contrapor a isso, permitindo que países fora do eixo tecnológico-econômico, como os da América Latina, possam sobreviver ao processo de globalização sem perder sua cultura e identidade. Numa outra perspectiva argumentam autores como John Tomlinson, que sustenta que ao invés de destruir as identidades culturais, esse processo estaria criando-as e reforçando-as. TOMLINSON, 2006

2. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>.

3. Confira <http://www.brasilia.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/patrimonioimaterial/patrimimaterial>

4. RAMOS, 2005.

5. NOGUEIRA, 2007.

6. Também a orientação para o uso dos multimeios como suporte e recurso metodológico na pesquisa etnográfica vinha confirmar tudo aquilo que Mário havia idealizado desde suas viagens etnográficas. A fotografia é a arma essencial na produção de evidências que procuram apreender o outro. Nesta perspectiva, ela é o objeto fragmento e vestígio do real e sua descrição. Já o cinema é fundamental para o registro do elemento performático tradições, gestos, danças, sons e falas. Na sistematização da coleta musical a proposta era aliar o registro mecânico fonógrafo e filme sonoro ao registro não mecânico anotação direta *idem*. NOGUEIRA, 2007, p. 266.

7. ANASTASSAKIS, 2007, p. 2.

8. Alfredo Bosi, em seu texto “Cultura como tradição” traça uma distinção muito útil entre a visão convencional de cultura, que denomina de “reificada”, na medida em que a vê como uma somatória de objetos e outra, “ergótica”, que entende a cultura como trabalho, processo, visando-se à cultura como vida pensada BOSI, 1987. Nessa mesma linha, um texto do IPHAN chama a atenção para “a importância que têm os processos de criação e manutenção do conhecimento sobre o seu produto a festa, a dança, a peça de cerâmica, por exemplo”, procurando enfatizar que interessa mais como patrimônio o “conhecimento, o processo de criação e o modelo, do que o resultado, embora este seja sua expressão indubitavelmente material” MINC/IPHAN, 2003, p. 17.

9. Em 1997, a “Carta de Fortaleza”, resultado do Seminário “Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção”, promovido pelo IPHAN, recomendava que se aprofundassem os estudos na área, com auxílio das universidades e instituições de pesquisa, bem como se criasse um Grupo de Trabalho destinado a regulamentar o instituto denominado “registro”, voltado especificamente para a preservação dos bens culturais de natureza imaterial. Seguindo tais orientações, em 1998 vai ser criado o “Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial” GTPI, que, após dezessete meses, propõe a regulamentação do instituto do “registro cultural” em nosso país, efetivada através do Decreto Nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.

10. A esse respeito, confira CASTRIOTA, 2001.

11. <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=13493&retorno=paginaIphan>

12. Como consta no site da UNESCO, os Estados Membros “devem tomar todas as medidas necessárias para assegurar a salvaguarda de seu patrimônio intangível; dentro do quadro de suas atividades de salvaguarda eles devem buscar assegurar a maior participação possível das comunidades, grupos e, onde apropriado, indivíduos, que criam, mantêm, e transmitem tal patrimônio, e envolvê-los ativamente na sua gestão. Eles também devem procurar promover a função desse patrimônio na sociedade e assegurar reconhecimento, respeito e melhoria do patrimônio cultural intangível na sociedade”. (tradução do autor). Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00012>>.

13. FONSECA, 2005, p. 118.

CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA: O PROJETO LAGOINHA (pp. -)

1. CHOAY, 2001.

2. A este respeito, poderíamos dividir a conservação urbana em duas fases: uma que teria início com a Carta de Gubbio Itália, 1960, resultado do Convegno Nazionale per la Salvaguardia e il Risanamento dei Centri Storici, e com a Lei Malraux 1962, e a segunda que começaria em 1972, com a consolidação dos princípios teóricos e operativos, só esboçados na primeira fase, e que seria marcado pelo Ano do Patrimônio Europeu de 1975.

3. Nascido em Roma em 1873, Gustavo Giovannoni, foi arquiteto, planejador urbano, historiador da arte e escritor. Após se graduar em Engenharia Civil na Universidade de Roma 1895, especializou-se em higiene pública, estudando depois arte e história da arquitetura na mesma universidade, sob a orientação de Adolfo Venturi. A sua formação múltipla permitiu-lhe encarar a relação entre conservação e modernização da cidade antiga. Assim, ao mesmo tempo em que considerava a cidade histórica como um monumento de cultura em si, percebia que ela era também um tecido vivo. A partir desse duplo postulado funda sua teoria de inserção do novo no antigo, contemplando *conservazione* e *modernizzazione*. Operativamente, ele recomendava agir sobre o centro histórico como um cirurgião, retirando-se os acréscimos posteriores para descongestionar o tecido original, para melhorar a circulação de ar e higiene para as habitações. Com Giovannoni também se considerou o centro histórico, pela primeira vez, como uma “zona especial”, que de-

veria ter um regime urbanístico distinto, enquanto o restante da cidade poderia se desenvolver de acordo com a dinâmica urbana. Mais sobre Giovanonni, confira CHOAY, 2001.

4. A respeito do caso de Bologna, confira CERVELLATI; SCANNAVINI, 1976 e GONZALES-VARAS, 1999, p. 380-389. Gonzáles-Varas sintetiza essa perspectiva: “A conservação e reabilitação do centro histórico de Bolonha se configuram por esses anos como uma das experiências mais importantes da Europa, não só por seus logros culturais e urbanístico-arquitetônicos e a nova metodologia de análise e planejamento urbano praticada, enraizada no ‘método tipológico’, mas também pelo caráter integral do projeto, que logra sintetizar numa visão unitária todos os aspectos que vimos confluir na questão dos centros históricos, isto é, implicações culturais, sociais, econômicas e políticas. Ademais, a experiência de Bolonha se erige na testemunha mais significativa da tendência ao planejamento setorial da recuperação do centro histórico até englobar como objetivo primordial do planejamento a ‘requalificação da cidade existente’, dotando-o, em consequência, de um novo papel físico, econômico e social, no contexto urbano global; deste modo, também proporciona forma e conteúdos à tendência que será dominante nos decênios seguintes até nossos dias.” GONZALES-VARAS, 1999, p. 380

5. Em 1960, foi editada a “Carta de Gubbio”, na qual uma serie de planejadores e cidades concordam sobre uma serie de pontos da política, dando origem à nova Associação Nacional dos Centros Históricos e Artísticos ANCSA. A carta enfatiza a necessidade de ligações com o plano diretor municipal, através da designação dos centros como áreas a serem protegidas e reabilitadas. A ênfase estava nos modos de reabilitação: através de planos especiais definindo áreas non aedificandi, evitando-se tanto as demolições quanto os acréscimos estilísticos, mesmo nos edifícios modestos, redesenhando as propriedades e inserindo os melhoramentos necessários, reabrindo velhos jardins e concedendo direitos de propriedade. Sugeriria-se ainda uma lei para regular tudo que se relacionava com o registro, financiamento e programação das políticas nacionais para os centros históricos. Nesses primeiros anos, dois planos diretores seminais se tornaram as referências no debate italiano, especialmente no que concernia à metodologia e à relação com a comunidade local, Assis e Urbino, cada qual com uma ênfase diferente o primeiro era mais orientado para as estruturas sociais e econômicas, e o último para as físicas. Mais sobre a experiência italiana, confira PICCINATO, 2005.

6. Gonzáles-Varas comenta a esse respeito: “Com efeito, a Declaração de Amsterdã supõe, como aporte de primeira ordem, a afirmação cabal da necessidade de integrar a política de conservação do patrimônio arquitetônico com a política urbanística enquanto se afirma que as políticas de renovação e restauração não constituem uma atividade setorial isolada, mas que, ao contrário, são um elemento fundamental na política urbanística global”. GONZÁLES-VARAS, 1999, p. 494

7. ZANCHETI, 2007.

8. A esse respeito, confira HABERMAS, 1992.

9. GONZALES-VARAS, 1999, p. 495.

10. O autor lembra-nos que “a preservação da forma tem implicações para as funções urbanas, e a conservação então se torna um instrumento de gestão urbana.” Assim, “usos do solo corrente e futuro, circulação, e não menos importante, composição demográfica e social em tais áreas tornam-se envolvidas em questões de

conservação". (Burtenshaw, p. 154) Como consequência de tal mudança, a preservação de edifícios e espaços individuais passa a ser vista como uma condição necessária, mas não suficiente para a conservação.

11. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO, 1995, p. 232.

12. Sobre a experiência de Barcelona, confira GONZALES-VARAS, 1999, p. 420-422 e BORJA, 1995.

13. COFRESI, Lina; RADKE, Rosetta. "Local Government Programs. Preservation where it counts". In: STIPE, 2003, p. 146-147.

14. TYLER, 2000, p. 173-174. O National Trust for Historic Preservation é uma organização americana de livre adesão fundada em 1949 por lei federal, com o objetivo de auxiliar na preservação de edifícios e áreas históricas através de uma série de programas e atividades. A sua missão está formulada da seguinte forma: "O National Trust for Historic Preservation fornece liderança, educação e defesa para salvar os diversos lugares históricos dos Estados Unidos e para revitalizar nossas comunidades." (tradução do autor). Disponível em: <<http://www.preservationnation.org/about-us/>>

15. COFRESI, Lina; RADKE, Rosetta. "Local Government Programs. Preservation where it counts". In: STIPE, 2003, p. 147.

16. O site eletrônico do Main Street Centre relata a esse respeito: "Por todos os parâmetros, os negócios tiveram melhorias nos três centros objetos dos projetos pilotos do Programa Main Street. Em Hot Springs foram abertas sete novas empresas, em Madison, seis e 30 em Galesburg. O recolhimento de impostos sobre circulação de mercadorias aumentou em 25 % em Hot Springs, enquanto a taxa de ocupação em Galesburg subiu para 95%. Além disso, para cada dólar gasto na gestão do projeto Main Street local, foram investidos 11 dólares por empresas privadas em projetos de reabilitação e reconversão." (tradução do autor). Disponível em: <<http://www.mainstreet.org/content.aspx?page=1807§ion=1>>

17. Mais sobre os créditos federais para reabilitação nos Estados Unidos, confira TYLER, 2000, p. 184-207. Confira também os comentários sobre esses créditos no site eletrônico do National Trust for Historic Preservation. Disponível em: <<http://www.preservationnation.org/issues/rehabilitation-tax-credits/>>

18. <http://www.mainstreet.org/content.aspx?page=1807§ion=1>. A respeito da relação entre sucesso econômico e design no âmbito do Programa Main Street, confira a dissertação de Taner Recep Ozdil, *Assessing the economic revitalization impact of urban design improvements: the Texas Main Street Program*. OZDIL, 2006.

19. COFRESI, Lina; RADKE, Rosetta. "Local Government Programs. Preservation where it counts". In: STIPE, 2003, p. 147. Confira ainda um interessante estudo de caso, que acompanha a implantação do Programa Main Street, em St. Albans, West Virginia. HECHESKY, 2005

20. A esse respeito, confira MOTTA, 2002.

21. SANT'ANNA, s/d. A respeito das realizações do o PCH, Ana Maria Siems Forte relata: "O PCH atuava em parceria entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o IPHAN, ligado ao Ministério da Educação e Cultura e a EMBRATUR vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio, com dotação orça-

mentária específica para atender a restauração dos monumentos, complementando os trabalhos já realizados pelo IPHAN. Aos estados beneficiados pelo PCH, além de contribuírem com recursos humanos, coube a participação efetiva de recursos financeiros. Também foram realizados investimentos na implantação de estradas, de energia e saneamento básico. Entre 1973 e 1978 o PCH executou 18 projetos em Sergipe, 23 na Bahia, 8 no Rio Grande do Norte, 7 no Maranhão, 6 no Piauí, 4 em Alagoas, 3 no Ceará, 2 na Paraíba, 2 em Minas Gerais e 2 no Rio de Janeiro.” FORTE, 2006, p. 24. Mais sobre o PCH, confira FONSECA, 1997.

22. PINHEIRO, 2004, p. 69. Mais a respeito do projeto Corredor Cultural, confira: PINHEIRO, 2002, p. 140-155, onde o arquiteto Augusto Ivan, mentor do projeto, descreve suas premissas e sua forma de atuação.

23. Aqui poderíamos citar o “Corredor Cultural” no Rio de Janeiro, o “Viva o Centro” em São Paulo, o “Reviver” no Maranhão, o Projeto Bairro do Recife, entre outros, além da controversa intervenção sobre o Pelourinho, em Salvador.

24. Mais sobre a história da Lagoinha, confira SILVEIRA. 2005.

25. Mais sobre a intervenção no Mercadinho da Lagoinha, confira CASTRIOTA & RUGANI, 1997.

26. Entre as premiações cabem destaque a Premiação IAB / MG - Belo Horizonte, 1997 - Menção honrosa na área de preservação do patrimônio cultural; a Premiação IAB / SP / Museu da Casa Brasileira – São Paulo, 1997 - Menção honrosa na área de urbanismo e o Grande Prêmio de Urbanismo tri-anual do XV Congresso Brasileiro de Arquitetos, Curitiba, 1997.

27. Entende-se por “rodoviarismo” o predomínio do transporte por rodovias, que tem marcado o Brasil desde os anos 1950, quando essas substituíram o transporte ferroviário como o meio hegemônico. Esta forma da produção do serviço de transporte condicionou a forma da urbanização do território nacional, não só através da construção de grandes rodovias ligando cidades ou essas ao campo, mas também pelas intervenções feitas no seio das próprias áreas urbanas, que seguiam essa lógica, colocando como prioridade garantir a fluidez do trânsito.

PAISAGEM CULTURAL E TÉCNICAS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS: PRESERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NO SERRO MG (pp. -)

1. A esse respeito, confira CHOAY, 2000.

2. FOWLER, 2003.

3. O Comitê reconheceu que as paisagens culturais representavam o “trabalho combinado da natureza e do homem”, designado no Artigo 1º da Convenção. A esse respeito, confira UNESCO, 2005.

4. BANDARIN, 2003.

5. UNESCO, 1999.

6. <http://whc.unesco.org/en/list/421>

7. RIBEIRO, 2007.
8. <http://www.nps.gov/hps/tps/briefs/brief36.htm>
9. <http://www.english-heritage.org.uk/server/show/conWebDoc.3943>. A respeito de sua implementação, confira: www.landscapecharacter.org.uk/elc.html.
10. Confira: <http://www.tclf.org/whatis.htm>.
11. Esses pontos dominantes podem estar no topo das montanhas ou os pontos mais proeminentes nas meias encostas onde a cidade se desenvolve Confira, VASCONCELLOS, 1977
12. Mais sobre esse ponto, confira CANNIGIA & MAFFEI, 2001.
13. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais, 2007.
14. A esse respeito, confira HOHMANN, 2008.
15. Confira: http://ftp.fao.org/sd/SDA/GIAHS/backgroundpapers_ramakrishnan.pdf
16. UNESCO, 2005, p. 5.
17. DELPHIM, 2000, p. 2-3.
18. Arquitetura pública

O DESAFIO DA PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL: A RECUPERAÇÃO DO ACERVO DO LABORATÓRIO DE FOTO-DOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS (pp. -)

1. GUTIÉRREZ, 2001.
2. Atraindo alunos e professores, Sylvio de Vasconcellos produziu grande número de trabalhos que foram publicados, resultando em edição de textos diversificados. Foram criadas as seguintes coleções: “Documentário Arquitetônico”, que visava ao registro de nossa memória arquitetônica; “Traduções Escolhidas”, para a divulgação de textos curtos, traduzidos de revistas internacionais; e uma coleção de caráter especial, com cada volume dedicado ao estudo de um monumento de importância da arquitetura tradicional mineira. Na série “Documentário Arquitetônico” foram publicados os seguintes títulos: Nº 1 – Alpendres, Escadas, Telhados, Janelas e Torres Celso Pinheiro; nº 2 – Pisos Marina E. W. Machado; nº 3 – Favelas Gui Mazzoni e Marcos Mazzoni; nº 4 – Forros Jessé G. Brito e Armando Stambi; nº 5 – Primeiras casas em Belo Horizonte Maurício I. Pinto de Moura. Na coleção “Traduções Escolhidas” foram publicados sete títulos: “A Pintura Moderna, 1905-1940”; “Evolução e tendências da Pintura depois de 1944”; “O Canto da Televisão”; “A Evolução do Arranha-Céu”, traduzidos por Andréa Vasconcellos; “Trinta Anos de Arquitetura”, por Jorge Dantas então do DA da Escola; “O Mundo Ekístico de Constantinos Doxiadis”, por Marina E.W. Machado; “Viagem no Brasil – 1896, pelo Prof. Clóvis de Faria Alvim. Da última série programada foi editado apenas, em apresentação especial, o trabalho de Sylvio de Vasconcellos sobre a Capela de Nossa Senhora do Ó.

3. Lucio Costa, em seu texto “Documentação Necessária”, faz uma veemente defesa de um estudo aprofundado de nossa “antiga arquitetura”. Confira COSTA, 1996, p. 457-459.
4. MAZZONI, 1961,
5. Os métodos de tratamento da informação arquivística foram desenvolvidos dentro da perspectiva do “Projeto Sistema de Arquivos da UFMG – Projeto Piloto Faculdade de Farmácia”.
6. Metadados DD ou Dicionário de dados, ou metainformação, são dados sobre outros dados. Um item de um metadado pode dizer do que se trata aquele dado, geralmente uma informação inteligível por um computador. A importância dos metadados para a websemântica está basicamente ligada à facilidade de recuperação dos dados, uma vez que terão um significado e um valor bem definidos. Nesse sentido, todos os documentos publicados na web devem ser catalogados.
7. Unidade de descrição: Documento ou conjunto de documentos, sob qualquer forma física, tratado como unidade, e que, como tal, serve de base a uma descrição arquivística. ISAD-G, 2000.
8. Na matemática e na ciência da computação, as álgebras booleanas são estruturas algébricas que capturam a “essência” das operações lógicas “e”, “ou” e “não”, bem como as operações da teoria de conjuntos “soma”, “produto” e “complemento”.
9. A esse respeito, conferir CASTRIOTA, 2007.
10. ARQUIVO NACIONAL, 2000.
11. MÉNDEZ, 2004.

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALBANO, Celina et al.. *Entre os limites do passado e as demandas do futuro: análise da cidade histórica de Ouro Preto, Minas Gerais*. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: PUC, 1994. (Caderno 1)

ALLISON, Geraíd; Bali, Susan; Cheshire, Paul; Evans, Alan; Stabler, Mike. *The Value of Conservation? A Literature Review of the Economic and Social Value of the Cultural Built Heritage*. London: English Heritage, 1996.

AMARAL, Aracy. *Stages in the Formation of Brazil's Cultural Profile*. The Journal of Decorative and Propaganda Arts. Miami, n.21, 1995.

ANDRADE Rodrigo Mello Franco de. *The Conservation of Urban Sites*. In: UNESCO. *The Conservation of Cultural Property*. Paris: Unesco Press, 1975.

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação Pró-Memória, 1987.

APPADURAI, Arjun. *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

APPLEYARD, Donald (org.). *The Conservation of European cities*. Cambridge, Mass. : MIT Press, 1979.

ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Produzindo o Passado*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. Trad. Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ARISTOTLE, Physics Book IV. Disponível em: <<http://classics.mit.edu/Aristotle/physics.4.iv.html>>. Acesso em: 21 abr. 2009.

BABELON, Jean-Pierre; CHASTEL, Andre. *La notion de patrimoine*. Paris: Liana Levi, 1994.

BANDARIN, Francesco. Foreword. In: FOWLER, P.J. *World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002*. Paris: UNESCO, 2003. (Paper 6)

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva: História Média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

BASSUL, José Roberto. *Reforma urbana e Estatuto da Cidade*. EURE (Santiago), sep. 2002, v.28, n.84, p.133-144.

BEATLEY, Timothy and Kristy Manning. *The Ecology of Place: Planning for Economy, Environment and Community*. Washington, D.C.: Island Press, 1997.

- BELLO, Helton Estivalet. Arquitetura e planejamento urbano em Porto Alegre dos anos 30 aos anos 70. In: KRAWCZYK, Flavio (org.) Da necessidade do moderno: o futuro de Porto Alegre do século passado. Porto Alegre: EU/Secretaria Municipal de Cultura, 2002.
- BENDIX, Regina. In Search of Authenticity: the Formation of Folklore Studies. Madison: University of Wisconsin Press, 1997.
- BENEVOLO, Leonardo. História da Arquitetura Moderna. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- BENEVOLO, Leonardo. Una introduzione all'architettura. Bari: Laterza, 1960.
- BENJAMIN, Andrew. Tradition and experience: Walter Benjamin's Some Motifs in Baudelaire". In: BENJAMIN, Andrew (ed.) The problems of modernity. Adorno and Benjamin. London: New York: Routledge, 1989.
- BENJAMIN, Lukács. The Theory of Novel. [s.l.]: Bleyon, 1979.
- BENJAMIN, Walter. Gesammelte Schriften. Frankfurt am Main: Herausgegeben von Rolf Tiedemann; Suhrkamp Verlag, 1983. v.2
- BENJAMIN, Walter. Illuminations. London: Fontana, 1973.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- BENJAMIN, Walter. Paris, Capital do século XIX. In: BENJAMIN, Walter. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1985.
- BERGSON, Henri. Aristotle's Concept of Place. In: ____. Studies in Philosophy and the History of Philosophy. Paris: Presses Universitaires de France, 1972. v. 5
- BERNDT, Angelita. Urban Conservation: Comparison between Brazil and England. Manchester: University of Manchester; Department of Planning and Landscape, 1995.
- BERNSTEIN, Richard J.. Habermas and Modernity. Cambridge: Polity Press, 1987.
- BLEYON, Jean-Benoit. L'urbanisme et la protection des sites: la sauvegarde du patrimoine architectural urbain. Paris: Librairie generale de droit et de jurisprudence, 1979.
- BOK, Sissela. Common Values. Columbia: University of Missouri Press, 1995.
- BOMENY, Helena. Guardiães da razão: Modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Tempo Brasileiro, 1994.
- BORJA, Jordi (ed.). Barcelona: un modelo de transformación urbana. 1980-1995. Quito: Programa de Gestión Urbana – PGU, 1995.
- BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. In: FUNARTE. Tradição e contradição na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: EDUSP, 1987.
- BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil. Perspectiva*: São Paulo, 1981.
- BUCHWALTER, Andrew. *Observations on The spiritual situation of the age: Contemporary German Perspectives*. Cambridge: MIT Press, 1985.
- BÜRGER, Peter. O significado da vanguarda para a estética contemporânea: resposta a Jürgen Habermas. *Arte em Revista*, São Paulo, a. 5, n. 7, p. 88, ago. 1983
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.
- CAMPELLO, Glaucio. "A restauração do Paço. Revendo 240 anos de transformações". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº. 20, 1984. p. 139-151.
- CAMPOFIORITO, Ítalo. "A Casa da Flor tem muita importância". Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=177>> Acesso em: 20 nov. 2008
- CANNIGIA, G.; Maffei, G.L. *Architectural composition and building typology: Interpreting basic building*. Firenze: Alínea, 2001.
- CARNEGIE, Elizabeth; McCABE, Scott. Reenactment, history / fantasy and identity politics in postmodern leisure events. *Forum UNESCO University and Heritage, 10th International Seminar "Cultural Landscapes in the 21st Century"* Newcastle upon Tyne, 2005. Disponível em: http://www.ncl.ac.uk/unescolandscapes/files/McCABscott_CARNEGIEeliz.pdf. Acesso em: 20 nov. 2008.
- CARNEIRO, Maria José. *Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 8, abr. 1997.
- CARTA de Ouro Preto. Ouro Preto: [s.e.], 1992.(mimeogr.)
- CASEY, E. S. *Remembering. A Phenomenological Study*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- CASEY, Edward. *Getting Back Into Place: Toward a Renewed Understanding of the Place-World*. Bloomington: Indiana University Press, 1993.
- CASEY, Edward S. *The Fate of Place: A Philosophical History*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- CASEY, Edward. *Smooth Spaces and Rough-edged Places: The Hidden History of Place*. *Review of Metaphysics*, v.51, n.2, p. 267-296, 1997. Disponível em: <<http://www.sunysb.edu/philosophy/faculty/papers/casey2.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2009.
- CASTELLO. Lineu. *A percepção de lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo*. Porto Alegre: PROPARG-UFRGS, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Ciência e tecnologia para a Arquitetura e o Urbanismo: considerações preliminares sobre o quadro no Brasil. In: MUÑOZ R., Maria Dolores; Garcia A, Rodrigo (org.). *Investigación en Arquitectura y Urbanismo*. Concepción, Chile: Facultad de Arquitectura, Construcción y Diseño / Universidad del Bío-Bío, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.) *Urbanização Brasileira: Redescobertas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. In: X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2003, Belo Horizonte, Anais..., ANPUR, 2003. (meio digital)

CASTRIOTA, Leonardo Barci. O inventário do patrimônio urbano e cultural de Belo Horizonte - uma experiência metodológica. In: SEMINÁRIO HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 5, 1998, Campinas. Anais... Campinas: FAU/PUC, 1998b.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio cultural y participación popular. *Revista Ciudad Alternativa*, Quito / Equador, v.1, p. 157-162, 1998.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). *Arquitetura da Modernidade*. Belo Horizonte: Instituto de Arquitetos do Brasil; UFMG, 1998.

CASTRIOTA, Leonardo Barci; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. Projeto de Reabilitação Integrada da Lagoinha. In: *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*. Anais.... Belo Horizonte: SBPC, v. 1., 1997.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Projeto de Reabilitação Integrada da Lagoinha. *A&U - Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 12, 1997.

CASTRIOTA, Leonardo Barci.; RUGANI, Jurema Marteleto. Mercadinho da Lagoinha - Restauração e Conservação. *AP - Revista de Arquitetura*, Belo Horizonte, 1997.

CASTRIOTA, Leonardo Barci; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela . *Preservation and Development: The Lagoinha Project*. *Traditional Dwellings and Settlements Review*, Berkeley / Estados Unidos, v. 81, p. 01-17, 1996.

CASTRO, Sônia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CAVALCANTE, L. (org). *Modernistas na Repartição*. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

CAVALCANTE, L. *O Governo Controla a Cultura*. *História Viva: Grandes Temas*. São Paulo, n. 4. p. 60-65, 2004.

CERVELLATTI, Pier Luigi; SCANNAVINI, Roberto. *Bolonia. Política y Metodología de la Restauracion de Centros Historicos*. Barcelona: Gustavo Gillí, 1976.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: _____. *O direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

CHENEY, G. A. *Journey on the Estrada Real: Encounters in the Mountains of Brazil*. Chicago: Academy, 2004.

- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2001. (Edição francesa: L'Alégorie du patrimoine. Paris: PUF, 1996.)
- CLAVEL, Pierre. The Progressive City: Planning and Participation. 1969-1984. New Brunswick: Hutgers University Press, 1986
- CLIFORD, James. The Predicament of Culture: Twentieth-Century Ethnography, Literature, and Art. Cambridge, Massachussets and London: Harvard University Press, 1988.
- COMPAGNON, A. Os cinco paradoxos da modernidade. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- CONNOR, Steven. Theory and Cultural Value. Oxford: Basil Blacwell, 1992.
- COSTA, Lucio. Lucio Costa: registro de uma vivência. São Paulo, Arte Editorial, 1996.
- CRETELLA JR., J. Direito romano moderno. Rio de Janeiro: Forense. 1971.
- CURTIS, J. N. B. de. Vivências com a arquitetura Tradicional: registros de uma experiência técnica e didática. Porto Alegre: Editora Ritter do Reis, 2003.
- CURY, Maria Zilda Ferreira. A pesquisa em acervos e o remanejamento da crítica. *Manuscrita*, São Paulo, n. 4, dez. 1993.
- CURY, Maria Zilda Ferreira. Acervos: Gênese de uma nova Crítica. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). A Trama do Arquivo. Belo Horizonte: UFMG; Centros de Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, 1995.
- D'ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli. Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n.9, 1989.
- DELPHIM, Carlos Fernando de Moura,. Proposta de intervenções paisagísticas em sítios do centro histórico e adjacências na cidade do Serro, MG. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. (digitado)
- DELSON Roberta M. Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Alva; CIORD, 1979.
- EAGLETON, Terry. A idéia de cultura. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- ELLIOT, Emory; CATON, Louis Freitas; RHYNE, Jeffrey (orgs.). *Aesthetics in a Multicultural Age*. New York, Oxford University Press, 2002.
- ENCYCLOPEDIA of vernacular architecture of the world. Cambridge: University Press, 1997.
- EQUIPE DO PATRIMONIO CULTURAL. Inventário do Patrimônio Cultural de Porto Alegre — Bens Imóveis: Critérios de Seleção. Porto Alegre: EPAHC, 1996. (texto digitalizado).
- FEILDEN, Bernard M.; JOKILEHTO, Jukka. Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites. Rome: ICCROM, 1998.

FELD, Steven; BASSO, Keith H.(org.). Senses of Place. New York: School of American Research Press, 1996.

FINLEY, M. I. Studies in Roman property. Cambridge: University Press, 1976.

FISCHER, Mônica. Mariana: os Dilemas da Preservação Histórica num Contexto Social Adverso. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1994.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-IPHAN, 1997.

FORTE, Ana Maria Siems. Turismo cultural no Rio de Janeiro: Um ponto de vista a partir do Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, 2006. (Pós Graduação em História Política e Bens Culturais).

FOWLER, P.J. World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002. Paris: UNESCO, World Heritage Centre, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001331/133121e.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2009.

FRANK, Karolin; PETERSEN, Patrícia. Historic preservation in the USA. Berlin: Springer, 2002.

FRANCO, L. F. O Estado como obra de arte?. In: NOBRE, A. L.; KAMITA, J. M.; CONDURU, R. (org.). Lucio Costa: Um modo de ser moderno. Rio de Janeiro: [s.e.], 2004. p.190-213

FREY, Klaus. “Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas”. Planejamento e Políticas Públicas. n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

FRIER, P.L. La mise en valeur du patrimoine architectural. Paris: Editions du Mouton, 1979.

FRIEDEMANN, John. Empowerment: The Politics of Alternative Development. Cambridge: Blackwell, 1992.

GETTY CONSERVATION INSTITUTE (GCI). Assessing the Values of Cultural Heritage. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2002.

GETTY CONSERVATION INSTITUTE (GCI). Economics and Heritage Conservation. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 1998.

GETTY CONSERVATION INSTITUTE (GCI). Values and Heritage Conservation. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2000.

GHEERBRANT, Alain. The Amazon: past, present and future. London: Thames and Hudson, 1992.

GIDDENS, Anthony. Reason without Revolution?. In: BERNSTEIN, Richard J. Habermas and Modernity. Cambridge: Polity Press, 1987.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1995.

GONZALES-VARAS, Ignacio. Conservación de bienes culturales. teoría, historia, principios y normas. Madrid: Cátedra, 1999.

GRAEF, Elena. Patrimônio cultural, a cidade e o plano diretor. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm2/18.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2008.

GRAEFF, Elena. Sobre o inventário do patrimônio cultural em Porto Alegre. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. A Memória Cultural numa Cidade Democrática. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2001.

GRAEFF, Elena; BELLO, Helton Estivalet. Inventário do patrimônio cultural do 4º Distrito em Porto Alegre. Porto Alegre: Editora Ritter dos Reis, 2001. (Cadernos de Arquitetura Ritter dos Reis, v. 3)

GUTIERREZ, Ramón. Arquitetura Latino-Americana: Textos para reflexão e polêmica. São Paulo: Studio Nobel, 1989.

GUTIÉRREZ, Ramón. Os arquivos de arquitetura no contexto latino-americano. São Paulo: Vitruvius, 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp044.asp>>. Acesso em 25 mai. 2008.

HABERMAS, Jürgen. Theorie des kommunikativen Handelns. Frankfurt am Main: Band I. Suhrkamp Verlag, 1981.

HABERMAS, Jürgen. Modernidade versus pós-modernidade. Arte em Revista, São Paulo, a. 5, n. 7, p. 88, ago. 1983.

HABERMAS, Jürgen. Der philosophische Diskurs der Moderne. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1985.

HABERMAS, Jürgen. Arquitetura moderna e pós-moderna. Novos Estudos CE-BRAP, n. 18, set. 1987.

HABERMAS, Jürgen. Modernity and Post-modernity: The Debate with Jean François Lyotard. In: HOLUB, Robert C. Critic in the Public Sphere. New York: Houtledge, 1991.

HABERMAS, Jürgen. Modernidade: Um projeto inacabado. In: Um Ponto Cego no Projeto Moderno de Jürgen Habermas. São Paulo: Brasiliense, 1992.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Loyola, 1993.

HAYDEN, Dolores. The Power of Place. Cambridge: The MIT Press, 1995.

HEWISON, R. the Heritage Industry: Britain in a climate of decline. Methuen: London, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rocco, Rio de Janeiro, 1989.

HOHMAN, Heidi. Mediating ecology and history. In: LONGSTRETH, Richard. Cultural Landscapes: Balancing nature and heritage in preservation practices. London: University of Minnesota Press, 2008.

HUBEL, Achim. Denkmalpflege. Geschichte. Themen. Aufgaben. Eine Einführung. Stuttgart: Philipp Reclam, 2006.

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Aeroplano Ed., 2000.

ICOMOS. Results of the 16th ICOMOS General Assembly. Quebec, 29 September – 4 October 2008. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/quebec2008/results/pdf/GA16_ICOMOS_Results_EN.pdf>. Acesso em: 20 de Nov. 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO DE MINAS GERAIS. Inventário de proteção do acervo cultural de Minas Gerais. Belo Horizonte: IEPHA, 1985.

JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.

JENCKS, Charles. Movimientos modernos en Arquitectura. Madrid: Hermann Blume, 1983.

JULIÃO, Raquel Manna. Churches in Ouro Preto and their Spatial Patterns. London: Bartlett School of Architecture and Planning, 1989.

KIESOW, Gottfried. Denkmalpflege in Deutschland. Eine Einführung. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2000.

KOWARICK, Lucio. Cidade e Cidadania: Cidadão Privado, Sub-Cidadão Público. Revista São Paulo em Debate. abr./jun., 1991.

KOYRÉ, Alexandre. Do mundo fechado ao universo infinito. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo : Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

LA REGINA, Adriano. Preservação e revitalização do Patrimônio Cultural na Itália. São Paulo: FAUUSP, 1982.

LACEY, Hugh. Valores e atividade científica I. São Paulo: Associação Filosófica Scientia Studia / Editora 34, 2008.

LARAIA, Roque. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LARKHAM, Peter J.. Conservation and the changing urban landscape. Oxford ; New York : Pergamon Press, 1992.

LAYÉ, Odo. Eloge de la Vie-Fleuve. Perspectives Africaines sur le Patrimoine Culturel. ICOMOS 14th General Assembly And Scientific Symposium, 2003. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/victoriafalls2003/papers/1%20-%20Allo-cution%20Yai.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2008

LE BERRE, M. Synthetic report of the Expert Meeting on African Cultural Landscapes. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/tiwi99.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2008.

- LE GOFF, Jacques. *Histoire et mémoire*. Paris: Gallimard, 1988.
- LEMOS, Carlos A. C. *O que é Patrimônio Cultural?*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos)
- LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15; UNB, 1999.
- LEONÍDIO, Otávio. *Carradas de Razões. Lucio Costa e a arquitetura moderna brasileira (1924-1951)*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2007.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. Lisboa: Editorial Presença, 1952.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LISTOKIN, David; LISTOKIN, Barbara; LAHR, Michael. *The Contributions of Historic Preservation to Housing and Economic Development*. *Housing Policy Debate*. v. 9, n. 3. p. 431-478.
- LONGSTREHT, Richard. *Cultural Landscapes. Balancing nature and heritage*. In: *Preservation practice*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2008.
- LOWENTHAL, David. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- LYNCH, Kevin *What time is this Place?*. Cambridge: M.I.T. Press, 1972.
- MAGALHÃES, Aloísio. *Bens Culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.20, 1984.
- MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.
- MAHFUZ, Edson. *Influências do art déco na arquitetura gaúcha*. In: *Art Déco na América Latina. 1º Seminário Internacional*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU. *Anais...*, Solar Grandjean de Montigny / PUC/RJ, 1997.
- MARCUSE, Herbert. *Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v.1.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MARINETTI, F.T. *Manifesto do futurismo*. In: TELLES, Gilberto Mendonça (org.). *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MARQUES, Yara Landre. *Pesquisa das Atividades Econômicas da Lagoinha*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, 1993.
- MARSH, Catherine. *The Survey Methods: the contribution of surveys to sociological explanation*. Boston: George Allen & Unwin, 1982.
- MARTINS, C. A. F. *Arquitetura no Brasil: Elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil; A obra de Lucio Costa 1924/1952*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987. (Dissertação de mestrado)

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Murilo. Cidade Brasileira. São Paulo: EDUSP, 1980.

MAZZONI, Gui Tarcisio; MAZZONI, Marcos de Carvalho. Favelas. Belo Horizonte: EAUFMG, 1961. (Documentário Arquitetônico; 3)

MEIRA, Ana Lucia Goelzer. Políticas públicas e a participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. In: KRAWCZYK, Flavio (org.). Da necessidade do moderno: o futuro de Porto Alegre do século passado. Porto Alegre: EU/Secretaria Municipal de Cultura, 2002.

MELE, P.. Patrimoine et action publique au centre des villes mexicaines. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle/Éditions de l'HEAL, 1998.

MELLO, Suzy de. A pesquisa na escola – um depoimento. Jornal ACR Edita, Belo Horizonte, [s.d.]. (mimeografado)

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORAES, Fernanda Borges de; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural: Lagoinha. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

MOREIRA, Maria Targuina Vieira. Instâncias deliberativas dos sistemas descentralizados e participativos das políticas públicas de cunho social: contorno jurídico dos conselhos. INFORMATIVO CEPAM. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima, 1999.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n. 22; 1987. p.108-122.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (org.). Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

MOTTA, Lia. Cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MULLER, Michael. Architektur und Avantgarde. Frankfurt am Main: Athenäum, 1987.

NOVAES, Sylvia Caiuby. Habitações Indígenas. São Paulo: Nobel; USP. 1983.

ORTIZ, R.. A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e industria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OSÓRIO, Leticia Marques (Org.). Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: Novas Perspectivas para as Cidades Brasileiras. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

PAGE, Max; MASON, Randall. Giving preservation a history. Histories of historic preservation in the United States. New York, London: Routledge, 2004.

- PATTETA, Luciano. *Historia de la Arquitectura: Antologia crítica*. Madrid: Hermann Blume, 1984.
- PAULA, João Antônio de. *A Idéia de Nação: a República e a Democracia no Brasil*. Belo Horizonte: Centro de Planejamento Regional, 1990.
- PAZ, Octávio. *Os filhos do barro: do romantismo à vanguarda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- PENNA, Alicia Duarte. *O espaço infiel: quando o giro da economia capitalista impõe-se à cidade*. Belo Horizonte: IGC/ UFMG, 1997. (Dissertação de mestrado)
- PEREIRA, Maria de Lourdes. *Negociações e Parcerias: o desafio da gestão urbana democrático-participativa*. *Revista Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, n. 6, p. 212-244, out. 2000.
- PEREIRA, Maria de Lourdes e BRASIL, Flávia. *Experiências de “orçamento participativo” na democratização da gestão urbana: a dimensão político-eleitoral*. XX. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS. ANPOCS. Anais. Caxambu, out. 1996.
- PEREIRA, Maria de Lourdes D. ; MACHADO, Luciana Altavilla V. P. *As políticas públicas para a preservação do patrimônio*. FORUM. *Conservação Urbana e Gestão do Patrimônio*. v. 2, n. 1, 2008.
- PESSOA, J. (org). *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro; IPHAN, 1999.
- PEVSNER, Nikolaus. *Panorama da Arquitetura Ocidental*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- PICCINATO, Giorgio. *Historic centres under pressure. Lights and shadows from the Italian experience*. 2005. Disponível em: <<http://aesop2005.scix.net/data/papers/att/197.fullTextPrint.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2009.
- PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. *Aprendendo com o patrimônio*. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cidade: Historia e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. *A reabilitação em processo*. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck, MALEQUE, Míria Roseira (orgs.). *Cultura, patrimônio e habitação: Possibilidades e modelos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.
- PIRES, Maria Coeli Simões. *Da proteção ao patrimônio cultural: o tombamento como principal instituto*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- POLLITT, J.J. *Arte y experiencia en la Grecia Clasica*. Madrid: Xarait Ediciones, 1987.
- PORTOGHESI, Paolo, *Depois do arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- PRICE, Nicholas Stanley; TALLEY Jr., M. Kirby; VACCARO, Alessandra Melucco. *Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996.

RAMAKRISHNAN, P.S., Globally Important Ingenious Agricultural Heritage Systems (GIAHS): An Eco-Cultural Landscape Perspective. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/sd/SDA/GIAHS/backgroundpapers_ramakrishnan.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2008.

RAPOPORT, Amos. A Critical Look at the Concept 'Place'. *The National Geographic Journal of India*, n. 40, 1994.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil 1500-1720. São Paulo: Perspectiva, 2000.

RIBEIRO, L.C. e SANTOS JR., Orlando. Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o Futuro das Cidades Brasileiras na Crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem Cultural e Patrimônio. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2007.

ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SAINT HILLAIRE, A. Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.

SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. n. 1, mai. 1999.

SANT'ANNA, Márcia Genésia. A preservação de sítios históricos no Brasil (1937-1990). Disponível em: <<http://www.archi.fr/SIRCHAL/seminair/SirchalQ/marcia.htm>>. Acesso em: 28 mar 2009.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo. *Revista Projeto*. São Paulo, n. 86, abr. 1986.

SANTOS, Milton, *Metrópole corporativa fragmentado: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Anablume, 2003.

SÃO PAULO (cidade). PREFEITURA MUNICIPAL. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. Inventário geral do patrimônio ambiental e cultural: Liberdade. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1987.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: companhia das Letras, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SAVITCH, H. V.. *Post-Industrial Cities: Politics and Planning*, New York, Paris, and London. Princenton: Princenton University Press, 1991.

SCHWARTZMAN, S. et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: EDUSP, 1984.

- SEGAWA, Hugo. Sobre o inventário arquitetônico do 4º Distrito de Porto Alegre. Porto Alegre: [s.e.], 1998. (Relatório técnico).
- SEGRE, Roberto. América Latina, Fim de Milênio: Raízes e Perspectivas de sua Arquitetura. São Paulo: Studio Nobel, 1991.
- SEGRE, Roberto. Havana: O resgate social da memória, In: ____O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.
- SILVA, Fernando Fernandes. As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade. São Paulo: Petrópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- SIMÕES, José Geraldo. Revitalização de Centros Urbanos. São Paulo: Pólis, 1994.
- SMITH, Robert. A arquitetura civil do Brasil colonial. Revista do IPHAN, Rio de Janeiro, n.17, 1969.
- SMITH, Robert. Colonial towns of Spanish and Portuguese America. Journal of the Society of Architectural Historians, Philadelphia, v.14, n. 4, p. 3-12, dec. 1955.
- SORKIN, Michel (org.). Variation on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space. New York: Hill and Wang, 1992.
- STIPE, Robert E. (org.). A Richer Heritage. Historic preservation in the twenty-first century. London: The University of North Carolina Press, 2003.
- STRIKE, James. Architecture in Conservation: Managing Development at Historic Sites (The Heritage : Care-Preservation Management). London: Routledge, 1994.
- SUBIRATS, Eduardo. Da Vanguarda ao Pós-moderno. São Paulo: Nobel, 1984.
- SUMMERSON, John. A linguagem clássica da Arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- TAFURI, Manfredo. Teorias e História da Arquitectura. Lisboa: Presença; Martins Fontes, 1979.
- TAINTER, Joseph A.; LUCAS, G. John. Epistemology of the significance concept. American Antiquity, v. 48, n. 4, p. 707-719, oct.1983,.
- TATAGIBA, Luciana Teixeira. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 47-103.
- TEAFORD, Jon C. The Rough Road to Renaissance: Urban Revitalization in America, 1940-1985. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990.
- TELLES, Antônio A. Queiroz. Tombamento e seu Regime Jurídico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
- TELES, G.M.. Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- TELLES, S.; CAMPOS, C. A. R.; MOTA, L.; ANDRADE, R. Patrimônio Edificado I: conservação/restauração. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n. 22, p.90-105, 1987.

APPLEYARD, Donald. *The Conservation of European cities*. Cambridge: MIT Press, c1979.

TIESDELL, Steven; OC, Taner; HEATH, Tim. *Revitalizing Historic Urban Quarters*. Oxford: Architectural Press, 1996.

TYLLER, Norman. *Historic preservation: an introduction to its history, principles, and practice*. New York, London: W.W. Norton & Company, 2000.

UNESCO. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris: World Heritage Center, 1999.

UNESCO. Documento Conceptual. Reunión de Expertos sobre Paisajes Culturales en El Caribe: Estrategias de identificación y salvaguardia. Santiago de Cuba, nov., p. 7-10, 2005.

UNITED NATIONS CENTRE FOR HUMAN SETTLEMENTS (HABITAT). *Cities in a globalizing world: Global report on human settlements 2001*. London: Earthscan Publications Ltd, 2001.

VARGAS H.; Castilho A. L.. *Intervenções em Centros Urbanos*. Barueri, SP: Manole, 2006.

VARGAS, Júlio Celso. Densidade, paisagem urbana e vida da cidade: jogando um pouco de luz sobre o debate porto-alegrense. ARQUITEXTOS 039. Texto especial 195, ago. 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp195.asp>>. Acesso em: 15 set. 2008.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Contribuição para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais II. *Arquitetura e Engenharia*. Belo Horizonte, n. 3, nov/dez, 1946.

VASCONCELLOS, Sylvio de. A Formação urbana do Arraial do Tejuco. In: *Arquitetura civil II*. São Paulo: FAUUSP; MEC; IPHAN, 1980.

VAUS, D.A. de. *Surveys in Social Research*. Boston: George Allen & Unwin, 1986

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VIÑUALES, Graciela Maria. *Patrimonio Arquitectónico. Aportes a la cultura nacional y americana*. Buenos Aires: Instituto Argentino de Investigaciones de la Arquitectura y del Urbanismo, 1990.

WEBSTER'S encyclopedic unabridged dictionary of the English language. New York: Gramercy Books, 1989.

WEIMER, Günter. *Arquitetura Modernista em Porto Alegre entre 1930 e 1945*. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1998.

WELSCH, Wolfgang. *Unsere postmoderne Moderne*. Weinheim: VCH, Acta Humaniora, 1987.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: 1780-1950*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1969.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

WISNIK, Guilherme. Lucio Costa. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

WOLIN, Richard. *Walter Benjamin: An Aesthetics of Redemption*. New York: Columbia University Press, 1982.

ZANCHETI, Sílvia Mendes. *Conservação integrada e desenvolvimento sustentável*. In: *Gestão da Conservação e Desenvolvimento Urbano Sustentável no Brasil - Propostas para uma Agenda*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2007. (Texto para discussão v.17, Série 1 - Gestão da Conservação Urbana)

ZANCHETI, Sílvia Mendes. *O patrimônio imaterial e o desenvolvimento sustentável local*. In: *Conservação urbana: textos de momento*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2008 (Textos para discussão. Nº 30). Disponível em: <<http://www.ceci-br.org/novo/www/admin/arquivos/1/1031643761494a5fb203352.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

Crédito das Ilustrações

Índice Remissivo

ÍNDICE REMISSIVO

- acervo
Adorno, Theodor Wiesengrund
Agostinho, santo
agricultura
Amaral, Aracy
Andrade, Carlos Drummond de
Andrade, Mario de
Andrade, Rodrigo
Andrade, Rodrigo Mello Franco de
Antigüidade
Arendt, Hannah
Aristóteles
Árquitas
arquitetura colonial
arquitetura rural
arquitetura vernacular
arquivos
artesanato
Associazione Nazionale Centri Storico-
Artistici
autenticidade
Barcelona
barroco
Basso, Keith H.
Baudelaire, Charles
Belo Horizonte
bem cultural
Benevolo, Leonardo
Benjamin, Andrew
Benjamin, Walter
Bolonha
Bomeny, Helena
Bosi, Ecléa
Bradwardine, Thomas
Brasília
Brecht, Bertold
brownfields
Bürger, Peter
Burle Marx, Roberto
Campofiorito, Ítalo
Capanema, Gustavo
Carneiro, Maria José
Carta de Burra
Carta de Veneza
Casa da Flor
Cascudo, Câmara
Casey, Edward S.
Castello, Lineu
Cendrars, Blaise
Centro Nacional de Referência Cultu-
ral (CNRC)
Chauí, Marilena
Chimanovitz, Mário
Choay, Françoise
clássico
Compagnon, Antoine

conjunto urbano
Connor, Steven
conselhos de patrimônio
conservação
conservação de áreas
conservação integrada
conservação urbana
Constituição Federal
Corredor Cultural
Costa, Lucio
Crecas, Hasdai
cultura
Curtis, Júlio
d'Assumpção, Lívia Romanelli
Dadaísmo
Declaração de Amsterdã
Declaração de Nairóbi
Decreto lei nº 25/1937
Delphim, Carlos Fernando de Moura
Delson, Roberta Marx
Descartes, René
desenvolvimento
direito de preempção
direito social da propriedade
diversidade
Donaldson, Thomas Leverton
Ecletismo
Eco, Umberto
English Heritage
Escola de Arquitetura
Escola Nacional de Belas Artes
espaço
Estados Unidos
Estatuto da Cidade
Feld, Steven
Feldman, Sarah
Ferreira, Alexandre Rodrigues
Filoponus
financiamento
Fischer, Mônica
Fonseca, Maria Cecília Londres
fotografia
Futurismo
Gans, Hebert J.
Geertz, Clifford
gentrificação
gestão
Getty Conservation Institute (GCI)
Gheerbrant, Alain
Giddens, Anthony
Giovannoni, Gustavo
globalização
Gomes, Severo F.
Gonzales-Varas, Ignacio
Graeff, Elena
Gutierrez, Ramón
Habermas, Jürgen
habitação

HABITAT	Kant, Immanuel
Hayden, Dolores	Koselleck, Reinhart
Heidegger, Martin	Koyré, Alexandre
história	Le Goff, Jacques
historicismo	Leibniz, Gottfried
historiografia	Leonel, Leda
Holanda, Sérgio Buarque de	Lévi-Strauss, Claude
Homero	Lévi-Strauss, Dina
homogeneização	Lewcock, Ronald
Huxtable, Ada Louise	Lima, Alfredo Evangelista Viana de
Huysen, Andreas	Lowenthal, David K.
ICOMOS	lugar
Idade Média	Lukács, Georg
identidade	Magalhães, Aloísio
Iluminismo	Mahfuz, Edson da Cunha
Ilustração, ver Iluminismo	Main Street
Imagens de sonho	Mantegna, Andrea
Influências trans-culturais	Marechal Rondon
Instituto de Estudos de Desenvolvimento Sustentável (IEDS)	Mariana
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	Marinetti, Filippo Tommaso
inventário	Marx, Karl H.
Inventário do Patrimônio Cultural de Porto Alegre	Meinig, Donald William
Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)	meio-ambiente
Iragaray, Luce	Meira, Ana
Jameson, Frederic	memória
Jetztzeit	memória do lugar
Kafka, Franz	Minas Gerais
	Ministério das Cidades
	modernidade

modernidade – “narrativas ortodoxas”	patrimônio arquitetônico
modernidade – crise	patrimônio cultural
Montigny, Henri Louis Victor Grand- jean de	
Motta, Lia	patrimônio cultural – expansão do conceito
Murta, Ana Maria	patrimônio documental
Murtinho, Vladimir	patrimônio genético
Musil, Robert	patrimônio imaterial
Napoleão	patrimônio natural
narração	Paz, Octávio
National Historic Preservation Act	Pereira, Maria de Lourdes Dolabela
National Park Service	Pevsner, Nikolaus
National Trust for Historic Preserva- tion	Pichuvy
natureza	planejamento urbano
Nava, Pedro	Plano Agache
Neoclássico	plano diretor
Newton, Isaac	planos de salvaguarda
Niemeyer, Oscar	Platão
Nietzsche, Friedrich	políticas urbanas
Nogueira, Antonio Gilberto Ramos	Pollit, J.J.
Norma Internacional Geral de Descri- ção Arquivística (ISAD-G)	Porthoghesi, Paolo
obsolescência programada	Porto Alegre
Oliver, Paul	pós-modernidade, ver pós-moderno
Ouro Preto	pós-moderno
paisagem cultural	Programa de Cidades Históricas (PCH)
participação popular	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)
Passos, Pereira	progresso
patrimônio ambiental urbano	Projeto Lagoinha

Querelle des Anciens et des Modernes	Santos, Carlos Nelson Ferreira dos
Quincy Market	Santos, Gabriel Joaquim dos
Ramakrishnan, P. S.	Segawa, Hugo
Rapoport, Amos	Segre, Roberto
reabilitação urbana	Serro
Rede Latino-Americana de Acervos de Arquitetura e Urbanismo (RELARQ)	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), ver Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
referência cultural	
Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial	Shaw, Robert Gould
Reis Filho, Nestor Goulart	Smith, Robert
Reis, Aarão	Sousa, Pompeu de
Renascimento	Subirats, Eduardo
restauração	Summerson, John
revitalização urbana	Tafari, Manfredo
Revolução de 30	Teaford, Jon C.
Revolução Francesa	técnicas tradicionais
Revolução Industrial	tempo
Ribeiro, Darcy	tombamento
Riegl, Alois	Tonybee, Arnold
Rio de Janeiro	tradição
Robespierre, Maximilien de	turismo
Rockefeller, John D.	UNESCO
Rodia, Sabato (Simon)	valor
Roese, Alexandre Dinnys	valor artístico
Roosevelt, Franklin Delano	valor histórico
Rössler, Metchild	vanguarda
saber-fazer tradicional	Vargas, Getúlio
Saint Hilaire, Auguste	Vargas, Júlio Celso
Sant'anna, Marcia	Vasconcellos, Sylvio de

Vieira, João Pedro Dias

Villaça, Flávio

Washington, George

Watts Towers

Welsch, Wolfgang

White, Kevin

Whitehead, Alfred North

Wiedersphan, Theo

Williams, Raymond

Zanchetti, Sylvio

zoneamento